



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

JEOVÁ TORRES SILVA JÚNIOR

**UTILIDADE SOCIAL E FINANÇAS SOLIDÁRIAS:
UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE
DESENVOLVIMENTO BRASILEIROS**

[vol. 1]

Salvador
2016

JEOVÁ TORRES SILVA JÚNIOR

**UTILIDADE SOCIAL E FINANÇAS SOLIDÁRIAS:
UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE
DESENVOLVIMENTO BRASILEIROS**

[vol. 1]

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal da Bahia –
UFBA, como requisito parcial à obtenção do grau de
Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho
Co-orientador: Prof. Dr. Jean-Louis Laville

Salvador

2016

Escola de Administração - UFBA

S586 Silva Júnior, Jeová Torres.

Utilidade social e finanças solidárias: uma proposta de avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros / Jeová Torres Silva Júnior. – 2016.

291 f.

Orientador: Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho.

Coorientador: Prof. Dr. Jean-Louis Lavelle.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2016.

1. Bancos comunitários - Sustentabilidade. 2. Bancos comunitários - Desenvolvimento - Avaliação. 3. Economia social. 4. Microfinanças. 5. Comunidades - Desenvolvimento social. 6. Comunidades - Desenvolvimento econômico. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 332.1

JEOVÁ TORRES SILVA JÚNIOR

UTILIDADE SOCIAL E FINANÇAS SOLIDÁRIAS: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIROS

Tese foi julgada adequada à obtenção do grau de Doutor em Administração e aprovada em sua forma final pelo Curso de Doutorado em Administração, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 03 de novembro de 2016.

Prof. Dr. **Genauto Carvalho de França Filho** – Orientador(a) _____

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia, UFBA

Professor da Universidade Federal da Bahia, UFBA

Prof.^a Dr.^a **Ariadne Scalfoni Rigo** _____

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia, UFBA

Professora da Universidade Federal da Bahia, UFBA

Prof. Dr. **Jair Sampaio Soares Junior** _____

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia, UFBA

Professor da Universidade Federal da Bahia, UFBA

Prof. Dr. **Washington José de Sousa** _____

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará, UFC

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN

Prof. Dr. **Ladislau Dowbor** _____

Doutor em Ciências Econômicas pela Escola Superior de Estatística e Planejamento. de Varsóvia, SGPIS

Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP

A

Vovó Gracinha (*in memoriam*) pela sabedoria, alegria e o amor de sempre, os quais nos doava todos os dias mesmo estando longe de nós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela força, fé e perseverança que me deu para seguir na caminhada quando desistir fez parte do roteiro.

Os primeiros agradecimentos são para aquela que teve paciência sem dimensão, foi fundamental na organização da infraestrutura doméstica, suportou os barulhos das madrugadas, as chateações, as reclamações e o silêncio da angústia do fim que não chegava durante o período da pesquisa e redação da tese: a minha esposa Rebeca. Aqui também fica o registro de gratidão e alegria para os nossos filhos José e Pedro (Este que tanto me demandava pelo fim da tese!) que resistiram uns aninhos da vida sem o pai para jogar futebol junto, batalhar com cartas pokémon, assistir uns filmes no cinema e estar presente durante alguns momentos de diversão.

Os segundos agradecimentos são para o prof. Genauto França Filho que foi compreensivo, educador, apoiador, estimulador, cúmplice e orientador. Este trabalho só chega ao fim, com este documento pronto, em função da assistência humana e pedagógica dele. Junto a ele, agradeço ao prof. Jean-Louis Lavile que me acolheu e orientou no período do estágio doutoral em Paris. Também acrescento neste grupo, a profa. Tânia Fischer pelo encorajamento, pela confiança e por ter aceitado a colaboração técnica a qual foi importante para que eu estivesse em Salvador, em 2011 acompanhando os estudos de doutoramento de Rebeca.

O terceiro grupo o qual agradeço é das pessoas que estão do lado para apoiar, celebrar e sofrer junto não só nestes momentos da tese, mas na vida inteira. Assim, agradeço a minha mãe (Glébia), meu pai (Jeová, que está sempre presente no pensamento e no coração), meu irmão (Chibão) e minhas irmãs (Jeovana e Jeovane). A estes somo os devidos agradecimentos para alguns amigos-irmãos (Roberto, Martins, Airton, Rogério e Ives) e amigas-irmãs (Ariadne e Rosana) que contribuíram com esta tese das formas mais diversas. Alguns ouvindo, outros sugerindo e outros mais sentindo os meus problemas e passando as mesmas crises da elaboração de uma tese de doutorado.

Também agradeço ao Núcleo de Pós-graduação em Administração (NPGA), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EA/UFBA) pelo apoio, a infraestrutura, o

afeto e empenho dos técnicos (com especiais agradecimentos para as estimadas Anaélia e Dacy) e a competência e comprometimento dos docentes (agradecendo com particular carinho os professores Sandro Cabral, Maria do Carmo, Célio, Beth Matos, Bete Santos, Reginaldo, Mônica e Pinho). Aqui também agradeço aos meus colegas da turma 2012 pelas horas de debates e construção coletiva de saber.

Já neste grupo agradeço aqueles que ajudaram a mim e a família durante a estada em Salvador, os queridos Léo, Thiago, Gaudêncio e Raniere e as queridas Nélia, Débora Dourado, Reginalda, Pâmela, Dora, Mirtes e Virginie Aubert. Além deste, devo gratidão às equipes da ITES/EA-UFBA e do CIAGS/EA-UFBA com quem adorei compartilhar momentos de estudos, conversas, pesquisas e conversas. Somo a esses os agradecimentos aos amigos que nos ajudaram na estada em Paris, a amiga Ósia, o companheiro Leonardo Villanova e o especialíssimo casal Maria e Jacques Delorme.

Outrossim, dirijo alguns agradecimentos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo ao estágio doutoral no exterior com a bolsa de doutorado sanduíche a qual me permitiu passar o ano de 2014, realizando estudos de doutoramento no *Conservatoire National des Arts et Métiers* (Le Cnam), em Paris. E aqui incluo agradecimento também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de doutorado no país obtida junto ao NPGA.

Não posso deixar de fora desse ritual de agradecimentos, os colegas da Universidade Federal do Cariri (UFCA) que aprovarem o meu licenciamento - permitido me ausentar do campus para o doutoramento - e se esforçaram para me substituir durante estes anos do doutoramento.

Agradeço também todos os que se dispuseram a serem entrevistados para esta pesquisa, os pesquisadores e professores na França, os técnicos do governo brasileiro, e os beneficiários e coordenadores dos bancos comunitários de desenvolvimento visitados. A este grupo adiciono os agradecimentos aos docentes que se dispuseram a ler este documento e participarem da banca de defesa da tese.

E finalmente, meu muito obrigado aos que eu não citei aqui, mas contribuíram de alguma forma para esta tese possibilitando essa experiência longa, enriquecedora e gratificante.

***“Freedom has a thousand charms to show,
That slaves, howe'er contented, never know”***

(A liberdade tem mil encantos a mostrar,
Que os escravos, por mais satisfeitos, nunca hão de provar)

William Cowper (1731-1800),
Poeta e abolicionista inglês.

Retirado de Sen (2010, p. 378)

***“Rien n'est plus absurde qu'une situation
où il existe un désir de produire et d'échanger,
des humains pour le faire, des matériaux et des techniques
pour le réaliser et que tout cela soit
rendu impossible par l'absence de crédit”***

(Nada é mais absurdo do que uma situação na qual
há um desejo de produzir e comercializar,
pessoas para fazer, materiais e técnicas para realizar
e tudo isso seja impossibilitado pela falta de crédito)

Jacques Duboin (1878-1976)

Banqueiro, industrial e político francês.
Autor do conceito de Economia Distributiva.

Retirado de Viveret (2004, p. 82)

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Utilidade social e finanças solidárias**: uma proposta de avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros. 2016. 291f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

Esta tese tem como propósito analisar em que medida se evidencia a perspectiva da utilidade social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) nas avaliações acerca dos resultados e impactos destas experiências, uma vez que esta utilidade social pode se constituir no diferencial para a sustentabilidade destes empreendimentos de finanças solidárias. Em outros termos, como construir modelos de avaliação da sustentabilidade de práticas de BCD a partir dos referenciais de utilidade social? Inserido nos domínios das finanças solidárias, o banco comunitário identifica-se enquanto sistema financeiro de natureza associativa e comunitária que, admitindo por orientação os preceitos da Economia Solidária, voltando-se à geração de trabalho e renda em territórios com populações fragilizadas. Nesta caracterização do que são BCD, importa lembrar que se trata de um projeto de apoio às economias populares de territórios com baixo desenvolvimento socioeconômico, oferecendo serviços à população excluída do sistema financeiro: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, projetos sociais de desenvolvimento comunitário e incubação de negócios sociais. Assume-se, então, um destacado papel de promotor do desenvolvimento territorial, do empoderamento e da organização comunitária, ao articular – simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e capacitação das comunidades do território. Todavia, apesar da significativa expansão nos últimos anos, bastante alicerçada no apoio do Governo Federal através da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), se registram poucos estudos avaliativos das experiências dos Bancos Comunitários no Brasil. Ademais, estas avaliações acerca dos processos de gestão e sustentabilidade tem utilizando referenciais que não focalizam um aspecto fundamental das particularidades dos BCD. Em outras palavras, é enviesada a avaliação de sustentabilidade dos bancos comunitários as quais os indicadores de resultados e impactos foquem sobre os aspectos técnicos/gerenciais e financeiros. A essência dos resultados e impactos dos BCD está nos aspectos políticos, sociais, culturais e ambientais. Nesta caso, os componentes financeiros e técnicas/gerências devem estar subordinados aos demais aspectos. Esta tese de doutorado, portanto, pretende tratar dos BCDs, enquanto um tipo *sui generis* de instituição de finanças inclusivas/solidárias para averiguar como são evidenciadas as dimensões da sua “utilidade social” nas avaliações da sustentabilidade destas experiências. Outrossim, pretende-se ampliar a compreensão do próprio conceito de utilidade social para destacá-lo e inscrevê-lo como elemento central em uma matriz de dimensões, critérios e indicadores proposta para avaliação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Dentre os resultados são apresentadas dimensões e indicadores a serem utilizados na avaliação dos BCD para se perceber sua utilidade social. Finalmente, este documento deixa o estímulo para se prepararem investigações e instrumentos de avaliação dos BCD, com base nas dimensões e indicadores aqui propostos para que estes possam ser aplicados e validados.

Palavras-chave: Utilidade social. Finanças solidárias. Bancos comunitários de desenvolvimento.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Social utility and solidarity finance**: a proposal for evaluation of community development banks in Brazil. 2016. 291p. Doctoral Thesis – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate how the perspective of the social utility in the Community Development Bank (CDB) appears in the assessments of the results and impacts of these experiences, since this social utility can be the difference for the sustainability of these solidarity finance organizations. In other terms, how to build models for assessing the sustainability of CDB practices from social utility references? Placed in the fields of solidarity finance, community bank is identified as a associative and community financial system that, accepting for guidance the principles of the Solidarity Economy, aims to generate jobs and income in areas with vulnerable populations. In this characterization of what is CDB, it should be remembered that it's a support project to the popular economies at territories with low socioeconomic development, providing services to the population excluded from the financial system: mutual credit fund, social currency, social activities for community development and social business incubator. It is assumed, then a prominent role to promoter the territorial development, empowerment and community planning, to articulated production, commerce, financing and training the territorial communities. However, despite the significant expansion in recent years, quite grounded in support of the Federal Government through the National Secretariat for Solidarity Economy/Ministry for Labor and Employment (SENAES/MTE), just a few evaluative studies of the experiences of community banks in Brazil are published. Moreover, these assessments about management and sustainability process are using references that do not focus on a key aspect of the CDB's particularities. In other words, it is biased the evaluation of sustainability in community development banks which results indicators and impacts focus on the technical/managerial and financial aspects. The essence of the CDB's results and impacts is in the political, social, cultural and environmental aspects. In this case, the financial and technical/managerial components should be subordinated to the other aspects. This doctoral thesis therefore aims to deal with the CDB as a sui generis kind of inclusive and solidarity financial institution to find out how the social utility dimensions are highlighted in the assessments sustainability of these experiences. In addition, we intend to broaden the understanding of the concept of social utility to highlight it and register it as a central element in a matrix of dimensions, criteria and indicators proposed for the evaluation of Community Development Banks. Among the results are presented dimensions and indicators to assess the CDB to identify the social utility. Finally, this document incentives the investigations and the construction of assessment tools of CDB, based on the dimensions and indicators proposed here so that they can be applied and validated.

Keywords: Social utility. Solidarity finance. Community development bank.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Evolução dos instrumentos do Banco Palmas para estímulo ao consumo local	21
Figura 2 - A distribuição dos BCD no território brasileiro	27
Figura 3 - Participação de mercado das instituições financeiras brasileiras	61
Figura 4 - Macroindicadores e indicadores de inclusão socioeconômica e financeira do instrumento de avaliação dos 15 anos do Banco Palmas	92
Figura 5 - Macroindicadores e indicadores de participação e controle social do instrumento de avaliação dos 15 anos do Banco Palmas	93
Figura 6 - Macroindicadores e indicadores de desempenho das capacidades do instrumento de avaliação dos 15 anos do Banco Palmas	94
Figura 7 - Macroindicadores e indicadores de desempenho de participação e controle social do instrumento de avaliação dos 15 anos do Banco Palmas Palmas	94
Quadro 1 - Indicadores de desempenho social elaborados pela MIX e SPTF	107
Figura 8 - Caracterização dos BCD no contexto das microfinanças no Brasil	125
Quadro 2 - Comparativo entre características dos BCD e das Instituições Financeiras Convencionais no Brasil	130
Figura 9 - Sede do Banco Comunitário de Desenvolvimento Tupinambá, em Belém/PA	143
Figura 10 - Comunidade de Baía do Sol, na Ilha do Mosqueiro, em Belém/PA	144
Figura 11 - Incentivo ao consumo local com uso da moeda social em Baía do Sol	149
Figura 12 - Sede Anterior e Atual do Banco das Timbaúbas, em Juazeiro do Norte/CE ..	152
Figura 13 - Empreendimentos recebendo a moeda circulante local 'Timba' do Banco das Timbaúbas	159
Figura 14 - Sedes do Instituto Palmas e da agência de atendimento do Banco Palmas ...	163
Figura 15 - Incentivo ao consumo local com uso de 'Palmas' e 'e-Dinheiro' no Conjunto Palmeiras	166

Gráfico 1 - Evolução do consumo nos empreendimentos do Conjunto Palmeiras	167
Figura 16 - 'PalmasLab' e 'PalmasNet': tecnologia da informação a serviço da comunidade	169
Figura 17 - Marca que revela a elevada auto-estima do Conjunto Palmeiras	172
Figura 18 - Mapa-múndi da penetração bancária	206
Quadro 3 - Matriz DECID (D imensão - E nfoque - C ontribuição - I ndicador - D estino) de Indicadores para Avaliação da Utilidade Social do BCD	243
Quadro 4 - Comparativo entre as avaliação dos BCD com e sem os indicadores de utilidade social	262

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjos Produtivos Locais
ASMIPESAL	Associação de Micro e Pequenos Empreendedores do Salesiano
ASMOCONP	Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras
BCB	Banco Central do Brasil
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPB	Banco Popular do Brasil
BIP 40	<i>Baromètre des Inégalités et la Pauvreté</i>
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECRED	Cooperativa Central de Crédito Urbano
CECRERS	Central das Cooperativas de Crédito Mútuo do Rio Grande do Sul
CGAP	<i>Consultative Group to Assist the Poor</i>
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNAM	<i>Conservatoire National des Arts et Métiers</i>
CONFESOL	Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interção Solidaria
DISST	<i>Département Droit, Travail, Santé, Intervention Sociale</i>
EA/UFBA	Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FECOL	Fórum Econômico Local
Fecomércio-RJ	Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro
FRS	Fundo Rotativo Solidário
FSSF	Fundação do Serviço Social de Fortaleza
GPI	<i>Genuine Progress Indicator</i>
HPI	<i>Happy Planet Index</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	<i>Institute of Development Studies</i>
IEWB	<i>Index of Economic Well-Being</i>

IFC	<i>International Finance Corporation</i>
IIF	Índice de Inclusão Financeira
IMF	Instituições de Microfinanças
ISF	Instituições do Sistema Financeiro
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISH	<i>Index of Social Health</i>
ISWB	<i>Index of Sustainable Economic Welfare</i>
ITEPS/UFCA	Incubadora de Empreendimentos Populares e Solidários da Universidade Federal do Cariri
ITES/UFBA	Incubadora de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia
LIEGS/UFCA	Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social da Universidade Federal do Cariri
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MINEC	Ministério Venezuelano de Poder para Economia Comunal
MIX	<i>Microfinance Information Exchange</i>
MoMoMo	Movimento Monetário Mosaico
NESOL/USP	Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo
NPGA	Núcleo de Pós-graduação em Administração
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIPS	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
<i>PalmaCard</i>	Cartão de Crédito do Banco Palmas
PCPP	Programa de Crédito Produtivo Popular
PIB	Produto Interno Bruto
PNIF	Parceria Nacional para Inclusão Financeira
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNUD/ONU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSI	<i>Personal Security Index</i>
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RIF	Relatório de Inclusão Financeira
SCM	Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte

SENAES-MTE	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SIES	Sistema de Informações da Economia Solidária
SM	Salários Mínimos
SPM	<i>Social Performance Management</i>
SPTF	<i>Social Performance Task Force</i>
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICRED	Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	CONTEXTO, DELIMITAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO	17
1.2	OBJETIVOS E QUESTÕES ORIENTADORAS	32
1.3	ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	34
2	ESCOLHAS METODOLÓGICAS.....	37
2.1	PRESSUPOSTOS.....	37
2.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
2.2.1	A pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica.....	41
2.2.2	A pesquisa no campo	44
2.2.3	Considerações sobre os resultados da ida ao campo neste estudo.....	47
2.2.4	As análises dos dados e a construção da matriz de indicadores.....	48
3	AS AVALIAÇÕES DE INICIATIVAS DE MICROFINANÇAS: DA VIABILIDADE FINANCEIRA AO RETORNO SOCIAL	50
3.1	A ORIGEM DAS MICROFINANÇAS E AS DISTINTAS ÊNFASES EM SUA APLICAÇÃO: O CHOQUE ENTRE IMPACTO SOCIAL E INTERESSE FINANCEIRO	50
3.2	OS MODELOS MAIS CONSERVADORES E OS MAIS ABERTO À MENSURAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIETAIS.....	65
3.2.1	A avaliação da inclusão financeira promovida pelo Banco Central do Brasil (2009-2012)	67
3.2.2	A avaliação dos primeiros BCD implantados com apoio da SENAES/MTE (2006).....	70
3.2.3	A avaliação da implantação e da consolidação dos BCD com apoio da SENAES/MTE (2007).....	75
3.2.4	A avaliação dos 10 anos do Banco Palmas (2008).....	82
3.2.5	A avaliação dos 15 anos do Banco Palmas (2013).....	89

3.2.6	A avaliação do programa de microfinanças e educação financeira empreendedora da CARE Brasil (2006-2009).....	97
3.2.7	A avaliação das experiências de fundos rotativos solidários (FRS) no Estado da Paraíba (2010).....	101
3.2.8	As ferramentas de análise da performance das instituições de microfinanças elaboradas pelo MIX Market (2016).....	104
3.3	POR QUE TAIS MODELOS SE REVELAM INADEQUADOS NA AVALIAÇÃO DE PRATICAS DE FINANÇAS SOLIDÁRIA?	109
4	AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS E OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO (BCD).....	118
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DAS MICROFINANÇAS NO MUNDO E DAS FINANÇAS SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	119
4.2	AS ESPECIFICIDADES DOS BCD: A GESTÃO SOCIAL E A PERSPECTIVA POLANYIANA DE AÇÃO	128
4.2.1	A gestão social e os bancos comunitários de desenvolvimento	132
4.2.2	A perspectiva polanyiana no fato econômico plural nos bancos comunitários de desenvolvimento	135
4.3	A RIQUEZA GERADA OU OS IMPACTOS SOCIETAIS DE UM BCD.....	141
4.3.1	O Banco Tupinambá da Baía do Sol (Belém/PA): a experiência de uma pequena comunidade com um BCD à beira mar	143
4.3.2	O Banco das Timbaúbas em Juazeiro do Norte/CE: um grande potencial de desenvolvimento na comunidade em um quadro contextual de conflito na gestão	150
4.3.3	O Banco Palmas do Conjunto Palmeiras (Fortaleza/CE): um BCD que se assume protagonista do desenvolvimento sócio-econômico do bairro.....	161
4.3.4	A utilidade social nos BCD revelada nos benefícios coletivos gerados	172
5	O ALCANCE DA UTILIDADE SOCIAL EM UMA AGENDA RENOVADA DA VISÃO DE SUSTENTABILIDADE DOS BCD.....	181
5.1	OS CONTEXTOS E OS SIGNIFICADOS DA UTILIDADE SOCIAL	181
5.2	O QUE REPRESENTA A MENSURAÇÃO DA UTILIDADE SOCIAL	189
5.3	NOVOS CONCEITOS, NOVAS INTERPRETAÇÕES E A EMERGÊNCIA DE OUTRAS FORMAS PARA AVALIAR AS RIQUEZAS	201

6	POR UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DE BCD CENTRADA NA UTILIDADE SOCIAL	220
6.1	INCORPORANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DE UTILIDADE SOCIAL DOS BCD	225
6.2	INSERIDO UMA MATRIZ DE INDICADORES DE UTILIDADE SOCIAL NA AVALIAÇÃO DOS BCD	237
6.2.1	As dimensões e os indicadores que expõem a utilidade social dos BCD.....	240
6.2.2	Considerações para a avaliação dos BCD à luz da matriz de indicadores de utilidade social.....	261
7	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	267
7.1	POR UMA DISCUSSÃO SOBRE OS NOVOS (OUTROS) FATORES DE RIQUEZA.....	272
7.2	AS LIMITAÇÕES DESTA TESE E SUAS LACUNAS PARA DESDOBRAMENTOS FUTUROS	275
	REFERÊNCIAS	281

1 INTRODUÇÃO

Na introdução deste trabalho de doutoramento intitulado “*Utilidade Social e Finanças Solidárias: Uma Proposta de Avaliação dos Bancos Comunitários Brasileiros*” tem-se a pretensão de apresentar uma breve exposição contextual do objeto de estudo, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) no Brasil, buscando trazer sua origem, expor como a conjuntura mundial das microfinanças convencionais se posicionam, expressar o distanciamento que existe entre os BCD, os bancos comerciais e mesmo em relação a outras experiências na área das microfinanças e o que os torna singulares ao ponto de ser necessário recorrer a compreensão da utilidade social destes bancos comunitários para poder-se exprimir sua viabilidade. Além deste cenário contextual, da exposição acerca do objeto de estudo desta tese e da justificativa para realizá-la, esta introdução explicita os propósitos deste trabalho e, sobretudo sua questão de partida. Finalmente, encerra-se esta seção introdutória com apresentação da forma como este trabalho está estruturado.

1.1 CONTEXTO, DELIMITAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) identifica-se, preliminarmente, com o projeto de acesso ao crédito para moradores da comunidade surgido em janeiro de 1998 por iniciativa dos moradores do Conjunto Palmeiras, um bairro de aproximadamente 40.000 habitantes, situado na periferia da cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil. Aquele projeto - criado há mais de 18 anos e gerido na época pela associação de moradores do bairro - cuja finalidade inicial era somente permitir o acesso a microempréstimos aos habitantes do Conjunto Palmeiras denominou-se Banco Palmas. Neste momento, portanto, estava sendo constituído o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento brasileiro que se tornou ao longo dos últimos 10 (2005-2015) - como será tratado mais à frente em outras seções deste documento - uma reconhecida experiência no campo das microfinanças pela sua metodologia de atuação e pelos seus resultados.

Para Jayo, Diniz e Pozzebon (2009, p. 116) resultado da ação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), esta experiência de banco comunitário apresenta inicialmente como propósito o fomento à geração de trabalho e renda por meio da utilização de diversas ferramentas de concessão de serviços de finanças solidárias aos produtores e consumidores do território. Todavia, Rigo (2014) expõe que os BCD foram além de ser uma modesta iniciativa de um bairro para oportunizar a geração de renda e trabalho local ao introduzir na sua práxis um novo modo de funcionamento - que ampliou o próprio campo das microfinanças – “fundamentando-se em relações de proximidade, confiança e de solidariedade, no intuito de promoverem o desenvolvimento local por meio do aproveitamento das capacidades endógenas” (RIGO, 2014, p. 32-33).

Para compreender isto, é necessário entender as circunstâncias que proporcionaram o surgimento do primeiro BCD, o Banco Palmas. Nos anos 1970, o Conjunto Palmeiras¹ surge como uma favela, na periferia sul de Fortaleza, Ceará, no Nordeste do Brasil. A história desta comunidade começa em 1973 quando chegaram os primeiros habitantes vindos de despejos realizados, principalmente, na região litorânea da cidade. Isto ocorreu devido à execução do plano metropolitano de urbanização que culminou com a abertura de novas ruas e avenidas na cidade e com a consequente especulação imobiliária nas áreas litorâneas e valorizadas de Fortaleza. Naqueles anos, inclusive sob anuência da prefeitura municipal, centenas de famílias foram “atiradas” numa área pantanosa, coberta por lama e vegetação densa acerca de 20,0 quilômetros (km) do centro de Fortaleza.

Os moradores que lá chegaram, foram construindo espontaneamente e de forma desordenada suas habitações em barro, papelão, plástico - da forma como podiam - dando origem a uma grande favela, sem alguma rede de saneamento básico, água tratada, energia elétrica, escola ou outro serviço público. Nos primeiros anos, a assistência à população local seguiu-se atrelada a atuação de um órgão público então ligado à prefeitura municipal da cidade, a extinta Fundação do Serviço Social de Fortaleza (FSSF). Os serviços prestados por este órgão oficial jamais satisfizeram as extremas carências de meios para construir uma vida com o mínimo de dignidade, em razão do volume da demanda e do enfoque no atendimento, mais

¹ Embora o uso desse termo, não se trata de um conjunto habitacional clássico no sentido de uma obra erigida sob a responsabilidade de instituições públicas ou privadas. O termo conjunto, neste caso, representa o que foi, inicialmente, o assentamento – em 118 hectares – de 1,5 mil famílias desabrigadas que foram remanejadas para habitar em um região inóspita de Fortaleza/Ce. Já a origem do nome do loteamento decorre do fato da região apresentar, à época da fundação, uma quantidade imensa de uma árvore (Palmeira) típica nos vales dos rios da

assistencial. A solução, então, foi a comunidade se unir e atuar como grupo de pressão junto aos governos para terem seus desejos de inclusão social atendidos.

E neste contexto, no começo dos anos 1980, foi fundada a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) com os propósitos de iniciar o processo de organização das famílias; de representar e exercer a pressão popular da comunidade junto ao poder público; e de captar recursos junto aos governos e organismos de cooperação – nacional e internacional – para execução de projetos que pudessem melhorar a situação geral de vida dos moradores do bairro. Durante os 15 anos seguintes (entre 1981 e 1996) a comunidade consegue acesso a redes de água, esgotamento sanitário, telefonia e energia elétrica, se organiza em quadras e obtém outros serviços públicos para a comunidade, como: transporte, escola de ensino médio e postos de saúde. Os créditos destas conquistas destinam-se à capacidade de articulação da ASMOCONP e luta de seus líderes.

Entretanto, em que pesem os avanços na infraestrutura local, suas condições mais gerais de vida continuavam, amplamente, influenciadas por uma conjuntura política e econômica que era dominante em relação aos avanços nos aspectos urbanos da ainda favela do Conjunto Palmeiras. Um dado do quadro socioeconômico do local - proveniente de uma pesquisa realizada pela ASMOCONP em 1997 - apontara que em torno de 20,0% das famílias que participaram das campanhas de mobilização e pressão para construção do bairro durante mais de duas décadas não moravam mais ali². O êxodo dos moradores aconteceu, sobretudo por conta da dificuldade econômica de arcar com os custos da melhoria urbana, ou seja, água canalizada implicou em pagamento da conta mensal de consumo do serviço e ruas asfaltadas correspondiam a acréscimos no imposto predial (IPTU). A mesma pesquisa constatou que para 90,0% das famílias residentes no território, em 1997, a renda familiar (em torno de 6,0

região da caatinga brasileira: a Carnaubeira (Cientificamente conhecida como *Copernicia prunifera*. Ela é da família das *Palmae*), e daí nome o lugar fazer referência as palmeiras.

² Em 1997, realiza-se no Conjunto Palmeiras, organizado pela União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras – UAGOCONP, o “Seminário Habitando o Inabitável II”, como processo de avaliação das ações de outro seminário realizado no bairro como o mesmo nome em 1991. Neste primeiro seminário foram estabelecidas ações para que o bairro fosse urbanizado, tornando-se mais habitável. Para o segundo seminário, em 1997, foi executada uma pesquisa com os moradores do bairro para verificar qual o estágio no qual se encontrava o Conjunto Palmeiras tendo como referencia as metas do seminário de 1991. Com o resultado da enquete, a comunidade percebe que a proposta de urbanização de sua localidade de fato efetivava-se, no entanto, entre os residentes do bairro crescia a deficiência financeira, era imensa a carência de emprego e havia pouca empregabilidade entre a população local. Em virtude disso, a comunidade delibera a criação de um mecanismo capaz de promover a geração de trabalho e renda no Conjunto Palmeiras. (ASSOCIAÇÃO..., 1998).

peessoas por família) estava abaixo de 2,0 salários mínimos (SM)³; 80,0% da população economicamente ativa estava desempregada; e os pequenos produtores não tinham como empreender devido à falta de acesso ao crédito e as dificuldades na comercialização de seus produtos.

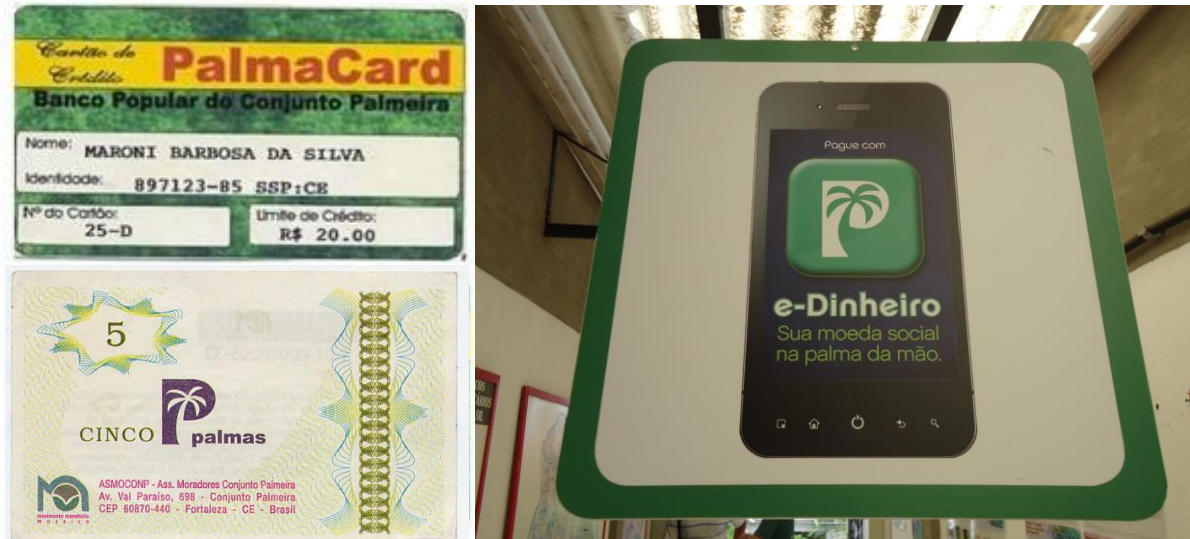
Durante aquele ano, a ASMOCONP realizou inúmeras reuniões e seminários - entre eles um evento intitulado “Habitando o Inabitável II” - com os seus habitantes para discutir a condição de pobreza econômica local e suas alternativas de enfrentamento. Em outras palavras, a proposta inicial foi entender como é que se daria uma experiência de crédito para os produtores do Conjunto Palmeiras. A partir deste ponto, se discutiu com os comerciantes do bairro, com os sócios e apareceu a sugestão de se financiar também o consumo como forma de dinamizar a economia do território. Mais uma vez, a comunidade se mobilizou na busca de soluções para as suas dificuldades e nesta perspectiva de luta por alternativas de geração de ocupação e renda, a ASMOCONP cria, em janeiro de 1998, o primeiro banco comunitário do Brasil e sua rede de solidariedade entre produtores e consumidores locais, com apenas R\$ 2.000,00 de fundo de crédito para empréstimos (equivalente a US\$ 1.786,00 na cotação de US\$ 1,00 = R\$ 1,12, em 02/01/1998).

Em outras palavras estava nascendo o Banco Palmas como “um projeto de geração de trabalho e renda que estimularia a produção local através de uma linha de financiamento para produção, via microcrédito, e outra linha que estimulasse o consumo local através de um cartão de crédito próprio” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003, p. E16). Aliás, a ‘semente que germinou’ todo o Sistema de Microcrédito e Gestão da Economia Solidária do Conjunto Palmeiras, ancorado pelo Banco Palmas e comandado pela ASMOCONP, foi a criação ainda em 1998 de um **cartão de crédito com circulação local** cujo objetivo era estimular as pessoas a consumirem no território. Assim, surgiu o *PalmaCard* – Cartão de Crédito do Banco Palmas, o precursor dos instrumentos mais sofisticados que o Banco Palmas criaria nas décadas seguintes para estimular o consumo e dinamizar a economia local, como a **moeda**

³ Importa destacar que em 01 de maio de 1997 o salário mínimo no Brasil era de **R\$ 120,00 reais** (equivalente a **US\$ 114,29 dólares americanos** cotação de US\$ 1.00 = R\$ 1,05, em 01/05/1997) e permitia comprar 1,23 cesta básica de alimentos (DIEESE, 2013, p. 3; 9). A mesma relação de poder de compra em 01 de maio de 2014 mostrou que com o salário mínimo de R\$ 724,00 (equivalente a US\$ 321.77 na cotação de US\$ 1.00 = R\$ 2,25, em 01/05/2014) poderiam ser compradas 2,23 cestas básicas alimentares (DIEESE, 2013, p. 3; 9).

social local⁴ Palmas (P\$) - lançada em 2002, e mais recentemente a moeda social eletrônica⁵ Palmas e-Dinheiro - lançada em 2015, como se vê na **Figura 1**.

Figura 1 - Evolução dos instrumentos do Banco Palmas para estímulo ao consumo local



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

O PalmaCard foi o cartão de crédito do Banco Palmas válido para consumo somente no bairro, ampliando assim a circulação da riqueza no território. Foi confeccionado em papel e não havia exigência de pagamento de taxa do usuário para obtenção do cartão, sendo seu limite variável em função das condições socioeconômicas do seu titular. Os comerciantes que aderiam e aceitavam o cartão, cediam 3,0% do valor da transação como taxa de administração ao Banco Palmas. Por sua vez, não havia cobrança de juros do usuário sobre o produto adquirido. Uma conclusão importante a ser destacada, que resultou das análises feitas pela implementação e funcionamento do PalmaCard, foi que ele serviu para o Banco Palmas perceber parte da confiança e respeito que a comunidade depositava neste BCD (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 71). O cartão foi bastante utilizado no Conjunto Palmeiras até o surgimento

⁴ O “Método Fomento” ou “Bonus Program” é uma estratégia, de um conjunto integrado de estratégias elaboradas pelo Movimento Monetário Mosaico (MoMoMo). O MoMoMo é um movimento que congrega um mosaico de realidades práticas e possibilidades teóricas de todo as partes do mundo relacionadas as formas alternativas de emissão e uso de moedas locais e complementares. A miscelânea de práticas está na aglutinação de “uma rede constituída de clubes de troca, compras coletivas, redes de empresas e consumo ético” (ARKEL *et al.*, 2002, p. 113). Na outra ponta, tem um quadro teórico de abordagens e metodologias avaliadas para serem desenvolvidas como moeda social e redes de prossumidores.

⁵ O Palmas e-Dinheiro foi projetado para funcionar em qualquer telefone celular, tendo ou não acesso a internet, sem restrição de operadora. Para utilizar a tecnologia basta se cadastrar via rede celular, selecionar seus contatos para enviar ou receber dinheiro. Informação disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/palmas-e-dinheiro/>>.

de uma ferramenta substituta para cumprir e ampliar a função do cartão de crédito local, a moeda social ‘Palmas’.

Dito isto, uma moeda social local passou a circular no Conjunto Palmeiras em novembro de 2002. Os ‘Palmas’ (P\$) foram introduzidos com a aplicação do “Método Fomento”, com os objetivos de ampliar o impacto das doações para projetos comunitários, expandir a demanda por produtos e serviços ofertados localmente, educar e acostumar a comunidade a uma moeda local (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 50; 53-54). Na metodologia de introdução dessa moeda social local, segundo Silva Júnior (2003, p. 5), os trabalhadores de uma obra executada na sede da ASMOCNP receberam a maior parte dos seus salários mensais em moeda social, na proporcionalidade de pagamento da mão-de-obra de 80,0% em P\$ e 20,0% em R\$ (reais). Na outra ponta da cadeia, os comerciantes do bairro foram estimulados a receberem a moeda social local e mais de 30 empreendimentos locais (entre farmácias, supermercados, açougues, lanchonetes, lojas de vestuário e de material construção) passaram a aceitar Palmas (P\$) (SILVA JÚNIOR, 2003, p. 3). O impacto da circulação da moeda social para a ampliação do consumo e da circulação da riqueza local demonstrada nos primeiros meses apontou um efeito multiplicador duas vezes maior do que se o pagamento dos trabalhadores tivesse sido feito somente em moeda nacional⁶.

É importante verificar o reconhecimento que este instrumento de dinamização da circulação da riqueza local tem dos comerciantes e produtores do Conjunto Palmeiras. Rigo (2014, p. 198) mostra que tomando por base os registros do Banco Palmas, em 2014, mais de 240 estabelecimentos que aceitavam Palmas no bairro e na circunvizinhança. De acordo com esta autora, um dos mais relevantes aspectos, que oferece segurança aos comerciantes e aos usuários de maneira geral, é o sistema de lastro em moeda nacional - R\$ (reais) - que respalda a emissão dos P\$ pelo Banco Palmas⁷. Para ampliar o volume de recursos e transações em moeda social local circulando no Conjunto, o Banco Palmas aderiu ao segmento das moedas

⁶ Esta informação foi obtida na Avaliação de Impacto do Projeto Fomento, realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2003, no Conjunto Palmeiras, cujo Relatório “*Project ‘Fomento Fortaleza’ Final Report*” está disponível em: <http://www.complementarycurrency.org/ccLibrary/fortaleza_fomento_final_report.pdf>. Além dos dados deste documento, existem as análises acerca da implantação da moeda Palmas (P\$) apresentadas no Manual Bônus de Fomento disponível em: <http://www.complementarycurrency.org/ccLibrary/manual_bonus_de_fomento.pdf>.

⁷ “Para cada moeda Palmas que circula na comunidade, existe seu correspondente em Real nos cofres do Banco Palmas ou em conta bancária específica. Isso é particularmente importante para os comerciantes do bairro porque seus fornecedores não estão no bairro, o que os força a realizar grande parte das suas compras fora dele” (RIGO, 2014, p. 198).

eletrônicas, passando a trabalhar no desenvolvimento - a partir de 2014 - de um aplicativo para dar suporte a uma moeda social eletrônica.

Esta moeda social eletrônica (Palmas/e-Dinheiro), lançada no bairro em março de 2015, funciona através de um aplicativo para celular e foi desenvolvida para atender às necessidades dos moradores. Uma das distinções da versão eletrônica da moeda é ampliar o acesso e a circulação, uma vez que a moeda eletrônica Palmas pode ser usada a qualquer hora e em qualquer local. Diferentemente da moeda social convencional, a tecnologia da moeda eletrônica permite que o usuário possa fazer o dinheiro circular no bairro, mesmo estando fora dele. Por exemplo, fazendo uma transferência de recursos para pagar alguém no bairro por meio do aplicativo e-Dinheiro, o qual fora criado por uma empresa parceria, a *Moneyclip*. Estes são ganhos bem relevantes que se tem com a moeda social eletrônica, já que o coordenador do Banco Palmas, Sr. Joaquim Melo, afirmou que “todas as demais características da moeda social em papel estão mantidas com o uso do aplicativo: controle social, circulação sobre controle do BCD e rendimento para a comunidade com desconto pelo consumo e para o BCD por transação”⁸.

Ademais, desde o seu surgimento, o objetivo do Banco Palmas foi garantir acesso a microcréditos para produção e consumo local, a juros mais baixos que nas instituições financeiras convencionais, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Na perspectiva edificada pelo Banco Palmas para o acesso ao microcrédito, mais do que um cadastro formal, a concessão do crédito exige um conhecimento da vida do tomador do empréstimo na comunidade. O agente de crédito consulta, assim, a rede de relações da pessoa como fonte de conhecimento. Já a cobrança do crédito, por sua vez, passa pela introdução de um mecanismo de controle social extremamente original ao envolver vizinhos numa espécie de aval solidário.

E assim, o BCD assumiu um papel de protagonista na articulação, formulação e implementação da política pública nacional focada no microcrédito por meio da Economia Solidária, ou das microfinanças solidárias. Em função de sua prática inovadora que “integra em um mesmo cenário instrumentos de crédito, produção, comercialização e consumo na perspectiva de remontar as cadeias produtivas, oportunizando trabalho, renda para os moradores” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003, p. 18), o Banco Palmas passou a ser

⁸ Citação retirada de registro em vídeo efetuado pelo autor deste trabalho, no lançamento do e-Dinheiro no Conjunto Palmeiras em 26 de abril de 2015.

reconhecido. Esse reconhecimento se transformou no desejo de outras instituições para apoiar, financiar e reproduzir esta tecnologia social⁹ em diversas outras cidades do Brasil. Para facilitar a execução deste propósito, em 2003, o Instituto Palmas é criado com a função de difundir as metodologias e tecnologias sociais desenvolvidas pelo Banco Palmas no Brasil e no exterior. Já em setembro de 2004, o primeiro banco comunitário de desenvolvimento com metodologia replicada a partir do Banco Palmas é constituído na cidade de Paracuru, no litoral oeste do Estado do Ceará. Trata-se do Banco PAR que foi constituído a partir de uma aliança entre o Instituto Palmas e a prefeitura municipal daquele município.

Em 2005, a ideia de replicação metodológica dos BCD passa a se consolidar e vários parceiros procuram o Instituto Palmas com o intuito de constituir experiências de Banco Comunitário em algumas cidades do Brasil: Vila Velha e Vitória (Espírito Santo), Simões Filho e Salvador (Bahia), Palmácia e Santana do Acaraú (Ceará) e Campo Grande (Mato Grosso do Sul). Ainda naquele mesmo ano, o Ministério Venezuelano de Poder para Economia Comunal (MINEC) dá mostras de interesse na constituição de empreendimentos similares na Venezuela. Assim, são constituídos os *Bancos Comunales* em alguns territórios daquele país. Os Bancos Comunales venezuelanos guardam princípios parecidos com os dos bancos comunitários brasileiros, pois são geridos por organizações populares locais - os *consejos comunales*, mas são implantados através de uma política pública específica do governo federal venezuelano.

O Governo Federal do Brasil, também em 2005, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES-MTE), anuncia seu primeiro programa federal de “Apoio à Implantação de Bancos Comunitários”, entendendo esta experiência como fomento ao desenvolvimento socioeconômico territorial. Em Janeiro de 2006, outro parceiro, o Banco Popular do Brasil (BPB)¹⁰ se insere no suporte às iniciativas de BCD, por meio do aporte de

⁹ O conceito de Tecnologia Social (TS) assumido neste trabalho é compreendida pela seguinte definição: “Conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2007, p. 29). Ou ainda, como afirma Dagnino (2009, p. 8), a TS compreende “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” Tomando por base estas conceituações, compreende-se que uma tecnologia social só pode ser realizada em um contexto de desenvolvimento que não se prenda somente ao aspecto econômico, mas que torne realidade à satisfação das necessidades sociais, políticas, culturais e ambientais dos indivíduos. Desta forma, neste processo são articuladas as interações das múltiplas dimensões do desenvolvimento humano.

¹⁰ O Banco Popular do Brasil (BPB) era uma instituição financeira, subsidiária do Banco do Brasil (BB), fundada em 2003, e atuava com serviços de microfinanças destinados – exclusivamente – às pessoas de baixa renda e democratização do acesso ao crédito (BORGES, 2010a, p. 266). O BPB funcionou até 2010 quando

recursos financeiros para a formação do fundo de crédito do banco comunitário de desenvolvimento. Esta parceria com o BPB, iniciada em 2005, começou com um aporte para a carteira de crédito a ser emprestada pelo Banco Palmas de R\$ 50,0 mil (equivalente a US\$ 18.868,00 na cotação de US\$ 1,00 = R\$ 2,65, em 02/01/2005) e atingiu, em 2009, R\$ 700 Mil (equivalente a US\$ 406.977,00 na cotação de US\$ 1,00 = R\$ 1,72, em 31/12/2009). Esta relação do Banco Palmas com o BPB também permitiu aos demais Bancos Comunitários ter uma referência em políticas de incentivo para formação de seus fundos de crédito.

Depois desta importante experiência com o BPB, os fundos para empréstimos dos BCD foram ampliados consideravelmente - atingindo R\$ 3.0 mi (equivalente a US\$ 1.720 mi na cotação de US\$ 1,00 = R\$ 1,75, em 31/12/2011) em 2011 - sobretudo em razão do acesso aos recursos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a partir de 2010. Os recursos provenientes do BPB e do BNDES são emprestados aos moradores do território, conforme os próprios critérios dos bancos comunitários de desenvolvimento. Todavia, os BCD assumem plenamente os riscos pelos empréstimos. Atualmente, há um acordo com a Caixa Econômica Federal (CAIXA) para aporte de recursos nos fundos de créditos dos bancos comunitários de desenvolvimento, mas - neste caso - a concessão de créditos aos habitantes do território pelo BCD é feita sob as condições da CAIXA. Convém destacar o quanto essa parceria foi fundamental para o público usuário do BCD. A CAIXA é a instituição financeira responsável pelo pagamento de diversos benefícios sociais do Governo Federal Brasileiro (fundo de garantia por tempo de serviço, seguro desemprego, pensões, fundo de aposentadoria, programas de transferência de renda). Uma vez que o público primário do BCD - nos territórios onde estão instalados - é um beneficiário direto de programas de assistência social pública (como o programa de transferência de renda “Bolsa Família”), tornou-se essencial facilitar o acesso a esses recursos para a comunidade por meio de um correspondente bancário da CAIXA, nomeado CAIXA AQUI.

Ao se tornar um correspondente bancário (Mais BB do Banco do Brasil ou CAIXA AQUI da CAIXA) destes bancos comerciais públicos, geralmente o BCD passa a funcionar como uma espécie de “ponto de atendimento” destes grandes bancos e oferece – em sua sede – parte dos diversos serviços prestados por estes. O BCD é remunerado pelas operações e serviços

seu portfólio de cliente foi integrado ao BB. Em setembro de 2010, o BB passou a operar com microcrédito, diretamente, em suas agências e através do Mais BB – novo programa de correspondentes bancários do BB em substituição ao BPB. Informações disponíveis em <<http://www.bb.com.br/portallbb/page17,9169,9169,0,0,1,1.bb>> e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Popular_do_Brasil>.

bancários que realizar para estes bancos comerciais e o valor da remuneração varia de acordo com os contratos e a transação realizada. Ademais, como correspondente bancário, além da facilidade para a população efetuar os saques dos benefícios sociais, também se tornou mais prático o pagamento de títulos, carnês e contas (água, gás e eletricidade) permitindo uma representativa inclusão financeira da comunidade. É importante revelar que em vários territórios onde existem bancos comunitários, a agência bancária de um banco convencional mais próxima fica até 30,0 km de distância, como nos casos do BCD Tupinambá que fica na vila de pescadores de Baía do Sol, uma pequena comunidade que dista 19,6 km da sede da Ilha do Mosqueiro pertencente à cidade de Belém, no Estado do Pará; e o BCD Bancart localizado na comunidade de Missi, distrito que fica a 20,0 km da sede do município de Irauçuba, no estado do Ceará.

Assim, o BCD facilita o acesso dos clientes à instituição financeira sem o sacrifício e os custos do deslocamento. Todavia, em que pese a atuação dos agentes e parceiros externos, a implementação de um BCD em um território necessita, principalmente, de uma ação endógena. É a partir do desejo da comunidade que se inicia o processo de implantação do BCD, entretanto alguns requisitos devem ser atendidos, por exemplo: capital financeiro para o fundo de crédito, recurso financeiro para pagamento das despesas operacionais do banco, organização comunitária (associação, fórum, conselho, etc.) que possa assumir a gestão do banco, pessoas capacitadas para as funções de agente de crédito e gerente de crédito, e assessoramento para assimilação da tecnologia pela comunidade.

Outro passo relevante para a consolidação dos processos de gestão social desses BCD foi a criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Conforme Rede (2006, p. 26), a rede contribui para troca de experiências e saberes e articula recursos e parcerias para que todos os BCD possam crescer de modo conjunto. Os mais recentes dados encontrados (NÚCLEO..., 2013a, p. 5-6; RIGO, 2014, p. 261-264) mostram que integram a Rede de Bancos Comunitários, mais de 100 BCD constituídos em cidades do norte, nordeste, centro-oeste e sudeste do Brasil, dentre essas: Manaus (Amazonas), Belém (Pará), Fortaleza (Ceará), João Pessoa (Paraíba), Salvador (Bahia), Vitória (Espírito Santo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), São Paulo (São Paulo), Dourados (Mato Grosso do Sul) e Brasília (Distrito Federal), conforme **Figura 2**. Em pouco mais de três anos (2010-2012), ocorreu este crescimento da

quantidade dos BCD e sua difusão para, pelo menos, 75,0% dos estados brasileiros¹¹ em função do Programa Nacional das Finanças Solidárias.

Figura 2 - A distribuição dos BCD no território brasileiro



Fonte: Imagem obtida no sítio eletrônico do Instituto Palmas (2013)

Esse programa foi instituído pela SENAES/MTE, a partir de 2010, para o desenvolvimento de projetos de manutenção e implantação de bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário em todo o território nacional¹². Conforme Neiva *et al.* (2013, p. 111), a execução deste programa, para o caso dos bancos comunitários, se deu com a seleção de instituições para o suporte na constituição e sustentação dos BCD no país: Capital Social da Amazônia, Associação Ateliê de Ideias do Espírito Santo, Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL/USP), Incubadora de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA) e o Instituto Palmas.

Do ponto de vista do processo metodológico de implantação dos BCD, a maioria absoluta dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento criados no país tem a assessoria do Instituto

¹¹ Apenas sete das 27 unidades federativas estaduais brasileiras não possuem bancos comunitários. Todos os três Estados da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), dois Estados da região Nordeste (Pernambuco e Alagoas) e outros dois da região Norte (Roraima e Tocantins). Esta informações pode ser obtida a partir de análise de dados do sítio eletrônico do Instituto Palmas. Disponível em <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>

¹² O detalhamento deste programa pode ser obtido no Termo de Referência acerca do Apoio e Fomento as Iniciativas de Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário, vol. 4 do documento que trata da Política Nacional da Economia Solidária elaborado pela SENAES/MTE. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/FomentoFinancas.pdf>>.

Palmas. Isto, praticamente, padroniza o processo de implementação metodológica. Por seu turno, os demais BCD criados têm o suporte das instituições que foram cadastradas pela SENAES/MTE para o programa acima exposto. De um modo geral, estas instituições seguem uma metodologia de implantação de BCD próxima ao do Instituto Palmas, mas existem algumas variações quanto à etapa de criação do banco ou até à inserção do BCD em um projeto mais amplo de desenvolvimento territorial, onde ele compõe uma rede local de economia solidária. A construção de redes desse tipo é a forma encontrada para fortalecer as economias locais, reorganizando-as, na direção de outro modo de promover o desenvolvimento tendo por base os princípios da economia solidária. Os BCD afirmam-se, portanto, como partícipe de um movimento de economia solidária, seja atuando no âmbito dos fóruns regionais e nacionais desse movimento, seja na constituição de sua própria rede: a rede brasileira de bancos comunitários (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 31). Aliás, o último e importante ato para o movimento dos bancos comunitários de desenvolvimento foi a criação, durante o 4º Encontro Nacional da Rede Brasileira de BCD, em novembro de 2015, da Associação Nacional de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BANCO NACIONAL DAS COMUNIDADES)¹³.

Em síntese, os BCD brasileiros são empreendimentos de microfinanças geridos por uma iniciativa associativa envolvendo moradores de um determinado contexto territorial que buscam a resolução de problemas relacionados à sua condição de vida socioeconômica, por meio de atividades políticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais. Neste sentido, a criação das atividades ou a oferta de serviços, são construídas em função de demandas reais expressas pelos moradores em seu local. A ideia central é estimular no território um circuito integrado de relações envolvendo **produtores** e/ou prestadores de serviço em articulação com **consumidores** e/ou usuários de serviços. Nesta economia de **prossumidores**, a regulação ocorre através de debates públicos concretos no espaço associativo, num exercício de democracia local em que os próprios moradores planejam e decidem sobre a oferta de produtos e/ou serviços (ou seja, a criação de atividades socioeconômicas) em função das demandas efetivas identificadas precedentemente por eles próprios. Ficam, assim

¹³ O Banco Nacional das Comunidades é, conseqüentemente, a organização representativa do conjunto dos BCD brasileiros. Juridicamente formatada como associação, ela intenciona pleitear ao Ministério da Justiça brasileiro o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) o qual permitirá operar recursos do governo federal com mais facilidade e amparo legal. A criação do Banco Nacional das Comunidades é reconhecido como uma das principais conquistas históricas da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/banco-nacional-das-comunidades/>>.

caracterizados os esforços para a construção do crescimento combinando entre oferta e demanda. E assim, o estímulo à criação de fóruns locais para debates e deliberações torna-se comum nas experiências dos BCD, como ambiente para edificação desta diretriz, a exemplo do Fórum Econômico Local (FECOL) do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza.

Outrossim, uma característica-chave dos bancos comunitários de desenvolvimento, alcançada no nível da sua atuação nos territórios, é uma articulação ‘fina’ estabelecida entre as dimensões socioeconômica e sociopolítica. Isto porque, à elaboração das atividades sócio-produtivas conjuga-se uma forma de ação pública: trata-se de moradores num determinado território debatendo politicamente seus problemas comuns e decidindo seu destino. Em outros termos, é coerente com o fato de que o BCD como vetor de desenvolvimento socioeconômico da rede inscreve-se numa dinâmica associativa local. Tais iniciativas tem vocação, desse modo, a constituírem-se também como formas inéditas de espaço público em seus respectivos territórios de pertencimento, ensejando a ideia de espaços públicos de proximidade (LAVILLE, 2013, p. 285-287).

Em Silva Júnior (2007, p. 37), a mobilização endógena do território é apontada como fator determinante para o surgimento de um banco comunitário, o que significa dizer que, embora necessários, estímulos externos de instituições de apoio devem sempre ser secundários ao papel da comunidade nesse processo, devendo derivar desta o desejo de implantação do banco a partir do reconhecimento da necessidade de criar um BCD. Em outras palavras, ainda que existam algumas possibilidades de arranjos institucionais para a constituição de um BCD, com motivação e processos de excitação por agentes externos, o efetivo sentido para a criação de um banco comunitário de desenvolvimento deve se dar a partir de um desejo intrínseco da comunidade. De todo modo, alguns requisitos devem ser atendidos, tais como: capital financeiro para o fundo de crédito; recurso financeiro para pagamento das despesas operacionais do banco; organização comunitária (associação, fórum, conselho, etc.) que possa assumir a gestão do banco; pessoas capacitadas para as funções de agente de crédito e gerente de crédito; e assessoramento para assimilação da tecnologia pela comunidade. É assim que muitos BCD têm sido criados através de processos de animação e medição da população dos territórios com parcerias institucionais envolvendo organizações apoiadoras (como incubadoras universitárias e organizações da sociedade civil especializadas no campo da economia solidária e das microfinanças), poder público (prefeituras, governos estaduais, secretarias do governo federal) e instituições financiadoras (bancos comerciais públicos).

Todavia, apesar da significativa expansão dos BCD no período 2005-2015, bastante alicerçada no apoio do Governo Federal através da SENAES/MTE, se registram poucos estudos avaliativos das experiências dos Bancos Comunitários no Brasil. Ademais, estas avaliações acerca dos processos de gestão e sustentabilidade têm utilizado referenciais que não focalizam um aspecto fundamental das particularidades dos BCD. Não se pode considerar eficiente e eficaz um empreendimento de finanças solidárias ou de economia solidária, como expõe Kraychete (2012, p. 17) se os referenciais do planejamento e da avaliação do empreendimento são típicos da empresa ou instituição de microfinanças tradicional. Em outras palavras, é enviesada a avaliação de sustentabilidade dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento com indicadores de resultados e impactos que foquem os aspectos técnicos/gerenciais e econômicos. A essência dos resultados e impactos dos BCD está nos aspectos políticos, sociais, culturais e ambientais. Neste caso, os componentes econômicos e técnicos/gerenciais devem estar subordinados aos demais aspectos.

Do mesmo modo, como afirma França Filho (2012, p. 27), não parece plausível avaliar estas práticas de BCD sem que seja revista a própria ideia do que é sustentabilidade, permitindo desconstruir a sua identificação estreita com a noção de viabilidade econômico-financeira. França Filho (2012, p. 28) continua para afirmar que em práticas de finanças solidárias é necessário pensar quais são as outras dimensões, os outros indicadores e critérios para uma avaliação diferenciada da sustentabilidade nessas práticas. Este autor finaliza suas considerações, apontando o que pode se constituir em um diferencial inerente aos empreendimentos de economia solidária, isto é, serem portadores de uma utilidade social, cuja perspectiva é fortemente percebida nos BCD.

O que queremos dizer com isso é que mesmo quando um empreendimento de economia solidária comercializa um bem ou serviço, ao lado de outros pequenos ou médios empreendimentos de mercado, ele – o empreendimento de economia solidária – o faz com uma característica distinta daqueles de mercado. Isso tem a ver com o modo como ele empreende o seu trabalho e as implicações e resultados do seu trabalho sobre um determinado contexto social (FRANÇA FILHO, 2012, p. 31).

De acordo com Melo Neto (2012, p. 82), os empreendimentos da economia solidária, como os bancos comunitários de desenvolvimento necessitam provar sua sustentabilidade indo além da dimensão econômica (que o autor chama no texto de sustentabilidade do negócio e corresponde a produzir excedentes financeiros que possam proporcionar o reinvestimento). Duas outras dimensões são evocadas para que o BCD seja, portanto, sustentável na visão de Melo Neto (2012, p. 82-83): a gestão - relacionada à propriedade coletiva e à forma autogestionária de governança do empreendimento, através de planejamento participativo, das

relações de trabalho solidárias e da distribuição das riquezas produzidas; a ética - compreendendo o envolvimento do empreendimento com as necessidades dos moradores do lugar no tocante às questões ambientais, políticas e sociais. Nesta dimensão, o empreendimento tem que estar comprometido com os temas mais relevantes do cotidiano da comunidade para poder se afirmar sustentável. Ao apresentar o caso do Banco Palmas para exemplificar a manifestação destas três dimensões da sustentabilidade que ele evoca, o autor expõe as duas questões que estão sendo tratadas nos três parágrafos anteriores desta tese. Primeiro, Melo Neto (2012, p. 84) afirma ser “um trabalho de utilidade social” o que vem fazendo o Banco Palmas. Segundo, tem-se que se existem indicadores para avaliar a dimensão econômica do BCD, é preciso perceber a urgência de se pensar indicadores também para os aspectos éticos e gerenciais (MELO NETO, 2012, p. 83).

Com base neste tal mecanismo plural de sustentabilidade, cujo equilíbrio entre a gestão, a postura ético-política de atuação e o propósito do negócio deve ser preservado em nome do imperativo da cooperação, dos benefícios coletivos e da justiça social como registro maior de sua ação, os BCD afirmam que a condição de utilidade social é própria da sua dinâmica organizacional. Ademais, a utilidade social dos BCD pode ser identificada no fato destes constituírem-se uma organização de microfinanças distinta das demais. Seu modo de atuar no território, baseado em relações de proximidade e mobilizando alguns valores e princípios como exigências básicas para a sua prática, tais como a confiança mútua, a participação cidadã ou os mecanismos de solidariedade redistributiva, marca sua singularidade enquanto organização de economia solidária e de microfinanças e reforça sua utilidade social.

Gadrey (2005, p. 522-523) sustenta que a utilidade social em um empreendimento de economia solidária pode ser identificada se dentre seus objetivos explícitos - para além da produção de bens e serviços - está a contribuição para geração de benefícios coletivos. E mais, nas suas práticas devem estar inseridos os princípios da redução das desigualdades econômicas; do fortalecimento do laço social, através da solidariedade e sociabilidade; e do melhoramento das condições de vida coletivas de um território para o seu desenvolvimento sustentável. Os bancos comunitários de desenvolvimento são, antes de qualquer outra definição já apresentada, iniciativas de microfinanças sem fins lucrativos, voltadas para o desenvolvimento do território de pertencimento através do envolvimento dos próprios moradores na autogestão da iniciativa e na oferta de produtos e serviços diretamente vinculados às reais necessidades da população local. Neste sentido, seu papel institucional é de grande relevância para o território, isto é, de grande utilidade social, e não tem como ser

realizado da mesma maneira por outro ente de forma isolada, seja ele uma empresa, uma organização da sociedade civil ou o próprio poder público (municipal, estadual ou federal).

Merece ser destacado que a utilidade social de um empreendimento da economia solidária, como os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, não está dissociada de componente econômico. Aliás, um domínio bem significativo da utilidade social nas organizações, segundo Gadrey (2005, p. 518-519), é o forte componente econômico que ele carrega, seja na criação ou na economia de riqueza, mercantil, redistributiva ou de proximidade. Todavia, esta perspectiva econômica está a serviço da utilidade social do empreendimento, dos benefícios coletivos produzidos para a comunidade e do desenvolvimento endógeno gerado no território. Ademais, o domínio técnico/gestionário do empreendimento da economia solidária também se põe submisso a sua utilidade social, devendo suas ações conduzir ao fortalecimento do laço social, ao empoderamento político da comunidade e a constituição de espaços coletivos de decisão no território (GADREY, 2005, p. 520-522).

Destarte, são estas perspectivas que estão vinculadas à noção de utilidade social que devem ser consideradas as avaliações da sustentabilidade dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento brasileiros. Neste alinhamento cognitivo, qualquer avaliação de BCD que não contemple a utilidade social, especialmente como protagonista em relação a outras perspectivas de avaliação, produzirá resultados não satisfatórios ou que representam na plenitude os resultados e impactos produzidos por um BCD. Esta tese de doutorado, portanto, trata dos bancos comunitários de desenvolvimento como um tipo particular de experiência de economia solidária, na esfera das microfinanças - mais precisamente no campo das finanças inclusivas/solidárias - para averiguar como são evidenciadas as dimensões da sua “**utilidade social**” nas avaliações da sustentabilidade destes empreendimentos. Ademais, pretende-se ampliar a compreensão do próprio conceito de utilidade social para destacá-lo e inscrevê-lo como elemento central em uma matriz de dimensões e indicadores proposta para complementar a avaliação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Uma vez que foi apresentado o objeto da tese e, por conseguinte, chegou-se ao problema central no qual este estudo pretende focar, a seguir serão expostos os objetivos e as questões norteadoras, as quais são aglutinadas no intento para realização deste trabalho.

1.2 OBJETIVOS E QUESTÕES ORIENTADORAS

O **objetivo geral** deste trabalho é, portanto, analisar o conceito de “**utilidade social**” a fim de compreendê-lo e incorporar os seus referenciais como aspecto central para a avaliação da

sustentabilidade dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento brasileiros. Para tanto, é necessário atingir-se um conjunto de objetivos específicos que se interligam para o atendimento da completude desta tese.

Os três **objetivos específicos** deste trabalho de pesquisa são:

- Analisar os significados do conceito de utilidade social na avaliação das práticas de economia solidária;
- Investigar o funcionamento de três Bancos Comunitários brasileiros a fim de entender o que permite sua sustentabilidade e a utilidade social de um banco comunitário de desenvolvimento;
- Apresentar uma matriz de dimensões e indicadores com base na utilidade social que possa ser inserido aos modelos atuais de avaliação da sustentabilidade dos BCD brasileiros.

Por seu turno, **a questão de pesquisa** recai, portanto, sobre em que medida se evidencia a perspectiva da utilidade social dos BCD nas avaliações acerca dos resultados e impactos destas experiências, uma vez que esta utilidade social pode se constituir no diferencial para a sustentabilidade destes empreendimentos de finanças solidárias? Já a **pergunta de partida, então, se traduz em** como construir um modelo de avaliação da sustentabilidade de práticas de BCD que considerem prioritariamente os referenciais de utilidade social?

Visando melhor desenvolver a resposta que se quer alcançar ao final desta tese para a pergunta de partida, os objetivos específicos serão conduzidos a partir de três questões orientadoras:

- a) Quais as especificidades dos bancos comunitários de desenvolvimento e como tais práticas impactam no contexto territorial?
 - Investigar o funcionamento de três Bancos Comunitários de Desenvolvimento brasileiros a fim de entender o que permite sua sustentabilidade e qual a natureza da sua utilidade social;
- b) Qual o alcance da utilidade social em uma agenda renovada de visão e avaliação dos BCD?
 - Analisar os significados do conceito de utilidade social na avaliação das práticas de economia solidária;

- c) É possível avaliar de outra perspectiva a sustentabilidade e a riqueza gerada nas práticas dos bancos comunitários de desenvolvimento?
- Apresentar uma matriz de dimensões, indicadores e critérios com base na utilidade social que possa ser agregado aos modelos atuais de avaliação da sustentabilidade dos BCD brasileiros.

Concluída a exposição dos objetivos que nortearam este estudo, será apresentado na seção seguinte a distribuição dos capítulos, a estruturação e organização do trabalho.

1.3 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Esta tese está estruturada em sete capítulos (mais as referências), sendo o primeiro relacionado à exposição dos elementos introdutórios. O capítulo introdutório expõe o contexto, a problemática e os objetivos deste estudo de doutoramento, além de apresentar a forma como o trabalho está organizado. Neste capítulo primeiro, há uma visão inicial do que são os bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros. É apenas um panorama inicial sobre os BCD para que possa justificar o problema de pesquisa e, conseqüentemente, mostrar a necessidade de se avaliar estes BCD à luz de sua utilidade social.

O capítulo seguinte é dedicado às escolhas metodológicas para execução da pesquisa. A primeira seção deste capítulo aborda os pressupostos que se tem em relação à problemática e a pergunta de partida. Já a segunda seção descortina os procedimentos metodológicos adotados, na coleta e análise dos dados. Mormente, são expostas as motivações e as ações executadas na pesquisa documental, na pesquisa bibliográfica - que vai se traduzir na revisão da literatura e que gera o quadro referencial teórico - e na pesquisa no campo. Por sua vez, o capítulo terceiro traz uma exposição dos modelos de avaliação de iniciativas socioeconômicas dirigidas para a viabilidade econômica do empreendimento, buscando caracterizar estes instrumentos de análise de viabilidade econômica e por que eles revelam-se insuficientes para a avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento.

Advêm, então, dois capítulos relacionados ao marco teórico nos quais se apresentam análises da revisão de literatura em torno dos construtos teóricos chaves deste trabalho. No capítulo quatro, serão evidenciados os elementos teóricos em torno das temáticas das microfinanças e das finanças solidárias (tema que deve ser compreendido para se perceber como se constituem as microfinanças no mundo e no Brasil e como se inserem os bancos comunitários de

desenvolvimento neste quadro) e dos bancos comunitários de desenvolvimento (necessário aprofundar os aspectos teóricos em uma perspectiva polanyiana¹⁴ que contribuem para formar e modular as relações dentro do sistema político, social, econômico e cultural de funcionamento dos BCD), além de abordar a essência da riqueza gerada pelos BCD. Em complemento, o capítulo quinto irá versar sobre o marco teórico da utilidade social dos empreendimentos de economia solidária (a compreensão deste construto permitirá identificar como esta perspectiva de análise pode ser utilizada para exprimir de uma forma mais evidente o caráter da sustentabilidade das experiências de bancos comunitários no Brasil). Ademais, ainda neste capítulo, serão exibidos os postulados que ajudam a entender o referencial que trata dos “novos indicadores de riqueza” ou dos “novos fatores de riqueza”, debate que passa pela ampliação do entendimento de riqueza, sustentabilidade. Esta temática parece apontar uma nova rota de interpretação em direção ao tipo de riqueza que se gera na prática dos BCD e que a rigor converge para uma questão norteadora desta tese: É possível avaliar de outra perspectiva a sustentabilidade e a riqueza gerada nas práticas dos bancos comunitários de desenvolvimento?

É a partir desta pergunta, ou melhor, em uma tentativa de respondê-la que se fundamenta o capítulo seis da tese. Nele, pretende-se apresentar uma proposta de indicadores de avaliação para os BCD, centrados na utilidade social e nos ‘novos’ fatores de riqueza que salientem sua sustentabilidade. Assim, espera-se demonstrar a sustentabilidade pelos benefícios coletivos dos BCD em superação à avaliação destes amparados na noção, exclusiva, de viabilidade econômica. De certa maneira este capítulo intenciona propor uma matriz de indicadores que

¹⁴ Em referencia ao historiador e antropólogo econômico húngaro Karl Polanyi. Autor de obras seminais para a sociologia econômica e para a historiografia da economia política, como *A Grande Transformação* e *A Subsistência do Homem*, as quais reuniram grande parte dos postulados do pensamento polanyiano de crítica radical ao liberalismo econômico e a sociedade centrada no mercado. Esta crítica se dá, fundamentalmente, à forma como a "economia clássica" é apresentada, sendo desvinculada do resto da vida social e política da sociedade (POLANYI, 2002, p. 64-65). Machado (2010, p. 72) exterioriza que para Polanyi, a economia deve estar incrustada "nas relações sociais, ou seja, que não constitua uma esfera desvinculada e autônoma em relação à sociedade". Dai, não se pode tratar apenas de um lógica de regulação econômica da vida humana associada, principalmente baseada somente nas relações de mercado, mas a economia enquanto processo instituído de interação entre o homem e o seu ambiente natural e social deve ser refletida com base em uma pluralidade de princípios de regulação. E Polanyi (2002, p. 67-73) identifica com clareza ao menos dois outros padrões fundamentais os quais irão determinar um totalidade econômica mais orgânica, para se somar ao princípio da autoregulação dos mercados por meio de troca mercantil. São eles: o princípio da reciprocidade que se estabelece nas relações econômicas - na quase totalidade das vezes, não-monetárias - de proximidade e vizinhança; o princípio da redistribuição alicerçado nas transferências de recursos e intervenções em busca do equilíbrio econômico societal em nível de Estado. Reciprocidade, redistribuição e troca (mercantil) se combinam para permitir a economia mais unidade e estabilidade, revelando que na sociedade 'real' existe uma evidente interdependência destes padrões de regulação mercantil, não-mercantil e não-monetário (MACHADO, 2010, p. 73).

possa revelar em uma proposta avaliativa qual a utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento. Em outras palavras, aqui estaria a própria resposta a pergunta de partida desta pesquisa. Por fim, o capítulo sétimo e último deste trabalho exhibe as considerações finais, suas limitações e seus vácuos para desdobramentos e continuação de pesquisa complementar no futuro. Esse capítulo final apontará também quais as potenciais contribuições desta tese e reforçará a justificativa de por que tê-lo realizado.

Com isto, concluímos este capítulo introdutório desta tese e se seguirá para o capítulo dois no qual serão acessadas as informações relativas às particularidades das escolhas metodológicas para realização desta pesquisa.

2 ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Nesta seção a intenção é expor o percurso metodológico executado tendo em vista a consecução desta tese de doutoramento “*Utilidade Social e Finanças Solidárias: uma Proposta de Avaliação dos Bancos Comunitários Brasileiros*”. Inicialmente são expostos os pressupostos, nos quais se amparam este estudo predominantemente descritivo, fundamentado em ampla (pela diversidade de temas, documentos, autores e língua contemplados nos textos revisados) profunda (pela imersão praticada na tentativa de interpretar e compreender o que indicava cada documento) e sólida (pela escolha esmerada dos textos que representassem autores referenciais de cada temática) base teórica. Em seguida, têm-se os procedimentos metodológicos adotados na revisão de literatura; nas entrevistas com pessoas de organizações-chaves do ambiente interno dos BCD e seus parceiros, apoiadores e formuladores de políticas; nas entrevistas com estudiosos e pesquisadores do tema da utilidade social na França; na participação em eventos que enfatizavam os temas relacionados a esta tese; nas idas a campo para realização de grupos focais nos três bancos comunitários de desenvolvimento abordados, buscando compreender qual o entendimento acerca da utilidade social de um BCD. Finalmente, este capítulo é encerrado com a exposição do cronograma de atividades necessárias para a realização do estudo proposto por esta tese.

2.1 PRESSUPOSTOS

Os bancos comunitários de desenvolvimento vêm obtendo relevantes estímulos para sua difusão pelas políticas nacionais da SENAES/MTE e de outras instituições de âmbito governamental estadual e municipal em função do reconhecimento que os BCD têm como um empreendimento essencial para a construção do desenvolvimento em territórios social e economicamente fragilizados. O banco comunitário é, portanto, um empreendimento de microfinanças com um caráter bastante peculiar, pois ele não apenas concede créditos, como

articula produtores, consumidores, comerciantes e moradores do local redimensionando e reorganizado a economia local no espaço onde ele se instala. Sendo assim, um dos pressupostos que aqui se coloca (Pressuposto 1 - P1) é que **os BCD têm se constituído efetivos promotores de uma coesão territorial em função da “utilidade social” dessas experiências na execução da política pública nacional de finanças solidárias no Brasil.**

Em reforço à este pressuposto tem-se outro que resulta do questionamento acerca de como incorporar os referenciais da utilidade social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento aos atuais instrumentos de avaliação da sustentabilidade destas práticas de microfinanças solidárias? Esta tese assume o pressuposto (Pressuposto 2 - P2) que **os instrumentos de avaliação vigentes da sustentabilidade dos BCD apenas privilegiam a perspectiva da viabilidade dos resultados e impactos econômicos do empreendimento.** Ademais, em alguns casos, ainda que se proponham a avaliar os impactos sociais e políticos-institucionais dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, apenas elencam dimensões ou indicadores que representam tais impactos, mas os subordinam ao desempenho econômico. Em outras palavras, estas avaliações apontam que não são viáveis os BCD que possuem desempenho econômico insatisfatório (que, por exemplo, não geram excedentes financeiros no acumulado de suas operações de microcrédito), mesmos que tenham obtido resultados relevantes em relação aos aspectos culturais, sociais, políticos e ambientais no plano territorial.

O que isso indica é que tais avaliações não introduziram a perspectiva da utilidade social como princípio ou dimensão central da avaliação da sustentabilidade de um BCD. Ou seja, **quando estas avaliações não inserem a utilidade social do BCD na centralidade do resultado da avaliação, elas não conseguem perceber que um BCD pode ser sustentável por atender às demandas ou necessidades da comunidade/território, mesmo sem ser capaz de se autofinanciar economicamente** (Pressuposto 3 - P3). A sustentabilidade em economia solidária não se define como viabilidade econômico-financeira somente. Ela deve ser interpretada como uma sustentabilidade plural que além da dimensão econômica (que inclui - em uma concepção polanyiana¹⁵ - também uma multiplicidade de lógicas econômicas: mercantil, não-mercantil/reciprocitária e não-monetária/domesticidade), envolve dimensões social, política, cultural e ambiental em torno de um espaço territorial (DUCLOS, 2010, p. 72-75; FRANÇA FILHO, 2012, p. 33; KRAYCHETE, 2012, p. 17, 23; VIVERET, 2004, p. 123).

¹⁵ Idem.

Enfim, assume uma perspectiva de utilidade social do Banco Comunitário de Desenvolvimento.

Sendo assim, com a perspectiva de utilidade social estamos tratando das capacidades de um BCD para: se auto-organizar e desenvolver uma dinâmica efetivamente associativa; estabelecer relações de cooperação, com base em confiança e solidariedade; consolidar o sentimento de pertencimento, de identidade comum, que integra um grupo ou a relação do sujeito com um determinado território; atendimento aos direitos relacionados à democracia econômica, como o acesso amplo e irrestrito ao crédito com juros justos¹⁶; e, a busca de fontes de recursos, fundamentalmente, renováveis e relacionados à própria realidade do seu ambiente local. Dito isto, pressupõe-se que **a utilidade social está bem presente na realidade dos BCD, mas ainda é um desafio compreendê-la e inseri-la como elemento central nas avaliações de resultados e impactos destas práticas de finanças solidárias para determinar o seu sucesso, sua sustentabilidade e sua viabilidade** (Pressuposto 4 - P4). É, portanto, buscando verificar isto e apresentar uma alternativa para uma avaliação que alcance a perspectiva da utilidade social dos Bancos Comunitários que se desenvolveu esta tese.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para esta pesquisa, optou-se pela escolha de métodos qualitativos e também por se trabalhar com uma diversidade de formas de captura de dados (análises de documentos, entrevistas,

¹⁶ Juros, de uma forma geral, é uma expressão entendida como a remuneração que um credor pode exigir por se privar de uma quantia em dinheiro emprestada para um devedor (KEYNES, 1996, p. 116; 158; 174). Em linguagem financeira isto representa o rendimento sobre o capital emprestado. Os juros cobrados de um empréstimo devem, usualmente, corresponderem a uma remuneração justa do capital que permita ao devedor pagar e não o lese ou torne inviável o pagamento do próprio valor principal tomado. A prática da cobrança de juros excessivamente altos sobre um empréstimo que lese o devedor é enquadrada como usura, sendo moralmente repudiada e considerada conduta criminosa judicialmente em algumas sociedades, como a brasileira. Segundo Rigo (2014, p. 258), a “Lei da Usura - Decreto 22.626, de 1933 - e a Medida Provisória 2.172-32, de agosto 2001 são as duas principais legislações concernentes à experimentação não lucrativa do crédito no Brasil”. Por princípio, nas finanças solidárias, existe a busca pela prática dos juros justos sobre o capital emprestado que sejam suficientes para pagar as despesas administrativas, como as de pessoal nos BCD, e remunerar o capital visando elevar o próprio fundo de crédito através de recursos captados nos juros. A taxa de juros média praticada em 47 BCD é de 1,79% a.a. (RIGO, 2014, p. 141). Para efeito comparativo, a taxa de juros média praticada no crédito não-consignado para pessoas físicas em 61 instituições financeiras do Sistema Financeira Nacional (SFN), em 16/02/2016, estava em 146,7% a.a. Ademais, a CREFISA S.A. pratica nesta modalidade uma taxa de juros anual que alcança 810,2%. Acredita-se que com esta comparação é possível estabelecer bem o que se compreende distintamente por juros justos, juros abusivos e usura. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/txcred/txjuros/Paginas/RelTxJuros.aspx?tipoPessoa=1&modalidade=221&encargo=101>>.

grupos focais e observações diretas) que atendessem às peculiaridades dos sujeitos e do objeto da pesquisa. Com a posse destes dados será feito o cruzamento e a confrontação das informações obtidas pelas diversas técnicas e coletas empreendidas. No cruzamento e análise dos dados coletados utilizou-se o método da triangulação das fontes de dados, pois este, por possibilitar o confronto entre dados obtidos de técnicas de pesquisa diferentes, melhora a validade dos mesmos e atribui maior confiabilidade aos resultados (CANO, 2004, p. 94).

De tal maneira, esta tese intenta ter uma carga teórica mais elevada que o componente prático que se sugere ao se propor dimensões e indicadores para instrumentos de avaliação dos BCD, pois toda a construção do problema de pesquisa esta subsidiada em análises teóricas dos conceitos-chave: finanças solidárias, bancos comunitários de desenvolvimento e utilidade social. Este último construto tem limitadas fontes de referência no Brasil, mas tem uma considerável literatura de referência e estudiosos fora do país – destacadamente na França. Sendo o construto utilidade social de difusão limitada no Brasil, o aprofundamento dos estudos para o entendimento deste termo na França justificou o estágio doutoral (doutorado sanduíche) realizado em 2014, sob orientação do Professor Jean-Louis Laville, no *Département Droit, Travail, Santé, Intervention Sociale* (DISST), vinculado ao *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM, Paris).

Assim, boa parte deste trabalho concerne ao aprofundamento, à compreensão do estado da arte acerca do conceito de utilidade social e ao enquadramento deste em relação às experiências de BCD no Brasil. Desta maneira, ainda no viés teórico, descritivo e propositivo que esta tese assume, é feita uma ampla discussão acerca dos vínculos que se podem obter entre o conceito de utilidade social e finanças solidárias, mais precisamente os BCD, e como a utilidade social poderá ser inserida como a perspectiva central das avaliações de sustentabilidade destas experiências. Outrossim, o peso teórico deste trabalho será reforçado com a argumentação sobre avaliação da sustentabilidade em bancos comunitários de desenvolvimento.

Na condução das análises dos dados, segue-se a reflexão de Ayrosa e Sauerbronn (2006, p. 189) que observam ser uma das tarefas do pesquisador, seguramente a mais importante, identificar o método cuja análise, empregada *a posteriori*, seja a mais adequada para que as conclusões possam fazer sentido. À vista disso, para fundamentar esta pesquisa, optou-se pela escolha de técnicas qualitativas e após os dados coletados se prossegue para a validação das informações por meio do cruzamento dos dados através da *triangulação de fontes*, pois se mostra como a ação metodológica mais recomendada para tal prática. Como cada ação

metodológica possui suas limitações, a confrontação entre os dados captados na aplicação das várias técnicas e a concorrência entre várias delas melhora a validade e atribui confiabilidade aos resultados.

Patton (*apud* JOIA, 2006, p. 129-130) estabelece vários tipos de triangulação, a de dados, de teorias, de investigadores e a de métodos. Nesta tese, serão utilizadas a triangulação dos dados obtidos nas entrevistas, nos grupos focais e nos documentos e a triangulação das teorias, com a confrontação entre as afirmações dos diversos autores estudados na revisão de literatura. O objetivo é trazer consistência para os resultados do estudo realizado, pois uma fundamentação consistente é imprescindível para a validade da pesquisa. E assim, como descrito antes, compõe o conjunto de técnicas de coleta dos dados desta tese, o levantamento de informações por meio de pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Elas serão detalhadas nas subseções seguintes.

2.2.1 A pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica

Para Santos (2005, p. 193), a pesquisa teórica é um procedimento metodológico fundamental para o pesquisador conhecer o fenômeno a ser investigado. Segundo este autor, o levantamento do material que servirá para a fundamentação da pesquisa possui três objetivos: a) a confirmação das proposições que tenham caráter mais geral; b) a possibilidade de revisar o objeto a ser avaliado; c) a ampliação do escopo narrativo, permitindo maior compreensão e descrição do fenômeno. Nesta fase, o pesquisador deve selecionar todo o material teórico existente sobre o tema, que poderá ser livros, artigos científicos ou qualquer outro material que tenha validade, bem como, fazer um levantamento sobre a organização avaliada, sua história, ações desenvolvidas, e consultar seu banco de dados.

Nesta tese a **pesquisa documental** focou na obtenção de informações do banco de dados da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e outras fontes de dados secundários relacionados aos BCD, como o Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES/SENAES/MTE). Esta recuperação de dados se deu entre o segundo semestre de 2012 e a primeira metade do ano de 2013. Já, durante o ano de 2014, no período de estágio doutoral, foi efetuada a captura de dados documentais (principalmente relatórios do governo Francês) acerca de avaliações de práticas e políticas de economia social e solidária francesas fundadas na utilidade social. Por fim, em 2015, foram capturados dados em documentos que tratam de avaliações de BCD no Brasil, nos últimos anos. As fontes destas últimas informações foram os arquivos dos bancos comunitários de desenvolvimento visitados e os relatórios de avaliações de BCD efetuadas pelos próprios ou sob demanda da SENAES/MTE.

A **pesquisa bibliográfica** envolve a análise crítica da literatura pertinente ao objeto da tese e aos temas envolvidos na pesquisa - finanças solidárias, bancos comunitários, utilidade social e avaliação dos BCD. Convém lembrar que não há uma abundância na produção acadêmica, no Brasil, sobre Utilidade Social, Bancos Comunitários e Finanças Solidárias. Os **bancos comunitários de desenvolvimento** são experiências genuinamente brasileiras e só agora começam a ser investigados de forma mais intensa. Os pesquisadores deste tema se concentram em poucos núcleos de pesquisa no Brasil e seus estudos normalmente são efetuados em parcerias entre estes núcleos. Em razão disto há uma forte concentração nas referências deste trabalho em torno de quatro ou cinco autores (BORGES, 2010a e 2010b; FRANÇA FILHO, 2004, 2008, 2009, 2010 e 2012, 2013, 2014 e 2015; MELO NETO, 2003, 2007 e 2012; NESOL, 2013a e 2013b; RIGO, 2012, 2013, 2014 e 2015; SILVA JÚNIOR, 2003, 2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2012, 2013 e 2015).

O tema das microfinanças solidárias tem um conjunto de literatura científica ainda menor. Entende-se aqui que ao se tratar de microfinanças ou microcrédito há um referencial teórico internacional vasto. É uma temática bem mais estudada e consolidada. Nesta tese, merece destaque os trabalhos referenciais sobre **microfinanças e microcrédito** de Bahía Almansa (2011), Barone e Sader (2008), Costa (2010), Garayalde Niño, González e Mascareñas Pérez-Iñigo (2014), International Finance Corporation (2013), Microcredit Summit (1997), Manzoni (2008), Woller e Woodworth (2001) e Zouain e Barone (2007). Por sua vez, as finanças solidárias são um nicho de práticas e pesquisas bem específicos no qual estão estabelecidos, os Fundos Rotativos Solidários (FRS), as Cooperativas Populares de Crédito e, fundamentalmente, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). Deste modo, com um escopo mais específico existe menos produção acadêmica sobre as **(micro)finanças solidárias**. Sobressaem-se aqui os textos sobre o tema de Abramovay e Junqueira (2005), Cairó i Céspedes e Gómez González (2015), França Filho e Duran Passos (2008), Melo Neto e Magalhães (2007), Parente (2002) e Santos Filho (2011).

Por seu turno, a temática da utilidade social é praticamente nula como tema de pesquisa acadêmica no Brasil. Na primeira etapa da pesquisa bibliográfica desta tese até 2013 - realizada antes do período do estágio doutoral no exterior, não foram encontrados registros sobre esta temática em bases de dados de pesquisa de textos científicos, no país. Não obstante, uma vasta publicação foi identificada no cenário técnico e científico francês. Diante disso, durante o estágio do doutorado na França, em 2014, foi possível recolher um amplo espectro de textos (livros, capítulos de livros, artigos, dossiês, relatórios e ensaios) sobre utilidade

social (*L'utilité sociale*), inclusive sobre utilidade social nos empreendimentos de economia social e solidária e sobre avaliação da utilidade social neste tipo de empreendimento. Outrossim, apesar de existirem estudos, guias e relatórios técnicos acerca da avaliação da utilidade social em políticas e práticas associativas elaborados no âmbito de conselhos regionais e departamentais, a produção bibliográfica mais relevante, de caráter acadêmico, sobre a problemática ***utilidade social*** de organizações do campo social na França é aglutinada em torno de alguns importantes autores: Duclos (2007, 2008, 2009 e 2010), Fraisse (2001, 2007 e 2008), Gadrey (2004, 2005 e 2006), Gardin (2001 e 2014), Jany-Catrice (2012 e 2014), Hély (2006, 2008 e 2009) e Offredi (2010).

Importa sobrelevar que Jean Gadrey, além de ser autor citado por outros autores dos textos sobre utilidade social em função do seu pioneiro trabalho de 2004, "*L'utilité sociale des organisations de l'économie sociale et solidaire*" (A utilidade social das organizações da economia social e solidária, em livre tradução)¹⁷, também é um respeitável pesquisador e autor na temática dos novos fatores de riqueza. Neste caso, com um trabalho de 2007 - "*Les nouveaux indicateurs de richesse*" (Os novos indicadores de riqueza, em livre tradução) - elaborado em co-autoria com a pesquisadora do tema Florence Jany-Catrice. É pertinente considerar que a temática dos ***novos fatores de riqueza*** é um dos temas abordados nesta tese. Como já exposto anteriormente, a compreensão de que se deve pensar e avaliar os BCD a partir de uma distinta lógica de viabilidade capitaneada pelo viés de sua utilidade social, incita uma maneira original de expressar as outras formas de riqueza geradas na prática dos bancos comunitários de desenvolvimento. E estas riquezas produzidas nos BCD se apresentam em novos indicadores que não aqueles convencionais baseados somente na perspectiva financeira e na viabilidade econômica mercantil. Por esta razão, além de Dowbor (2007 e 2009), Gadrey (2000), Gadrey e Jany-Catrice (2012), Jany-Catrice (2012) e Veiga (2010), outros três estudiosos referenciais que versaram sobre o ressignificado de riqueza (MÉDA, 1999 e 2008), a reconsideração dos fatores de riqueza (VIVERET, 2004 e 2010) e a revisão da avaliação de riqueza (SEN, 2010) também tem suas publicações elencadas na revisão de literatura para esta tese.

¹⁷ Um relatório encomendado pela Delegação Interministerial para a Economia Social (DIES) do governo francês sobre a estagio da discussão sobre avaliação da utilidade social, a partir da síntese de 38 documentos de pesquisa sobre a economia social e solidária na França, em termos de avaliação da utilidade social e benefícios coletivos das organizações deste sector (GADREY, 2004, p. 7).

2.2.2 A pesquisa no campo

Com o desígnio de se alcançar o propósito desta investigação que se classifica como exploratório-descritiva, conforme Cervo e Bervian (2006), a etapa da **pesquisa de campo** deste trabalho pode ser distribuída nos seguintes momentos:

(i) visitas a três experiências de BCD, Foram identificados bancos comunitários de desenvolvimento para serem visitados, tendo em vista o estágio de desenvolvimento que pudessem oferecer informações para subsidiar tanto a compreensão de utilidade social em um BCD como a definição dos indicadores a serem incorporado à matriz de avaliação. A escolha recaiu sobre três BCD: o Banco Palmas, em Fortaleza (Estado do Ceará); o Banco Tupinambá, em Mosqueiro-Belém (Estado do Pará); e o Banco Timbaúbas, em Juazeiro do Norte (Estado do Ceará).

Os dois primeiros foram selecionados por serem das mais consolidadas e exitosas experiências de BCD em funcionamento no Brasil. O Banco Palmas foi o pioneiro entre todos os BCD do Brasil, existe desde 1998, e vem sempre posando na vanguarda dos bancos comunitários de desenvolvimento e mesmo das finanças solidárias no país. A experiência deste BCD, com 18 anos de existência, tem muito a oferecer sobre a trajetória de sucesso, os benefícios coletivos gerados e a sustentabilidade destes empreendimentos. O Banco Tupinambá é também precursor, pois foi o primeiro banco comunitário de desenvolvimento instalado na região Norte do país - a região Amazônica, em 2009. Em apenas sete anos de existência o Banco Tupinambá já tem obtido resultados que o colocam em destaque entre os 103 BCD do Brasil, sendo protagonista em algumas ações da Rede Brasileira de Bancos Comunitários¹⁸ e premiado em âmbito nacional por seus projetos¹⁹. Pela ascensão, pelos

¹⁸ O Banco Tupinambá foi um dos organizadores, através do Instituto Tupinambá, do 1º Encontro Norte e Nordeste de Bancos Comunitários e do 4º Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, ambos realizados em Fortaleza (Ceará), no período de 24 a 26 de novembro de 2016. O grande momento destes encontros foi a criação, como já tratado anteriormente neste trabalho, da entidade máxima legal representativa dos BCD brasileiros, o Banco Nacional das Comunidades. Além de ter sido atuante nas ações prévias para constituição desta organização, os representantes do Banco Tupinambá obtiveram um assento no seu colegiado de gestão. Disponível em <http://bancotupinamba.blogspot.com.br/2015/11/programacao-neno-4-encontro-nacional-da.html> e <http://www.institutobancopalmas.org/banco-nacional-das-comunidades/>

¹⁹ Pelo projeto Caminho das Boas Práticas, o Banco Tupinambá foi reconhecido em dezembro de 2015 com 'Prêmio CAIXA Melhores Práticas'. Este prêmio é entregue anualmente para 20 projetos selecionados pela Caixa Econômica Federal que apresentam soluções para o desenvolvimento sustentável, por meio de ações inovadoras e indutoras do desenvolvimento local, da integração das políticas públicas, melhor adequação dos espaços urbanos e que provoquem mudanças nos padrões de produção e de consumo. Informações disponíveis em <http://bancotupinamba.blogspot.com.br/2015/12/banco-tupinamba-e-premiado-em-brasilia.html> e <http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=3176>

projetos e pelo reconhecimento, este BCD tem consideráveis informações a serem apreendidas para a construção de uma resposta ao problema de pesquisa desta tese.

Se estes dois BCD tiveram sua escolha pelo que podiam oferecer para este estudo em função de seus itinerários exitosos, o terceiro BCD investigado foi selecionado por estar, no momento, na contramão dos outros dois. Esta rota oposta que vivencia o Banco Timbaúbas, ainda que possa ser sugerida como momentânea, tem elementos *sui generis* que podem fazer o contraponto de reflexão acerca da utilidade social, dos benefícios coletivos, da própria natureza de um Banco Comunitário de Desenvolvimento e quais fatores permitem a sustentabilidade de um BCD. Como o Banco Timbaúbas fica em Juazeiro do Norte (Ceará) e seu percurso já vinha sendo acompanhado pela Incubadora de Empreendimentos Populares e Solidários da Universidade Federal do Cariri (ITEPS/UFCA), à qual o autor desta tese esteve vinculado, foi mais inteligível identificar este BCD como o empreendimento a ser estudado em um estágio diferente dos outros dois. Aliás, por se conhecer os dirigentes do Banco Timbaúbas de um largo tempo se tornou mais acessível a visita e o diálogo sobre os temas relacionados as razões dos insucessos e as dificuldades enfrentadas por este BCD²⁰.

O propósito foi obter uma melhor compreensão da realidade destes bancos *in loco* e permitir o entendimento entre o quadro teórico e o desempenho organizacional. Nas visitas de campo, o pesquisador se insere total ou parcialmente na organização investigada e passa a viver um pouco do cotidiano de seus integrantes. A proximidade com seu objeto de pesquisa pode tornar mais acessível a coleta de dados, interpretá-los e integrá-los (VIEIRA; PEREIRA, 2005, p. 227-228). Todavia, Barbour (2009, p. 13) alerta que esta técnica possui grande capacidade de produzir observações corrompidas e até deturpadas, pois o pesquisador pode assumir posições da organização em estudo. Entretanto, este autor acolhe os argumentos de Viera e Pereira (2005, p. 229) que a ida a campo implica em intensificar as relações entre investigador e objeto, uma vez que se deixa de trabalhar com informações secundárias para realizar a observação diretamente;

²⁰ Este banco comunitário de desenvolvimento é um empreendimento com cinco anos de existência. Fundado em abril de 2011, teve uma caminho ascendente nos três primeiros anos com o estabelecimento de parcerias locais e nacionais, com o crescimento da circulação da moeda social Timba no bairro (SILVA, 2013, p. 86-100; CHAGAS, 2014, p. 55-63). Só que nos últimos dois anos o Banco Timbaúbas vem experimentando intensos e constantes momentos de fragilidades relacionados a disputas entre as lideranças da associação que gerencia o BCD, ao afastamento da incubadora ITEPS/UFCA, à perda de credibilidade junto a comunidade e a escassez de recursos para o fundo de crédito que levou ao temporário fechamento do Banco das Timbaúbas em 2015. Em 2016, este BCD aparentar reagir novamente com o restabelecimento de parcerias, do processo de incubação e com o entendimento entre os membros.

(ii) entrevistas semiestruturadas para realização de levantamentos exploratórios com líderes de organizações-chave (Consultores, Banco Central, SENAES/MTE) do ambiente relacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários - uma vez que a atuação destes entes impacta nos apoios, financiamentos e formulação de políticas públicas para os BCD, e com coordenadores dos bancos comunitários visitados e estudiosos e pesquisadores do tema da utilidade social na França. Convém sublinhar que a compreensão do significado, da importância e de como pode ser percebida a utilidade social dos BCD são aspectos questionados nas entrevistas com os dirigentes das organizações parceiras dos BCD e com as próprias lideranças dos BCD visitados. É pertinente afirmar que as entrevistas são importantes como técnica de captura de dados e, para Pinheiro (*apud* SANTOS, 2005, p. 184), pode ser conceituada como uma prática discursiva, onde se obtém informações em questões estratégicas que só podem ser levantadas por meio desta técnica. Santos (2005, p. 184), corrobora com isto e enfatiza que a participação do pesquisador é imprescindível, pelo que se gera da prática discursiva, resultado da interação entre pesquisador e entrevistado. É justamente isto que se esperava das entrevistas neste estudo;

(iii) grupos focais com moradores dos territórios dos BCD visitados para dialogar com aqueles que são diretamente atendidos e atingidos com as ações do banco comunitário no território e capturar qual a percepção, o entendimento e a avaliação deles acerca do que pode ser, ou melhor, já vem sendo a utilidade social dos BCD. Gondim (2003, p. 158) afirma que a escolha metodológica de pesquisa “apoiada na técnica dos grupos focais considera os produtos gerados pelas discussões grupais como dados capazes de formular teorias, testar hipóteses e aprofundar o conhecimento sobre um tema específico”. Para Ruediger e Riccio (2006, p. 151), esta técnica possibilita uma análise das percepções dos participantes do grupo em suas proximidades e divergências acerca do tema - ou temas - em foco e enfatiza-se por meio dela “não apenas as percepções individuais, mas também aquelas oriundas das interações do coletivo, expressas nas estruturas discursivas e na defesa ou crítica de temas e aspectos relevantes da pesquisa”. No grupo focal, há a ação de um mediador, que é responsável por coordenar o grupo, introduzir os temas na discussão por meio de perguntas com o intuito de captar e entender atitudes, ideias, opiniões, das pessoas participantes (RUEDIGER; RICCIO, 2006, p. 154-155).

Isto posto, a finalidade do uso dos grupos focais nesta pesquisa se justifica em função desta técnica proporcionar um alto poder de análise. O grupo focal pode ser definido como uma “roda de conversa” onde pessoas integrantes de determinada organização ou grupo de

interesse expõem ideias, sentimentos e expectativas sobre elas, cujas proposições são orientadas por um mediador (BARBOUR, 2009, p. 20-21). Deste modo, essa técnica é empregada, como explicam Oliveira e Freitas (1998, p. 84), quando o pesquisador necessita “explicar como as pessoas consideram uma experiência, uma ideia ou um evento, visto que a discussão durante as reuniões do grupo é efetiva para fornecer informações sobre o que as pessoas pensam, sentem ou agem”. Ao se articular com as demais técnicas de capturas de dados desta pesquisa, será possível melhor compreender o objeto investigado. Ademais, é uma forma mais aprofundada e coletiva, esclarecer resultados de outros estudos ou que tenham emergido nas análises da pesquisa, e ainda, validar os dados obtidos nos outros métodos da pesquisa (OLIVEIRA; FREITAS, 1998, p. 85).

2.2.3 Considerações sobre os resultados da ida ao campo neste estudo

De maneira prática, as **visitas às experiências** de bancos comunitários e **entrevistas** aconteceram entre 2013 e 2016. A primeira deles ocorreu durante o ano de 2013. Em fevereiro daquele ano, visitou-se o Banco Palmas, no bairro do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, Estado do Ceará. Nesta estada na comunidade foi observado o funcionamento do banco comunitário e realizada uma entrevista - dentre as programadas pelo plano de captura de dados desta tese - com o Sr. Joaquim Melo Neto, coordenador do Banco Palmas. No mês de março de 2013, durante o III Encontro Nacional da Rede de Bancos Comunitários, também na cidade de Fortaleza, três das entrevistas programadas com parceiros desta rede foram realizadas: Sr. Haroldo Mendonça (Coordenador geral de comércio justo e crédito da SENAES/MTE), Sra. Heloísa Primavera (Consultora em microfinanças solidárias e moedas locais e parceira de longas épocas do Banco Palmas) e Sra. Juliana Braz (Pesquisadora do Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo - NESOL/USP e co-organizadora do livro resultado da pesquisa “Banco Palmas 15 anos: resultados e perspectivas para a superação da pobreza”). No final do mês de maio de 2013, a comunidade visitada foi a da Ilha de Mosqueiro, em Belém do Pará, território do Banco Tupinambá. Além de conhecer o espaço da comunidade e alguns moradores, foram realizadas entrevistas com os dois coordenadores do BCD: a Sra. Ivoneide do Vale e o Sr. Marivaldo do Vale. Já no novembro de 2015 e em janeiro de 2016, entrevistou-se a Sra. Helena Souza e Sr. Juraci Alves, fundadores e coordenadores do Banco Timbaúbas, localizado na cidade de Juazeiro do Norte, Ceará, além da Srta. Socorro Santos, estudante bolsista da ITEPS/UFCA que esteve acompanhando este BCD, entre 2012 e 2015.

Entre os dois momentos, ocorreu o período da realização do estágio de doutorado, na França, entre janeiro e dezembro de 2014, no qual algumas entrevistas essenciais foram concretizadas com estudiosos referenciais nos temas-chave desta pesquisa. Assim, foram entrevistados Laurent Gardin, Laurent Fraisse, Hélène Duclos, Jérôme Blanc e Jean-Louis Laville sobre utilidade social em empreendimentos e políticas de economia solidária e Patrick Viveret sobre novos fatores de riqueza. Ademais, foi possível participar de dois eventos específicos sobre as discussões de avaliação com aplicação de indicadores baseados em utilidade social: a Jornada de Estudos “*L’utilité sociale: un nouveau critère d’évaluation ?*” (Utilidade social: um novo critério de avaliação?), em novembro de 2014, em Paris/França; e o Seminário “*Connaissance et reconnaissance de l’utilité sociale et environnementale en économie sociale et solidaire*” (Conhecimento e reconhecimento da utilidade social e ambiental da economia social e solidária), em dezembro de 2014, na cidade de Lille/França.

Os **grupos focais**, por seu turno, foram realizados entre 2013 e 2016, quando das visitas de campo para entrevistas no Banco Palmas, no Banco Tupinambá e no Banco Timbaúbas. A intenção foi dialogar com os moradores, clientes e lideranças dos territórios dos BCD visitados, tendo em vista que estes são os diretamente atendidos e atingidos com as ações do banco comunitário. Foi realizado o grupo focal em cada BCD com o propósito de capturar informações a partir dos seguintes tópicos de debate: a **percepção**, o **entendimento** e a **avaliação** deles acerca do que pode ser, ou melhor, se já vem sendo a utilidade social dos BCD. A pergunta de partida desta pesquisa funcionou como norteadora para os três tópicos expostos acima e cujo intuito é orientar a mediação do grupo focal na elaboração dos seus questionamentos iniciais. No entanto, outras questões derivadas puderam ser exploradas pelo mediador, na medida em que as inferências do grupo careciam de um melhor entendimento ou mais esclarecimento.

2.2.4 As análises dos dados e a construção da matriz de indicadores

A análise geral dos dados obtidos nas pesquisas documental, bibliográfica e de campo foram utilizados sobretudo para a construção da matriz de dimensões e indicadores com base na utilidade social que possa ser incorporada aos instrumentos de avaliação sobre a viabilidade dos BCD. Contudo, uma atenção analítica mais radical foi dada às informações obtidas nos relatórios, artigos, livros e instrumentos de avaliações já realizadas acerca dos BCD e das finanças solidárias. Dentre estes, dois documentos que são indispensáveis para apreciação e consideração em um ajuste para uma proposta de matriz de dimensão e indicadores baseados na busca da utilidade social, as avaliações sobre os 10 anos (SILVA JÚNIOR, 2008) e 15

anos (NEIVA *et al.*, 2013) do Banco Palmas. Além destes estudos avaliativos, foram fundamentais para a investigação as avaliações realizadas pela organização da sociedade civil Care Internacional-Brasil para avaliar sua eventual entrada no campo das finanças solidárias em 2008; as avaliações financiadas pela SENAES/MTE em 2006 e 2007 para verificar o impacto dos seus primeiros investimentos no apoio à implantação de BCD e os estudos realizados sobre os fundos rotativos solidários.

Logo, a matriz de dimensões, indicadores e critérios com base na utilidade social para ser incorporada aos instrumentos de avaliação sobre a viabilidade dos BCD, ocorreu após os estudos de aprofundamento teórico a respeito deste conceito-chave e análises das avaliações de resultado e impactos já realizadas. Somente assim, foi possível estabelecer onde foi necessário ajustar as avaliações já existentes e inserir indicadores que possam exprimir, no modelo de avaliação da sustentabilidade criado, a utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros. Portanto, o protocolo de dimensões e indicadores foi construído com base nas deficiências dos processos de avaliação já constituídos, com o apoio do quadro referencial teórico da tese e com os resultados dos dados capturados nas pesquisas.

3 AS AVALIAÇÕES DE INICIATIVAS DE MICROFINANÇAS: DA VIABILIDADE FINANCEIRA AO RETORNO SOCIAL

Este capítulo tem o propósito de apresentar, inicialmente, os dois distintos enfoques (o da ênfase no combate a pobreza e o do foco na viabilidade financeira) das instituições de microfinanças (IMF) o qual direciona firmemente sua atuação, impactará nas suas práticas e nas avaliações. Em seguida, são evidenciadas as análises acerca de documentos e instrumentos avaliativos para verificar a viabilidade de experiências de microfinanças, sobretudo aquelas que se aplicaram aos BCD. Nesse caso, são expostos apontamentos em torno da discussão sobre os objetivos e a metodologia destas avaliações que tendem a serem mobilizadas por uma perspectiva de viabilidade financeira destes empreendimentos em detrimento de sua atuação direcionada à geração de benefícios coletivos multidimensionais (sociais, políticos, culturais, ambientais e, também, econômicos). Na parte final do capítulo, são discutidos aspectos que elevam um exercício de avaliação apropriada às práticas de economia solidária, como as experiências de finanças solidárias. O aprofundamento no tema buscará depreender por que os instrumentos e modelos de avaliação de iniciativas econômicas baseados na centralidade do conceito de viabilidade econômica revelam-se insuficientes para a avaliação das práticas de bancos comunitários de desenvolvimento.

3.1 A ORIGEM DAS MICROFINANÇAS E AS DISTINTAS ÊNFASES EM SUA APLICAÇÃO: O CHOQUE ENTRE IMPACTO SOCIAL E INTERESSE FINANCEIRO

A concessão de financiamento na forma de microcréditos em territórios na tentativa de dinamizar a economia local, mitigar a pobreza e incluir socialmente a população mais marginalizada e sem acesso ao crédito com juros justos, não é algo novo. Segundo Bahía Almansa (2011, p. 34), o instrumento financeiro do microcrédito tem sua origem conectada ao nascimento das cooperativas de crédito, no século XIX. Isto também afirmam Garayalde

Niño, González Fernandez y Mascareñas Pérez-Iñigo (2014, p. 131-132). Contudo, estes autores vão ainda mais longe ao passado e indicam que “a ideia básica do que hoje é chamado “micro-crédito” – o conceito mais conhecido das microfinanças - é tão antigo quanto a história humana escrita. Os registros históricos mostram que desde a antiga Babilônia, seguindo pela civilização hebraica, passando pela Idade Média e alcançando o século XVIII está a pré-história do modelo financeiro dos empréstimos que no século seguinte chegaremos a conhecer como microcrédito (GARAYALDE NIÑO; GONZÁLEZ FERNANDEZ; MASCAREÑAS PÉREZ-IÑIGO, 2014).

No século XIX, quando Pierre Joseph Proudhon cria o “Banco do Povo”, na França; Friedrich-Wilhelm Raiffeisen inicia a Associação de Poupança e Crédito de Heddesdorf, na Prússia (hoje Alemanha); e os irmãos Jacob Emile e Isaac Pereire criam as Sociedades de Crédito Mútuo, estão postas as bases do microcrédito em sua concepção atual (GARAYALDE NIÑO; GONZÁLEZ FERNANDEZ; MASCAREÑAS PÉREZ-IÑIGO, 2014, p. 132-133). Na contemporaneidade, a experiência mundial de microcrédito mais reconhecida é uma prática de inclusão socioeconomia introduzida, em Bangladesh, por uma iniciativa de professores e estudantes de economia da Universidade de Chittagongf, coordenados e inspirados pelo Professor Muhammad Yunus. O empreendimento criado por eles, em 1983, inspirado nas experiências pioneiras do século anterior é o Grameen Bank (Banco da Aldeia). O Grammen Bank é um empreendimento que concede créditos solidários a grupos de pessoas – fundamentalmente mulheres – baseados na confiança mútua, participação e responsabilidade da população rural daquele país com dificuldades de acesso aos canais tradicionais de crédito. Em linhas gerais, todas as receptoras dos recursos são responsabilizadas pelo reembolso, assim como, se tornam sócias do Grameen. O Grameen Bank é, isto posto, uma organização de microfinanças inclusiva que concede créditos baseados na confiança mútua, participação e responsabilidade. Atualmente, estão instalados em 36.000 povoados ou aldeias e emprestam a 6,0 milhões de pessoas das quais 96,0% são mulheres. Os empréstimos médios são de até US\$ 100,00 e a taxa de pagamento está em 99,0% (GARAYALDE NIÑO; GONZÁLEZ FERNANDEZ; MASCAREÑAS PÉREZ-IÑIGO, 2014, p. 134).

A experiência do Grameen Bank inspirou programas parecidos em todos os continentes (YUNUS; JOLIS, 2006, p. 223-256) e atraiu o interesse do setor financeiro privado mundial. Entretanto, o que se percebe é que a maioria dos programas de microcréditos que se formaram nas últimas três décadas por todo o mundo não tem correspondido exatamente à proposta do

“Banco da Aldeia”. Já na década de 1990, com a anuência e incentivo do Banco Mundial, o conceito foi apropriado e adaptado para modelos mercantis de concessão de microcréditos, dentro de práticas mais financeiras que solidárias (exigências de garantias reais, empréstimo concedido sem a preocupação de geração de renda sistêmica no local ou com construção de oferta e demanda conjunta no território etc.), as quais os bancos comerciais criaram subsidiárias, carteiras e linhas específicas de financiamento para conceder microcréditos ao setor informal da economia e às pequenas e médias empresas. Neste contexto, a entrada de grandes bancos privados no campo do microcrédito, através de um processo mais conhecido como “bancarização dos mais pobres”, representou a descoberta de um novo nicho mercadológico para as instituições financeiras convencionais, sacramentando assim a aparição de um novo fenômeno na dinâmica do capitalismo contemporâneo: “a indústria da microfinança”, também denominada de indústria do microcrédito” (FRANÇA FILHO; DURAN PASSOS, 2008, p. 4-5; PARENTE, 2002, p. 95).

Em suplemento a essas considerações primeiras, Carvalho *et al.* (2009, p. 3) examinam que o microcrédito vem sendo apontado como uma alternativa eficaz para redução da pobreza no mundo e promoção do desenvolvimento econômico e social através do combate ao desemprego e geração de renda. Em Microcredit Summit (1997, p. 25), é destacada a Conferência Global sobre Microcrédito realizada em Washington no ano 1997, cujo objetivo primordial foi reforçar decisivamente este axioma no qual as soluções microfinanceiras seriam instrumentos centrais no combate à pobreza, principalmente no âmbito das políticas institucionais protagonizadas por governos e organismos internacionais. Por sua vez, Cairó i Céspedes e Gómez González (2015, p. 36) afirmam que para além desta concepção sobre o potencial impacto das microfinanças sobre o desenvolvimento local e a redução da pobreza, são as formas de atingir esses resultados que proporcionam os maiores debates. Estes autores complementam sua afirmação destacando que duas abordagens são as protagonistas deste debate, diferindo de acordo com a prioridade estabelecida pelo empreendimento de microfinança: se o acesso aos serviços e produtos financeiros oferecidos ocorre com o propósito de perseguir a sustentabilidade financeiramente do empreendimento ou de produzir impacto nos termos de mitigação da pobreza.

Para Cairó i Céspedes e Gómez González (2015, p. 36-37) estas duas abordagens acerca da finalidade das instituições de microfinanças (IMF) se cristalizam em distintos posicionamentos de certo modo até opostos: uma abordagem voltada a oferta do microcrédito como uma forma de gerar retorno financeiro para a instituição e para tal, prioritariamente,

persegue a ‘autossuficiência financeira’ em detrimento do alcance social; outra abordagem prioriza a oferta dos produtos e serviços de microfinanças como uma possibilidade de proporcionar alternativas para o ‘alívio da pobreza’ e o “bem-estar comunitário” às populações mais vulneráveis socioeconomicamente. Aparentemente, permite-se afirmar que ambas as propostas não se excluem mutuamente, uma vez que uma organização de microfinanças pode perseguir a viabilidade financeira e atingir o propósito de mitigação da pobreza. Do mesmo modo, admite-se a verossimilhança de um *trade-off* entre as duas abordagens mencionadas, tendo em vista o alcance dos objetivos ao mesmo tempo.

Carvalho *et al.* (2009, p. 3) retratam que não obstante os indícios do relevante potencial atribuído às microfinanças no combate à pobreza, existem diversos trabalhos empíricos que exibem, exatamente o inverso. Em outros termos, a revisão que estes autores realizaram de sete documentos (BHATT; TANG, 2001; MORDUCH, 1999, 2000 e 2008; ELAHI; DANPOULOS, 2004; KARNANI, 2007; SHETTY, 2008; BARONE *et al.*, 2002; NICTER *et al.*, 2002) mostrou evidências “que o microcrédito não exerce impactos tão positivos como se propaga e que possui pequena penetração junto às camadas mais pobres da população” (CARVALHO *et al.*, 2009, p. 3). Já Garayalde Niño, González Fernandez y Mascareñas Pérez-Iñigo (2014, p. 146-147) elaboraram um trabalho mais abrangente e conseguiram capturar análises diversas em documentos que avaliavam o propósito e o impacto dos empreendimentos de microfinanças. São apontados documentos de autores os quais declaram que as microfinanças têm permitido aliviar a situação de pobreza, melhorando o padrão de vida dessa população fragilizada com impactos econômicos (aumento da poupança, acumulação de ativos como pequenas máquinas e equipamentos) e os impactos não econômicos, com reflexos nas áreas de

[...] saúde, segurança alimentar, nutrição, educação, criação de emprego, situação das mulheres, coesão social e autoestima (Afrane, 2002; Barnes, 1996; Barnes e Keogh, 1999; Beck, Demirgüç-Kunt e Levine, 2004; CGAP, 2003; Hietalahti e Linden 2006; Hossain e Knight, 2008; Khandker, 2001; Odell, 2010; Robinson, 2001; Schuler, Hashemi e Riley, 1997; Unicef, 1997; Wright, 2000; Yunus, 1999) (GARAYALDE NIÑO; GONZÁLEZ FERNANDEZ; MASCAREÑAS PÉREZ-IÑIGO, 2014, p. 146).

Existe a citação, por outro lado, de trabalhos que referendam que as microfinanças têm impactos negativos - esse viés vai exatamente ao encontro do que reproduziu Carvalho *et al.* (2009), pois “aumentam a desigualdade de renda, criam relações de dependência e dificultam o desenvolvimento sustentável (Adams e Von Pischke, 1992; Bateman e Chang, 2009; Copestake, 2002)” (GARAYALDE NIÑO; GONZÁLEZ FERNANDEZ; MASCAREÑAS PÉREZ-IÑIGO, 2014, p. 146). Finalmente, Garayalde Niño, González Fernandez y

Mascareñas Pérez-Iñigo (2014, p. 147, grifo nosso) mencionam alguns documentos cujas análises anunciam que as microfinanças convencionais não estão postas em julgamento somente por sua falta de eficácia na redução dos níveis de pobreza, mas também por se questionar o quanto é “eticamente aceitável ganhar dinheiro emprestando aos pobres e se o desenvolvimento do setor perdeu de vista os objetivos originais (Bateman, 2010; Dichter, 2007; Fernando, 2006; Karnani, 2009; Weber, 2006; Roy, 2010; Senigaglia, 2008)”.

Nessa direção, Carvalho *et al.* (2009, p. 4, 9) explicita que as instituições de microcrédito se tornam cada vez mais voltadas para a busca de sustentabilidade financeira e eficiência operacional, visando assegurar sua autossuficiência e viabilidade financeira. Segundo estes autores, os provedores de recursos e organismos de apoio são os principais responsáveis por provocarem esta postura devido à cobrança que exercem sobre as IMF para apresentarem resultados positivos nos seus indicadores econômico-financeiros de desempenho. Nessas organizações fomentadoras do fundo de crédito das IMF “predomina a ideia de que a boa performance das organizações atrai investimentos de capital privado que são essenciais para aumentar a efetividade do microcrédito e garantir os objetivos sociais de combate à pobreza no longo prazo”. Dentre os organismos de fomento que passam a condicionar apoio e aporte de recursos ao alcance - por parte das instituições de microfinanças - de parâmetros de performance e viabilidade financeira estão o *Consultative Group to Assist the Poor (CGAP)*²¹ - Grupo Consultivo para a Assistência aos Pobres - e o Banco Mundial.

Não é surpreendente que estes dois organismos sejam os principais articuladores dessa política de incentivo às instituições de microfinanças em busca de criarem alternativas para aumentar os resultados, maior orientação para o lucro e maior competição, uma vez que o Banco Mundial foi um dos estimuladores do processo de “bancarização dos mais pobres” para o fortalecimento da “indústria das microfinanças”, como citado em França Filho e Duran Passos (2008, p. 4-5). Do mesmo modo, o CGAP tem no seu corpo diretivo representantes do Banco Mundial, que é tanto um dos membros fundadores como oferece em seu escritório central a sede do CGAP. Carvalho *et al.* (2009, p. 16) alerta que “a partir da década de 90, o ambiente em que as organizações de microcrédito estão inseridas tem se transformado,

²¹ O *Consultative Group to Assist the Poor (CGAP)* é uma parceria global de 34 organizações líderes que visam o desenvolvimento da inclusão financeira através do desenvolvimento de soluções, por meio de pesquisas e engajamento prático com prestadores de serviços financeiros, poder público e financiadores para permitir economia de escala. O CGAP tem sua sede no escritório do Banco Mundial, em Washington, e combina uma atuação pragmática para o crescimento sustentável do mercado alvo com uma plataforma de suporte baseada

influenciando todo o setor e conduzindo-o a um redirecionamento de alguns valores, objetivos e práticas”. Estes autores completam suas considerações expressando que, nessa conjuntura, as instituições de microfinanças - mesmo aquelas sem fins lucrativos - estão com foco nos princípios de racionalização dos custos, aumento de escalas operacionais e busca de eficiência e sustentabilidade operacional e financeira. É essa a nova postura das organizações de microcrédito.

O que se verificou desde aquele período foi o maior investimento e crescimento da participação dos bancos comerciais e outras instituições financeiras tradicionais no segmento das microfinanças ao visualizarem o potencial de lucro e melhoria global do seu desempenho financeiro. Nesse processo, a percepção geral de instituições de microcrédito como negócio lucrativo tomou forma e “essas transformações evidenciaram a presença de uma nova lógica embasando a prática e as ações no microcrédito, qual seja, a lógica racional do mercado”, relatam Carvalho *et al.* (2009, p. 17). Assim, estes autores corroboram com França Filho e Duran Passos (2008) em relação à perspectiva do fortalecimento, a partir de então, de uma “indústria da microfinança” amparando em um novo nicho de mercado identificado com base no acesso ao crédito de populações mais economicamente fragilizadas e na “bancarização da pobreza”. Outrossim, um pretense *trade-off* entre as duas abordagens de posicionamento das IMF tem estabelecido que uma ênfase em sustentabilidade e eficiência para expandir os produtos e serviços e aumentar a sua penetração entre os mais pobres, pode levar a efeitos contrários ao alcance da população mais fragilizada “à medida que para se tornarem financeiramente sustentáveis as instituições tendem a se afastar de clientes mais vulneráveis” (CARVALHO *et al.*, 2009, p. 17).

Neste instante, importa sublinhar o artigo de Cairó i Céspedes e Gómez González (2015) cujo objetivo é qualificar cada uma das abordagens, analisar em que medida há um *trade-off* entre os dois enfoques e em quais situações se torna possível alcançar ambos os propósitos das distintas abordagens. O primeiro enfoque, denominado abordagem da ‘autossuficiência financeira’, tem como principais entidades difusoras o *International Finance Corporation* (IFC), *Consultative Group to Assist the Poor* (CGAP) e a *United States Agency for International Development* (USAID)²² - Agência dos Estados Unidos da América para o

em evidências para aumentar o acesso aos serviços financeiros que os pobres necessitam para melhorarem suas vidas. Informação disponível em <http://www.cgap.org/>.

²² A *United States Agency for International Development* (USAID) é agência governamental do Estados Unidos da América (EUA) cujo foco de atuação está voltado para o fim da pobreza extrema global visando permitir a

Desenvolvimento Internacional. Esta concepção, de acordo com esses autores, afirma que a população-alvo do microcrédito são os “menos pobres entre os pobres”, enfatiza a sustentabilidade financeira da instituição de microfinanças e considera que o microcrédito por si só pode melhorar as condições socioeconômicas das pessoas (CAIRÓ I CÉSPEDES; GÓMEZ GONZÁLEZ, 2015, p. 37). Portanto, para esta abordagem a prioridade é a viabilidade financeira da instituição e em segundo lugar está o propósito da atuação - a redução no nível de pobreza dos tomadores.

Em relação ao segundo enfoque, o qual Cairó i Céspedes e Gómez González (2015, p. 37) se referem como abordagem do ‘alívio da pobreza’. Estes autores argumentam que a população-alvo do microcrédito é principalmente “os mais pobres entre os pobres”, enfatizando o impacto em termos de redução da pobreza e oferece - adicionalmente aos produtos e serviços de microfinanças - outros serviços não financeiros como espaço de convivência político-comunitário. Trata-se de uma combinação coordenada de serviços de microfinanças e outros serviços de desenvolvimento para apoiar os empreendimentos locais, aumentar renda, gerar empregos, proporcionar melhorias na saúde, na educação, criar redes de proteção social, entre outros (CAIRÓ I CÉSPEDES; GÓMEZ GONZÁLEZ, 2015, p. 38). Deste modo, esta abordagem tem como prioridade o escopo de atuação da instituição e o impacto causado sobre as populações mais vulneráveis, tratando a viabilidade financeira como consequência de sua ação e não a razão da mesma.

Destarte, se visualiza de modo imediato uma firme distinção entre as duas abordagens encontrada na abrangência dos serviços fornecidos à população-alvo. Caso a instituição de microfinanças se concentre na oferta somente de produtos e serviços financeiros parece ser evidente que seu enfoque é a ‘autossuficiência financeira’. Já se a instituição de microfinanças possui um portfólio com uma carteira de produtos e serviços amplos e não somente financeiros, pode se julgar que a sua ênfase é no ‘alívio da pobreza’. Por sua vez, Cairó i Céspedes e Gómez González (2015, p. 38) reclama atenção para uma similitude entre as duas abordagens. Esses autores comentam que ambas as abordagens têm uma semelhança evidente independente do propósito, ou talvez melhor dito, em função dele. Em outras palavras, os dois enfoques buscam atingir o maior número de tomadores de crédito. Para uma abordagem o

constituições de sociedades resilientes e democráticas e que possam realizar todas as suas capacidades. Para tanto, a USAID informa que investe em sete vetores, dentre eles está **o fomento ao desenvolvimento do setor privado e o crescimento econômico sustentável**. A USAID, assim como o Banco Mundial, também é uma das fundadoras e membro componente atuante do *Consultative Group to Assist the Poor* (CGAP). Informações disponíveis em <http://www.usaid.gov/> e em <http://www.cgap.org/member-organizations>.

objetivo é possuir uma maior base de clientes para ampliar a escala e melhorar, por conseguinte, o desempenho financeiro da instituição. Na outra abordagem, a razão é atender mais pessoas visando com as microfinanças ajudá-las a reduzir suas condições de vulnerabilidade social, economia, política, e cultural.

Em síntese, Cairó i Céspedes e Gómez González (2015, p. 55) explanam, então, que “os dois modelos compartilham o objetivo de aumentar o acesso aos serviços financeiros para as pessoas que estão excluídas do sistema financeiro tradicional”. Conforme estes autores, a diferença é encontrada no público para o qual é dirigido o serviço. Enquanto abordagem do ‘alívio da pobreza’ assiste aos mais pobres em condições de vulnerabilidade e sem propriedade de bens e negócios, a abordagem da ‘autossuficiência financeira’ tem serviços voltados mais para o micros, pequenos e médios empresários. Adicionalmente, Cairó i Céspedes e Gómez González (2015, p. 54) informam que a partir de suas pesquisas foi possível identificar que a primeira situação se reflete nos casos de IMF na África subsaariana e na Ásia Meridional, e já a segunda está alinhada com o foco de atuação típico das IMF na América Latina e no Oriente Médio. A região do sul da Ásia ou Ásia Meridional - a mais populosa do planeta (aproximadamente 23,2% da população global vive nesta região) e com alguns dos piores indicadores sociais do mundo (alfabetização, expectativa de vida, renda per capita, mortalidade infantil, desnutrição e pobreza) - evidencia o foco na abordagem do ‘alívio da pobreza’, contabilizando o maior número de IMF em atendimento aos mais pobres, a que tem o menor montante médio de empréstimo por tomador (US\$ 185,00) e a que alcança o mais elevado percentual de mulheres (91,0%) entre os seus clientes (CAIRÓ I CÉSPEDES; GÓMEZ GONZÁLEZ, 2015, p. 50-52, 54).

Inicialmente se poderia pensar que executar o serviço de microfinanças com uma perspectiva de combate à pobreza amplia a inadimplência e os custos da operação, colocando em risco a viabilidade financeira da instituição. Deste modo, seria mais seguro se concentrar na oferta somente de serviços financeiros com uma visão de maximizar o lucro econômico mercantil. No entanto, os índices de resultado da Ásia Meridional apresentados em Cairó i Céspedes e Gómez González (2015) demonstram que isso não precisa ser necessariamente assim, uma vez que as IMF daquela região têm uma viabilidade financeira amparada no grande número de clientes, o que permite que fornecer o acesso ao crédito com baixo custo para o tomador. Desta forma, as IMF do sul da Ásia confirmam sua vocação de contribuir para a redução da pobreza através da combinação de serviços financeiros e não financeiros focados nas

populações vulneráveis, com medidas destinadas a criar um sistema financeiro competitivo e sustentável, como no caso exemplar do Grammen Bank.

Cairó i Céspedes e Gómez González (2015, p. 53-54) mostram que no caso da América Latina, as IMF atuam - ordinariamente - conduzidas pela abordagem da busca pela 'autossuficiência financeira' e "optam por um modelo mais financeiro que social, onde o microcrédito é oferecido com o objetivo de atingir a sustentabilidade e desempenho financeiro". Conforme estes autores, os produtos e serviços microfinanceiros destas instituições se dirigem, principalmente, as pequenas e médias empresas, de modo que a atenção para a população que vive em situação de pobreza é limitada. Dentre os dados que podem confirmar isso está a exigência de avais e garantias para liberação do crédito e o dado que indica o valor médio dos montante de empréstimo por tomador na região (US\$ 3.822,00). Este valor é cerca de 20 vezes superior o montante de empréstimo médio tomado na Ásia Meridional, por exemplo, e a necessidade de aval indica que o perfil de clientes da América Latina compartilham algumas características econômicas e de negócios e já atingiram um nível de renda média que - exatamente - não pertence ao grupo de população com um maior grau de pobreza. "Coerentemente com esta abordagem do tipo mais financeira, o microcrédito na América Latina se mostra com alta viabilidade financeira, graças às taxas de juros cobradas e sua alta alavancagem financeira, independentes de subvenções e doações" (CAIRÓ I CÉSPEDES; GÓMEZ GONZÁLEZ, 2015, p. 53).

Com relação à situação da abordagem assumida pelas IMF no caso brasileiro, Carvalho *et al.* (2009, p. 16) relatam que buscaram informações mais consistentes para advogar com mais clareza sobre esta questão, mas os trabalhos existentes sobre o assunto são escassos. Todavia, estes mesmos autores afirmam que os dados obtidos em relação ao Brasil indicaram que o comportamento das IMF ativas no país revela que não pode ainda ser enaltecido por cumprir o objetivo de 'alívio da pobreza'.

Há indícios de que gestores e acadêmicos atribuem grande importância ao alcance da sustentabilidade pelas instituições, utilizando também o argumento institucionalista de que apenas organizações autossustentáveis terão condições de realmente promover impactos na pobreza, concedendo empréstimos que atinjam um maior número de pessoas e mais altos níveis de pobreza (CARVALHO *et al.*, 2009, p. 17)

A afirmação acima parece pouco consistente, pois as principais IMF brasileiras - juridicamente constituídas - são cooperativas de crédito ou Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCM) ou, ainda, subsidiárias de bancos comerciais e, em todos esses casos, se sobressai um modelo que repete a perspectiva de

atuação (autossuficiência financeira) e de público-alvo (micro, pequenas e médias empresas) das IMF da América Latina. Tome-se o caso do programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que se apresenta como o maior programa de microcrédito da América do Sul²³ e este mesmo vai afirmar que é orientado a “milhares de empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia (microempresas, enquadradas como Microempreendedor Individual, Empresário Individual, Autônomo ou Sociedade Empresária)”²⁴. Já o programa CAIXA CRESCER vinculado à Caixa Econômica Federal se promove como “uma empresa de oferta de microcrédito e produtos de microfinanças para pequenos e micro empreendedores”²⁵, possibilitando o acesso a serviços microfinanceiros que contribuem “para uma mudança na sua condição financeira”²⁶. Finaliza sua autopromoção declarando que “crescimento na prática é isso: compra de equipamento e de matéria-prima, aumento da produção, aumento de suas vendas, desenvolvimento profissional, novas parcerias, autoestima”²⁷.

É significativo anunciar que essas duas IMF são vinculadas à bancos públicos e de desenvolvimento cuja predominância do capital é estatal e, isto posto, se esperaria uma vocação social mais intensa por parte destas IMF. Se tais instituições tem a ênfase da sua ação na abordagem ‘autossuficiência financeira’, não há como se imaginar posicionamento diverso das demais instituições de microfinanças tradicionais do país. Em relação às SCM, como exemplo, a própria Lei Federal que dispõe sobre a constituição e o funcionamento destas sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte já estabelece que estes organismos têm como “objeto social a concessão de financiamentos a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial (grifo nosso)”²⁸. As SCM, pela sua natureza expressa na lei, são entes privados cuja finalidade principal é o crescimento econômico dos empreendimentos apoiados e, por conseguinte, com tais investimentos estas

²³ Informações disponíveis em <http://www.bnb.gov.br/crediamigo>

²⁴ Idem.

²⁵ Informações disponíveis em <http://www.caixacrescer.com.br/CrescaComGente/QuemSomos>.

²⁶ Idem.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ Trecho retirado do art. 1º, inciso I, da Lei n.º 10.194, de 14 de fevereiro de 2001 - com alterações definidas na Lei n.º 11.524, de 24 de setembro de 2007, a qual dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10194.htm>.

IMF visam maximizar sua performance financeira. Mostra-se manifesto que um presumível enfoque no ‘alívio da pobreza’ não é alvo - talvez indireto - destas instituições de microfinanças. Quando se observa que uma das linhas de crédito das SCM é apoiar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas por meio de projetos que visem o seu aperfeiçoamento técnico, racionalização de processos, modernização tecnológica, capacitação gerencial, “bem como à capitalização e o fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização dessas empresas”²⁹, torna-se incontestável que tais IMF agem com base na abordagem da ‘autossuficiência financeira’.

Doravante, se passará ao exame das instituições que representam quantitativamente o maior número de operadoras de linhas de microcrédito no país, as cooperativas de crédito. Tratando-se das cooperativas de crédito cabe um recorte. Apesar de estarem regidas pelo mesmo marco legal, a Lei complementar nº 130/2009, existem as cooperativas de crédito urbanas e rurais incorporadas aos sistemas de crédito cooperativo tradicionais e as cooperativas de crédito, sobretudo rurais, articuladas ao sistema cooperativo de economia familiar e solidária. Do ponto de vista legal e de constituição não existe distinção entre elas, pois todas estão enquadradas pelo art. 2º da Lei supra quando anuncia o que são as cooperativas de crédito: instituições financeiras às quais “destinam-se, precipuamente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços financeiros a seus associados, sendo-lhes assegurado o acesso aos instrumentos do mercado financeiro”³⁰. Igualmente filiando tanto às cooperativas de crédito do sistema cooperativista de crédito tradicional quanto às cooperativas de crédito do sistema de economia familiar e solidária, o parágrafo 1º desse art. 2º exprime e alerta que a “captação de recursos e a concessão de créditos e garantias devem ser restritas aos associados, ressalvadas as operações realizadas com outras instituições financeiras e os recursos obtidos de pessoas jurídicas, em caráter eventual, a taxas favorecidas ou isentos de remuneração”³¹.

Percebe-se, deste modo, as singularidades das cooperativas de crédito dentre as instituições financeiras que podem oferecer serviços de microfinanças no Brasil. São organizações que ao

²⁹ Trecho retirado do art. 3º da Lei n.º 10.194, de 14 de fevereiro de 2001 - com alterações definidas na Lei n.º 11.524, de 24 de setembro de 2007, a qual dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10194.htm

³⁰ Trecho retirado do art. 2º da Lei Complementar n.º 130, de 17 de abril de 2009, a qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp130.htm

³¹ Idem.

serem constituídas sob o signo do mutualismo devem atenção aos seus associados/cooperados na oferta dos serviços e destinam a estes cooperados melhores condições de acesso ao crédito que as concedidas no mercado exterior à cooperativa de crédito. Ademais, as cooperativas de crédito procuram remunerar o capital investido pelos associados para gerar resultados financeiros positivos ao final de cada exercício, uma vez que as sobras provenientes deste período ajudam a capitalizar a cooperativa e ampliar o fundo de crédito ofertado, bem como são necessário para os investimentos em educação cooperativista, capacitações técnicas e outros projetos desenvolvimentos pela cooperativa de crédito. Segundo informações do Portal do Cooperativismo Financeiro, a partir de dados do Banco Central do Brasil (BCB), as 1.100 cooperativas de crédito brasileiras administravam, em dezembro de 2015, ativos totais da ordem de R\$ 239,0 bi - 2,88% no total de ativos do Sistema Financeiro Nacional (SFN)³², permitindo que o conjunto das cooperativas de crédito no Brasil alcance a 6ª posição no ranking das maiores instituições financeiras do país, como pode ser visto no **Figura 3**.

Figura 3 - Participação de mercado das instituições financeiras brasileiras

Instituição Financeira	% de Ativos		% de Depósitos		% do Patrimônio Líquido		% das Operações de Crédito	
	Ativos Totais	Totais	Depósitos	Depósitos	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido	Operações de Crédito	Operações de Crédito
Banco do Brasil	1.438.964.956	17,34%	465.859.911	22,28%	71.679.697	12,10%	684.248.639	20,32%
Itaú	1.285.393.163	15,49%	326.669.043	15,62%	111.806.212	18,88%	420.300.669	12,48%
Caixa Econômica Federal	1.203.756.044	14,51%	455.327.185	21,77%	26.616.878	4,49%	667.349.338	19,81%
Bradesco	905.117.499	10,91%	197.217.919	9,43%	89.620.766	15,13%	330.913.047	9,82%
Santander	681.734.679	8,22%	142.640.645	6,82%	56.876.618	9,60%	220.412.413	6,54%
Cooperativismo Financeiro **	238.951.606	2,88%	112.437.275	5,38%	34.177.993	5,77%	99.925.720	2,97%
HSBC	175.058.784	2,11%	56.153.180	2,69%	9.542.524	1,61%	57.965.113	1,72%
Safra	147.616.874	1,78%	9.880.755	0,47%	8.914.850	1,51%	42.305.011	1,26%
Citibank	76.046.288	0,92%	14.904.798	0,71%	7.685.586	1,30%	15.152.011	0,45%
Banrisul	65.769.331	0,79%	38.902.842	1,86%	6.206.906	1,05%	30.338.237	0,90%
Total do SFN	8.298.578.838		2.091.174.900		592.279.523		3.368.129.496	

Fonte: Imagem obtida no site eletrônico do Portal do Cooperativismo Financeiro (2016)

Dentre as opções de serviços creditícios que as cooperativas de crédito no Brasil podem disponibilizar, estão as linhas de microcrédito, mas - convém ressaltar, que estes entes do SFN não são constituídos particularmente com este objetivo. A propósito, todas cooperativas de crédito podem operar linhas de microcrédito, sendo que as cooperativas de crédito rural associadas ao sistema cooperativo de economia familiar e solidária estão qualificadas para disponibilizarem recursos microcreditícios aos agricultores familiares, destinando a estimular

³² O portal do cooperativismo financeiro informa que este levantamento considerou apenas as instituições financeiras de varejo (que possuem agências para atendimento aos clientes) cujos dados foram obtidos através do programa IF.data do BCB. Informações disponíveis em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenario-brasileiro/dados-consolidados-dos-sistemas-cooperativos/>> e <<https://www3.bcb.gov.br/informes/relatorios?lingua=pt>>

o desenvolvimento local via melhoria na renda destes produtores através de recursos públicos provenientes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Governo Federal brasileiro. Neste caso, isso demarca uma diferença entre estas cooperativas de crédito e as demais, possivelmente tornando as cooperativas de crédito do sistema da economia familiar e solidária atuantes tanto na abordagem da ‘autossuficiência financeira’ como no enfoque do ‘alívio da pobreza’.

Essas cooperativas de crédito, na estrutura do sistema do cooperativismo de crédito brasileiro, fazem parte da Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL), que articula cerca de 175 cooperativas de crédito reunidas em cinco cooperativas centrais (Cresol Baser, Cresol Central, Cresol Central Sicooper, Crehonor e Ascoob) com a finalidade de facilitar o acesso à produtos e serviços financeiros para promover a inclusão social, visando o desenvolvimento local com sustentabilidade³³. Com relação à representação institucional e à mobilização para as importantes demandas nacionais do movimento cooperativista, da agricultura familiar e da economia solidária, as cooperativas de crédito do sistema da economia familiar e solidária estão associadas à União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). A UNICAFES reúne cooperativas de todos os ramos, incluindo as de crédito, que tenham como finalidade ampliada o desenvolvimento local sustentável dos agricultores e das agricultoras familiares, através da inclusão social com inclusão financeira que “ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos, das melhorias de qualidade de vida, da manutenção da biodiversidade e da diminuição das desigualdades”³⁴. Outra vez se sobrepõe essas cooperativas de crédito pelo alinhamento com entre a oferta de suas linhas de crédito, a preocupação com o território e a geração de renda dos cooperados-agricultores. Aparentemente, usando estratégia de desenvolvimento territorial, inclusão social e melhoria da produção agrícola, oportuniza-se a elevação do retorno financeiro sobre o seu capital ampliando o crédito disponível e melhorando as condições de oferta para os cooperados.

Já as cooperativas de crédito urbanas e rurais incorporadas aos sistemas de crédito cooperativo tradicionais são em torno de 650, agrupadas em 30 cooperativas centrais estaduais e inseridas em seis sistemas de crédito: o Sistema de Cooperativas de Crédito do

³³ Informações disponíveis em: <<http://www.confesol.com.br/home.php>>.

³⁴ Informações disponíveis em: <<http://unicafes.org.br/quem-somos>>.

Brasil (SICOOB), o Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), a Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds (UNICRED Brasil), a Cooperativa Central de Crédito Urbano (CECRED), Central das Cooperativas de Crédito Mútuo do Rio Grande do Sul (CECRERS) e a Uniprime Central³⁵. Existem ainda aproximadamente 275 cooperativas de crédito que não participam de qualquer destes sistemas apresentados. Essas são cerca de 25,0% do total de 1.100 cooperativas operando no país, mas representam somente 10,0% da rede de atendimento e do total de associados às cooperativas de crédito no país. Todas essas 1.100 cooperativas de crédito, assim como todas as cooperativas em geral - independente do ramo de atividade, se orientam pelos princípios cooperativas estabelecidos nos congressos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Atualmente, são sete princípios cuja última revisão ocorreu no congresso da ACI de 1995³⁶.

Um destes princípios é importante para se estimar que mesmos as cooperativas de crédito, que não sejam do sistema de cooperativas de economia familiar e solidária, devem praticar uma gestão voltada para o desenvolvimento sustentado das comunidades nos territórios os quais estão inseridas. Trata-se do **sétimo princípio cooperativista** que é a **preocupação com comunidade** e, conforme indica a ACI, toda ação cooperativa deve ser regida com base nos setes princípios enquanto uma diretriz fundamental de atuação da cooperativa. Desse modo, convém expressar que mesmo que existam distinções em alguns aspectos da prática e no escopo mais ampliado de intervenção entre as cooperativas de crédito - principalmente as rurais - filiadas ao sistema cooperativo de economia familiar e solidária e as cooperativas de crédito urbanas e rurais vinculadas aos sistemas de crédito cooperativo tradicionais, se pode inferir que a referência ao cooperativismo se torna uma guia que aproxima os dois modelos. Seguir os princípios cooperativistas, agir de modo interessado na melhoria da comunidade e do territorial e buscar satisfazer as necessidades dos cooperados, por si, já revela certa aproximação entre os dois 'tipos' de cooperativas de crédito.

Dessa forma, sugere-se que há certa intercalação entre o uso da abordagem da 'autossuficiência financeira' e do 'alívio da pobreza' nas práticas de todas estas cooperativas de crédito, ainda que não seja errôneo assinalar que as cooperativas de crédito dos sistemas tradicionais tem elevada propensão a privilegiar o melhor desempenho financeiro ao enfoque do desenvolvimento local. Inclusive, não se deve desprezar que estas cooperativas de crédito

³⁵ Informações disponíveis em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenario-brasileiro/>>.

³⁶ Informações disponíveis em: <<http://ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-identity-values-principles>>.

são 3,5 vezes mais que as cooperativas de crédito do sistema de economia familiar e solidária. Destarte, a prática e as escolhas daquelas cooperativas - que são a maioria - acabam predominando e sendo mais perceptível dando a entender que a ênfase na viabilidade financeira é a essência da atuação de todas as cooperativas de crédito, e - eventualmente - não permite mesmo que se visualize a existência de tipos distintos de práticas e de cooperativas de crédito. Quando se parte de uma perspectiva da dupla possibilidade de abordagem de intervenção, simultaneamente para os dois modelos de cooperativas de crédito e se compara com as SCM e as subsidiárias de bancos comerciais (como visto nesta subseção para os casos do Crediamigo e do CAIXA CRESCER), localiza-se uma distinção na ação das cooperativas de crédito do sistema cooperativa de economia familiar e solidária em relação às demais instituições de microfinanças postas em evidência acima.

Por sua vez, ao se comparar as cooperativas de crédito - adotando uma só ênfase para todas estas organizações - com as SCM e os casos do Crediamigo e do CAIXA CRESCER tornar-se perceptível que o modelo de atuação dos principais tipos de instituições relacionadas às microfinanças no Brasil prestigia o alcance de níveis de escalas operacionais suficientes para se tornarem autossustentáveis. Para tal, identificam os seus públicos de tomadores do crédito significativamente mais como um meio para atingirem esta performance de viabilidade financeira da instituição do que beneficiários de suas estratégias e dos propósitos primeiros da sua constituição. Nessa direção, Carvalho *et al.* (2009, p. 17) enfatiza, que embora o setor brasileiro das microfinanças aparentemente também esteja sendo regido por uma lógica de mercado, cada vez mais racional e comercial, carece de se aprofundarem estudos e pesquisas acerca do conflito entre objetivos sociais e as demandas por resultados financeiros nas IMF brasileiras.

Outrossim, para além da discussão da escolha de uma das duas abordagens, convém ratificar nesta tese o que argumentam Carvalho *et al.* (2009, p. 17): que o ideal de perseguição da “sustentabilidade, eficiência e ênfase em resultados sejam entendidos nesse trabalho como princípios ou práticas errôneas ou desnecessárias”. De fato, acredita-se que as instituições de microfinanças necessitam de posturas de gestão que lhes confirmem resultados financeiros favoráveis. Igualmente, nesta tese já se aludiu que almejar e empenhar-se para atingir a viabilidade financeira é importante. Todavia, a perseguição por esta viabilidade não deveria ser a prioridade e, menos ainda, provocar danos ou afastar a instituição de microfinanças de seu objetivo primordial, de sua missão de combate à pobreza e às desigualdades de renda. Cairó i Céspedes e Gómez González (2015, p. 56) ratificam essa proposição quando explica

que “é possível obter um equilíbrio entre as duas abordagens, pois a região da Ásia Meridional tem desenvolvido um modelo que alcança alta sustentabilidade financeira sem ter que desistir de servir as pessoas com um elevado nível de pobreza”. Todavia, lá a metodologia do acesso ao microcrédito permite esta convivência entre os objetivos da sustentabilidade financeira e o alcance das populações mais pobres, já que neste caso se observa que na prática. O mesmo já não seria em IMF que “recorrerem ao uso de metodologias mais perto das bancárias tradicionais, o que faz com que seja ameaçado e quase inviabilizado o alcance as populações mais pobres, como ocorre na América Latina” (CAIRÓ I CÉSPEDES; GÓMEZ GONZÁLEZ, 2015, p. 53).

Isto posto, como se inserem os BCD com relação às abordagens da ‘autossuficiência financeira’ e do ‘alívio da pobreza’? Entende-se que os BCD, assim como os FRS, não podem ser explicados no debate convencional dos empreendimentos de microfinanças brasileiros, como será visto nas seções 4.1 e na **Figura 8** mais a frente, neste documento. Em outros termos, essas e outras experiências são compreendidas dentro de um subconjunto das microfinanças, no contexto específico das finanças solidárias. No caso desses empreendimentos de finanças solidárias é incontestável que o foco das ações, dos produtos e serviços dessas IMF é o desenvolvimento local, a democracia econômica, a inclusão social, e enfim, a superação da pobreza. Contudo, como vem se dando a avaliação das experiências desses fundos rotativos solidários e bancos comunitários de desenvolvimento? Há a percepção da primazia da abordagem do ‘alívio da pobreza’ nas avaliações correntes destas experiências, ou ainda, as dimensões e a matriz de indicadores utilizadas nestas avaliações são suficientes para apresentar o real significado da natureza dos bancos comunitários de desenvolvimento? Na seção seguinte serão expostas e analisadas algumas avaliações dos BCD e dos FRS que podem direcionar respostas para estas indagações e dar seguimento ao que se persegue nesta tese, que é perceber como vem sendo tratada a utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento nas avaliações destas experiências.

3.2 OS MODELOS MAIS CONSERVADORES E OS MAIS ABERTOS À MENSURAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIETAIS

Com o intento de apresentar e analisar algumas avaliações e instrumentos de aferição de desempenho organizacional de instituições de microfinanças, sobretudo do universo das finanças solidárias, foi constituída esta seção. Aliás, esta seção tem uma função central neste trabalho, pois é nela que se pretende obter elementos que mostrem a ausência de uma matriz

de indicadores de avaliação das finanças solidárias baseados na sua utilidade social. Igualmente, mesmo se há o reconhecimento desta função social nessas instituições nas análises dos processos avaliativos, mas a mesma não foi considerada ou avaliada com a primazia necessária para apontar o valor societal perpetrado nas ações dos empreendimentos de finanças solidárias, como os BCD e os FRS. Finalmente, se pretende nessa etapa retirar informações que permitam auxiliar a construção da matriz de indicadores de avaliação das experiências de bancos comunitários de desenvolvimento centrada na sua utilidade social. Foram analisados oito documentos e instrumentos avaliativos para verificar a viabilidade de experiências de microfinanças e finanças solidárias, principalmente os BCD.

Um dos documentos versa sobre avaliação da inclusão financeira promovida pelo Banco Central do Brasil entre 2009 e 2012. Importante compreender este trabalho até para perceber o quanto o BCB assumia, com o discurso e o apoio à inclusão financeira, a mesma proposta de ‘bancarização dos mais pobres’ defendida pelo Banco Mundial, pelo CGAP e pela USAID ou havia uma alinhamento às questões da inclusão e desenvolvimento social, por trás do seu programa de inclusão financeira. Em seguida, são examinadas cinco avaliações relevantes efetuadas sobre os bancos comunitários de desenvolvimento desde o processo de replicação dos primeiros BCD em 2005 até a celebração dos 10 e 15 anos do Banco Palmas, em 2013. Uma das investigações acerca dos BCD que se tratou de incluir aqui foi a avaliação realizada pela organização CARE Brasil³⁷ sobre o seu programa de microfinanças e educação financeira empreendedora. As conclusões do relatório produzido pela CARE Brasil contribuíram significativamente para esta tese de doutorado, e não foi por sugerirem que os BCD seriam financeiramente inviáveis e estavam condenados a não terem muito exequibilidade nos projeto de replicação, mas sim - ao se verificar os resultados expostos do documento - o reforço de que com o emprego de fundamentos conceituais equivocados sobre um objeto pesquisado e de indicadores inadequados em uma pesquisa gerariam resultados enviesados.

O sétimo estudo explorado aborda os fundos rotativos solidários. É uma avaliação das experiências desse FRS no Estado da Paraíba, datada de 2010. Essa pesquisa porta

³⁷ A CARE Brasil - uma filial no país da *CARE International* - era uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com escritórios e operações no Brasil entre 2001 e 2015. Atuou com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento local nos territórios onde atua, como agente catalisador de processos que visam capacitar, envolver e contribuir para a autonomia de pessoas em situação de vulnerabilidade. (CARE, 2011, p. 02). Informações adicionais estão disponíveis em <http://www.care.org.br>.

esclarecimentos sobre o que são e quais as finalidades dos FRS, antes de penetrar no aspecto operacional distinto do funcionamento dessas instituições. Assim, justifica a forma como foi metodologicamente realizada a avaliação, fica mais esclarecedor os resultados obtidos e a contribuição que essa investigação traz para esta tese. A última análise é efetuada em relação à ferramenta de gestão do desempenho social aplicado as instituições de microfinanças denominada *Social Performance Management (SPM)*, da *Microfinance Information Exchange (MIX)*³⁸. O SPM é uma ferramenta que compila indicadores de performance social a serem perseguidos pelas IMF visando melhor o seu desempenho social e com isso ampliarem seus retornos financeiros. A finalidade da MIX é alinhada com a abordagem da busca pela ‘autossuficiência financeira’ das instituições de microfinanças. Dito isso, entender os conceitos e os indicadores que a MIX sugere para os relatórios de desempenho social das IMF, ajuda a confrontar estes indicadores ‘sociais’ com os indicadores sociais utilizados pelas instituições de finanças solidárias que seguem a abordagem do ‘alívio da pobreza’. Seguem-se, então, as oito subseções com os documentos e ferramentas de avaliação analisados e comentados.

3.2.1 A avaliação da inclusão financeira promovida pelo Banco Central do Brasil (2009-2012)

Andrade e Diniz (2016, p. 150) realizaram um trabalho que visou analisar a relação entre as atividades de articulação política, desenvolvidas para a obtenção dos dados e informações necessários para avaliar a política pública de inclusão financeira do Banco Central do Brasil (BC) entre 2009 a 2012. O trabalho utilizou a metodologia de estudo de caso, expondo as principais iniciativas de inclusão financeira promovidas pelo BC no período, assim como as atividades de articulação política motivadas, direta ou indiretamente, pelas informações mobilizadas pelo BC. Em Andrade e Diniz (2016, p. 155) tem-se que o entendimento de inclusão financeira para o BC é “prover acesso a produtos e serviços financeiros adequados às necessidades da população”, segundo exposto no Relatório de Inclusão Financeira (RIF) desta instituição em 2010. Conforme os autores, a atuação do Banco Central do Brasil junto à política de inclusão financeira se baseou no projeto estratégico Inclusão Financeira I –

³⁸ A MIX é uma organização mundial de suporte as IMF que foi criada e é sustentada, principalmente, grande players globais do mercado financeiro tradicional. Formam o grupo de fundação e de manutenção da MIX, a empresa de consultoria em assistência a pobreza *Consultative Group to Assist the Poor (CGAP)*; os bancos **Citigroup** e **Deutsche Bank**; o grupo financeiro de administração de cartões de crédito **MasterCard**; a seguradora internacional **MetLife**; o fundo de investimento *Omidyar Network*; além do Banco Mundial e da

Diagnóstico e Articulação, instituído em 2009 com duração até 2011 e continuado pelo projeto estratégico Inclusão Financeira II – Mapeamento e Regulação, previsto para durar até 2013 (ANDRADE; DINIZ, 2016, p. 159).

Do ponto de vista crítico existem dois aspectos a serem comentados acerca da perspectiva de inclusão financeira adotada pelo BC, e que em nenhum instante são tratados criticamente no texto dos autores nas suas análises preliminares sobre a inclusão financeira incentivada pelo BC. A primeira observação é que os autores apenas exibem que o Banco Central do Brasil - ao visar uma ‘adequada inclusão financeira’ - colabora na redução da pobreza “com o desenvolvimento da indústria financeira, que fomenta o crescimento econômico, e o aumento da qualidade de vida da população” (ANDRADE; DINIZ, 2016, p. 156, grifo nosso). Em outras palavras, este viés é totalmente alinhando com o modelo da bancarização e com a indústria das microfinanças. O BC não está tratando, portanto, de modelos mais singulares de microfinanças como os bancos comunitários de desenvolvimento ou os fundos solidários. E, daí, surge o segundo aspecto observado. Quando trata de qualidade de vida da população, não há no artigo - e, por conseguinte na política de inclusão financeira do BC que está em análise naquele documento - referência que se trata de uma preocupação mesmo com uma dimensão emancipatória e de caráter coletivo. Parece sugerir que esta melhoria da vida da população se dá pela melhoria individual de cada membro que eventualmente poderá repercutir em ganhos de qualidade de vida coletivos, mas isto não está bem evidenciado no documento.

Ademais, os autores complementam que durante estes dois projetos, foram realizados fóruns sobre inclusão financeira pelo BC, cujo objetivo era articular os diversos atores envolvidos no processo de inclusão financeira no país. Um dos resultados desses fóruns apontou a foi a identificação da necessidade de se organizar e consolidar dados e informações disponíveis no BC sobre o assunto, para efetivo diagnóstico do setor de microfinanças, segundo apontam Andrade e Diniz (2016, p. 160). Em 2010, o BC introduziu a “promoção da inclusão financeira” como um dos seus objetivos estratégicos, extensivo até 2014. Ainda em 2010, como indicam os autores, o BC instituiu um órgão administrativo para tratar das questões de inclusão financeira e responsabilidade socioambiental do sistema financeiro. No ano seguinte, o BC liderou o lançamento da Parceria Nacional para Inclusão Financeira (PNIF), entendida uma “rede de atores públicos e privados engajados em ações coordenadas para a promoção da

adequada inclusão financeira da população brasileira” (ANDRADE; DINIZ, 2016, p. 160). Através de um dos seus Relatórios de Inclusão Financeira (RIF), de acordo com os autores, o BC apresentou um índice de inclusão financeira (IIF), em 2011. O IIF é um indicador composto a partir da agregação de outros indicadores que denotam inclusão financeira, como número de agências bancárias e correspondentes bancários no país, volume de crédito disponível, volume de recursos de depósitos à vista destinados a operações de microcrédito, quantidade de contratos e volume de recursos de operações no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), de acordo com o que demonstram Andrade e Diniz (2016, p. 161-163).

Neste caso, pode-se ver mais uma limitação que é a ênfase quantitativista sobre o que é avaliado pelo BC para determinar o IIF no país, em 2010 e 2011. Isso corrobora com as duas primeiras observações já efetuadas no parágrafo anterior que sugere não ter, o BC uma real preocupação com os dados e resultados qualitativos produzidos pela inclusão financeira no país naquele momento. O que merece ser destacado é quanto foi investido, quantas agência e correspondente estão ativos e não como vem sendo aplicado o investimento e que ganho qualitativo para os beneficiários esta inclusão vem gerando. Também é digno de nota que os autores não ofertam qualquer comentário crítico sobre isto, uma vez que se propõe analisar o modelo de inclusão financeira promovido pelo Banco Central do Brasil. Aparentemente, Andrade e Diniz (2016) apenas constata e referendam o caminho que adotou o BC acerca da política de inclusão financeira entre 2009 e 2012.

Por fim, os autores concluem afirmando que “as atividades de articulação política contribuíram destacadamente na obtenção dos dados e informações necessários à avaliação da política pública de inclusão financeira liderada pelo BC” (ANDRADE; DINIZ, 2016, p. 168). Contudo, no que se espera de análises mais aprofundadas sobre o resultado da avaliação da política de inclusão financeira do BC, não há muito a inferir. Andrade e Diniz (2016, p. 166-168) apesar de afirmarem que precisariam ser avaliados, ao menos estes três aspectos da política pública de inclusão financeira liderada pelo BC (i. o acesso da população brasileira a serviços financeiros; ii. o uso desses serviços pela população; iii. a adequação desses serviços às necessidades da população), eles mencionam apenas que para o item (iii) não há dados e informações nos RIF e no IIF que permitam uma avaliação. Já para os outros dois aspectos (acesso e uso de serviços financeiros), os autores apontam que avaliação é possível, mesmo que não seja factível perceber uso de serviços financeiros por canal de acesso.

Em síntese, não se tem uma afirmação conclusiva neste trabalho sobre o que representou e como impactou a política de inclusão financeira liderada pelo BC. Por outro lado, fica evidente que o documento referenda o que considera o BC como dimensões mais relevantes para avaliar a inclusão: o acesso da população aos serviços, o uso desses serviços, e a adequação desses serviços às necessidades da população. Ou seja, são enfatizados nestas análises elementos absolutamente acríticos do que pode se traduzir em uma inclusão financeira mais valorativa, substantiva e emancipatória. Isto reafirma e reforça a necessidade de se encontrar outras dimensões e indicadores para se avaliar o que representa inclusão financeira de populações, sobretudo mais fragilizadas, e mesmo de empreendimentos de microcréditos que estão inseridos nestas políticas de inclusão financeira.

3.2.2 A avaliação dos primeiros BCD implantados com apoio da SENAES/MTE (2006)

Os documentos que serviram de base para as análises desta subseção são o Relatório de Avaliação do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários efetuado pela SENAES/MTE, produzido em 2006 pelo Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social/Universidade Federal do Cariri³⁹ (LIEGS/UFCA),

e o artigo de Silva Júnior (2006). Ambos os textos tratam da avaliação da implantação dos primeiros BCD difundidos sob a égide do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários da SENAES/MTE em parceria com o Instituto Banco Palmas, executado no ano de 2005. Assim, a investigação do LIEGS/UFCA analisou o estágio da difusão, naquele momento (dezembro de 2005 a abril de 2006), das experiências de BCD e sua contribuição como instrumento de desenvolvimento comunitário. Os bancos comunitários de desenvolvimento - alvos das análises propostas nesses dois documentos, conforme Silva Júnior (2006, p. 6), foram o Banco Comunitário PAR⁴⁰, de Paracuru/CE; o Banco Comunitário

³⁹ O LIEGS esteve vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC) de 2006 até junho de 2013, quando o Campus Cariri desta instituição federal de ensino superior - o qual abrigava este grupo de pesquisa - se transformou em uma universidade. Assim, desde então, o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS) está vinculado à Universidade Federal do Cariri (UFCA). Disponível em: <<http://liegs.ufca.edu.br>>.

⁴⁰ O Banco PAR foi a primeira experiência de replicação da metodologia de BCD implantado pelo Instituto Palmas, seis anos após a constituição do pioneiro Banco Palmas. Em setembro de 2004, o Banco PAR foi fundado nas comunidades de Riacho Doce e Nova Esperança, na cidade litorânea de Paracuru/CE pela Associação Banco PAR de Inclusão Social e Desenvolvimento Local. Esta organização se tornou a responsável pela gestão deste BCD com a assessoria do Instituto Palmas para operacionalizar suas atividades. O Banco PAR surgiu com apoio da Prefeitura Municipal de Paracuru, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e

com recursos iniciais do orçamento do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) local. Nos primeiros meses de funcionamento, o Banco PAR operou uma linha de crédito para a produção e criou uma moeda

Serrano, de Palmácia/CE; o Banco Comunitário Bassa, de Santana do Acaraú/CE; o Banco Comunitário Palmas, de Fortaleza/CE; o Banco Comunitário Terra, de Vila Velha/ES; e o Banco Comunitário Bem, de Vitória/ES. Exceto o Banco Palmas que já estava com seis anos de existência e em cuja experiência a metodologia de implantação dos novos BCD se amparava, todos esses outros bancos comunitários de desenvolvimento se encontravam em uma fase inicial de constituição no período da investigação. Esses outros cinco BCD aqui listados haviam sido criados entre setembro de 2004 e dezembro de 2005.

LIEGS (2006, p. 7) e Silva Júnior (2006, p. 10), acrescentam que apesar de terem sido entrevistados representantes desses seis bancos comunitários de desenvolvimento, apenas foram visitados, pelos pesquisadores do LIEGS/UFCA, os BCD localizados no Estado do Ceará por estarem no objeto do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários. De acordo com LIEGS (2006), resultante de uma ação conjunta entre o Instituto Palmas e a SENAES/MTE,

Este projeto tem com objetivos, especificamente: formatar a metodologia dos bancos comunitários de modo conceitual e operacional; implementar a metodologia dos bancos comunitários em municípios do Estado do Ceará, como piloto; capacitar agentes e gerentes de crédito para a implantação dos bancos comunitários; fomentar a criação de uma Rede de Bancos Comunitários; e, incentivar a adesão de outras instituições que atuam com microfinanças para envolverem com o projeto (LIEGS, 2006, p. 6, grifo nosso).

O Relatório do LIEGS/UFCA sugere na sua avaliação, como se verifica em LIEGS (2006, p. 5, 12, 22-25), que os propósitos desse projeto foram alcançados, uma vez que a metodologia dos BCD foi formatada na forma de uma cartilha que descrevia o modelo; foram fortalecidos ou implantados dentre desta metodologia, quatro BCD no Estado do Ceará; foram realizadas formações para os gerentes de crédito os agentes comunitários de desenvolvimento local e economia solidária (agentes de crédito dos bancos comunitários de desenvolvimento; em janeiro de 2006, foi criada a Rede Brasileira de Bancos Comunitários⁴¹; e, durante a vigência do projeto, outras instituições que atuam com microfinanças se associaram para apoiar as

social circulante local, a moeda PAR. (LIEGS, 2006, p. 14). Em Rigo (2014, p. 262), ainda se ver o Banco PAR nos registros atuais como um BCD que não desapareceu, apesar dos diversos momentos de fragilização de enfrentou nos seus mais de 10 anos de existência.

⁴¹ Como já apontado em seção anterior desta tese, desde novembro de 2015, os BCD brasileiros estão representados pela Associação Nacional de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, atendendo pelo nome fantasia de Banco Nacional das Comunidades, da qual pode-se afirmar que substitui e/ou conduziu para um via formal-legal a Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

práticas de BCD, dentre essas o Banco Popular do Brasil (BPB) - que foi o parceiro inicial em relação aos recursos para o fundo de crédito dos BCD.

Para apontarem estes resultados ao final do relatório, os investigadores do LIEGS/UFCA - que participaram da avaliação - usaram da triangulação de fontes de dados para validar as diversas informações capturadas através do cruzamento destas. Conforme Silva Júnior (2006, p. 6), neste caso da Avaliação do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários, a triangulação se efetivou depois que os dados obtidos através de documentos oficiais (do Instituto Banco Palmas, da SENAES/MTE, a Carta dos Prefeitos⁴², entre outros) foram cruzados com informações levantadas em entrevistas com profissionais envolvidos na atividade investigada (“os gerentes e agentes de crédito dos seis BCD, o Sr. Joaquim Melo Neto Segundo, diretor presidente do Instituto Palmas, e o Sr. Antonio Valdir Oliveira Filho, gerente de microcrédito do Banco Popular do Brasil”) aliadas à observação direta sobre o objeto pesquisado obtidas nas visitas de campo aos BCD de Palmácia/CE, de Paracuru/CE, de Santana do Acaraú/CE e de Fortaleza (Conjunto Palmeiras)/CE (LIEGS, 2006, p. 7-12). Silva Júnior (2006, p. 7) relata ainda que um momento relevante para levantamento dos dados foi a participação na 1ª Oficina Metodológica dos Bancos Comunitários que ocorreu na sede da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, em janeiro de 2006.

Metodologicamente para a pesquisa, a oficina representou um momento de se avaliar o estágio em que se encontravam os BCD que compareceram (Banco Palmas, Banco Serrano, Banco PAR, BASSA, Banco Bem, Banco Terra, Banco BEM de Maranguape/CE, Banco EcoLuzia, de Simões Filho/BA, e Programa Viva Nordeste, de Salvador/BA) (SILVA JÚNIOR, 2006, p. 7). Além disso, serviu para se entrevistar pessoas presentes que se relacionam aos órgãos parceiros e apoiadores dos BCD, como os representantes SENAES/MTE, prefeitos e secretários municipais das prefeituras as quais possuíam BCD), como exprime LIEGS (2006, p. 10). Em que pese todo o desenho metodológico utilizado para

⁴² A nomeada *Carta dos Prefeitos* representou, como relatado em Silva Júnior (2006, p. 6-7), um símbolo na deflagração do processo de instalação dos bancos comunitários no Estado do Ceará. Esta carta foi assinada e entregue ao Secretário da SENAES/MTE – Prof. Paul Singer, em outubro de 2005, durante o seminário de lançamento do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários realizado pelo Instituto Palmas. De acordo com LIEGS (2006, p. 8), foram signatários da carta que apontava o manifesto interesse de constituir experiências de BCD em seus municípios, os prefeitos cearenses de Beberibe, Fortaleza, Itapipoca, Maracanaú, Maranguape, Palmácia, Paracuru, Paraipaba, Quixadá, Santana do Acaraú, São Gonçalo do Amarante e Trairi. Deste 12 municípios os quais os prefeitos apontaram desejo, na *Carta dos Prefeitos* de 2005, de implantarem um BCD em seu territórios, oito efetivamente implementaram, como pode ser visto em Rigo (2014, p. 262-263), até 2011. Não praticaram o que propuseram ao assinarem a carta, os prefeitos municipais cearenses de Itapipoca, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante e Trairi.

captura e triangulação de dados, observa-se que a investigação promovida pelo LIEGS/UFCA, não desenvolveu indicadores para avaliar e/ou atestar o funcionamento dos BCD em questão. Outrossim, na ação foram identificados também indicadores que apontassem a algo sobre a natureza dos BCD ou que trouxessem referência a respeito da apuração se os BCD visitados eram viáveis, seja econômico ou socialmente. Importa, nesta situação, que a negligência desta investigação quanto à sugestão de indicadores pode estar relacionada ao fato dos BCD investigados estarem em um estágio absolutamente inicial, ou por se tratar da primeira pesquisa avaliativa sobre banco comunitário de desenvolvimento e não se ter noção exata da necessidade desta ordem de avaliação, ou ainda - e parece ser este o motivo mais congruente, a investigação visava verificar se o Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários tinha atingido seus propósitos e não se os BCD recém-implantados poderiam ser sustentáveis ao longo do tempo.

Por outro lado, LIEGS (2006, p. 3) enfatiza que, alguns princípios do Instituto Palmas relacionados ao caráter de difusão metodológica de práticas e projetos desenvolvidos por este órgão, foram utilizados para a equipe de avaliação inferir se os BCD implantados com suporte do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários (Banco Serrano, Banco PAR, e BASSA) estavam ajustados a tais princípios. Silva Júnior (2006, p. 2) adverte que os princípios são: i) *Sistematização metodológica*, que busca perceber se a sistematização metodológica foi adequadamente realizada e possibilita futuras replicações em outros territórios; ii) *Política pública*, que intenta vocacionar o BCD dentro de um escopo em que este possa ser assumido por uma política pública governamental na sua totalidade ou em parte da metodologia; e iii) *Empoderamento comunitário*, que pretende tornar a metodologia de fácil implantação, domínio e apropriação pela comunidade cujo BCD for implantado. No relatório, há um comentário avaliativo o qual salienta que em relação ao terceiro princípio, o BCD “comprovadamente, corresponde a uma tecnologia social que pode no período de seis meses até um ano ser totalmente assumida pela comunidade local sem a necessidade de assessoramento contínuo posterior” (LIEGS, 2006, p. 4). Esta argumentação é acompanhada da afirmação em LIEGS (2006, p. 4) que “em relação aos outros dois princípios havia a necessidade de mais discussão e prática (princípio da sistematização metodológica) e de negociação e vontade política (princípio da política pública)” da parte dos gestores públicos para assumirem o BCD em suas ações governamentais e políticas públicas.

Decerto, a avaliação divulgada no relatório do LIEGS/UFCA não apresentou indicadores anteriores que basearam a avaliação. Porém, estes princípios utilizados como fundamento, não

de avaliação do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários, mas de observação do modelo de implantação dos BCD, trouxe considerável contribuição para a percepção da natureza própria dos bancos comunitários de desenvolvimento ao enfatizar, sobretudo, os elementos qualitativos singulares destas práticas. Veja-se o caso do princípio da política pública que suscitou, naquele momento, que um BCD tem antes de qualquer orientação utilitária individual - típica dos programas de microfinanças convencionais orientados para o empreendedorismo - uma propensão para advir-se um instrumento de política pública inclinado para os benefícios coletivos, 'socialmente úteis', e prezar o bem comum. Outrossim, o princípio do empoderamento comunitário insinua, desde a replicação metodológica dos primeiros BCD, que um banco comunitário de desenvolvimento deve ser uma prática de finanças solidárias direcionada para a comunidade, apossada por ela, gerida 'com, por e para' o território inspirando o empoderamento sócio, econômico, cultural-identitário e político da comunidade.

Em outros termos, se não expôs indicadores, com os princípios, já foi possível inferir alguns aspectos da natureza *sui generis* dos BCD que se tornariam centrais em uma postura crítica de avaliá-los não pela sua viabilidade econômica, mas pelas suas particularidades de retorno social, cultural e político. É atestável esta afirmação ao se visualizar no relatório do LIEGS/UFCA - a partir dos comentários resultantes das visitas de campo - a forma de implantação dos BCD com o empoderamento comunitário; os ganhos produzidos para a noção de pertencimento com a circulação de moeda social; a dinâmica de circulação da riqueza no local a partir da introdução da moeda; as parcerias estabelecidas com o poder público municipal e como os comerciantes do território; e a utilização de políticas públicas já estabelecidas para estimular o uso do BCD no território⁴³ (LIEGS, 2006, p. 13-20). Conclui-se que esta primeira pesquisa sobre os BCD já aponta que as avaliações e análises futuras sobre estes empreendimentos de finanças solidárias deveriam ir além da perspectiva economicista, financeira e quantitativa, sobretudo pelas sobrelevantes informações qualitativas apresentadas. Por fim, convém expor que destes primeiros BCD citados na avaliação do relatório do LIEGS/UFCA (Banco Palmas, Banco Serrano, Banco PAR,

⁴³ Destaca-se o caso da Prefeitura Municipal de Paracuru ao passar a depositar os recursos que se destinavam para um programa mensal de distribuição de cestas básicas para famílias de baixa renda mulheres das comunidades (Riacho Doce e Nova Esperança) nas quais estava implantado o Banco PAR, diretamente neste BCD. Com esta prática, as famílias tiveram que se dirigir ao Banco PAR para receberem um valor (e não mais a cesta básica) em moeda social - no caso daquela comunidade o PAR, que as pessoas utilizariam para compra de alimentos ou outros produtos nos comércios do próprio território (SILVA JÚNIOR, 2006, p. 12-13).

BASSA, Banco Bem, Banco Terra), apenas o Banco Comunitário BASSA, de Santana do Acaraú/CE não funciona mais, como pode ser visto em Rigo (2014, p. 262-264).

3.2.3 A avaliação da implantação e da consolidação dos BCD com apoio da SENAES/MTE (2007)

Esta avaliação tratou de ajuizar e qualificar o Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários financiado pela SENAES/MTE e executado pelo Instituto Palmas. De fato, essa é a avaliação da continuidade do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários realizada pelo LIEGS/UFCA em 2006. Nesse segundo ano, o projeto chamou-se Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários, mais uma vez tendo investimento de recursos da SENAES/MTE e realizado pelo Instituto Palmas. A avaliação desta nova fase foi realizada novamente pelo LIEGS/UFCA - nessa oportunidade - entre os meses de fevereiro e julho de 2007, conforme Silva Júnior (2007, p. 42). Aliás, Silva Júnior (2007) é o documento base dos resultados dessa avaliação que será utilizado para os comentários analíticos desta subseção. O Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários, executado em 2006, estabeleceu como objetivo fortalecer a estratégia de BCD enquanto alternativa de acesso ao crédito, geração de trabalho e renda e empoderamento comunitário, buscando a consolidação dos quatro BCD já existentes no Estado do Ceará (Banco Palmas, em Fortaleza; Banco Serrano, em Palmácia; Banco PAR, em Paracuru; e Banco BASSA, em Santana do Acaraú) e a implantação de outros quatro BCD no Estado (nos municípios de Irauçuba, Maranguape, Maracanaú e Beberibe), totalizando até o final daquele ano, oito bancos comunitários em funcionamento no Ceará (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 39).

O artigo de Silva Júnior (2007, p. 37) anuncia que as considerações presentes no documento são resultantes da “pesquisa *Avaliação dos Impactos da Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial no Estado do Ceará, Ano II*”, conduzida pelo LIEGS/UFCA, que “analisou a metodologia de implantação e consolidação dos bancos comunitários constituídos” e avaliou “os impactos do projeto de implantação e consolidação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial [...] nas condições de vida das famílias que vivem nos territórios onde os bancos foram instalados”. Não obstante tenha expressado que essa avaliação seria em oito BCD, ela só se deu em sete BCD do Estado do Ceará. Silva Júnior (2007, p. 37) indica que foi apurado o processo de consolidação dos quatro BCD examinados na pesquisa anterior (Banco Palmas, Banco Serrano, Banco PAR e Banco BASSA) e o processo de constituição de mais outros três BCD implantados, em 2006:

o Banco Comunitário BANCART, de Iraucuba/CE, o Banco Comunitário PAJU, de Maracanaú/CE e o Banco Comunitário BEM, de Maranguape/CE. Assim sendo, ficou de fora da avaliação, a averiguação da implantação do Banco Comunitário dos Assentados - BANDESB, de Beberibe/CE, em função do atraso na implantação deste BCD até maio de 2007, período limite da coleta dos dados da pesquisa Avaliação da Implantação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial no Estado do Ceará – Ano II⁴⁴ (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 51).

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, o texto retrata que houve um levantamento de ordem documental, com consulta à base de dados do Instituto Palmas, além de buscar dados complementares junto às demais instituições envolvidas no projeto, tais como a SENAES/MTE, as Prefeituras Municipais, o Governo Estadual e o BPB (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 42). Esse autor esclarece que foi realizado um levantamento bibliográfico de literatura científica das temáticas microfinanças e economia solidária, bem como foi executada um levantamento em campo com observação direta nos territórios das experiências de BCD em Fortaleza (Conjunto Palmeiras), Irauçuba, Maracanaú, Maranguape, Palmácia, Paracuru e Santana do Acaraú. Silva Júnior (2007, p. 42) completa que nestas visitas foram concretizadas entrevistas com os gerentes e agentes de crédito destes sete BCD, com o Sr. Joaquim Melo, diretor do Instituto Palmas, e com o Sr. Marcello Correa, gerente de microcrédito do BPB. Segundo Silva Júnior (2007, p. 44), esta entrevista aconteceu durante o II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, entre 18 e 20 de abril de 2007, em Caucaia/CE, “aproveitando a presença de membros do Banco Popular do Brasil no encontro”. A propósito, quando aborda esta entrevista com o Sr. Marcello Correa, o documento traz uma pertinente análise, comparativa em alguns momentos, com as afirmações obtidas na entrevista realizada para a avaliação do ano I do projeto, em 2006, com o Sr. Valdir Oliveira Filho antecessor do Sr. Correa na gerência de microcrédito do BPB.

O autor proclama que a entrevista do segundo aconteceu um ano após à realizada com o primeiro e declara que

Para Valdir Filho, a aproximação com os bancos comunitários trazia o Banco Popular para uma estratégia mais focada nos seus objetivos originais de fazer chegar o crédito aos menos assistidos, utilizando uma metodologia que proporcionava conhecer cada cliente como indivíduo. Naquela época (19

⁴⁴ Não há informação no documento se houve um acordo entre LIEGS/UFCA, SENAES/MTE e Instituto Palmas para não aguardar a criação deste BCD e não considerá-lo nesta perscrutação. Entretanto, Rigo (2014, p. 262) comunica que o Banco Comunitário BANDESB foi criado ainda no 2007, sem precisar o mês.

de abril de 2006) o Banco Popular do Brasil sofria com as críticas pela sua atuação mais como varejista e seus constantes prejuízos frutos da alta inadimplência (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 45).

Destarte, quando ocorreu a entrevista com o Valdir Oliveira Filho, o BPB estava nos meses iniciais do convênio de cooperação com o Instituto Palmas para operar suas linhas de crédito através dos BCD, transformando-os em correspondentes bancários do BPB, e para contribuir na ampliação do fundo e da oferta de crédito dos BCD. Passado mais de um ano do início desta cooperação, o entrevistado Marcello Correa reconheceu que o redesenho organizacional permitiu uma melhor gestão da carteira de microcréditos do BPB e afirmou que o BPB assumiu dois modelos de atuação, um deles passando a ter relevância depois desse convênio: “O comercial que tem nos correspondentes bancários e no seu comportamento como banco de varejo à sua estratégia; e o social que tem no banco comunitário e em outros fundos o viés de aproximação com o público informal e com o desenvolvimento territorial sustentável” (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 45). Estas duas entrevistas foram entendidas, naqueles anos, como capitais para se entender o que pensava o BPB sobre o estágio da parceria com o Instituto Palmas e as perspectivas em relação ao futuro da relação com os demais bancos comunitários.

Mesmo que Silva Júnior (2007) não faça avaliação sobre este convênio de cooperação, é apropriado que algumas considerações sejam efetuadas neste instante. Com efeito, esta parceria de cooperação entre o Instituto Palmas, os bancos comunitários de desenvolvimento e o Banco Popular do Brasil que existiu entre 2005 e 2011 teve um saldo positivo para todos os envolvidos. Para o BPB ajudou a recuperar a imagem da instituição na sua aproximação com um público significativo o qual ele propunha apoiar e que só por meio dos BCD, aquele banco conseguiu. Para o Instituto Palmas permitiu ampliar o público alcançado pelas suas linhas de crédito e obter certa tranquilidade e garantia de funcionamento dos BCD sob sua assessoria, durante a metade de uma década, uma vez que tinha assegurado uma fonte de crédito para ofertar seus produtos e serviços microfinanceiros. Finalmente, todos os BCD que funcionaram como correspondente bancário do BPB usufruíram de uma oportunidade de ampliar sua base de clientes, comprovar seu modelo de funcionamento e confirmar sua alta significância para o desenvolvimento socioeconômico de um território.

Silva Júnior (2007, p. 44) enfatiza que um momento singular para avaliação do Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários foi a participação dos pesquisadores do LIEGS/UFCA no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, ocorrido de 18 a 20 de abril de 2007, em Caucaia/CE. No primeiro encontro - chamado de 1ª Oficina Metodológica dos Bancos Comunitários e que serviu para o levantamento de dados da

pesquisa de avaliação em 2006 - foi criada a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Nesse encontro de 2007 os debates centraram-se nos dois grandes temas fundamentais (conceituação, marco jurídico, sustentabilidade, política pública, gestão, investimento/captação, moeda social) para o estabelecimento da Rede e fortalecimento dos BCD. Nesse encontro foi delimitada uma definição mais precisa do que são os BCD e elaborado o termo de referência dos bancos comunitários de desenvolvimento. Para constatar a importância deste momento, tanto a definição quanto o termo de referência ainda perduram até 2016 quando se busca conhecer o que é, quais as características, quais os propósitos, qual a estrutura de gestão, como se mantém, quais os produtos e serviços que são ofertados, qual o público prioritário e qual a área territorial de abrangência de um BCD⁴⁵.

Nessa avaliação da implantação e consolidação de BCD, conduzida pelo LIEGS/UFCA em 2007, também não foram ordenados indicadores para apurar os processos e a metodologia de implantação e consolidação dos sete BCD, no âmbito do Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários. Mais uma vez, os investigadores preferiram utilizar princípios orientadores que consideravam elementares para o surgimento, implementação e firmamento de um BCD, para conduzirem a pesquisa. Silva Júnior (2007, p. 38-39) aponta estes princípios característicos na constituição e funcionamento de um BCD: i) *Mobilização endógena do território*, que apregoa o entendimento de que a criação de um BCD deve acontecer a partir de um interesse intrínseco ao/do território, mesmo se percebendo a necessidade de apoios e estímulos de agentes externos; ii) *Hibridação de princípios econômicos*, que anuncia serem as ações econômicas empreendidas pelo BCD oriundas de fontes e regulação ampliadas, as quais estão imbricadas em uma hibridação de princípios econômicos que estão além da perspectiva mercantil, mas absorvem e interagem com um viés não mercantil e não monetário; iii) *Construção conjunta da oferta e da demanda*, que designa o incitamento do BCD a propor que os negócios no território com aporte de recursos desta prática de finanças solidárias devem ser estabelecidos com a oferta de produtos ou serviços para o atendimento da demanda da comunidade; e iv) *Garantia e controle baseados nas relações de proximidade e confiança mútua*, que advoga a indispensável absorção da força do histórico dos relacionamentos do tomador de crédito no BCD para a obtenção do empréstimo, assim como do papel da comunidade para o controle social da inadimplência.

⁴⁵ O Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e informações complementares sobre esse documento estão disponíveis em; <<http://www.institutobancopalmas.org/termo-de-referencia-dos-bancos-comunitarios-de-desenvolvimento/>>.

Mais uma vez, cabe comentar a lacuna deixada por uma avaliação ao não estabelecer os indicadores que poderiam bem expressar não tanto a instalação, mas sobretudo constatar a pretensa consolidação dos quatro BCD (Banco Palmas, Banco PAR, Banco Serrano e Banco BASSA) como objetivava o Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários. Assim, uma oportunidade de elencar indicadores foi perdida nas primeiras avaliações de BCD sejam esses indicadores mais ajustados ao perfil da viabilidade econômica ou mais nivelados com a sustentabilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento. Por outro lado, é justo admitir e saudar os pesquisadores do LIEGS/UFCA pelo emprego dos quatro princípios listados em Silva Júnior (2007). Tais princípios já advertem para aspectos próprios dos BCD que devem ser verificados com rigor para denotar o quanto aqueles bancos comunitários de desenvolvimento foram implantados com efetividade e estavam inseridos de modo conveniente em um processo de robustecimento da experiência. Igualmente, estes princípios parecem denunciar com perspicuidade o quanto um BCD implantando e consolidado em vista da sua pretensa sustentabilidade futura está mais próxima de aspectos multidimensionais sócio, econômico, político, cultural e ambiental que apenas de aspectos relacionados à dimensão econômico-financeira deste empreendimento de finanças solidárias.

Neste sentido, o princípio da mobilização endógena do território já apontava a necessidade de uma movimentação e concentração da comunidade no local cujo BCD será instalado para que a metodologia - como todas as adaptações e ajustes ao local - seja devidamente aplicada. Além do mais, este princípio sendo cumprido já demonstraria que a apropriação do BCD pela comunidade na continuidade se dará de forma mais rápida. Com base neste princípio, Silva Júnior (2007, p. 43-44) alerta que dos três novos BCD avaliados, dois deles (Banco BANCART, de Irauçuba, e o Banco Paju, de Maracanáu), estiveram bem alicerçados neste princípio quando fundados. Já o mesmo não foi percebido em Maranguape, onde o Banco BEM (Banco dos Empreendedores de Maranguape para não confundir com o Banco Bem, de Vitória/ES) “não está bem caracterizado como banco comunitário. [...] a prefeitura do município tem uma forte inserção no banco e a instituição que deveria gerir o banco (Uma associação de associações de um território com mais de 10 municípios) não tem sido atuante” (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 43).

Finalmente, os avaliadores consideraram que dos outros quatro BCD (Banco Palmas, Banco Serrano, Banco PAR e Banco BASSA), três foram efetivamente constituídos firmados neste princípio. Já o Banco BASSA, como explana Silva Júnior (2007, p. 43), “está vinculado ao

Fórum dos Assentamentos de Santana de Acaraú e tem a particularidade de ter sua sede na cidade, mesmo estando relacionado aos assentamentos de Santana”. Ou seja, é um BCD de assentamentos da zona rural do município, mas está localizado na sede. Isto demonstra uma desterritorialização e, por conseguinte, uma dificuldade na apropriação do BCD pela comunidade. Também não parece conveniente, por dificultar suas operações e gestão, um BCD vinculado a várias comunidades dispersas em um mesmo município. Talvez, isto também seja motivo para justificar a informação prestada no final da subseção anterior que o BASSA seja destes BCD o único que não se encontra mais em operação. Então, se apreende que o princípio da mobilização endógena do território é crível para sugerir se um BCD que foi edificado sob sua égide apresenta mais possibilidade na continuidade ser percebido fielmente como um BCD.

No tocante ao segundo princípio, a hibridação de princípios econômicos pode ser traduzida como na diversificação das fontes de captação de recursos e da oferta de serviços pelos bancos comunitários de desenvolvimento, combinando simultaneamente as relações de troca de natureza mercantil com as de caráter redistributivas, com as de base reciprocitárias e de práticas da chamada economia da domesticidade. Os investigadores apontaram que dos sete BCD, quatro estão nivelados com o que preconiza este princípio: o Banco Palmas, o Banco Serrano, o Banco BANCART e o Banco Paju. Por sua vez, o Banco BASSA (em processo de retomada do funcionamento na época, após mudança de sede, ausência de apoio da prefeitura municipal e da paralisação no uso de moeda social), o Banco PAR (fragilizado pela descontinuidade do uso da moeda social, pelo enfraquecimento na relação com os órgãos do poder público e pela pouca atuação do Instituto Palmas na assessoria ao BCD) e o Banco BEM (em função de uma descaracterização como BCD, não uso regular de moeda social e oferta apenas de serviços como correspondente bancário) não aparentavam aderência a este segundo princípio (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 43-44, 47). No Banco BEM, por exemplo, apenas são efetuados empréstimos através das linhas do correspondente bancário. Não existe relação de identidade entre o BCD e seus usuários que produzisse relações de proximidade e mesmo este BCD não incentivava outras formas de trocas econômicas. Portanto, deste princípio também podem ser tirados ensinamentos quanto sua fiabilidade para indicar que a presença da hibridação de princípios econômicos é uma *conditio sine qua non* para a efetiva caracterização de um BCD. E por um caráter inerente a este princípio já fica evidente que não se deve avaliar a viabilidade de um BCD apenas tomando por requisito suas ações econômicas mercantis.

O terceiro princípio - construção conjunta da oferta e da demanda - tem uma forte articulação com o segundo quando retrata que um BCD não deve ter preocupação operacional se o produto/serviço oferecido será uma linha de crédito que vai dar um retorno econômico mais elevado que os ganhos sociais do investimento ou se será apenas cobrir os custos de operação (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 39). Outrossim, este princípio também conforma que o BCD deve orientar os tomadores que o crédito tem que ser utilizado para produtos e serviços em razão da demanda do público da comunidade e focado no desenvolvimento socioeconômico do território. Diante disto, a constatação da avaliação do LIEGS/UFCA é que os mesmo quatro BCD que foram considerados ajustados ao segundo princípio estavam também em forma com o este terceiro. Os outros três BCD, de acordo com Silva Júnior (2007, p. 47), ou estavam em recuperação de suas operações, como os casos dos Bancos BASSA e PAR, ou suas linhas de crédito de correspondente bancário e sem qualquer vínculo identitário com a população não permitiam que se orientasse a construção da oferta e da demanda no território. Pode-se ultimar, dessa maneira, que este princípio assegura que um BCD em processo de implantação e consolidação que não conseguir estabelecer ações para equilibrar oferta e demanda em seu território não cumprirá um dos seus principais propósitos.

Já o quarto e último princípio, garantia e controle baseados nas relações de proximidade e confiança mútua, representa que um banco comunitário de desenvolvimento sustenta as suas operações de concessão de crédito reforçando os laços sociais dos moradores do território onde o BCD operava. A reputação do tomador de crédito no BCD não é julgada pela ausência do nome do tomador nas listas de restrições ao crédito, como Serasa e SPC, mas na confiança estabelecida pelas relações entre os vizinhos e no comércio do território. Sendo de certa maneira redundante, como apenas o Banco Palmas, o Banco Serrano, o Banco BANCART e o Banco Paju funcionavam regularmente como BCD - naquele momento da pesquisa, eram estes BCD que colocavam em prática esse quarto princípio. Mesmo o Banco BEM disponibilizando crédito, o fato de funcionar substancialmente somente como um correspondente bancário não o permitia praticar esse princípio em suas ações de concessão de crédito. É isso o que nos apresenta Silva Júnior (2007, p. 43-44, 47). Indo além dos princípios e observando a avaliação geral sobre os sete BCD, este autor retratou que existiam problemas comuns a todos que foram elencados assim:

1. Gestão (necessidade de capacitação dos gestores dos bancos);
2. Fundo de Crédito (necessidade de parcerias para captação dos recursos);
3. Sustentabilidade (necessidade de desenvolver produtos que reduzam a dependência dos projetos governamentais);
4. Moedas Sociais (necessidade

de lastro para emissão e de transferência de confiança que garanta a circulação) (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 47).

Com relação à avaliação global empreendida pelo LIEGS/UFCA acerca do Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários, Silva Júnior (2007, p. 49) afirma que “o projeto atingiu parte de suas expectativas neste segundo ano. [...] a implantação dos novos bancos foi concluída com sucesso, mas a consolidação dos já implantados – salvo o Banco Palmas – ainda precisa de mais investimento em assessoria e capacitação”. E o autor adiciona para se consagrarem como política pública ainda havia um longo caminho a ser percorrido, pois faltaria “uma difusão do conceito, o estabelecimento de um marco jurídico, a regulamentação dos bancos comunitários junto ao sistema financeiro nacional e a integração entre ações das várias secretarias do Governo Federal” (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 39). Passados nove anos desta análise é factível expressar que a difusão do conceito está no patamar mais próximo de ter sido plenamente alcançado. A integração ente ações das secretarias do Governo Federal para fomenta as experiências de BCD não aconteceu de modo absoluto, mas em iniciativas esporádicas. Finalmente, nem o marco jurídico nem a regulamentação dos BCD junto ao sistema financeiro nacional aconteceram até este ano de 2016. Concluindo, esta avaliação do Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários, mesmo que não tenha apontado indicadores que possam ajudar nesta tese, a avaliação comunica aqueles quatro princípios que denotam que uma avaliação de BCD deve, acima de tudo, privilegiar um espectro relacionado à sua atuação social do que a manifestação dos interesses extremadamente direcionados a sua viabilidade social.

3.2.4 A avaliação dos 10 anos do Banco Palmas (2008)

A avaliação dos 10 anos de existência da experiência do Banco Palmas foi realizada entre novembro de 2007 e fevereiro de 2008 pelo LIEGS/UFCA em atendimento a demanda da SENAES/MTE. O texto de referência para as análises que serão efetuadas nesta tese sobre essa avaliação é o livro de Silva Júnior (2008), *Avaliação de Impacto e Imagem: Banco Palmas - 10 anos*. Os propósitos dessa avaliação foram - como disserta Silva Júnior (2008, p. 7) - “prospectar os impactos proporcionados pelo Banco Palmas junto aos usuários dos seus serviços no Conjunto Palmeiras e perceber o retorno de imagem do Banco a partir da implementação das suas ações de promoção de geração de ocupação e renda”, no período 1998 a 2007 (os 10 anos desde que o Banco Palmas foi constituído). A história deste BCD já está descrita em seções anteriores desta tese. Assim sendo, serão destacados outros trechos do livro para comentários e análises. Nos aspectos introdutórios do texto, uma constatação obtida

nas primeiras visitas de campo durante a realização da pesquisa adverte para o quanto o Banco Palmas é uma prática incomum de finanças solidárias e para o que poderia se revelar nas conclusões avaliação ao externar que neste BCD

São inúmeros os projetos fomentados: de grupos produtivos nas áreas de artesanato, confecções e limpeza, passando por iniciativas de clubes de troca e de consumo solidário. As ações acabam por gerar um circuito econômico bastante particular no bairro, uma outra economia, que oferece as bases de um modo de desenvolvimento local sustentável extremamente singular, pois assumindo a forma de uma cadeia sócio-produtiva local (SILVA JÚNIOR, 2008, p. 11, grifo nosso).

Nesta mesma linha de interpretação, Silva Júnior (2008, p. 14) acresce o entendimento que “o Banco Palmas constituiu-se em um sistema financeiro solidário e atua de forma integrada em quatro pontos da cadeia produtiva local: capital solidário, produção sustentável, consumo local e comércio justo”, desenvolvendo produtos para atender cada um destes pontos. Este autor externa que a moeda social circulante local Palmas agia para fortalecer o capital circulante no bairro, sendo os Palmas sendo introduzidos pelos produtores, comerciantes ou um morador que poderia trocar moeda nacional por moeda social ou adquirir um empréstimo em Palmas sem a cobrança nenhuma taxa de juros sobre o montante emprestado. Já produção sustentável era fomentada através de microcréditos orientados destinados à produção e comercialização local, tomando em conta a relação demanda-oferta. Por sua vez, o consumo local foi estimulado através da campanha que acontecia naquele período no Conjunto Palmeiras, “Compre no Bairro é Mais Emprego!”, que se configurava uma ação de incentivo ao consumo local o qual expunha a comunidade que consumir no bairro contribuir para ampliar a circulação de dinheiro e para a melhoria da qualidade de vida de todos no local. Por fim, o comércio justo estava sendo promovido através de algumas atividades incitadas pelo Banco Palmas, como a loja solidária instalada na sede da ASMOCONP para os empreendedores do bairro e grupos produtivos solidários exporem e venderem seus produtos. A loja se constituía em uma espécie de central de comercialização, sobretudo para aqueles que possuíam dificuldade em relação a acesso aos canais de comercialização de seus produtos (SILVA JÚNIOR, 2008, p. 15).

O autor recorda que este BCD não restringia sua *práxis* - aqui no *lato sensu* do termo - em atividades e projetos de caráter econômico ou socioeconômico, mas - também - entrelaça outras dimensões como a cultural. Segundo Silva Júnior (2008, p. 29), em 2007, o Banco Palmas implementou no bairro o projeto BATE PALMAS, um projeto cuja finalidade é de promover arte e educação a partir de atividades de música e de dança com a comunidade, por meio da elevação da cultura e da solidariedade no Conjunto Palmeiras. Este modelo de

atuação do Banco Palmas reflete a edificação de uma rede solidária de produção e consumo local, cuja prioridade é a circulação da renda no próprio bairro, através da comercialização dos produtos na comunidade, oxigenando essa rede solidária de produtores e consumidores do território. Como será visto nas análises seguintes, essa avaliação do LIEGS/UFCA sobre o Impacto e Imagem: Banco Palmas - 10 anos focaliza exatamente as dimensões socioeconômicas, política e cultural deste BCD. A ênfase exclusivista ou desequilibrada sobre a dimensão econômico-financeira não foi o alvo desta avaliação dando continuidade na sedimentação do caminho que mais tarde seria ambicionado de buscar avaliar os BCD pela sua utilidade social acima da sua capacidade de viabilidade econômica.

No que concerne à metodologia, antes de estabelecer os procedimentos metodológicos, Silva Júnior (2008, p. 30-34) aponta três aspectos - cujos pesquisadores do LIEGS/UFCA tiveram que tornar claros - visando o melhor andamento da pesquisa. Primeiramente, procuraram estabelecer que aquela pesquisa tinha uma especificidade, pois se tratava da avaliação de projetos comunitários. Dito isso, os investigadores foram em busca de construir um arcabouço teórico acerca desta questão e encontraram em Tenório (2003) uma base referencial significativa. Para Tenório (2003, p. 14) quando se trata de um projeto comunitário, a principal função dos procedimentos avaliativos é “ser um processo educativo, onde o aprendizado é a ferramenta que possibilita maior compreensão das dificuldades enfrentadas, assim como, permite a união entre o saber técnico (daquele que avalia) e o saber real (a comunidade avaliada)”. Com esta indicação, a Avaliação de Impacto e Imagem: Banco Palmas - 10 anos envolveu os gestores da organização, seus apoiadores e a comunidade beneficiada, de acordo com o revelado por Silva Júnior (2008, p. 30).

O segundo elemento, elucidado pelos avaliadores do LIEGS/UFCA, foi demonstrar que mesmo a pesquisa se amparando em uma proposta de laboratório de pesquisa focado na área de gestão, havia a convicção que essa avaliação teria que superar a tradição positivista de pesquisas nessa área e apresentar a aplicação de “métodos mais subjetivos, baseando-se no pressuposto de que os estudos organizacionais não têm por objetivo descobrir a verdade, mas dar significado às suas ações” (SILVA JÚNIOR, 2008, p. 32). O terceiro e último aspecto que o LIEGS/UFCA teve que precisar, antes das próprias escolhas dos procedimentos da avaliação, é a ponderação entre o uso de técnicas quantitativas ou qualitativas em razão da natureza de constituição e funcionamento menos formalista de um BCD. O encaminhamento, exposto em Silva Júnior (2008, p. 34), foi tratar a pesquisa de avaliação “tanto em práticas quantitativas como qualitativas, uma vez que os dois métodos possuem suas limitações e a

aplicação deles em conjunto propicia uma compreensão melhor da complexidade das organizações”.

Acredita-se que a combinação destes três aspectos facilitou a definição dos procedimentos metodológicos escolhidos, em uma perspectiva que provocasse uma compreensão ampliada *a priori* - já para os pesquisadores - dos significados e dimensões de análise a serem investigadas com primazia sobre os BCD. Diante disso, as escolhas metodológicas realizadas para viabilizar este estudo tinham tanto o propósito de incluir uma diversidade de formas de captura de dados quanto permitir a validação dos dados que pudesse evidenciar com o máximo de fiabilidade o que correspondia os impactos e a imagem do Banco Palmas nos 10 anos anteriores (SILVA JÚNIOR, 2008, p. 32). Tais escolhas metodológicas implicaram no uso das seguintes técnicas de captura das informações: consulta a documentos oficiais e bancos de dados secundários, observações diretas, realização de entrevistas, de *survey* e de grupos focais. Este autor publicou que nas observações diretas foram realizadas visitas ao BCD e a comunidade (comércio e moradores), bem como verificação *in loco* da operacionalização de alguns projetos, produtos e serviços do Banco Palmas. As entrevistas foram realizadas com lideranças do bairro, ex-integrantes da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e representantes de outras organizações do bairro que conhecem a trajetória da ASMOCONP e do Banco Palmas desde o princípio. Silva Júnior (2008, p. 38) expõe que estas “entrevistas foram realizadas com lideranças comunitárias do Conjunto Palmeiras, representantes das pastorais, padre, dirigentes de instituições públicas e ex-presidentes da ASMOCONP”.

O documento comunica que a técnica do grupo focal foi utilizada a partir de um termo de referência elaborado pelos coordenadores da pesquisa. Este termo de referência se norteou nas perguntas de partida gerais da investigação, a saber: quais os impactos das ações do Banco Palmas no Conjunto Palmeiras, ao longo dos últimos 10 anos?; e qual o retorno de imagem do Banco Palmas construído no imaginário dos usuários dos serviços e participantes de suas ações? Em seguida, tais perguntas sugeriram a constituição de quatro temas-chaves a serem utilizados pelos mediadores dos grupos focais na condução dos questionamentos iniciais aos participantes: o nível de desenvolvimento do Conjunto Palmeiras; os impactos resultantes das ações do Banco Palmas; a imagem percebida da trajetória deste BCD; e a expectativa e perspectivas futuras esperadas para o Banco Palmas. (SILVA JÚNIOR, 2008, p. 44). Foram duas sessões de grupos focais. Em cada sessão estiveram presentes 22 pessoas divididas em dois grupos focais. Estes 44 participantes, segundo Silva Júnior (2008, p. 45),

eram “ex-dirigentes da ASMOCONP, membros da Associação Comercial do Conjunto Palmeiras, moradores e líderes comunitários do bairro, diretores de escolas públicas, dirigentes de projetos governamentais e de organizações da sociedade civil locais”. O autor adiciona que cada grupo focal tinha um mediador, um assistente/relator e um observador externo ao grupo o qual também efetuava registros escritos e fotográficos para auxiliar o mediador na confecção do seu relatório de grupo focal. Os mediadores possuíam formação em sociologia e psicologia, com experiências anteriores na condução de grupos focais.

As observações diretas, as entrevistas semiestruturadas e os grupos focais visavam atender um ângulo mais qualitativista dessa avaliação e enfatizar, mormente o alcance e os impactos sócio-territorial, políticos-comunitários dos 10 anos de ações do Banco Palmas no Conjunto Palmeiras. Para deprender informações em relação aos efeitos da atuação desse BCD na sua dimensão mais econômica, o LIEGS/UFCA realizou um levantamento na forma de um questionário com os tomadores de crédito, os usuários da moeda social Palmas, os proprietários dos empreendimentos que aceitam a moeda social e os usuários do correspondente bancário do BPB no Banco Palmas, como informa Silva Júnior (2008, p. 63). Esse questionário teve uma proposta quantitativista com 51 questões divididas em duas seções: “a primeira para coleta de dados para traçar o perfil socioeconômico dos moradores e a segunda para obter dados destes entrevistados acerca da ação do Banco Palmas, de seus serviços e de como estes influenciaram ou não suas vidas” (SILVA JÚNIOR, 2008, p. 62). O universo do público, cujo questionário pretendia alcançar, foi de 2.649 pessoas, sendo que a amostra delimitada para avaliação foi 248 questionários aplicados - 9,4% do universo (O levantamento ao final atingiu uma amostra um pouco maior: em torno 9,6% do universo ou 253 questionários aplicados). Estas foram, portanto, as principais técnicas de captura de dados realizadas nesta avaliação para apurar o impacto e a imagem dos 10 anos de atuação do Banco Palmas, do ponto de vista da população do território.

Outra vez, em uma avaliação de BCD, não foram definidos indicadores a serem usados como parâmetros de pesquisa para determinar a performance do banco comunitário de desenvolvimento. Supõe-se que não tendo se caracterizado como pesquisa com base em uma só técnica tornou-se difícil o estabelecimento de indicadores que pudessem ser utilizados de modo comum em todas elas. De fato, não seria impossível executar uma avaliação com indicadores comuns no uso de múltiplas técnicas de captura de dados simultâneas, mas traria uma dificuldade em relação a como ajustar tais indicadores a cada uma delas. Por exemplo, como enquadrar os indicadores definidos para serem identificados na aplicação de um

questionário em uma discussão mais aberta promovida em um grupo focal. Observando o documento final da Avaliação de Impacto e Imagem: Banco Palmas - 10 anos, o que se percebeu foi que os pesquisadores determinaram uma maneira de ter elementos comuns a serem levantados na aplicação de cada uma das formas de captura de informações empregadas nesta avaliação: observações diretas, realização de entrevistas, de survey e de grupos focais. Caso analise-se o conjunto de questões que foram propostas aos entrevistados quando do uso desta técnica pela investigação, o que se verá é que existem termos-chave que aparecem nas perguntas que tornam a serem guias na aplicação das outras técnicas da avaliação empreendida pelo LIEGS/UFCA.

Em Silva Júnior (2008, p. 39-42) é notório que as 10 questões comuns aplicadas nas entrevistas podem ser agrupadas nas seguintes ideias-chave: o papel do Banco Palmas para o **desenvolvimento do bairro**; **significado desse BCD** para o Conjunto Palmeiras; como é **percebida a atuação do Banco Palmas**; qual o **impacto do uso da moeda social** no bairro; e qual a **expectativa** do que pode vir ser **esse BCD** para o bairro no **futuro**. Verificando e cruzando com questionamentos orientadores dos grupos focais, é nítido o alinhamento entre as técnicas acerca das trilhas a serem investigadas. Nos grupos focais, como aparece em Silva Júnior (2008, p. 44) os termos orientadores foram: a contribuição daquele BCD no nível de **desenvolvimento do Conjunto Palmeiras**; os **impactos** resultantes **das ações do Banco Palmas**; a **imagem percebida da trajetória** deste BCD; e a **expectativa e perspectivas futuras** esperadas para o Banco Palmas. Como se nota, há um pleno alinhamento entre os termos-chave e, por conseguinte, o que se buscava que modo mais específico obter de informações sobre a performance do Banco Palmas com estas duas técnicas aplicadas.

Igualmente, quando se examina o questionário utilizado no levantamento e as análises desse descritas em Silva Júnior (2008, p. 61-82), também é possível constatar que existem subconjuntos de questões que se revelam em ideias-chave, dentre as quais, a **participação** do usuário do Banco Palmas **em associações e organizações da sociedade civil**; se este BCD aportou **contribuições para o desenvolvimento do Conjunto Palmeiras**; o **reconhecimento** da existência dos **projetos executados pelo Banco Palmas** e se teve **envolvimento em algum** deles; como o usuário **avalia a atuação** desse banco comunitário de desenvolvimento ao longo de 10 anos; qual juízo possuía sobre o(s) serviço(s) ofertado(s) pelo BCD cujo(s) o usuário utilizou; se a **utilização desse(s) serviço(s) proporcionou melhoria(s) na vida** do usuário; e se a **moeda social Palmas ajuda** (e como se dá) **no desenvolvimento do Conjunto Palmeiras**. Por seu turno, na observação direta não houve precisão no documento a

respeito de quais temáticas se concentraria o “olhar” dos pesquisadores enquanto suas visitas e apreciações no bairro e nas atividades do Banco Palmas.

Todavia, ao se visualizar que as demais técnicas se atentaram para um mesmo agrupamento de temas, permite-se deduzir que as mesmas temáticas e ideias chave estiveram no centro das observações e das apurações dos investigadores do LIEGS/UFCA no momento de suas estadas na comunidade. Essa concepção se fortalece, sobretudo se for consideradas que tais visitas se deram, principalmente, com o propósito de validação dos dados coletadas nas demais técnicas aplicadas nessa avaliação. É o que apresenta Silva Júnior (2008, p. 34) ao assinalar que após “capturados todos os dados e iniciou-se então o cruzamento entre as diversas fontes, ratificadas com as observações diretas e se produziu este relatório final da pesquisa”. Neste cenário, essa avaliação trouxe contribuições que servirão para as reflexões sobre a forma ampliada e multidimensional que deve ser analisada a atuação de um BCD, assim como, acerca da necessidade do emprego de mais de uma técnica para se obter resultados mais extensos sobre a possibilidade de um BCD ser social e economicamente viável e sustentável.

Concernente à parte desta percepção descrita acima, que se refere à amplitude do método, o emprego de técnicas de captura de dados diferentes para se colher os dados do desempenho de um BCD, é defendido no documento final dessa Avaliação de Impactos e Imagem: Banco Palmas - 10 anos, com uma fortaleza dessa pesquisa. Acredita-se que esta concepção exposta pelo documento é congruente quando para tal descreve que o uso de diferentes técnicas permite que se utilize

as vantagens de cada uma, ao mesmo tempo em que supera suas fragilidades. Assim, pôde-se trabalhar de forma aprofundada - na técnica de Grupos Focais – temas que não foram abordados com a técnica survey. A combinação de múltiplas estratégias de pesquisa possibilitou apreender as dimensões qualitativas e quantitativas do objeto, atendendo tanto os requisitos do método qualitativo, ao garantir a representatividade e a diversidade de posições dos grupos sociais que formam o universo da pesquisa, quanto às ambições do método quantitativo, ao propiciar o conhecimento da magnitude, cobertura e eficiência de programa sob estudo (SILVA JÚNIOR, 2008, p. 91-92).

Por fim, em referência à amplitude multidimensional de investigação, que essa avaliação utiliza como escopo de análise, proporcionou auferir o forte impacto que o Banco Palmas teve para o Conjunto Palmeiras. Assim, Silva Júnior (2008, p. 84) se manifesta relatando que “o Banco Palmas trouxe uma visibilidade para todo o bairro, promovendo ganhos para todas as organizações e cidadãos locais”, expressos “na elevação da autoestima dos moradores, mas

também nos significativos impactos relacionados a aumento do consumo nos comércios locais e de circulação de riqueza no bairro” e em “outros impactos que proporcionam ganhos coletivos para o bairro, identificados na pesquisa, como a ênfase na educação, cultura e formação dos jovens”. Reforça-se esta demonstração do alcance desse BCD para além dos resultados econômicos, apurados por essa avaliação, a resposta da população pesquisada sobre a imagem que possuem do Banco Palmas “associada a aspectos de liderança institucional no Conjunto Palmeira” e sobre a palavra que vem instantaneamente à mente quando se cita o Banco Palmas serem termos, como: crescimento, oportunidade, desenvolvimento, ideias contagiosas, cultura, organização comunitária, poder de articulação, trabalho e sucesso (SILVA JÚNIOR, 2008, p. 88). São termos que denotam uma amplitude de sentidos, mas por que não afirmar que retrataram a fidelidade de como deve ser a atuação de um banco comunitário de desenvolvimento. Enfim, no conjunto das análises a medida se deu menos sob os resultados da viabilidade econômica e mais sob a rentabilidade e os benefícios sociais do Banco Palmas. Concluindo, esta pesquisa de Avaliação de Impactos e Imagem: Banco Palmas - 10 anos tem muitas lições e ensinamentos para apoiar a propositura de avaliações de BCD, especialmente, com uma vertente que pretende auferir o valor multidimensional gerado por estas experiências de finanças solidárias.

3.2.5 A avaliação dos 15 anos do Banco Palmas (2013)

A construção do instrumento de avaliação, que se tornou referencia na celebração dos 15 anos do Banco Palmas, foi possível em virtude de um projeto de melhoria da infraestrutura e desenvolvimento institucional deste BCD, que contemplou - segundo Neiva *et al.* (2013, p. 106) - a construção de indicadores de monitoramento e avaliação para o Banco Palmas e os demais bancos comunitários de desenvolvimento. Basicamente, esta ferramenta de avaliação teria um duplo propósito: contribuir para a sistematização dos resultados obtidos pelos BCD; e para apoiar os parceiros destes na avaliação e aprimoramento de suas ações (NEIVA *et al.*, 2013, p. 106-107). Do ponto de vista do desenvolvimento metodológico desta ferramenta, foi construída uma matriz de indicadores de monitoramento e avaliação pelo Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL/USP) que advém da adaptação da metodologia da matriz de marco lógico utilizado na elaboração de projetos, conforme Neiva *et al.* (2013, p. 107). Não está informado se ocorreu uma definição da matriz de indicadores ou mesmo uma análise dos resultados de modo coletivo com os participantes da avaliação. Apenas é informado que foi realizado um piloto da pesquisa com os moradores do bairro e usuários de serviços do Banco Palmas.

Neiva *et al.* (2013, p. 109) aponta que as dimensões guias em projetos de desenvolvimento comunitários são o fortalecimento comunitário; o planejamento e a dinamização dos recursos locais; a promoção do desenvolvimento integrado dos territórios; e, o fundamento em princípios de cooperação e democracia. E antes de apresentar a matriz para avaliação e monitoramento de BCD, assim apresenta estes empreendimentos de finanças solidárias:

São instituições que resultam da organização popular e comunitária e produzem arranjos inovadores articulando a cultura e história local à produção de seu desenvolvimento. É uma atuação política que recoloca as comunidades na produção de sua própria história, refutando, assim, o lugar de recebedores silenciosos de políticas governamentais ou de operadores passivos de suas ações (NEIVA *et al.*, 2013, p. 113).

A chamada matriz lógica de indicadores para monitoramento e avaliação da estratégia dos bancos comunitários de desenvolvimento foi edificada com recursos do prêmio de Tecnologia Social de destaque nacional obtido pelo Instituto Palmas - que apresentou a experiência do Banco Palmas - resultante da primeira colocação no concurso oferecido pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)⁴⁶, em 2008. O NESOL/USP foi contratado para executar os recursos destinados pelo Instituto Palmas para executar a construção de um instrumento de avaliação referente aos 15 anos (1998-2013) do Banco Palmas e que pudesse também ser utilizada na avaliação futura de outras experiências de BCD.

A opção da equipe do NESOL/USP foi partir da metodologia da matriz lógica para construir o instrumento em função dessa metodologia - criada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) - ser reconhecida, de acordo com Neiva *et al.* (2013, p. 116), para o planejamento, o monitoramento e a avaliação de programa e projetos. Essa metodologia da matriz de marco lógico organiza simultaneamente as finalidades, os componentes e as atividades de um projeto como apresenta os indicadores necessários para atestar a consecução das ações e os meios mais práticos para verificar estes indicadores. Ainda conforme o autor, os indicadores permitem mensurar o alcance dos objetivos (em termos de eficácia), os resultados obtidos (na perspectiva de sua efetividade) e as atividades realizadas (no viés de eficiência), tendo estes indicadores tanto uma tradução quantitativa como qualitativa.

⁴⁶ A FINEP é um organismo público brasileiro, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI/Governo Federal), cuja finalidade é promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas. Informação disponível em: <<http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/sobre-a-finep>>.

Ao revelar como a equipe de elaboração da matriz de indicadores para avaliação dos 15 anos do Banco Palmas estruturou as etapas do seu trabalho, Neiva *et al.* (2013, p. 116-117) expõe que, primeiro foi realizada uma revisão bibliográfica. Em seguida, foi feita uma pesquisa com os atores sociais envolvidos para compreensão dos contextos e partiu-se para construção dos indicadores com a elaboração de matriz lógica (objetivos geral e específico e resultados), e a consolidação dos indicadores. Em Neiva *et al.* (2013, p. 117) é destacado que durante a construção do instrumento ocorreu um diálogo permanente entre o NESOL/USP e o Instituto Palmas “para a definição de objetivos e resultados esperados à iniciativa” e que foram realizados encontros com os “principais atores envolvidos com a estratégia de BCD, como os representantes da SENAES/MTE, da ITES/UFBA, da Cáritas Brasileira, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da FINEP e do Banco do Nordeste”, para apresentar e dialogar com os mesmos acerca da matriz de indicadores.

Todavia, não há referência que no processo de definição e validação da matriz de indicadores tem sido efetuada alguma ação de envolvimento dos moradores do Conjunto Palmeiras, onde fica a sede do Banco Palmas ou mesmo os clientes deste. É apontado por Neiva *et al.* (2013, p. 133-136) que os clientes do Banco Palmas foram entrevistados somente pela equipe de campo do projeto tanto aqueles que são tomadores de crédito, em uma mostra de 201 pessoas, como os que utilizam o correspondente bancário em um total de 102 pessoas. Com estes foram realizadas entrevistas no saguão de recepção da sede do Banco Palmas e com aqueles 201 foram efetuadas entrevistas domiciliares. Não registros que os moradores ou mesmo os clientes respondentes dos questionários tenham participado também da construção ou das análises dos resultados. Nesta pesquisa, os clientes-moradores foram apenas sujeitos passivos do processo de avaliação e, de forma explícita, a organização da mesma considerou atores para efeitos de influencia na definição do conteúdo do instrumento apenas os representantes das instituições listadas anteriormente.

Em termos de estabelecimento dos indicadores, essa avaliação de banco comunitário de desenvolvimento foi expressa em macroindicadores, decompostos em um conjunto de indicadores específicos. Os macroindicadores estão agrupados em quatro eixos temáticos considerando a estrutura e a atuação de um BCD (NEIVA *et al.*, 2013, p. 118-121):

i) Eixo Inclusão Socioeconômica e Financeira - considerada a oferta de serviços financeiros e bancários baseados no viés comunitário - estratégia para enfrentamento da pobreza. A **Figura 4**, apresenta que o Eixo Inclusão Socioeconômica e Financeira foi dividido em 18 macroindicadores e 44 indicadores;

Figura 4 - Macroindicadores e indicadores de inclusão socioeconômica e financeira do instrumento de avaliação dos 15 anos do Banco Palmas

	MACROINDICADORES	INDICADORES
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E FINANCEIRO	1.1.1. Critérios de concessão de crédito	1.1.1.1. Porcentagem de clientes com restrição cadastral 1.1.1.2. Porcentagem de clientes sem conta bancária antes de acessar o crédito 1.1.1.3. Autonomia para flexibilizar critérios
	1.1.2. Atendimento de beneficiários dos programas de Transferência de Renda	1.1.2.1. Porcentagem de clientes beneficiários de Programas de Transferência de Renda (PTR) 1.1.2.2. Porcentagem de saques de Bolsa Família realizados no banco comunitário
	1.1.3. Atendimento da população em situação de pobreza e miséria	1.1.3.1. Porcentagem de clientes com perfil de renda inferior a R\$ 70,00 per capita
	1.1.4. Atendimento com foco na condição desigual de gênero	1.1.4.1. Porcentagem de clientes mulheres
	1.1.5. Acesso ao sistema financeiro e bancário	1.1.5.1. Porcentagem de clientes cujo primeiro crédito foi concedido pelo banco comunitário 1.1.5.2. Porcentagem de clientes cuja primeira conta bancária foi aberta no banco comunitário 1.1.5.3. Porcentagem de clientes exclusivos por tipo de serviço financeiro ofertado no banco comunitário 1.1.5.4. Distribuição de faixas de renda dos clientes de crédito
	1.2.1. Percepção sobre organização do orçamento	1.2.1.1. Porcentagem de clientes que justificam a melhor organização do orçamento em função do vínculo com o banco comunitário
	1.2.2. Ampliação do conhecimento e diversificação do uso de produtos financeiros	1.2.2.1. Média de serviços financeiros e bancários utilizados no banco comunitário 1.2.2.2. Porcentagem de clientes que indicam ter conhecimento de mais de um produto financeiro e bancário disponíveis no banco comunitário, além dos que utiliza 1.2.2.3. Porcentagem de clientes que justificam o acesso à produtos de outros bancos pelo vínculo com o banco comunitário
	1.2.3. Oferta de serviços financeiros e bancários a partir de novas tecnologias	1.2.3.1. Número de tecnologias ofertadas à comunidade pelo banco comunitário 1.2.3.2. Números de produtos oferecidos através das novas tecnologias 1.2.3.3. Porcentagem de clientes que utilizam as tecnologias
	1.2.4. Créditos concedidos e serviços prestados com orientação e acompanhamento	1.2.4.1. Número de créditos concedidos condicionadas à orientação 1.2.4.2. Número de empreendimentos / negócios acompanhados 1.2.4.3. Porcentagem de clientes ativos que indicam ter conhecimento sobre implicações da concessão de crédito (taxa de juros, prazo de pagamento, valor de parcelas e microsseguro)
	2.1.1. Maior volume de recursos nos empreendimentos / negócios locais	2.1.1.1. Volume em reais dos créditos concedidos 2.1.1.2. Porcentagem de aumento médio dos rendimentos dos clientes ativos de crédito
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E FINANCEIRO	2.1.2. Circulação da moeda social	2.1.2.1. Número de comércios que aceitam a moeda social 2.1.2.2. Porcentagem de clientes que usam ou conhecem a moeda social 2.1.2.3. Volume de moeda social em circulação
	2.1.3. Investimentos externos na comunidade	2.1.3.1. Porcentagem de recursos injetados diretamente na comunidade a partir de projetos em relação aos recursos totais de projetos do banco comunitário para a comunidade
	2.2.1. Aumento, diversidade e descentralização territorial dos empreendimentos / negócios locais	2.2.1.1. Distribuição territorial (Hotspot) dos empreendimentos / negócios da comunidade 2.2.1.2. Porcentagem de clientes por tipo de atividade econômica
	2.2.2. Maior incentivo para a compra local - entre produtores, empreendedores locais e consumidores	2.2.2.1. Número de estabelecimentos que indicam ter ocorrido aumento de consumo de produtos produzidos na comunidade 2.2.2.2. Porcentagem de clientes que indicam comprar a maioria dos itens de primeira necessidade nos empreendimentos / negócios do bairro (alimentação, higiene pessoal e beleza, material de limpeza) 2.2.2.3. Porcentagem de empreendimentos / negócios que indicam comprar os suprimentos e matéria-prima nos empreendimentos do bairro
	2.3.1. Fixação da oferta de emprego e trabalho dentro da comunidade	2.3.1.1. Número de empreendimentos / negócios iniciados no bairro a partir da relação com o banco comunitário 2.3.1.2. Número de postos de trabalho gerados nos empreendimentos/ negócios clientes do banco comunitário 2.3.1.3. Número de postos de trabalho mantidos nos empreendimentos / negócios clientes do banco comunitário 2.3.1.4. Número de moradores que são trabalhadores do banco comunitário
	2.3.2. Fortalecimento de vínculo dos jovens com o território	2.3.2.1. Número de jovens (de 18 a 24 anos) empregados nos empreendimentos / negócios clientes do banco comunitário 2.3.2.2. Porcentagem de clientes jovens (de 18 a 24 anos) que tomaram crédito
	2.3.3. Aumento na autonomia para administrar a renda familiar e do empreendimento / negócio	2.3.3.1. Porcentagem de clientes que indicam uma percepção de aumento de receita do negócio em decorrência da tomada de crédito 2.3.3.2. Porcentagem de clientes que indicam aumento da renda média familiar em decorrência da tomada de crédito
	2.3.4. Maior segurança financeira e melhoria das condições de vida	2.3.4.1. Porcentagem de clientes que indicam percepção de aumento da segurança financeira pela disponibilidade e acesso aos serviços financeiros e bancários 2.3.4.2. Porcentagem de clientes que indicam ter ocorrido melhoria nas condições de vida a partir do acesso à serviços e produtos financeiros 2.3.4.3. Porcentagem de clientes que indicam percepção de redução no tempo de deslocamento e recursos para realização de atividades financeiras e bancárias 2.3.4.4. Porcentagem de clientes que indicam a percepção de redução de dependência de relações de exploração / informais no acesso a recursos financeiros

Fonte: Retirado de Neiva *et al.* (2013, p. 122-123)

ii) Eixo *Participação e Controle Social* - ênfase nas questões relacionadas à governança local e capacidade de negociar com organizações públicas e privadas. A **Figura 5** expõe os 16 indicadores do Eixo Participação e Controle Social distribuídos em sete macroindicadores;

Figura 5 - Macroindicadores e indicadores de participação e controle social do instrumento de avaliação dos 15 anos do Banco Palmas

MACROINDICADORES		INDICADORES		
PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	3.1.1. Capacidade de negociações com o poder público	3.1.1.1. Número de órgãos públicos parceiros / financiador		
		3.1.1.2. Número de políticas públicas adotadas em prol da comunidade a partir da ação do banco comunitário		
	3.1.2. Articulação para implantar serviços públicos na comunidade	3.1.2.1. Número de equipamentos / serviços públicos resultado da organização comunitária e da participação do banco comunitário		
	3.1.3. Participação do banco Comunitário em encontros e eventos comunitários	3.1.3.1. Número de participações do banco comunitário em espaços de discussão coletiva do bairro		
		3.1.3.2. Número de eventos realizados pelo banco comunitário na comunidade		
	3.2.1. Participação da comunidade como trabalhadores do Banco Comunitário e nos processos de decisão	3.2.1.1. Porcentagem de moradores da comunidade que são trabalhadores no Banco Comunitário		
		3.2.1.2. Porcentagem de moradores da comunidade que são trabalhadores no Banco Comunitário e participam das decisões		
	3.2.2. Discussão pública sobre o Banco Comunitário e canais de comunicação para difusão de informações e resultados	3.2.2.1. Número de documentos (flyers, folders, publicações, anuários) publicados pelo Banco Comunitário		
		3.2.2.2. Existência Espaço público de discussão (ex: Fórum)		
		3.2.2.3. Média de participantes no Fórum		
		3.2.2.4. Média de participantes no Fórum por perfil (moradores, comerciantes, entidades locais, poder público)		
		3.2.2.5. Número de serviços / projetos do banco Comunitário que foram sugeridos pela comunidade		
		3.2.2.6. Volume de capital do Banco Comunitário que tem origem na comunidade		
		3.2.2.7. Porcentagem de clientes que indicam proximidade dos gestores do Banco Comunitário às suas sugestões e queixas		
	3.3.1. Participação da comunidade em encontros e atividades realizadas pelo banco comunitário	3.3.1.1. Número de participantes nas atividades realizadas pelo banco comunitário		
	3.3.2. Importância do banco comunitário no fomento à participação	3.3.2.1. Porcentagem de clientes que indicam aumentar sua participação nas atividades realizadas na comunidade por conta do banco comunitário		

Fonte: Retirado de Neiva *et al.* (2013, p. 124)

iii) Eixo *Desenvolvimento das Capacidades* - centrados nas ações de formação que permitem a ampliação das possibilidades de geração de trabalho e renda da população, a autonomia e a qualificação dos empreendimentos. Na **Figura 6** visualiza-se que o Eixo Desenvolvimento das Capacidades contou com cinco macroindicadores e 13 indicadores; e

iv) Eixo *Desempenho Institucional* - foco em como o BCD realiza suas atividades e como tal estratégia contribui para o fortalecimento das organizações comunitárias que acolhem o banco comunitário de desenvolvimento. O Eixo Desempenho Institucional foi dividido em 10 macro indicadores e 28 indicadores, como pode ser visto na **Figura 7**.

Figura 6 - Macroindicadores e indicadores de desempenho das capacidades do instrumento de avaliação dos 15 anos do Banco Palmas

	MACROINDICADORES	INDICADORES
DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES	4.1.1. Participação da comunidade em formações e cursos promovidas pelo Banco Comunitário	4.1.1.1. Média de participantes por encontro realizado 4.1.1.2. Número de empreendimentos / negócios que receberam formação 4.1.1.3. Porcentagem de mulheres que participaram das formações 4.1.1.4. Porcentagem jovens 18 até 24 anos que participaram das formações
	4.1.2. Estimulo a novos empreendimentos / negócios e iniciativas a partir dos programas / projetos	4.1.2.1. Porcentagem de clientes que participaram dos projetos e iniciaram um novo negócio / empreendimento ou conseguiram emprego / trabalho 4.1.2.2. Porcentagem de clientes participantes dos projetos que justificam melhoria na qualidade de vida em decorrência da participação no projeto 4.1.2.3. Porcentagem de clientes que participaram dos projetos que justificam melhoria na capacidade de planejamento e organização do orçamento
	4.1.3. Parcerias na realização de projetos	4.1.3.1. Número de Instituições parceiras para a realização de projetos 4.1.3.2. Número de Instituições financiadoras para a realização de projetos 4.1.3.3. Número de projetos realizados pelo Banco Comunitário
	4.2.1. Ampliação da capacidade de busca ativa de clientes e de sua fidelização	4.2.1.1. Porcentagem de participantes dos projetos que se tornaram clientes 4.2.1.2. Número de clientes participantes dos projetos que diversificaram os serviços financeiros que utilizam
	4.2.2. Redução de risco da carteira	4.2.2.1. Porcentagem de participantes dos programas / projetos com carteira em dia (redução da inadimplência)

Fonte: Retirado de Neiva *et al.* (2013, p. 126)

Figura 7 - Macroindicadores e indicadores de desempenho de participação e controle social do instrumento de avaliação dos 15 anos do Banco Palmas

	MACROINDICADORES	INDICADORES
DESEMPENHO INSTITUCIONAL	5.1.1. Qualificação legal da entidade gestora	5.1.1.1. Entidade responsável pela execução é uma OSCIP de Microcrédito, SCM ou cooperativa de crédito
	5.1.2. Sistematização, análise e avaliação dos dados do sistema de informação de forma sistemática (uso)	5.1.2.1. Existência de mecanismo de registro de dados e informações 5.1.2.2. Frequência de sistematização dos dados
	5.2.1. Volume e diversidade de parcerias	5.2.1.1. Número parcerias estratégicas por área
	5.2.2. Reconhecimento Público	5.2.2.1. Número de prêmios ou selos de reconhecimento 5.2.2.2. Número de artigos e citações em mídia
	5.3.1. Diversificação da composição do fundo de crédito e suas condicionalidades	5.3.1.1. Número de instituições parcerias que compõem o fundo de crédito 5.3.1.2. Porcentagem do volume de recursos do fundo de crédito que são próprios 5.3.1.3. Volume em reais (R\$) de recursos próprios que compõem o fundo de crédito 5.3.1.4. Volume em reais (R\$) de recursos dos fundos de crédito que podem ser usados sem restrições
	5.4.1. Abrangência	5.4.1.1. Número de clientes ativos 5.4.1.2. Volume em reais (R\$) da carteira ativa bruta de crédito 5.4.1.3. Média de volume em reais (R\$) de crédito por cliente
	5.4.2. Eficiência	5.4.2.1. Número de clientes por trabalhador do banco comunitário 5.4.2.2. Razão das despesas operacionais sobre a carteira ativa bruta 5.4.2.3. Custo por cliente – Razão entre total de custos operacionais sobre a média de clientes de crédito ativo 5.4.2.4. Razão de volume em reais (R\$) de provisão para créditos atrasados sobre volume de carteira em risco (> de 30 dias)
	5.4.3. Risco e Liquidez	5.4.3.1. Carteira em risco 5.4.3.2. Carteira inadimplente 5.4.3.3. Carteira castigada (> 180 dias)
	5.4.4. Qualidade dos Produtos	5.4.4.1. Inovação dos produtos financeiros 5.4.4.2. Número de produtos financeiros criados no último ano 5.4.4.3. Média de tempo para concessão de crédito não-emergencial 5.4.4.4. Oferece crédito emergencial 5.4.4.5. Razão de retenção de clientes – total de número de clientes que tomaram mais de um crédito em relação ao total de clientes
	5.4.5. Recursos Humanos	5.4.5.1. Número total de trabalhadores no banco comunitário 5.4.5.2. Número de trabalhadores do banco comunitário que são mulheres 5.4.5.3. Número de trabalhadores distribuídos por tempo no banco comunitário

Fonte: Retirado de Neiva *et al.* (2013, p. 125)

Uma especial atenção deve ser dirigida, portanto, às **Figura 4** e **Figura 7**, onde estão – respectivamente - os indicadores do eixo *Inclusão Socioeconômica e Financeira* e do eixo *Desempenho Institucional*. Nestes dois eixos estão agrupados 28 (70,0%) dos 40 macroindicadores e 72 (71,0%) dos 101 indicadores. Nesses eixos, quando se atenta para os indicadores, se percebe forte peso e presença de indicadores voltados para os aspectos financeiros e de resultado da atuação do BCD em relação à questão e a vocação econômica, como quantidade de tomadores, volume de crédito concedido, quantidade de empreendimentos assistidos, volume da carteira ativa, inadimplência, risco, produtos financeiros trabalhados e ofertados, etc.

Enfim, a desproporção que estes dois eixos assumem sobre os demais pode enviar uma análise sobre a vocação política e social do BCD que ocupa menos de 1/3 do espaço e do peso no instrumento de avaliação. Ademais, uma citação em Neiva *et al.* (2013, p. 120) provoca apreensão quando afirma que no eixo *Desempenho Institucional* - cujos indicadores mensuram a composição da carteira de crédito do BCD, o custo por cliente e a inadimplência = foi utilizada como referência a plataforma internacional *MIX Market*⁴⁷, da *Microfinance Information Exchange* (MIX), incorporando alguns indicadores utilizados por esta com o propósito de futura comparação com outras instituições de microfinanças. Os autores ainda complementam: “para os bancos comunitários de desenvolvimento, apesar de não terem atuação tradicional, é importante serem reconhecidos como IMF e terem valorizadas as suas especificidades” (Neiva *et al.*, 2013, p. 120).

Primeiro, as especificidades de um BCD só podem ser mais evidenciadas se construídas ou agregadas a uma maioria de indicadores que destaquem o benefício societal e o valor social gerados pela instituição. Acredita-se que isto valorizaria bem mais suas singularidades. Ademais, demonstra-se que já está mais que reconhecido o fato dos BCD serem instituições de microfinanças, não parece ser necessária, podendo ser até inoportuna, a comparação dos seus resultados com IMF tradicionais para se acordar um reconhecimento aos BCD. É ainda mais excessiva e incompreensível essa medida e a referência às planilhas de indicadores fornecidas pelo *MIX Market*. Afinal, esta base de dados constituída para prover informações sobre microfinanças no mundo pertence a uma instituição - MIX - que foi conflagrada, no

⁴⁷ Trata-se de uma ferramenta on-line de avaliação, mantida pela *Microfinance Information Exchange Inc* (MIX) que abriga neste ambiente virtual modelos de avaliação e relatórios usados para medir, na perspectiva da viabilidade econômica, o desempenho de instituições de microfinanças (IMF) do mundo todo. Disponível em: <<http://mixmarket.org/>>.

começo do século XXI, a partir da reunião de um conjunto de organizações de mercado, para as quais as microfinanças aparentam ser mais uma oportunidade de maximizar seus retornos financeiros do que uma forma de contribuir para a redução da pobreza no mundo (CAIRÓ I CÉSPEDES e GÓMEZ GONZÁLEZ, 2015). Como exposto (ver nota 38), a maioria das organizações que criaram ou financiaram o funcionamento da MIX, não permite que sejam apropriadas os indicadores que compõe a plataforma *MIX Market* para validar ou reconhecer os bancos comunitários de desenvolvimento como instituições microfinanças, e se o forem deve ser feitos com uma profunda reflexão acerca da sua utilidade e significado deste indicado na plataforma e como será utilizado em uma avaliação de banco comunitário de desenvolvimento.

Mais uma consideração a ser feita se relaciona as análises efetuadas pela equipe do NESOL/USP partir das informações obtidas com a avaliação no Conjunto Palmeiras sobre a atuação do Banco Palmas. Reforça-se que não há indicação que a população tenha se envolvido nas análises, ou mesmo tenha sido apresentada aos resultados antes das análises acontecerem. Por si, isto já denota que a coletividade foi um agente passivo na pesquisa, se limitando a responder as perguntas dos questionários da entrevista. Aliás, não se pode afirmar mesmo que a coletividade do bairro foi entrevistada uma vez que a pesquisa se limitou aos clientes do BCD e do correspondente bancário. Faltou um momento para a exposição espontânea da população. Retornando as análises tratadas em Neiva *et al.* (2013, p. 139-172), elas foram distribuídas em 15 subseções, as quais para efeito prático destas considerações, dividiu-se em dois grupos: as análises econômico-financeiras e as análises político-sociais. No primeiro grupo - econômico-financeiro - divulgaram-se os comentários acerca dos seguintes temas: Atendimento da população mais pobre; A relação entre os tomadores de empréstimo e os programas de transferência de renda do Governo Federal; A família como agente informal de crédito e o banco comunitário; Acesso à conta bancária; Postos de trabalho; Prática da poupança; Segurança financeira e organização do orçamento; Serviços financeiros e o correspondente bancário; Crédito; e Consumo no bairro dinamizado pelo uso de moeda social.

Por sua vez, no segundo grupo - político-sociais - estão os cinco temas seguintes: Ação comunitária e oferta de serviços financeiros e bancários como um processo educativo e político; A comunidade nos seus aspectos econômicos e sociais; As ações comunitárias territoriais e os serviços financeiros e bancários; A participação nas atividades comunitárias; Formação: novos conhecimentos e espaços de convivência. Como se vê, ao todo 10 temas ou 2/3 dos aspectos revelados estão concentrados em análises econômico-financeiras, a maioria

quantitativista, o que reforça o peso dado a esta questão em detrimento dos aspectos político-sociais de um banco comunitários de desenvolvimento. Isso também já fora percebido - em termos de peso desmedido - quando nota-se a quantidade de indicadores como viés mais economicista. Em outros termos, esta pesquisa se aproximou, mas ainda deixou num longo caminho a ser percorrido em se tratando de avaliar as experiências de BCD e obter o melhor a ser inferido acerca dos resultados e impactos de um banco comunitário de desenvolvimento em sua comunidade, sobretudo em relação aos benefícios coletivos e ao valor societal gerado.

3.2.6 A avaliação do programa de microfinanças e educação financeira empreendedora da CARE Brasil (2006-2009)

O documento da CARE Brasil (CARE, 2011) é um relatório acerca das ações da instituição relacionadas ao apoio a projetos de microfinanças e educação financeira, entre os anos 2006 e 2009. O relatório traz, em diversos trechos, considerações gerais sobre temas como bancarização, perfil do poupador brasileiro, desenvolvimento local, microcrédito e educação financeira. De outra parte, o relatório apresenta análises sobre as diversas ações da CARE Brasil relacionadas a projetos de microfinanças (dentre eles a implantação de BCD) e de educação financeira empreendedora - dentre as quais estão as experiências de educação financeira executadas pela equipe dos BCD para pessoa física, acerca de como sensibilizar e mobilizar uma melhor gestão das ferramentas de crédito e de finanças pessoais (CARE, 2011, p. 13-26; 28-37).

São, exatamente, essas as análises feitas pela equipe do Programa Bancos Comunitários da CARE Brasil acerca da implantação de BCD em locais assistidos pelos projetos desta instituição. Compreendem estas análises a implantação de “três bancos comunitários no Programa Piauí, da CARE Brasil. Levando, assim, serviços solidários de microfinanças aos municípios de Cajueiro da Praia, Parnaíba e São João do Arraial” (CARE, 2011, p. 14). Estes primeiros BCD que tiveram apoio da CARE Brasil para sua constituição foram implantados entre 2007 e 2008. Também são analisados nesse relatório o Banco Comunitário Franco da Rocha (Franco da Rocha/SP), o Banco Social Jangada (Uruçuca/BA), o Banco Comunitário de Placa (Santa Rita do Novo Destino/GO), o Banco Regional de Souzalândia (Barro Alto/GO) e Banco Comunitário Jardim Cipreste (Santo André/SP). De acordo com CARE (2001, p. 17), estes BCD foram implementados com o apoio da CARE Brasil e seus parceiros durante os anos de 2008 e 2009.

Um primeiro comentário do relatório que importa ser destacado é aquele em que a CARE Brasil informar ter, a partir de 2009, contratado uma consultoria para elaborar um plano de

negócio para o modelo do banco comunitário, conforme CARE (2011, p. 17). Na verdade, isto já demonstrava que a CARE Brasil não possuía confiança no projeto de BCD, uma vez que já havia uma metodologia sendo adaptada e replicada que era a do Banco Palmas. Como uma consultoria externa poderia ser capaz de definir o método de funcionamento de um BCD como mais propriedade que aqueles que já estavam vivendo a experiência 10 anos antes. O descompromisso da CARE Brasil com o projeto original de BCD é evidenciado quando se verifica uma informação no relatório e, que depois dela, qualquer análise sobre a viabilidade os BCD apontada pelo relatório deve ser encarada como enviesada. Veja-se o que traz o texto:

A forma, juridicamente, mais adequada e economicamente sustentável de prover microfinanças em um território de baixa renda seria a criação de uma cooperativa de crédito. Tal instituição permite a união dos interesses da população e a mobilização do capital local através da poupança para investimento na economia local. O cooperativismo de crédito, porém, exige uma elevada capacidade de gestão e confiança mútua, conhecido sob o nome de capital social, que poucos territórios no país possuem. A relevância da tecnologia social do banco comunitário reside no fato de permitir que sejam levados os serviços de microfinanças a territórios de baixo capital social, onde não existe potencial para constituir a curto ou médio prazo uma cooperativa de crédito (CARE, 2011, p. 15, grifo nosso).

Afirmar que a tecnologia mais economicamente sustentável de prover microfinanças são as cooperativas de crédito, já denota que a CARE Brasil percebe que a sustentabilidade das experiências de microfinanças se limita à perspectiva econômico-financeira mercantil. Um reducionismo na visão de sustentabilidade dessas experiências que têm impacto significativo na capacidade de compreender o BCD como indutor de desenvolvimento social, político, cultural e ambiental em um território. Limitar a perspectiva econômica à análise da relevância de um BCD é um enorme equívoco apontado pelo relatório da CARE Brasil. Contudo, o comentário seguinte é mais aterrador ainda, em termos de compreensão acerca do propósito de um BCD. Apontar que a relevância de um BCD é permitir que acesso aos serviços de finanças solidárias em territórios de baixo capital social em que não existe potencial para constituir a curto ou médio prazo uma cooperativa de crédito é uma cruel - e falaciosa - inferência conceitual com o que representam as experiências de BCD.

Os bancos comunitários de desenvolvimento são, ao contrário do exposto no relatório da CARE Brasil, praticas cujo principal amparo institucional para implantação são, precisamente, as relações de confiança existente entre as pessoas - o chamado capital social no documento da CARE Brasil - que habitam o território. Se esta base de relação de confiança entre os que habitam território é quase inviável iniciar um BCD. Ademais, trata-se de *conditio sine qua non* que exista uma entidade do tipo fórum, conselho, associação ou grupo

associativo, constituída com base nessas relações para ser a gestora do BCD. Outrossim, são mesmo as relações de confiança estabelecidas no local entre as pessoas que garantem os contratos de empréstimo realizados pelos BCD.

Diante disso, há uma clara incompreensão da CARE Brasil sobre tais experiências ao admitir que o adequado para um BCD é surgir em territórios de baixo nível de relação de confiança onde não existe potencial para constituir uma cooperativa de crédito. Segundo CARE (2011, p 17), é com este alinhamento conceitual que “a CARE Brasil estabeleceu critérios de viabilidade social e sustentabilidade econômica para os bancos. Passou [...] a tomar as decisões gerenciais [...], baseadas em critérios financeiros e administrativos mais objetivos”. De certo, os resultados mostram que a análise equivocada exposta no relatório da CARE Brasil sobre os BCD somada aos ‘critérios financeiros e administrativos mais objetivos’, os quais foram assumidos para a gestão dos oito bancos comunitários de desenvolvimento apoiados por esta instituição, não funcionaram para garantir a existência dos mesmos. Destes oito BCD, apenas o Banco Comunitário do Cocais em São João do Arraial/PI sobreviveu ao final de 2011 - e está funcionando até a data da redação desta tese, em maio de 2016.

Os demais sete BCD apoiados pela CARE Brasil encerraram suas atividades entre 2008 e 2011 (CARE, 2011, p. 17-25; RIGO, 2014, p. 262-265). Aliás, neste caso, o mais apropriado é até abonar que a análise empregada acerca da viabilidade econômica dos BCD e a postura da gestão objetiva empreendida pelo modelo adotado pela instituição para a implantação dos BCD é que foi a responsável, antes de tudo, pelo encerramento precoce desses sete BCD (Banco Comunitário Caju da Praia, de Cajueiro da Praia/PI, Banco Comunitário Semear, de Parnaíba/PI, Banco Comunitário Franco da Rocha, de Franco da Rocha/SP, o Banco Social Jangada, de Uruçuca/BA, o Banco Comunitário de Placa, de Santa Rita do Novo Destino/GO, o Banco Regional de Souzalândia, de Barro Alto/GO e Banco Comunitário Jardim Cipreste, de Santo André/SP).

A perspectiva economista e quantitativista da CARE Brasil com relação ao desempenho dos BCD, indo de encontro à natureza qualitativa, substantiva e de rentabilidade social, exerceu uma pressão natural em relação à sobrevivência dos bancos comunitários de desenvolvimento apoiados por aquela organização. O BCD de São João do Arraial mostrou uma vida por que teve uma apropriação pela comunidade deste município e uma institucionalização amparada pelo poder público municipal. Aparentemente, isto não dependeu da CARE Brasil. Em quatro trechos da análise sobre os BCD presentes no relatório é possível validar a perspectiva economicista da CARE Brasil em detrimento do resultado e impacto socioeconomia

produzido no território. No primeiro trecho, CARE (2011, p. 16) informa que a confecção de cédulas da moeda social dos BCD resta na proporção de 70,0% do seu valor de face. “Ou seja, cada cédula custava R\$ 0,70. Para a circulação de R\$ 30.000 em moeda social em um município, o custo seria de R\$ 20.000 na primeira impressão”. O relatório realça que a difusão das moedas sociais nos territórios onde estão os BCD é limitada pelo alto custo de emissão e manutenção. Não há dúvida que aqui se apresenta um caminho de gestão objetivo, pois coloca em relevo a limitação para fazer circular as moedas e não expressa os ganhos comprovados com o aumento da circulação da riqueza no local, bem como, com o fortalecimento da noção de pertencimento das pessoas ao território engendrado com a difusão da moeda social pelo BCD no local.

Em um segundo trecho, mais uma vez a análise sobre os BCD - promovida no relatório da CARE Brasil - aponta o reducionismo de visão assumido por esta instituição. Em CARE (2011, p. 26) tem-se que “A experiência da CARE Brasil com bancos comunitários possibilita inferir que a expansão dos serviços de microfinanças a populações vulneráveis, [...] representa um custo e um nível de risco que a baixa escala do serviço dificilmente permite cobrir”. Sim, a análise é correta. Todavia, o encaminhamento é outro. É justamente por esta razão que os BCD são as únicas práticas de finanças solidárias que se interessam em atuar junto às populações mais fragilizadas, pois o valor societal gerado pelo BCD para a comunidade está acima do lucro financeiro produzido. O BCD precisa, antes de tudo, provar que tem uma utilidade social e não que é economicamente viável. As informações constantes nas avaliações da CARE Brasil sobre BCD parecem indicar que a instituição não percebeu, ignorou ou desconsiderou o quanto é significativo este evidente papel dos bancos comunitários de desenvolvimento. No terceiro trecho de destaque, CARE (2011, p. 48) confirma essa ideia ao anunciar que “na configuração atual, onde os bancos comunitários sem fins lucrativos não recebem diferenciação frente aos demais correspondentes bancários, essa tecnologia financeira enfrenta significativas restrições para ser sustentável”.

A outra análise presente no relatório da CARE Brasil - que sugere que os consultores contratados para fazê-la e os profissionais que trabalhavam no Programa Banco Comunitário da organização se precipitaram - é a afirmação que o modelo de BCD por estar amparado em um significativo comprometimento de trabalho voluntário da comunidade, bem como, recorrentes aportes de subsídios, seja por doações internacionais ou mediante convênios com recursos públicos, restringe a replicação desse modelo e impede o rápido ganho de escala (CARE, 2011, p. 46). Esta avaliação efetuada no relatório, no início de 2011, tem algumas,

por um lado, ‘verdades parciais’ para aquele momento e, por outro lado, análises que se configuram incorretas ou apressadas quando considerado o que aconteceu alguns anos depois. Veja-se, havia uma necessidade de participação voluntários do território para o funcionamento do banco, mas isto nunca foi uma condição essencial. Sempre foi defendido pela metodologia do Instituto Palmas que o agente de crédito e outros que atuassem no BCD deveriam receber remuneração. Com a expansão dos BCD, que aconteceu anos depois, se confirma esta exigência.

Ademais, essa expansão dos BCD, que a avaliação da CARE Brasil indicava como restrita em função do que foi considerado como a inevitabilidade de se ter recursos financeiros provenientes de ‘doações internacionais ou mediante convênios com recursos públicos’, acabou acontecendo em um contínuo de tempo até rápido. E aconteceu, sobretudo por que os BCD não ficaram aprisionados a estes canais previstos pela CARE Brasil para obtenção de recursos para seu fundo de crédito. A atuação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários foi responsável por conseguir obter uma diversificação de fontes de recursos financeiros e acordos de investimento públicos, que garantiram a expansão e a manutenção do funcionamento de quase 100 BCD no país, nos anos seguintes à avaliação prematura asseverada pela CARE Brasil. Talvez, a relação próxima de parceria com uma das principais instituições de defesa do modelo de microcrédito convencional, o IFC/Banco Mundial, como exposto em CARE (2011, p. 33, 41, 49) prejudicou análises mais ampliadas e como mais acurácia da avaliação da CARE Brasil acerca do que são, do que representam e de que como se daria a sustentabilidade e a viabilidade dos bancos comunitários de desenvolvimento no país.

3.2.7 A avaliação das experiências de fundos rotativos solidários (FRS) no Estado da Paraíba (2010)

No princípio desse artigo que traz uma avaliação etnográfica das experiências de FRS, Gonçalves e Santos Filho (2011, p. 1) apresentam uma definição para fundos rotativos solidários: “são instrumentos de finanças solidárias (a fundo perdido) direcionados às comunidades camponesas que praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança, e que decidem reinvestir parte do fundo desta em prol da própria comunidade”. Os autores complementam que o propósito central de um FRS é fortalecer as dinâmicas territoriais, promovendo a emancipação e reforçando o princípio da reciprocidade como práticas ancestrais das relações econômicas ao mesmo tempo em que busca inserir a comunidade nas práticas mercantil, via comercialização direta do excedente de produção

gerada no território através de feiras locais e das políticas públicas de aquisição de alimentos do governo federal brasileiro (GONÇALVES; SANTOS FILHO, 2011, p. 1). Os autores destacam mais um elemento interessante que se agrega à prática dos FRS e vai além dos aspectos da renda. Segundo Gonçalves e Santos Filho (2011, p. 4), trata-se de um processo pedagógico, porque pequenos agricultores, geralmente com baixo nível de escolaridade formal, ao aderirem aos FRS assinam um termo de adesão e, a partir de então, precisam elaborar um regimento de funcionamento, elaborar atas dos encontros e fazer controles contábeis básicos dos recursos que entram e circulam.

De acordo com os autores, o Estado da Paraíba, no nordeste brasileiro, tem uma longa tradição relacionada à operação de FRS que remete a intervenções de fomento ao crédito junto a pequenos agricultores e movimentos sociais do campo pela Cáritas Brasileira e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), ainda nos anos 1980, e se estende até a década de 2010, com o apoio de programas de apoio as finanças solidárias da SENAES/MTE e do Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (GONÇALVES; SANTOS FILHO, 2011, p. 2-8). Gonçalves e Santos Filho (2011, p. 5) afirmam que entre 2005 a 2010, o BNB lançou três editais do PAPPS que selecionou e financiou 50 projetos sustentados na metodologia dos FRS - recursos financeiros não reembolsáveis aplicados em projetos associativos comunitários que gerem poupanças coletivas, impactando na vida de 15,0 mil famílias da região Nordeste do país. Conforme os autores, o PAPPS espera que os projetos apoiados possam: i) produzir desenvolvimento comunitário, gerando ocupação, renda e poupanças coletivas; ii) desenvolver redes de cooperação social; e iii) ampliar a valorização da identidade cultural como elemento central do desenvolvimento territorial (GONÇALVES; SANTOS FILHO, 2011, p. 7). Esse artigo aponta, então, o modelo a ser utilizado e as dimensões da avaliação dos projetos apoiados pelo PAPPS no Estado da Paraíba.

A avaliação, quando da redação do texto, estava em andamento utilizando o método etnográfico com foco na gestão de 15 assentamentos que envolvem 31 famílias que faziam uso de FRS como beneficiários de recursos do PAPPS, de acordo com o exposto em Gonçalves e Santos Filho (2011, p. 8). Dentre os indicadores apontados pelos autores que estão sendo desenvolvidos para serem utilizados nesta avaliação estão:

1. Economia (cadeias e arranjos produtivos locais) – o indicador robusto é o domínio da cadeia produtiva;
2. Relações de poder local e sua articulação com as demais instâncias (estadual e federal) e estilo de liderança comunitária;
3. Organização social & simbolismo – grau de identificação com a terra;
4. Acesso e domínio das tecnologias de armazenamento da

água; 5. Rede de proteção social; 6. Projetos de desenvolvimento local; 7. Acessibilidade à rede pública de ensino; 8. Institucionalidade—distanciamento ou proximidade das boas práticas institucionais (GONÇALVES; SANTOS FILHO, 2011, p. 8).

É relevante ressaltar que os indicadores apontados aqui são fortemente pertinentes à natureza dos FRS, sobretudo quando traz destaque para indicadores a serem avaliados de ‘organização social & simbolismo’, ‘relações de poder local’, ‘projetos de desenvolvimento local’ e outros, deixando um peso menor para o aspecto econômico em empreendimentos como estes de finanças solidárias, que são os fundos rotativos solidários. O texto não aprofunda os indicadores para esclarecer o que poderia ser avaliado mais precisamente em cada um deles, mas aponta um caminho para avaliar os FRS e mesmo outros empreendimentos de finanças solidárias em uma perspectiva de sustentabilidade para além do viés financeiro. Na verdade, mais a frente no artigo, os autores demonstram os resultados obtidos com o uso - de certo modo - desses indicadores para avaliar experiências de grupos produtivos apoiados pelo PAPPs, que usam - portanto - a metodologia de FRS, no Assentamento Acauã localizado na região do Alto-Sertão paraibano.

Nestas experiências, Gonçalves e Santos Filho (2011, p. 9-11) avaliaram aspectos que notadamente não são considerados - de modo padrão - em avaliações, mesmo de empreendimentos de finanças solidárias, como: i) a participação das mulheres nos FRS; ii) as relações de dependência com políticos ou famílias tradicionais do local; iii) o tipo de liderança exercida no território pelos coordenadores do assentamento; iv) identidade com o território onde estão os FRS; v) os FRS são uma política de desenvolvimento local, que implica à melhoria e a mudança na vida cotidiana dos participantes; vi) acesso aos serviços públicos de educação pela comunidade; vii) as relações institucionais com o poder público local; viii) o local onde é vendida a produção gerada pelos membros dos grupos apoiados pelos FRS; e ix) a cadeia produtiva tem a presença de atravessadores ou os produtores assistidos com os recursos do FRS tem domínio da cadeia. Como pode ser visto, não são indicadores comuns. Contudo, é justamente o que se busca para encaminhar uma trilha em relação a novos indicadores que possam tornar mais robusta uma matriz que permita melhor avaliar os bancos comunitários de desenvolvimento. A avaliação apresentada neste artigo traz uma distinta contribuição para o que se pretende construir nesta tese de doutoramento.

3.2.8 As ferramentas de análise da performance das instituições de microfinanças elaboradas pelo *MIX Market* (2016)

Alguns documentos foram apreciados (GONZALEZ, 2007; MIX, 2009, 2015; PISTELLI, 2012; SOCIAL..., 2010) para que se pudesse ter efetiva clareza dos significados dos indicadores de performance social elaborados pela *Microfinance Information Exchange* (MIX) em parceria com a *Social Performance Task Force* (SPTF)⁴⁸. O interesse em analisar esta ferramenta de avaliação do desempenho social é pelo impacto que a MIX tem junto à indústria da inclusão financeira, conforme MIX (2015, p. 2) reconhece e denomina o setor das microfinanças. Fundado em 2002, a MIX vem participando ativamente da evolução da indústria da inclusão financeira que busca promover serviços financeiros para os ‘não bancarizados’, por meio de amplo conjunto de linhas de crédito, poupança e produtos de seguros estão se tornando disponíveis, sobretudo através de canais digitais (MIX, 2015, p. 3). Para Gonzáles (2007, p. 2) e Pistelli (2012, p. 7), a revolução digital e as transações on-line têm remoldado a prestação de serviços microfinanceiros de maneira que eram inimagináveis quando lançados, em 2002, a troca de informações entre os participantes da MIX. Cada vez mais as IMF têm efetuado parcerias com bancos comerciais, com empresas nacionais de postagem e encomendas, com operadoras de telefonia celular e são apoiadas com programas e políticas de incentivos pelos governos nacionais. Em função disso, como aponta MIX (2015, p. 3), o volume de informações disponíveis se expandiu rapidamente, e - em resposta a MIX - foi simplificado o fluxo entre as instituições de microfinanças e seus potenciais investidores.

Segundo o relatório anual de 2015 da MIX, 1.141 IMF - principalmente da América Latina (40,6% dessas IMF), do Leste Europeu e Ásia Central (16,3% das IMF), da Ásia Meridional (14,3% das IMF) e da África Subsaariana (13,8% das IMF), oriundas de 35 países, estavam usando os relatórios de informações da MIX, sendo que, 334 destas instituições de microfinanças, representavam aproximadamente 37,0% dos tomadores de empréstimos de microcrédito de todo o planeta (MIX, 2015, p. 5-6). Logo após ser constituída, a MIX

⁴⁸ A *Social Performance Task Force* (SPTF) é uma organização internacional, constituída em 2005, com o propósito para desenvolver e promover padrões e boas práticas de gestão de desempenho social em um esforço para tornar os serviços financeiros mais seguros e mais benéficos para os clientes. Em 2012, o SPTF criou os *Universal Standards for Social Performance Management* (padrões universais para a gestão do desempenho social). Um manual de melhores práticas para servir como um recurso à adoção destes normas pelas instituições de microfinanças. O SPTF tem o foco, portanto, na promoção da gestão do desempenho social desempenho, para tal, esta instituição realiza ações na definição e monitoramento de metas sociais, no desenvolvimento de produtos e serviços, voltadas para o equilibrar o desempenho social e financeiro das IMF. Informações disponíveis em: <<http://sptf.info/about-us2>>.

desenvolveu a plataforma *MIX Market*⁴⁹ que é uma plataforma de dados on-line na qual as instituições de microfinanças e organizações de apoio compartilham dados institucionais e, por sua vez, com estes dados a ferramenta *MIX Market* fornece uma análise sobre os riscos e oportunidades nos mercados globais da inclusão financeira. Para as organizações que assistem os 2,0 bilhões de clientes que se encontravam sem conta em banco, atualizar-se dos movimentos do mercado é cada vez mais importante em razão da rápida evolução nessa indústria da “bancarização”. Como se pode ponderar, a MIX delineou uma estratégia para racionalizar os fluxos de informação entre as IMF e seus investidores, ampliar a cobertura da indústria da inclusão financeira e desenvolver produtos para a tomada de decisões dos gestores das IMF dos investidores, como vista a gerarem e ampliarem as receitas.

Essa perspectiva é claramente orientada para valorizar o retorno financeiro da ação das instituições de microfinanças em detrimento da via de inclusão social e redução da pobreza. Com este refinamento de dados que leva a construção de informações mais consistentes, a MIX contribui para que as IMF possam se concentrar na sua missão de alcançar os ‘não bancarizados’ e atingir seus resultados financeiros sustentáveis. Isso tudo se dando em articulação com um conjunto de organizações parceiras, bem interessadas nos efeitos desta ‘bancarização’, ou de modo mais sutil, inclusão financeira, que incluem o **Citigroup**, o **Deutsche Bank**, a Fundação **MasterCard**, a **MetLife** Seguradora, o Banco de Desenvolvimento da Índia (SIDBI-PSIG) e o Banco Mundial. Em outros termos, a MIX afirma atuar para uma melhor performance das IMF. Contudo, faltou informar que os interesses da grande indústria financeira devem estar entre os benefícios produzidos por esse desempenho superior das IMF.

Como encontrado em Gonzales (2007, p. 3), a MIX fornece dados e análises as IMF, investidores e formuladores de políticas públicas, permitindo a tomada de decisão, de modo que todos os envolvidos na indústria possam explorar, investigar e descobrir oportunidades para chegar a comunidades carentes, identificando áreas de risco e saturadas. O componente estratégico da gestão da ‘bancarização da pobreza’ fica explícito nessa visão de prospecção de mercado para explorar. Em MIX (2015, p. 3), essa forma de gestão esperada para as IMF é mais detalhada quando se expõe que ao desenvolver essa estratégia “a MIX busca apoiar as IMF com planos de crescimento em áreas emergentes junto ao público da agricultura familiar, pequenas e médias empresas, principalmente com a melhoria nos serviços digitais financeiros

⁴⁹ Informações disponíveis em: <<https://www.themix.org/mix-market>>.

destas instituições de microfinanças”. E complementa com uma frase que parece elucidar bem o propósito dos investidores e parceiros intercedidos pela MIX: “isso, em consonância com o modelo de sustentabilidade e com a compreensão do público da indústria da inclusão financeira” (MIX, 2015, p. 3).

Destarte, os parceiros-investidores apoiam em uma via e já se colocam à espera do retorno na outra. De certa maneira, as IMF ficam “retidas” às diretrizes e orientações dos investidores intermediados pela MIX. Esta é a impressão que se obtém quando se analisa o que MIX (2009, p. 1) anuncia com a indicação que “para as IMF continuarem a alcançar as metas de crescimento e de financiamento, elas precisam continuamente divulgar seus resultados de desempenho e comunicar a sua missão para os provedores de recursos e apoiadores”. É também o que pode ser observado em Social... (2010, p. 1), quando este assevera que os “investidores nas IMF reconhecem que o microcrédito produz retornos sociais, mas estas devem demonstrar os resultados sociais de seus programas”. E para permitir que as instituições de microfinanças pudessem atestar o seu desempenho social, a MIX desenvolveu em associação com a *Social Performance Task Force* (SPTF), no início de 2009, uma ferramenta de avaliação do desempenho social das IMF para que estas disponibilizassem de uma maneira mais qualificada estes resultados para os investidores, doadores e público em geral (SOCIAL..., 2010, p. 1)⁵⁰.

Para essa ferramenta de gestão e avaliação do desempenho social das IMF, segundo Pistelli (2012, p. 5), foram constituídos 11 indicadores com a missão de mensurar o impacto social das IMF (ver **Quadro 1**). Esses indicadores são integrados aos conjuntos de padrões financeiros e ferramentas analíticas para avaliar o desempenho social paralelamente com os indicadores financeiros e operacionais da organização criados pela MIX. Pistelli (2015, p. 7) acrescenta que “a indústria de microfinanças necessita de indicadores confiáveis para determinar efetivamente se as IFM estão agindo de forma socialmente responsável para atingir os seus objetivos”. Desse modo, as IMF teriam que se ajustar aos padrões tanto de desempenho financeiro como de desempenho social para continuarem a serem prestigiadas com os recursos dos investidores. Os benefícios para as IMF que relatam resultados que se adéquam aos indicadores de desempenho social da MIX, portanto, seriam: atrair investidores e doadores, construir a sua reputação e compartilha-la na indústria da ‘bancarização’,

⁵⁰ Informações complementares disponíveis em <<https://www.themix.org/Social-Performance-at-MIX%3A-Past%2C-Present%2C-and-Future>>.

justificar o investimento obtido e ganhar com publicidade de tudo isso. Os investidores, por seu turno, buscam verificar os critérios utilizados para definir os indicadores de desempenho sociais reportados ao MIX e se estes indicadores se alinham com os padrões universais sobre gestão de desempenho social estabelecidos pela SPTF.

Quadro 1 - Indicadores de desempenho social elaborados pela MIX e SPTF

	Indicador	O Que é Mensurado
1	Missão e objetivos sociais	<i>O compromisso declarado da IMF a com sua missão social, com o seu mercado-alvo e com os seus objetivos de desenvolvimento.</i>
2	Governança	<i>i) O nível de engajamento do conselho de administração com a gestão do desempenho social da IMF. ii) Se membros do conselho de administração da IMF foram treinados em gestão de desempenho social. iii) Se existe um comitê formal que monitora o desempenho social.</i>
3	Variedade de produtos e serviços	<i>Produtos e serviços financeiros e não financeiros oferecidos pelas IMF.</i>
4	Alcance de clientes em função da metodologia de empréstimo	<i>i) Número de tomadores ativos por metodologia de empréstimo. ii) Tipos de metodologias de empréstimos realizadas pela IMF.</i>
5	Retenção de tomadores de crédito	<i>A taxa de retenção de clientes da IMF.</i>
6	Responsabilidade social com os clientes	<i>A implementação pela IMF de princípios de proteção ao cliente e educação financeira.</i>
7	Transparência dos custos de serviços aos clientes	<i>Como o IMF estabelece as taxas de juros dos empréstimos.</i>
8	Recursos humanos e incentivos ao pessoal de assessoria	<i>As políticas da IMF para as pessoas em relação à composição de gênero, a taxa de rotatividade e os incentivos ligado às metas de desempenho social.</i>
9	Criação de empregos e empresas financiadas	<i>i) Número de empresas financiadas pelas IMF. ii) Oportunidades de geração de emprego criadas pelas empresas financiadas.</i>
10	Responsabilidade socioambiental	<i>i) As políticas e iniciativas da IMF para promover práticas ambientalmente sustentáveis. ii) Se a IMF tem quaisquer políticas e iniciativas para mitigar os impactos ambientais de empreendimentos financiados.</i>
11	Alcance da pobreza	<i>Nível de pobreza dos clientes que tomam empréstimo e a ação da IMF para promover a sua saída da pobreza ao longo do tempo.</i>

Fonte: Traduzido pelo autor a partir de Pistelli (2016)

Ao se analisar os indicadores de desempenho social da MIX, se depreende a evidente relação que a MIX promove: reter o desempenho social das IMF atrelados ao seu desempenho financeiro. O indicador 1, que trata da missão e dos objetivos sociais da organização demanda se o compromisso social da IMF está vinculado com o seu público-alvo. A questão que se coloca é: a IMF não pode ter um compromisso social com a comunidade e a sociedade que

ultrapasse o compromisso com aqueles que são seus clientes? No indicador de *governança*, investiga se há um engajamento do conselho de administração com a gestão do desempenho social da IMF. Ora, aqui se estabelece mesmo a distância que a MIX tem das IMF relacionadas às finanças solidárias. Não é raro uma instituição das finanças solidárias tem um sólido compromisso social e não possuir na sua estrutura um conselho de administração formal. Uma IMF com tal conselho já apresenta um grau elevado de formalização. Os dois indicadores seguintes são mais bem quantitativos e mais tocados pela finalidade econômica que pelo propósito social, pois prospectam o *número de tomadores* de crédito ativos e qual a *taxa de retenção* desses tomadores pela IMF. Mais a frente o indicador 9, que aborda *criação de empregos e empresas financiadas* pela IMF busca levantar o número de empresas financiadas e de empregos gerados.

Ao deparar com esta proposta, é possível inferir que esta visão global dos indicadores de desempenho social da MIX é fortemente partidária de uma proposta de responsabilidade social das IMF. E no caso, atrelá-la aos resultados e objetivos financeiros se aproxima de uma perspectiva um pouco antiga e bem funcionalista da chamada responsabilidade social que é aquela advogada pelo economista Milton Friedman⁵¹, cujo enunciado informa que a responsabilidade social de um negócio é aumentar os seus lucros, desde que permaneça dentro das regras de uma concorrência aberta e livre, sem engano ou fraude (FRIEDMAN, 1970, p. 17). Não obstante, cabe ressaltar que esta visão de Friedman (1970) acerca do que representava a responsabilidade social foi alvo de críticas e contestações⁵², podendo nem mais

⁵¹ Milton Friedman foi um economista americano, professor na Universidade de Chicago. Referencia para um legião de economistas neo-clássicos de sua época e líder da celebrada Escola de Economia de Chicago. A sua inserção na discussão da responsabilidade social se deu em seu livro de 1962, *Capitalism and Freedom* (Capitalismo e Liberdade, na edição brasileira), e suas idéias sobre o tema foi amplamente divulgado em função da publicação de seu artigo no jornal *The New York Times*, em setembro de 1970, intitulado *A Friedman doctrine - The social responsibility of business is to increase its profits* (Em tradução livre significa "Um doutrina de Friedman - A responsabilidade social das empresas é aumentar seus lucros"). Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1970/09/13/archives/a-friedman-doctrine-the-social-responsibility-of-business-is-to.html>>.

⁵² Este ensaio de Milton Friedman sobre responsabilidade social, publicado em 1970, foi um dos seus trabalhos mais debatidos e contestados nos anos seguintes, sobretudo por não se tratar objetivamente de um texto acadêmico, já que fora publicado como uma coluna no *The New York Times*. Por outro lado, os principais documentos que criticam este texto de Friedman foram acadêmicos. Destacam-se neste cenário o livro *Contemporary Issues in Business Ethics* (Questões Contemporâneas em Ética nos Negócios, em tradução livre), publicado em 1985, tendo Joseph DesJardins e John McCall como autores, e o artigo *A critique of Milton Friedman's essay 'The social responsibility of business is to increase its profits'* (Em tradução livre significa "Uma crítica ao ensaio de Milton Friedman - A responsabilidade social das empresas é aumentar seus lucros), de Thomas Mulligan, publicado no *Journal of Business Ethics*, (<http://www.jstor.org/stable/25071587>), em 1986. Informações disponíveis em: <<http://faculty.wvu.edu/dunnc3/present.friedman.pdf>>.

se considerar efetiva (MULLIGAN, 1986). Salvo, ao se verificar a atualidade dela nessa perspectiva de foco no desempenho social das instituições de microfinanças para ampliar sua performance social defendida por essa importante organização de apoio à indústria das microfinanças de inclusão financeira que a *Microfinance Information Exchange* (MIX) em parceria com a *Social Performance Task Force* (SPTF).

O que se conclui com estas análises, que a MIX é dedicada a atrair investidores e apoiadores para as IMF que estão mais afeitas a valorização da busca pela viabilidade financeira. Para tanto se permitem serem avaliadas, naquilo que a MIX nomeia de gestão de desempenho social, para prestigiar o foco na indústria da inclusão financeira, concentrando-se em indicadores que são claros e diretamente ligados a uma perspectiva menos de redução da pobreza e mais da autossustentabilidade financeira da instituição. A MIX tem sua relevância e reconhecimento, sendo - inclusive citada e com seus indicadores usados em alguns trabalhos de organizações de finanças solidárias, como visto na avaliação de 15 anos do Banco Palmas. Trata-se, portanto, de ferramentas bem utilizadas por organizações de microfinanças para aferir tanto a sua performance financeira quanto o desempenho social. Todavia, os seus indicadores de desempenho social não podem ser - em sua totalidade - aplicados para avaliar a atuação social dos empreendimentos de finanças solidárias, menos ainda, para oferecer indicadores para mensurar a perspectiva da utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento.

3.3 POR QUE TAIS MODELOS SE REVELAM INADEQUADOS NA AVALIAÇÃO DE PRÁTICAS DE FINANÇAS SOLIDÁRIA?

De modo geral, poderia se encontrar uma resposta ampliada para a pergunta que orienta esta seção, citando Viveret (2004, p. 8) - em um trecho retirado do prefácio da edição inaugural do seu afamado trabalho *'Reconsidérer la richesse'* ('Reconsiderar a riqueza' é a tradução literal para o título que nomeia a edição brasileira desta obra, impressionantemente atual e por que não afirmar profética), quando ele escreve que "a suposta **economia de bem-estar** é na verdade a **economia do 'ter-mais'**". É necessária uma reformulação fundamental deste modelo de economia, a partir das contradições no tocante ao crescimento e no próprio modelo". O autor cita algumas destas contradições, "a relação entre crescimento e exploração dos recursos naturais; o binômio crescimento e desigualdade social; e a terrível relação entre desenvolvimento e ausência de democracias/liberdades, como exposto por Amartya Sen"

(VIVERET, 2004, p. 9)⁵³. Em concordância com este autor, vem o reforço de Méda (2008, p. 21) quando anuncia que o crescimento econômico não pode ser o único objetivo das sociedades para um aumento do bem-estar humano, uma vez que este propósito pode - ao contrário - provocar perdas de bem-estar ou, ainda, a redução dos meios para obtê-lo.

Viveret (2010, p. 5-6) em sua análise oferece subsídios para que se possa construir argumentos que mostram o quanto os modelos de avaliação das microfinanças, e sobretudo das finanças solidárias, estão equivocados, seja na forma como são construídos ou mesmo no foco que tem atribuído ao que deve ser mais valorado na avaliação. Com relação a esta última parte, algumas das avaliações que foram expostas na seção anterior, principalmente a da MIX, se exibem dentro da perspectiva a que Viveret (2010, p. 5) se refere como uma das causas principais dessa visão equivocada de inclusão financeira, uma vez que “reside na incapacidade do capitalismo financeiro para assumir a exigência de uma mutação necessária para modelos econômicos ecologicamente sustentáveis e socialmente justos”. O propósito indireto da “bancarização” dos mais pobres se insere na ampliação dos fluxos monetários de uma economia especulativa que já dominam 95% dos fluxos monetários cotidianos⁵⁴. Em outros termos, os grandes investidores e incentivadores da nominada indústria da inclusão financeira são grandes instituições financeiras tradicionais globais (bancos, seguradoras, administradoras de cartão de crédito), empresas de tecnologia da informação (produtoras de softwares e de serviços de computação em nuvem) e grandes instituições mundiais de apoio as IMF ao que já demonstraram não possuírem exatamente as medidas corretas para o combate à pobreza sem ser privilegiando o mercado financeiro convencional (*International Finance Corporation* (IFC), Banco Mundial, CGAP, MIX, USAID, entre outras). Quando um novo cliente é “bancarizado” em uma IMF - no Peru, no Brasil, na Índia, nas Filipinas, etc. - que tenha recurso investido no seu fundo de crédito proveniente de um dos agentes financeiros tradicionais, esta instituição de microfinanças está - mesmo sem desejar, fortalecendo o modelo econômico de mercado convencional.

⁵³ Abre-se uma pequena concessão para tratar do economista indiano, Amartya Sen, nesta nota, pois suas concepções teóricas serão abordadas mais a frente neste trabalho, em seções dos capítulos 5 e 6. Esta referência de Viveret (2004) ao pensamento de Sen está relacionado ao que este elabora em suas teses acerca do 'Desenvolvimento como liberdade', nas quais Sen (2010, p. 10) defende que "a expansão da liberdade é vista como o principal fim e o principal meio para o desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer sua condição de agente".

⁵⁴ Em 2007, um ano antes da crise financeira, menos de 3,0% dos US\$ 3,2 Tri de movimentação financeira diária correspondia a transações comerciais de bens e serviços (VIVERET, 2010, p. 6). Em outros termos, a economia especulativa do chamado capital volátil dominava e domina o cenário.

Por outro lado, o que se persegue é uma desregulamentação maior com relação à riqueza e a moeda para uma visão mais ampla da economia. Viveret (2010, p. 8) lembra que a economia originalmente não se restringe ao mercado. Ao contrário, a “primeira economia é uma economia da dádiva, uma forma mais humana de economia [...] que nós vivemos cada vez que nós temos confiança suficiente para dar sem se preocupar em receber”. Nos nossos dias, esta economia não é uma economia marginal. Esta perspectiva de econômica que agrupa na esfera da reciprocidade e da domesticidade, a economia familiar, a economia doméstica e de vizinhança, como exposta por Polanyi (2002; 2012), manifesta a existência de uma economia amplificada, que rompe com uma fenda a economia especulativa e da troca mercantil. Neste modelo se enquadram diversos empreendimentos e instituições das finanças solidárias, como os fundos rotativos solidários e os bancos comunitários de desenvolvimento, que não são capturados pelo modelo tradicional da economia mercantil. Os BCD e os FRS são adeptos, igualmente, de caráter plural de valores econômicos e de objetivos sociais perseguidos na busca do desenvolvimento humano sustentável. Como afirma Méda (1999, p. 352), “somente um desenvolvimento fundamentado, racional (mas não utilitarista), plural, orientado para o debate e comprometido com diversos valores (não com diferentes corporativismos) pode permitir a evolução humana”.

Dito isso, é necessário passar a resistir, de forma mais consistente, a linguagem dos economistas dominantes e dos órgãos apoiadores das IMF e das iniciativas de finanças solidárias, hábeis em transformar o senso das palavras para reduzi-las ou desviá-las do seu conceito natural ou original. Méda (1999) complementa esta visão de uma sociedade e economia plural, com modelos de produção, participação, consumo, gestão e avaliação ampliados quando reflete que

se trata de repensar o lugar da economia ou das economias e da produção na sociedade; as próprias relações sociais; a função das empresas; a maneira como se dá a participação democrática. A partir disto, verificar se os indivíduos possuem a capacidade de se constituir como verdadeiros cidadãos, trabalhadores, produtores, pais e de constituírem uma comunidade social, econômica e política que persiga o progresso sustentável em todas as suas ações (MÉDA, 1999, p. 368).

Compreende-se, portanto, que os modelos de avaliação das microfinanças, mais precisamente os das finanças solidárias, estão enviesados porque toda a estrutura econômica não está pensada e orientada para absorver o *modus operandi* das instituições como BCD e FRS, sendo necessário reconsiderar o que se entende como economia, riqueza e outros construtos. Assim, chega-se à busca de uma resposta para a pergunta desta seção em uma perspectiva reduzida ou mais focada no debate da necessidade de se repensar o próprio processo de construção das

avaliações e dos indicadores. Caso tome-se Cano (2004, p. 13) como referência, tem-se uma aceção genérica sobre avaliação que afirma ser um método para precisar se determinada organização atingiu ou não os objetivos previstos. Trata-se de analisar a organização em dois momentos, antes e depois da implementação, para verificar se a mudança esperada se concretizou. Nos processos de avaliação, após as etapas de coleta, análise e interpretação de informações, emite-se um parecer sobre a situação do fenômeno avaliado. Nessas linhas tem-se uma concepção clássica de processo de avaliação. Contudo, a avaliação de experiências e práticas da sociedade civil, do universo da economia solidária e, de modo particular, das finanças solidárias exige mais do conceito, do processo, dos indicadores, e de todo o desenvolvimento da avaliação.

Diante disso, Tenório *et al.* (2003, p. 14) expõem que a avaliação de projetos sociais é um processo de verificação do desempenho que é implementado com as pessoas e não para elas. Sendo assim, deve ser um processo compartilhado pelas pessoas e grupos que estão envolvidos na organização ou projeto avaliado. Nestes termos, a avaliação deve ser vista como um processo educativo em que o aprendizado está tanto do lado dos que executam a ação quanto quem realiza a avaliação. Portanto, a avaliação conduz a um processo de interação social no qual os diferentes sujeitos envolvidos (beneficiários, agentes e financiadores) negociam os saberes e o aprendizado (TENÓRIO *et al.*, 2003, p. 17). Boullosa e Araújo (2010, p. 19), ratificam essa afirmação ao exprimir que um processo de avaliação ocorre sobre um conjunto complexo e incerto de ações voltadas a transformação social. Nessa perspectiva, estes autores explicam que o processo de avaliação de projetos e organizações do campo social pode ser visto como a construção de significados, ou de significâncias, em que os diferentes atores (avaliador ou avaliado), com múltiplas realidades, devem buscar a compreensão do que representa a avaliação e seus processos (BOULLOSA; ARAÚJO, 2010, p. 19).

Em vista disso, é necessário que a construção do processo de avaliação de organizações e ações com propósitos sociais permita um entendimento das dimensões subjetiva, intuitiva e informal da instituição e do seu enfoque. Conforme Boullosa e Araújo (2010, p. 12), isso é importante para a avaliação de programas e projetos sociais, que buscam transformar uma dada realidade considerada socialmente problemática. Em que pese estes componentes teóricos já aportarem uma sólida concepção, o panorama da prática da avaliação em organizações que atuam no campo social revela um cenário o qual estas ainda não têm suas atividades e projetos avaliados na densidade quantitativa necessária. E quando o são, a

avaliação é conduzida na forma de uma interpretação dos modelos de avaliação aplicados às organizações mercantis ou aos indicadores não refletem exatamente o objetivo daqueles empreendimentos. Aproximando estas considerações das instituições de finanças solidárias, Boullosa (2012, p. 85) expõe uma percepção a qual também fundamenta e justifica esta tese, que é afirmar que o campo da economia solidária, ainda é pouco assumido como objeto de avaliação. Aliás, esta premissa é obrigatoriamente extensiva às organizações deste campo, como os BCD.

Com relação à construção, ao estabelecimento e à adequação de indicadores ao objeto avaliado, reside um intenso alerta sobre as avaliações aplicadas em empreendimentos da economia solidária, sobremaneira em instituições de finanças solidárias, como já percebido nas observações efetuadas na seção anterior. Há certo consenso em conceituar um indicador como um dado que indica alguma coisa. Entretanto, se o indicador não estiver em consonância com o que representa o objeto avaliado, as avaliações resultantes destas situações pouco ou nada contribuem para se ter uma análise precisa do objeto avaliado, pois apresentam resultados distorcidos nos juízos emitidos. Isso definitivamente influencia as análises produzidas a partir do exame das informações contidas nestes indicadores equivocados, podendo provocar inclusive certa tendenciosidade. Aliás, Boullosa (2012, p. 86) afirma que um indicador deve ser problematizado como um dado que comporta muito mais elementos sobre si para se avançar as discussões em direção às efetivas práticas avaliativas das organizações de economia solidária.

Ainda segundo esta autora, indicador deve ser entendido como um construto interpretativo pleno de valores, dentre eles a própria compreensão da realidade na qual se insere o empreendimento. Avançando a visão de Boullosa (2012, p. 86-87), ela demonstra que um indicador tem cinco atributos constitutivos a serem destacados, analisados e criticados para obter um redesenho adequado das características dos indicadores de avaliação da economia solidária: a artificialidade, a parcialidade, a incerteza, a subjetividade e a interdependência. Em outras palavras, é necessário perceber que um indicador é artificial porque trata de um dado construído - sensível à realidade a qual se interessa avaliar - e não colhido. O indicador é parcial em virtude de situar a visão do avaliador sobre um ponto e uma realidade e de certo modo obscurece seu entorno. Ademais, um indicador possui uma natureza incerta em função de carregar uma hipótese que o ampara e que traz consigo uma teoria que nem sempre é comprovável com o indicador. Outrossim, um indicador tem a propriedade da subjetividade, pois é portador de valores avaliativos que são extensões das crenças e representações pessoais

e coletivas. Finalmente, todo indicador é interdependente, pois está sempre relacionado a outros indicadores e aspectos da realidade avaliada.

Com base nesta caracterização ideal traçada por Boullosa (2012), que comporta estes cinco atributos presentes em um indicador, será possível traçar os limites e possibilidades dos indicadores que poderão compor uma matriz para melhor avaliar as experiências de bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros. É possível perceber que as avaliações analisadas neste capítulo e que contribuem para fundamentar a necessidade de ampliar o conjunto de indicadores necessários para avaliar os BCD apresentam-se inconsistentes⁵⁵ também por se alinharem com o que Boullosa (2012, p. 89-90) chama de “efeitos não desejados de um sistema de indicadores”. Dentre estes efeitos listados estão o Efeito Túnel, a Ossificação, a Miopia, as Convergências Internas e Externas. Destaca-se, de maneira mais evidente nas avaliações convencionais da viabilidade econômica das experiências de microfinanças - de modo particular, dos BCD - o Efeito Túnel (que se efetiva quando a instituição avaliada concentra seus esforços sobre os aspectos que ela sabe que estão sendo monitorados e, com isso, envia a análise sobre outros aspectos que acabam enfraquecendo-os e debilitando, com o passar do tempo, toda a organização), a Miopia (a qual ocorre quando a instituição avaliada concentra seus esforços somente nos resultados e não nos processos também), a Convergência Interna (que acontece quando os resultados dos indicadores geram uma estabilidade aparente para a instituição avaliada, de tal modo que são desestimuladas melhorias internas), e a Ossificação (Este efeito acontece no instante que a instituição avaliada passa a não se abrir para processos inovadores por receio de perder o *status quo* positivo obtido em avaliações anteriores).

⁵⁵ Assim, ao declarar a inconsistência das avaliações já praticadas para mensurar a viabilidade dos bancos comunitários de desenvolvimento e outras experiências de microfinanças, se está expondo justamente que os indicadores utilizados não tem a solidez necessária e a coerência exigida, bem como, os resultados não apresentam a fiabilidade e a certeza inescusável para sustentar - nestes termos - que os BCDs são sustentáveis. Convém examinar o que se entende por inconsistência, neste caso:

i) O Dicionário Priberam da Língua Portuguesa conceitua "inconsistência" como: 1. Qualidade ou estado de inconsistente. 2. **Falta de firmeza ou de solidez; inconstância; incerteza.** Ver: Inconsistência. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa, 2008-2013, Disponível em <<http://www.priberam.pt/dlpo/inconsistência>>.

ii) Já em Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa tem-se para o mesmo termo: 1.1 falta de consistência, de estabilidade ou de firmeza. 1.2 **falta de lógica, de nexos, incoerência.** 1.3 fig. falta de firmeza moral, de solidez nas ideias, opiniões, atitudes etc. inconstância. Ver: Inconsistência. In Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=inconsistência>>.

É, também, por conta destes quatro efeitos que foram detalhados aqui, que se compreende a inevitabilidade de remodelar as avaliações que tem como propósito verificar o funcionamento e a viabilidade do BCD. Em outras palavras, trata-se de uma ação imprescindível evitar o efeito túnel, a miopia, a ossificação e a convergência interna com uma prática avaliativa e indicadores que possuam um foco também sobre os processos da instituição; que favoreçam e elevem as ações da organização cujo elemento da inovação se destaque; que estimulem a instituição à melhoria continuada; e que instiguem a melhoria mesmo nos aspectos que não estão sob a lente da avaliação. Para tanto é imperioso constituir uma nova matriz de indicadores de avaliação para os BCD, contendo alguns dos diversos indicadores já estabelecidos nos modelos de avaliações existentes, mas - fundamentalmente - incorporando outros indicadores que permitam estabelecer no conjunto deles um enfoque na utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento. Este processo de construção de uma matriz complementar de indicadores para avaliar a utilidade social dos BCD terá que se apoderar de alguns valores que nem sempre os indicadores dos modelos das avaliações convencionais aportam. Para construir indicadores e processos avaliativos de empreendimentos da economia solidária, como precisamente argumenta Boullosa (2012, p. 88), tem-se que redefinir o que é a resposta padrão esperada, ou melhor, tem-se que redefinir os próprios limites que fronteiam o padrão e apreender que também existem informações relevantes para a avaliação nas margens e mesmo fora do padrão. Ainda neste contexto, não pode haver um - único - padrão de resposta esperada para um indicador em avaliações das experiências dos BCD. Devem existir faixas limites (mínima e máxima) de respostas possíveis, tendo sempre em conta a adaptabilidade da matriz de indicadores à instituição investigada. Em um BCD, o contexto é significativo para se obter os resultados mais fidedignos em uma avaliação.

Contudo, os procedimentos avaliatórios não devem ser encarados em sentido estrito, principalmente, quando se tratam de um projeto comunitário. Para Tenório *et al.* (2003, p. 14) sua principal função é ser um processo educativo, pois o aprendizado é a ferramenta que possibilita maior compreensão das dificuldades enfrentadas, assim como, permite a união entre o saber técnico e o saber real. Assim, a avaliação deve envolver os gestores da organização, seus apoiadores e a comunidade beneficiada. Isto torna mais provável identificar possíveis falhas, perceber como a comunidade enxerga tal organização e se esta satisfaz as necessidades a que se propôs (TENÓRIO *et al.*, 2003, p. 14). Aliás, o contexto neste tipo de avaliação também deve ser marcante no próprio processo de compreensão e construção da avaliação. A relação entre avaliador e avaliado deve superar uma dicotomia existente entre

estes para provocar um ambiente mais favorável à inovação e ao aprendizado da comunidade ou território do banco comunitário de desenvolvimento analisado. Não fomentar este aprendizado pode significar resultados pouco críveis em razão da distância da matriz de indicadores em relação à realidade sobre a qual ele se debruça.

Além disso, é muito importante perguntar-se sobre o que fazer com a aprendizagem, sobre como a mesma pode retroalimentar o processo de avaliação e/ou monitoramento do objeto avaliado e da sua relativa comunidade de avaliadores, contribuindo para a superação da dicotomia entre avaliadores e avaliados (BOULLOSA, 2012, p. 88).

Isto posto, a construção de uma matriz de indicadores para avaliar os bancos comunitários brasileiros (especialmente na perspectiva da utilidade social), bem como, o próprio processo de avaliação devem se relacionar imperiosamente com três princípios importantes destacados por Boullosa (2012) para que efetivamente cumpra seu papel de apresentar um diagnóstico autêntico da sustentabilidade e do cumprimento ou não da missão de um BCD. Os princípios expostos por esta autora para se apresentarem na construção de indicadores de avaliação destas experiências são *inovação, aprendizagem e avaliação como atividade política* (BOULLOSA, p. 90-91). Em outros termos, a inovação deve ser a guia para a fundamentação da matriz de indicadores neste caso, evitando respostas prontas, metodologias já construídas supostamente garantidas. Ademais, a avaliação de um BCD deve ser compreendida em um contexto propício à aprendizagem no qual todos podem e devem apreender e aprender mais sobre os significados mais profundos da incumbência de um banco comunitário de desenvolvimento. Tenório *et al.* (2003, p. 85) compactua com este princípio ao explicar que o processo de avaliação em projetos comunitários e sociais é, antes de tudo, um processo educativo. Ele permite uma composição construtiva, o aprendizado coletivo que alimenta a constante aperfeiçoamento da atividade comunitária.

Assim, é recomendável que em projetos de natureza comunitária os processos de avaliação sejam executados com a comunidade. De acordo com Tenório *et al.* (2003, p. 71), um dos equívocos mais frequentes em avaliação de projetos comunitários é não envolver a comunidade e isto fragiliza o empoderamento comunitário e a ação política que a avaliação deste tipo de empreendimento deve induzir. Desta maneira, o terceiro princípio a ser respeitado é uma apreensão de que este processo de avaliação é uma atividade política. Assim, Boullosa e Araújo (2010, p. 45) reafirmam que os objetos avaliados não estão destituídos de uma dimensão política e que estas acontecem em um contexto político e isto pressupõe uma dimensão relacional e dialógica de poder. Os autores ainda relatam, em reforço a este princípio, que as avaliações são manifestação de ação políticas, inclusive, em

função dos resultados são usadas para auxiliar tomadas de decisões, por vezes, políticas (BOULLOSA; ARAÚJO, 2010, p. 45). Em outras palavras, este papel político da avaliação de empreendimentos da economia solidária, como os BCD, é expressivo e traz à superfície elementos desprezados nas avaliações tradicionais - de inspiração mais utilitária e baseada, principalmente, no viés do bom desempenho dos resultados financeiros - que são valores mais simbólicos, contextuais e substantivos para o território do banco comunitário de desenvolvimento avaliado.

Nestes termos, ao se confrontar com avaliações das experiências de microfinanças e finanças solidárias (em particular de bancos comunitários de desenvolvimento) esta tese põe em questão: Como acontece o processo de avaliação e qual é o aprendizado que os atores avaliados têm com ele? Qual entendimento e relevância são dados ao contexto do avaliado no processo e quais valores são postos em relevo? Qual a ênfase ou o peso que possuem os indicadores de processo ou de eficiência em relação aos indicadores de resultado ou de eficácia na avaliação dos BCD? Que entendimento há sobre a parcialidade de indicador ou a incompletude que um indicador possui para sozinho oferecer resposta para as análises da avaliação? Enfim, qual o debate sobre o próprio processo de avaliação e a apropriação dos indicadores adequados para avaliar as experiências de BCD? Em outras palavras, criticar estas avaliações que já foram utilizadas para avaliar bancos comunitários de desenvolvimento é, mais que tudo, colocar estas questões no centro da discussão. As constatações e resposta para estas perguntas revelaram que - salvo alguns aspectos e alguns indicadores - a quase totalidade das avaliações analisadas tem falhas nestas questões e, portanto, mostram-se insuficientes para aportar uma resposta fidedigna quanto à sustentabilidade dos bancos comunitários de desenvolvimento. Consequentemente, se procurará colocar mais em evidência, no próximo capítulo, o que são e o que representam os BCD em um contexto de economia plural que obriga a necessidade de formas de avaliação e de uma matriz ampliada de indicadores para avaliá-los.

4 AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS E OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO (BCD)

Neste capítulo são desveladas análises do referencial teórico abordado por este estudo de doutoramento acerca dos temas microfinanças, finanças solidárias e bancos comunitários de desenvolvimento. O capítulo estará dividido em quatro seções. Na primeira seção será apresentado tanto um contexto geral sobre o surgimento das microfinanças no mundo até chegar ao escopo teórico daquela modalidade de microfinanças a qual se agrupam os BCD brasileiros, as finanças solidárias. No quadro que compõe esta seção, cabe exprimir uma definição para esta temática, quais as características qualificam os empreendimentos de finanças solidárias e quais aqueles aspectos que as distinguem das demais IMF.

Após abordar um quadro amplo do que são as finanças solidárias no Brasil, em *continuum*, se seguirá para a segunda seção que é dedicada ao aporte das especificidades dos bancos comunitários de desenvolvimento, nos quais há a necessidade de aprofundar os aspectos teóricos que contribuem para formar e modular a gestão social das relações dentro do sistema político-social-econômico-tecnológico de funcionamento dos BCD. A análise do referencial teórico tomará uma perspectiva polanyiana de ação, que leva a compreender que os BCD funcionam sob a égide de conjunto de lógica de regulação econômica, modelada tanto a partir de relações de proximidade quanto de relações redistribuição e relações mercantis encontradas em projetos econômicos e não econômicos integrados, que objetivam o desenvolvimento econômico e social de um território, além de atuarem no plano de ampliação do espaço público, ou seja, em uma perspectiva política e emancipatória.

São os *impactos sociais gerados e os outros tipos de riquezas produzidas* em um BCD que estão em questão na seção terceira deste capítulo. Um banco comunitário de desenvolvimento é possuidor, como será visto, de um modelo de atuação que ultrapassa o foco da geração da riqueza econômica monetária para manutenção (pelos ganhos com a política de juros) e para

os seus clientes (pela obtenção do sucesso ou lucro pessoal a partir do retorno sobre o investimento com o empréstimo tomado), conforme perseguida pela maioria das iniciativas de microcrédito convencional. O BCD é - convencionalmente - portador de outros interesses, que passam sim pela satisfação e bons resultados obtidos pelos tomadores de crédito de modo particular, mas busca alcançar em definitivo a felicidade com a obtenção de rentabilidade social e benefícios coletivos para todo o bairro. Esta rentabilidade social e o valor societal gerado não são mensurados, ou mesmo percebidos e afirmados, pelo discurso e a escala clássica de percepção, entendimento e demarcação de riqueza.

É, precisamente, este o conteúdo examinado na seção quatro do capítulo. *A invisibilidade e o não reconhecimento que as riquezas não monetárias e não mercantis produzem*- ou até a economia de gastos gerados - pela intervenção de um banco comunitário de desenvolvimento têm das *avaliações tradicionais de viabilidades dos BCD* é o foco da seção. Nela há uma tentativa de mostrar ainda o espaço que os impactos sociais dos BCD devem ocupar neste tipo de avaliação e a utilidade social revelada nos benefícios coletivos provocados pela ação do banco comunitário de desenvolvimento.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS MICROFINANÇAS NO MUNDO E DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS NO BRASIL

Um marco importante do processo de valorização do microcrédito (talvez o seu ápice) pode ser situado no evento da Conferência Global sobre Microcrédito, em 1997, que reuniu em Washington cerca de 2.900 pessoas de 137 países (MICROCREDIT SUMMIT, 1997, p. 25-32). Nesta conferência, o microcrédito se afirmou como instrumento fundamental para o combate a pobreza no mundo (CARVALHO *et al.*, 2009, p. 3,7; COSTA, 2010: p. 4, 13-17). Contudo, essa “bancaização dos mais pobres” fomentada por uma “indústria do microcrédito”, embora passe a exercer forte influência no campo das microfinanças, não encerra a totalidade de tais práticas, e ainda, obscurece a visão sobre uma série de outras experiências de finanças de proximidade ou de finanças solidárias que ampliam e complexificam o universo das microfinanças, conforme será discutido mais adiante.

O *International Finance Corporation* (IFC), braço de financiamento privado do Banco Mundial, é o organismo que mais tem investido em instituições de microfinanças no mundo. Segundo Momzoni (2008, p. 37-39), em 2003, a carteira de financiamentos do IFC para as IMF emprestarem aos seus clientes ultrapassava US\$ 1,2 bi. De acordo com International... (2013, p. 86), nos 10 anos seguintes a carteira de recursos mobilizados em empréstimos para

microfinanciamentos, mobilizada pelo IFC multiplicou-se por 20, atingindo o montante de US\$ 24,03 bi. Convém destacar que o Grupo Banco Mundial tem como missão a redução da pobreza pela via do desenvolvimento econômico e o IFC, criado em 1956, atua com esta perspectiva do grupo através da promoção do desenvolvimento do setor privado (GONÇALVES, 2014, p. 2). Todavia, o IFC não só financia, mas fornece pessoal técnico para assessorar e capacitar as instituições financiadas e os governos no desenvolvimento de um quadro gerencial e um marco legal para as microfinanças (MONZONI, 2008, p. 37).

O International... (2013, p. 56) afirma que o “IFC tem um papel de liderança no desenvolvimento ao alavancar a força do setor privado para criar oportunidade nos países emergentes, de uma forma que promova prosperidade para todos”. Conforme Conselho... (2013, p. 25), no Brasil o IFC atua no setor de microfinanças com as três maiores instituições financeiras privadas do país: i) Santander - Em 2002, ainda como Banco Real (através da Real Microcrédito), o Santander entrou no mercado. A partir de 2010, a linha passou a chamar-se Santander Microcrédito. “Em 2013, o investimento em linhas de microcrédito deste banco representava quase 14% do mercado de microcrédito nacional” (CONSELHO..., 2013, p. 27); ii) Itaú - Em 2003, o grupo Itaú-Unibanco, em parceria com o IFC, criou a Microinvest-Itaú Microcrédito para atingir o público dos microempreendedores produtivos; iii) Conselho... (2013, p. 28) informa que o Bradesco, que já atuara antes com IFC de forma modesta no microcrédito, lançou em 2010 um produto na linha de microsseguros, o “Primeira Proteção Bradesco”⁵⁶, que ao final de 2012 acumulou um volume de vendas superior a 2,15 milhões de coberturas. Quando se afirma que o IFC institucionalizou um modelo de funcionamento das microfinanças no mundo que não é exatamente aquele modelo proposto pelo Grammen Bank (altruísta, de combate à pobreza extrema e empoderador dos tomadores finais dos empréstimos), leva-se em conta que a proposta do IFC/Banco Mundial com as microfinanças foi, ou melhor, é amplificar uma fatia de mercado para criar mais uma alternativa de ganhos financeiros para seus parceiros-clientes, sobretudo da banca privada.

Conforme Woller e Woodworth (2001, p. 270-273), a ampla disseminação da ideia de microcrédito nas décadas de 1980, 1990 e 2000 parece particularmente vinculada a um

⁵⁶ O seguro "Primeira Proteção Bradesco" é um microsseguro para população de baixa renda que oferece cobertura pessoal por morte acidental, cuja parcela mensal é R\$ 5,50 e capital segurado de R\$ 20,0 mil. Também esta contemplada na apólice, a assistência funeral. Comparando esse microsseguro com outro produto de seguro de vida, do mesmo banco, para o público em geral, como o "Vida Segura Bradesco", cujas parcelas podem chegar a R\$ 100,00 e o valor da cobertura atingir até R\$ 400 mil. Disponível em: <<http://www.bradescoprevidencia.com.br/PF/Seguros-Vida/Seguro-De-Vida>>.

contexto específico na dinâmica do capitalismo contemporâneo. Essa conjuntura de popularização do microcrédito por grandes instituições financeiras internacionais é motivada também por uma interpretação e reapropriação bastante específica de experiências pioneiras como a do Grameen Bank, em Bangladesh. Garayalde Niño, González Fernandez y Mascareñas Pérez-Iñigo (2014, p. 134) afirmam que ao final do século XX havia - aproximadamente - 2,0 mil IMF que beneficiavam 7,6 milhões de famílias com seus empréstimos. As maiores instituições estavam localizadas na Ásia. Assim, a entrada de grandes bancos privados no campo do microcrédito, através de um processo mais conhecido como “inclusão financeira ou bancarização da pobreza”, representou a descoberta de um novo nicho mercadológico para as instituições financeiras convencionais. O cenário é mais complexo em virtude do IFC, como operador do Banco Mundial, para atuar no gigantesco mercado mundial das microfinanças, cumpre, na ampla maioria dos países em desenvolvimento, simultaneamente quase todos os papéis da cadeia do fomento ao microcrédito: i) definidor das diretrizes; ii) orientador do quadro institucional-legal; iii) fornecedor do recurso para as instituições financeiras emprestarem; e iv) delimitador das formas de gerir as microfinanças.

O que vem executando o IFC é, portanto, auxiliar empresas privadas dos países membros do Banco Mundial a obterem ganhos de investimento em mercados emergentes. Desta forma, uma grande oportunidade de rentabilidade visualizada pelo IFC - nas últimas quatro décadas - para seus clientes privados, e - ao mesmo tempo - mascarado pela intenção de cumprir a missão do Banco Mundial, é incentivar, apoiar e criar mecanismos de gestão e regulação das microfinanças - à sua maneira - na América Latina, Ásia e África. Conforme o International... (2013, p. 38), para estabelecer e manter sistemas financeiros inclusivos, o IFC criou uma rede de intermediários composta de mais de 900 instituições financeiras operando em mais de 100 países em desenvolvimento. “Conseguimos isso comparando rigorosamente nossos resultados com as metas que estabelecemos para nós mesmos” (INTERNATIONAL..., 2013, p. 56, grifo nosso). Não seria o caso de haver uma comissão externa ao IFC para avaliar o desempenho deles com mais isenção e *accountability*. Quais critérios eles utilizam para atestar o seu bom desempenho com base em metas que eles mesmos estabeleceram? Nesse caso, parece ficar claro que a atuação esquizofrênica do IFC/Banco Mundial em relação à política de microfinanças, se - por um lado - ele afirma ter como foco a perseguição da redução da pobreza, por outro, privilegia fortemente os ganhos para o setor financeiro privado.

Com efeito, as microfinanças constituem um universo multifacetado e complexo de experiências envolvendo operações financeiras de pequena monta. Nesse universo, o microcrédito representa apenas um instrumento ou mecanismo para realização de tais operações. O fato de grande parte das microfinanças estar baseada em operações de microcrédito leva a uma identificação simplista entre estas duas noções. E ainda, o fato de grande parte do microcrédito ser realizado hoje por instituições financeiras convencionais, leva também à assimilação de tal tipo de prática exclusivamente como uma nova modalidade de ação mercantil (um modismo do mercado), ignorando-se outras lógicas de operação financeira baseada em relações sociais (FRANÇA FILHO; DURAN PASSOS, 2008, p. 8-10).

O termo microfinanças aparece na agenda do debate público em diferentes sociedades especialmente nos anos 1980, sobretudo como forma de oportunizar acesso ao crédito produtivo para a geração de trabalho e renda. Com o recrudescimento do desemprego em muitos países, especialmente a partir daquela década, as sociedades contemporâneas conhecem um fenômeno novo, batizado por muitos analistas por meio da expressão “crise do trabalho” (AZNAR, 1993; CASTEL, 1995; GORZ, 1988 e 1997). Esta crise do trabalho, indicando escassez de emprego formal e falta de oportunidade de acesso à renda para grande parte da população em diferentes países, interroga o modo mesmo de organização e regulação da sociedade na modernidade, que tem sido baseado em dois pilares em interação dinâmica ou sinérgica: a economia de mercado (supridora de empregos), de um lado, e, o Estado social (responsável pela proteção social), do outro (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

De todo modo, as soluções mais conhecidas para tal problemática não questionaram tal modelo de regulação da sociedade. Em outros termos, com a constatação e o reconhecimento das insuficiências das políticas convencionais de trabalho (baseado na qualificação profissional da força de trabalho) na sua incapacidade de gerar emprego assalariado para todos que precisam, a estratégia adotada centra-se então na valorização do trabalho autônomo, especialmente na forma do microempreendedorismo privado, cujo impulso depende intrinsecamente do microcrédito (FRANÇA FILHO; DURAN PASSOS, 2008, p. 2; 5-7). Desta forma, a associação entre as ideias de empreendedorismo e microcrédito e sua difusão no plano internacional, já nos anos 80, guarda relação estreita com o fato do IFC-Banco Mundial - dentre outros organismos financeiros internacionais, - “passarem a difundir a importância do empreendedorismo e do microcrédito como solução para a crise do trabalho pela possibilidade de incluir os mais pobres”, como mostram França Filho e Duran Passos (2008, p. 3). É desta forma que a imagem da economia informal nos países subdesenvolvidos

salta da condição de vilã do sistema (como era comum até o final dos anos 1970) para uma valorização acrítica das supostas virtudes a ela associadas, como inventividade ou flexibilidade adaptativa, numa espécie de apologia a um “capitalismo de pés-descalços” (LAVILLE, 1997, p. 36-37; 53-59).

O governo federal brasileiro assumiu, nos últimos 20 anos (1994-2014), diretamente o papel de formulador e indutor de políticas públicas de microcrédito voltadas para a concessão de crédito produtivo às populações de baixa renda. No Brasil, principalmente a partir da década de 1990, muitas ‘apostas’ foram feitas por meio de políticas e programas de apoio ao microcrédito, envolvendo uma diversidade de organismos públicos e privados, nacionais e internacionais. Desde aquele período, tais políticas e programas têm enfatizado o chamado microcrédito produtivo e orientado. Este é direcionado aos micro e pequenos empreendimentos, formais e informais. Em outros termos, destina-se a pequenos negócios criados e mantidos por pessoas de baixa renda e, em princípio, o microcrédito produtivo orientado não se destina a financiar o consumo (BARONE; SADER, 2008, p. 1250).

De acordo com Zouain e Barone (2007, p. 370-372) foi nos anos 1990 que as instituições de microcrédito se multiplicaram no Brasil - principalmente - devido à estabilização da economia brasileira na gestão do Presidente Cardoso (1995-2002). Naquele governo, em 1996, foi instituído, para fomentar o fundo de crédito das organizações de microcrédito, o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como afirma Zouain e Barone (2007, p. 374-375). Na década seguinte, durante o governo do Presidente Lula (2003-2010), merece destaque a criação em 2005 do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) que pretendia impulsionar os bancos comerciais privados atuando no Brasil a investirem em carteiras próprias de microcrédito para dinamizar a economia (FRANÇA FILHO; RIGO; SILVA JÚNIOR, 2013, p. 117).

Mais recentemente, em 2011, na gestão da Presidenta Rousseff (2011-dias atuais), foi constituído o Programa CRESCER de Microcrédito Produtivo Orientado cujo propósito foi fornecer crédito a juros mais baixos a microempreendedores individuais e microempresas como forma de incentivo ao crescimento e à formalização de empreendimentos. O programa CRESCER apresentou uma novidade sem precedentes no contexto da intervenção de políticas públicas no campo do microcrédito produtivo orientado no Brasil. Isto porque, o governo alterou o programa anterior (PNMPO) passando aos bancos públicos (Banco do Brasil, CAIXA, BNB e Banco da Amazônia) a tarefa de dar escala no fomento ao microcrédito

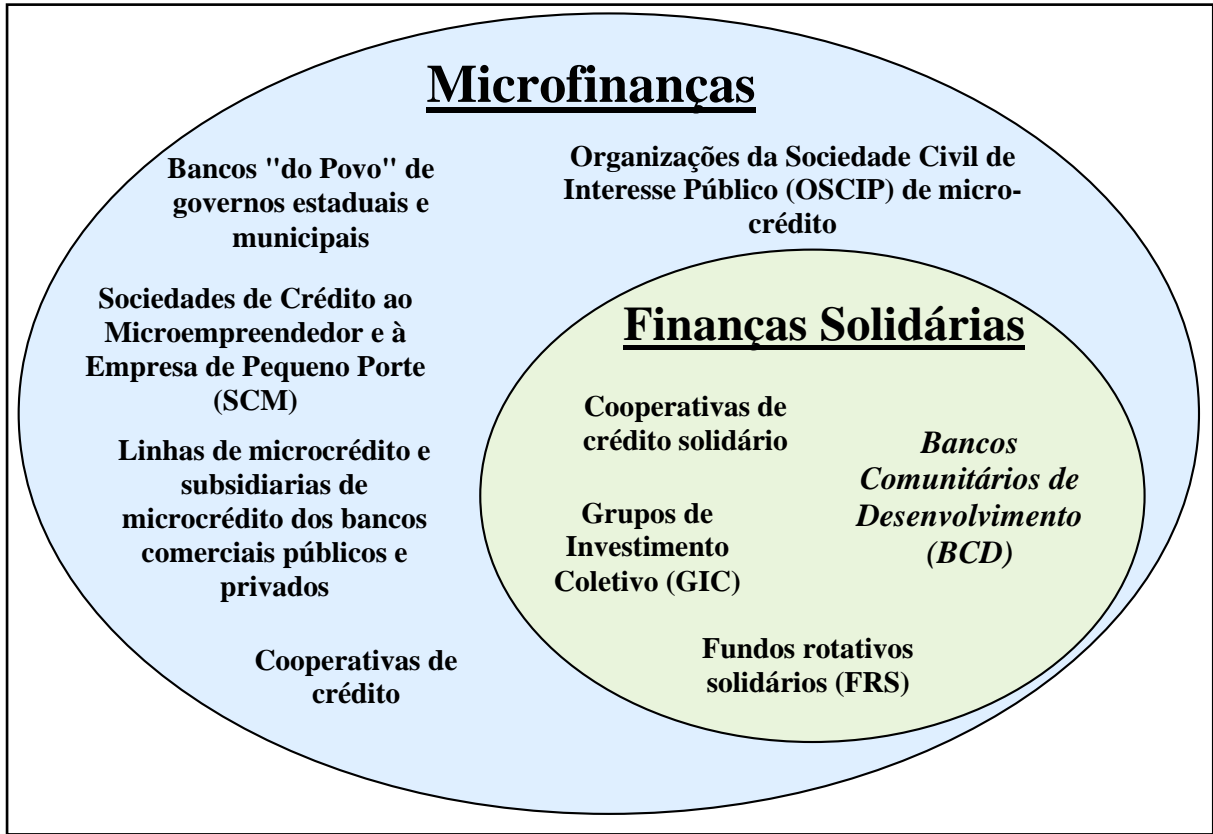
enquanto uma estratégia de inclusão produtiva (FRANÇA FILHO; RIGO; SILVA JÚNIOR, 2012, p. 502). Com esta modificação aconteceram redução significativa nas taxas de juros das linhas de microcrédito destes bancos.

Todavia, ao longo destas mais de duas décadas, estes programas atingem sobretudo as experiências e práticas de microcrédito convencionais no país, como discutido na seção anterior. Este modelo convencional do tipo *commodity* de microcrédito, implantado segundo os ritos das ‘cartilhas’ do IFC/Banco Mundial, está orientado para a pessoa ou organização individual. Já os BCD – como um emblemático exemplo de prática de finanças solidárias – preocupam-se com o território ao qual pertencem, seja esse uma comunidade, um bairro ou um pequeno município. Diferentemente das práticas de microfinanças convencionais, que estão orientadas para a pessoa ou a organização individual, um banco comunitário de desenvolvimento visualiza um caráter mais amplo de alcance no instante do empréstimo, mesmo que seja um crédito concedido a um empreendedor individual do território. Desse modo, os BCD procuram investir em pessoas e empreendimentos que possam atuar na capacidade de produção, de geração de serviços e de consumo simultâneo do território. Os bancos comunitários de desenvolvimento ficaram alijados de acesso aos programas de apoio ao microcrédito do governo federal até o começo desta década (2010). Por outro lado, passou a receber atenção do governo e das políticas públicas governamentais federais direcionadas à Economia Solidária a partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), na gestão do Presidente Lula.

Contudo, o contexto das microfinanças no Brasil (como mostrado na **Figura 8**) não se resume às iniciativas de instituições públicas governamentais de microcrédito (‘bancos do povo’, programas municipais de microcrédito), combinadas com o microcrédito fomentado por organizações de mercado (bancos privados comerciais) (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 10-12). Para além do microcrédito fomentado por organizações de mercado ou instituições públicas, existem ainda as organizações não governamentais de microcrédito (OSCIPS), as cooperativas de crédito, as sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte (SCM) e um vasto elenco de experiências (muitas informais) oriundas das formas de organização popular e/ou comunitária, tais como os Fundos Rotativos Solidários (FRS), os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), os Grupos de Investimento Coletivo (GIC), que ampliam e complexificam a compreensão do que seja o universo das microfinanças (FRANÇA FILHO; RIGO; SILVA JÚNIOR, 2015, p. 8). Os fundos rotativos solidários, bancos comunitários de desenvolvimento e grupos de

investimento coletivo, somadas ao segmento do cooperativismo de crédito solidário, compõem o campo das chamadas finanças solidárias no Brasil.

Figura 8 - Caracterização dos BCD no contexto das microfinanças no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Merece destaque neste universo das finanças solidárias brasileiras, as experiências dos Fundos Rotativos Solidários. Estes representam práticas muito antigas e tradicionais, pois são bem anteriores à “onda do microcrédito” iniciada nos anos 1990 e inscrevem-se na tradição e modo solidário de organização da economia de base popular principalmente nas áreas rurais. No Brasil, relata Santiago (2011, p. 6), essas iniciativas de finanças solidárias “têm uma longa história, mas é a partir dos anos 80 que assumem dimensão mais concreta junto aos movimentos sociais e às atividades comunitárias em geral”. Tais fundos, no país, tiveram um apoio importante de instituições e organizações da sociedade civil, principalmente aquelas vinculadas a movimentos sociais progressistas no âmbito da igreja católica, como a Cáritas Brasileira. Não são poucas as distinções de tais práticas com os empreendimentos de microcrédito tradicionais, em razão principalmente da dimensão de finanças de proximidade que supõe um tipo de relação econômica em que o laço financeiro encontra-se submerso em relações de confiança e solidariedade. Conforme Bertucci e Silva (2003, p. 14-16), as experiências dos fundos rotativos se firmam como uma metodologia de apoio financeiro

solidário por meio de microcréditos concedidos - que geram compromissos devolutivos voluntários⁵⁷ dos tomadores - para o atendimento de comunidades ou grupos associativos produtivos que adotam princípios de gestão compartilhada e convivência solidária.

Esses créditos, usualmente, são para iniciativas produtivas de caráter associativo e podem gerar renda que causam melhorias nas condições gerais de vida dos participantes dos fundos, mas eles contribuem também para o fortalecimento das lutas e para a organização coletivo-comunitária (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 17). Santiago (2011, p. 8) reforça que os fundos rotativos solidários fomentam “a autogestão, a produção coletiva e cooperativada, a adoção de prosaicos estilos de sociabilidade em seus territórios. Nos espaços rurais, estes movimentos sociais produtivos situam-se nos níveis de subsistência e de acumulação simples”. De modo sintético, Santos Filho (2011) assevera que

Na metodologia de funcionamento dos Fundos Rotativos Solidários, a comunidade é responsável pela gestão local dos recursos, resgatando a prática de finanças alternativas enraizadas nas organizações populares, onde os interesses e a solidariedade tecidos nas relações sociais internas e externas aos grupos produtivos na forma de capital social, transformam-se em instrumentos de geração de renda (SANTOS FILHO, 2011, p. 51).

Assim como os fundos rotativos solidários, em razão da peculiaridade de suas características, não é possível o enquadramento das experiências dos bancos comunitário de desenvolvimento em uma tipologia tradicional de organizações inseridas nos domínios das microfinanças convencionais, como as que são financiadas, orientadas, assessoradas e reguladas pelas diretrizes do IFC/Banco Mundial para o setor. E isto inclui o quadro institucional das microfinanças no Brasil que - durante todos os anos 1990 e em parte dos anos 2000 – dominaram a atuação e a orientação do “IFC” para as microfinanças (PARENTE, 2002, p. 15). No caso brasileiro, os BCD se distinguem dos empreendimentos de microcrédito fomentados por organizações de mercado (instituições subsidiárias orientadas para o microcrédito e linhas de microcrédito dos bancos comerciais privados), das instituições públicas de governo (“bancos do povo”), ou ainda, das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS de microcrédito) e de outras formas de organizações, como as cooperativas de crédito.

O Brasil passou a se orientar a partir de 2005, de modo mais evidente, por mais de um caminho para o acesso ao microcrédito produtivo, incentivo ao consumo local, inclusão

⁵⁷ Os fundos rotativos solidários, na sua metodologia original de gestão dos recursos financeiros concedidos, consideram na devolução do crédito tomado formas flexíveis de retorno monetário ou de equivalência por produtos ou serviços, ou ainda, a possibilidade da não devolução (SANTIAGO, 2011, p. 6).

financeira e redução das desigualdades em território de alta vulnerabilidade socioeconômica. Uma das rotas abertas, como já descrito em páginas anteriores, foi a promoção das microfinanças através de empreendimentos de microcrédito e finanças solidárias, como as cooperativas de crédito solidário, os fundos solidários e os bancos comunitários de desenvolvimento. Os BCD estão mais próximos deste vasto elenco de experiências informais e de finanças solidárias oriundas das formas de organização popular (tais como os fundos rotativos solidários) que ampliam e complexificam a compreensão do que seja este universo das microfinanças. Portanto, a compreensão de tal singularidade das finanças solidárias supõe uma releitura sobre as origens e disseminação do atual microcrédito.

Posto isto, as finanças solidárias podem ser definidas como um tipo de prática de microfinanças e microcrédito, composto por iniciativas que valorizam o potencial de mobilização de investimentos locais, o financiamento conjunto das unidades de consumo e de produção e as redes de relações sociais entre indivíduos como modalidade não patrimonial de garantia e controle (ABRAMOVAY; JUNQUEIRA, 2005, p. 22). As organizações de finanças solidárias buscam atingir a sua sustentabilidade econômica sem colocar como coadjuvante o alcance de objetivos sociais junto ao seu público e ao seu território. É comum, entre os produtos e serviços de microfinanças solidárias, o crédito para produção e consumo com garantias baseadas nas relações de proximidade, cartão de crédito local, crédito para agricultura urbana e/ou orgânica, clubes de trocas solidárias, moeda social de circulação local e formação de poupança local.

Concluindo, essa é uma das razões pela qual num sistema de finanças solidárias prevalece a máxima segundo a qual “*small is beautiful*” (SCHUMACHER, 1983). Em outras palavras, trata-se de uma lógica de funcionamento econômico-social absolutamente avessa à ideia de crescimento em razão dos próprios propósitos desse sistema: atender as necessidades e demandas das pessoas num determinado contexto territorial - normalmente aquele de uma comunidade ou bairro de pequena escala, como aponta Schumacher (1983, p. 76-78; 185-188; 279-282). Esta é a razão pela qual as finanças solidárias constituem uma prática enraizada territorialmente ou comunitariamente - como sugere o próprio termo finanças de proximidade. O crescimento, em termos de aumento de escala de atendimentos, comprometeria necessariamente esse sistema pela própria impossibilidade de manutenção dos seus padrões de relacionamento sócio-aproximadores (GURVITCH *apud* GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 129) ou baseado em critérios de confiança e solidariedade, próprios de finanças de proximidade. O crescimento - também - obriga a implantação de mecanismos de

‘impessoalização’ das relações em prol da funcionalidade do sistema, incorrendo assim em formas de relações sócio-afastadoras (GURVITCH *apud* GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 129) no plano espacial, conduzindo a outro tipo de agir e de se comportar em que a prioridade deixa de ser o sujeito humano - conforme atestam as próprias instituições da economia convencional (FRANÇA FILHO, 2010, p. 15).

4.2 AS ESPECIFICIDADES DOS BCD: A GESTÃO SOCIAL E A PERSPECTIVA POLANYIANA DE AÇÃO

Inserido nos domínios das finanças solidárias, o banco comunitário de desenvolvimento identifica-se como *um sistema financeiro de natureza associativa e comunitária que, admitindo por orientação os preceitos da Economia Solidária, voltando-se à geração de trabalho e renda em territórios com populações fragilizadas* (FRANÇA FILHO, 2008a; MELO NETO; MAGALHÃES, 2007, REDE, 2006; SILVA JÚNIOR, 2006). Nesta caracterização do que são os BCD, importa lembrar que se trata de um projeto de apoio às economias populares de territórios com baixo desenvolvimento socioeconômico, oferecendo três serviços à população excluída do sistema financeiro: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local e feiras de produtores locais. Assume-se, então, destacado papel de promotor do desenvolvimento territorial, do empoderamento e da organização comunitária, ao articular – simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e capacitação das comunidades do território.

Diante disso, os BCD vêm se distinguindo nas políticas públicas de finanças solidárias no Brasil por contribuírem na minimização dessas fragilidades, pois se constituem em um serviço comunitário que incentiva as ações do desenvolvimento socioeconômico territorial nos territórios onde está implantado, financiando produtores, comerciantes e consumidores, e ampliando a capacidade de geração de renda na comunidade. No desenvolvimento de suas ações os BCD relacionam-se diretamente com as políticas públicas de assistência e transferência de renda dos governos federal, estaduais e municipais, sendo por isso importante a articulação do poder público no apoio às atividades dos BCD. Em síntese, os BCD são definidos como “serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a reorganização de economias locais, numa perspectiva de geração de trabalho e renda, tendo por base os princípios da economia solidária” (MELO NETO, MAGALHÃES, 2007, p. 18). É possível inferir, por conseguinte, que os bancos comunitários de desenvolvimento estão alinhados com o enfoque de ‘redução da pobreza’, como indicado

nas características expostas em Cairó i Céspedes e Gómez Gonzalez (2015). Trata-se de “de uma combinação coordenada de serviços de microfinanças e outros serviços de desenvolvimento para melhorar as microempresas, renda e ativos, redes de apoio social, entre outros” (CAIRÓ I CÉSPEDES; GÓMEZ GONZALEZ, 2015, p. 38). Nesse enfoque é prioritário o impacto para os mais pobres e o alcance, deixando para outros momentos e circunstâncias a busca pela viabilidade financeira.

De certo modo, é possível dizer que o modelo de funcionamento dos BCD tem algumas similitudes com as cooperativas de crédito do modelo Raiffeisen⁵⁸, especialmente na relação com alguns dos princípios os quais se baseiam estas cooperativas, por exemplo: a atividade deve estar limitada a um território restrito (povoado, bairro, comunidade); os empréstimos se concedem somente aos moradores do território; não se podem repartir os benefícios entre os associados; a diretoria executiva é voluntária, assim como o conselho administrativo e o conselho fiscal (GARAYALDE NIÑO; GONZÁLEZ FERNANDEZ; MASCAREÑAS PÉREZ-IÑIGO, 2014, p. 136-137). Em resumo, como já apontado antes, o BCD opera em um enfoque pela redução da pobreza. Isto é o contrário da ênfase padrão, segundo Cairó i Céspedes e Gómez Gonzalez (2015, p. 53), adotada pelas IMF na América Latina, que “se estabelecem em um enfoque de ‘autossuficiência financeira’, optando por um modelo mais econômico do que social, no qual o microcrédito é oferecido à população para a obtenção da viabilidade e rentabilidade financeira do da instituição”.

Os BCD possuem características autênticas - como já expostas antes. Porém, serão exploradas de modo mais profundo mais a frente ainda nesta seção - se comparados não só às instituições financeiras convencionais (conforme **Quadro 2**), mas se colocadas em conferência às próprias experiências de microfinanças e finanças solidárias. Dentre aqueles que se acreditam serem seus pontos distintivos estão os seguintes: i) A coordenação do Banco e a gestão dos recursos é efetuada por uma organização comunitária; ii) A utilização de linhas de microcrédito para a produção e o consumo local com juros justos que possibilitam a geração

⁵⁸ O alemão Friedrich Wilhelm Raiffeisen foi um dos pioneiros do cooperativismo, da economia social e do regime de crédito mútuo. Ele criou, em 1849, a primeira cooperativa para proteger os agricultores contra riscos ambientais. Em muito países europeus existem bancos cooperativos, mutualidades e estruturas de crédito agrícola que adotaram na sua designação o nome Raiffeisen. A relação de proximidade está fundamentalmente inscrita na filosofia das cooperativas do modelo Raiffeisen. Essas cooperativas são estabelecidas localmente para atenderem às necessidades dos membros e contribuir para o bem-estar da comunidade. Acima de tudo, o modelo Raiffeisen cultiva o espírito empreendedor e promove o desenvolvimento sustentável. Ele tem como objetivo ensinar aos membros os méritos do trabalho e como gerenciar suas finanças, a fim de viverem bem e de forma responsável. Disponível em <http://www.iru.de/index.php/cooperative-social-responsibility?lang=fr>

de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade; iii) A concessão e cobrança dos empréstimos são baseadas nas relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle que é muito mais social que econômico; e iv) A criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 33).

Quadro 2 - Comparativo entre os BCD e das Instituições Financeiras Convencionais no Brasil

Características	Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD)	Instituição Financeira Convencional
<i>Propriedade</i>	Comunidade, território	Acionista
<i>Foco</i>	Desenvolvimento do território	Lucro para os acionistas
<i>Orientação</i>	Para as demandas da comunidade	Para os Resultados Financeiros
<i>Razão da Existência</i>	Utilidade social	Viabilidade econômica
<i>Garantias nas Operações</i>	Relações de confiança, vizinhança e proximidade	Renda e patrimônio
<i>Cobrança</i>	Via controle social	Via instrumentos de controle jurídico e execução das garantias
<i>Tomada de Decisões</i>	Descentralizadas. Participação dos atores da comunidade e coordenadores.	Centralizadas. Participação do conselho administrativo, acionistas e diretoria executiva
<i>Relação Oferta X Demanda</i>	Incentivo ao consumo local. Construção conjunta da oferta e da demanda pelos <i>prossumidores</i> do território	Despreocupação com a geração de renda sistêmica no local. Não há atenção a construção de oferta e demanda conjunta em relação à produção e ao consumo no território

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados de Núcleo... (2013b, p. 16)

Ademais, as organizações de microcrédito convencionais atuam como instrumento para viabilização de operações financeiras, o que não permite colocá-las em condições de comparação com uma prática, como a das finanças solidárias, que - em si mesma - utiliza-se do próprio microcrédito sob diferentes condições. Porém, o fato do microcrédito ser utilizado na grande maioria dos casos por instituições privadas e públicas segundo uma lógica eminentemente mercantil, aponta diferenças substanciais em relação às finanças solidárias e aos BCD. Essas diferenças costumam ser ignoradas dentro de um paradigma econômico convencional que considera duas características supostamente comuns em ambas as práticas: em primeiro lugar, o fato de envolverem operações financeiras de pequena monta; e, em segundo lugar, o fato de atingirem um público considerado de baixa renda, o que ensejaria um

processo de democratização do crédito para populações excluídas do sistema financeiro formal. Esse tipo de interpretação não permite perceber o caráter multifacetado do universo das microfinanças, carecendo ainda de fundamentação mais ampliada sobre o funcionamento da economia real que em geral fica limitado à lógica mercantil.

Assim, uma abordagem ampliada de entendimento do fato econômico, como abordado por Polanyi (2002, 2011 e 2012), permite compreender de forma mais nítida essa distinção (FRANÇA FILHO, 2008a, p. 120-121). A principal diferença, aliás, reside no “lugar” que ocupa cada uma dessas práticas no contexto da dinâmica societária. Enquanto o microcrédito convencional representa um nicho mercadológico dentro do sistema financeiro formal, as finanças solidárias ocupam um espaço que não é de mercado (ou de economia de mercado). Elas são uma manifestação da sociedade, e - mais particularmente - elas representam uma emanção de formas próprias de auto-organização coletiva, encontradas por diferentes populações e/ou grupos organizados nos seus respectivos territórios ou comunidades para fazer a gestão dos seus próprios recursos econômicos com base em princípios de solidariedade, confiança e ajuda mútua.

Dessa diferença fundamental decorre uma série de outras, por exemplo o fato que o microcrédito convencional obedece uma série de critérios de concessão do crédito que acaba por gerar um novo tipo de seletividade do seu próprio público-alvo, fazendo com que, na prática, uma grande parcela desse chamado público de baixa renda (aqueles de “baixíssima renda”) permaneça ausente por não conseguirem enquadrar-se nos critérios de mercado - o que, aliás, parece explicar as altas taxas de inadimplência ou a própria insuficiência das políticas de microcrédito na sua incapacidade de atingir o público de mais baixa renda, conforme salientado por França Filho, Rigo e Silva Júnior (2012, p. 504). Em outras palavras, o microcrédito convencional funciona com base em critérios de rentabilização do capital investido e um horizonte de escala de empréstimos distintos das finanças solidárias. Nestas, as relações de proximidade têm precedência como requisito importante no processo de concessão do crédito. Isto porque, valores como confiança e solidariedade ocupam uma posição central nesse sistema que se revela mais do que um sistema de concessão de crédito. De fato, trata-se de um sistema de relação social em que operações econômicas encontram-se subsumidas (invertendo assim a lógica clássica do mercado que subordina as relações sociais às relações econômicas ou à finalidade econômico-mercantil da iniciativa) (FRANÇA FILHO, 2010, p. 8).

Para compreender melhor os BCD é fundamental evidenciar estas especificidades elencadas anteriormente que decorrem do modelo de *gestão social*, em que a gestão das demandas e necessidades se dá pelo exercício da participação coletiva e da cidadania deliberativa, através das suas mais diversas formas e mecanismos de auto-organização, em um espaço público ampliado (CANÇADO, 2011; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, TENÓRIO, 2008; 2012); e de sua atuação em função de uma perspectiva - polanyiana - *ampliada dos domínios de regulação econômica*, incorporado à troca mercantil, ao valor das relações de proximidade e ao fortalecimento do caráter coletivo dos benefícios provido por relações de redistribuição, (LAVILLE, 2013; POLANYI, 2002, 2012; VIVERET, 2010). E, como se manifestam essas duas características que contribuem para a singularidade e especificidades dos BCDs? Primeiro, será abordada a expressão da gestão social e depois as evidências da perspectiva polanyiana de atuação.

4.2.1 A gestão social e os bancos comunitários de desenvolvimento

As discussões acerca do conceito de gestão social iniciaram-se na década de 1990 e, desde então, têm sido objeto de estudo e práticas associados às políticas públicas sociais, às organizações não governamentais, ao combate à pobreza, ao desenvolvimento territorial, à gestão participativa e à responsabilidade social e ambiental das organizações. Inadvertidamente, o termo também é compreendido por muitos com o significado de uma gestão voltada para o social, definindo-se a gestão social, antes de tudo, pela sua finalidade. Entretanto, a noção de gestão social vai além.

Para Tenório (2008, p. 39-40), a gestão social compreende a possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer nas relações de caráter produtivo, constituindo-se em um “espaço privilegiado das relações sociais”, onde todos têm direito à fala sem qualquer tipo de coação. Outrossim, o conceito de gestão social é entendido como o processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação. França Filho (2008b, p. 28) indica que a gestão social pode ser encontrada no conjunto de processos gestionários democráticos e participativos orientados para a solução das demandas e necessidades da sociedade civil, primando pela irredutibilidade do econômico ao mercantil e pela irredutibilidade do político ao estatal. Para que esta gestão social se efetive, é necessário também garantir mecanismos de participação social na atividade gestonária. Tenório (2008, p. 41; 48) aponta a necessidade da apreensão de dois conceitos para clarificar o *modus operandi* da gestão social: a) cidadania deliberativa; e b) participação. Para o autor, a prática da

cidadania deliberativa significa que “a legitimidade das decisões deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da bem comum” (TENÓRIO, 2008, p. 41). Dito de outra forma, a cidadania deliberativa implica em uma gestão orientada para o diálogo, para o princípio da igualdade e para o respeito às particularidades de cada ser envolvido no processo de decisão. Já a participação, segundo Demo (*apud* TENÓRIO, 2008, p. 48), é um processo de constante redefinição, de conquista, que não é restrita apenas aos interessados ou à comunidade, mas a todas as esferas sociais. É também uma prática social de troca de ideias. Este modo de gestão participativo e empoderador da cidadania deliberativa é a forma mais relevante do modelo gestor nas ações dos BCDs.

Todavia, só a adoção da gestão social e participativa, como novo modelo de gestão, não modifica as relações sociais. Anteriormente, urgem discussões sobre os objetivos/fins das práticas gestórias. A racionalidade pode ser conceituada como o conjunto de valores que norteiam as práticas de cada ser humano. Em termos organizacionais, a racionalidade é traduzida como finalidade perseguida pela organização. França Filho (2008b, p. 31) explica que, no modelo de gestão privada, o escopo da organização traduz-se em termos utilitários - de finalidade econômico-mercantil - tendo por consequência a execução de todos os meios necessários para alcançar esses fins, independentemente das consequências sociais e/ou ecológicas da decisão. Conforme Guerreiro Ramos (1989, p. 90-92), a racionalidade instrumental concebe uma sociedade centrada no mercado, responsável pela degradação das relações sociais, da qualidade de vida, pelo desperdício dos recursos naturais, afora a constituição de espaços sociais que não correspondem às aspirações da população. Como características dessa racionalidade, aponta-se o cálculo utilitário de consequências, os fins econômico-mercantis, a maximização dos recursos sem qualquer questionamento ético e a medida de retorno econômico dos êxitos da organização (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 3-14). Em contraposição a tal racionalidade, o autor apresenta outra forma de ação racional, denominada por ele como racionalidade substantiva. Nos termos de Guerreiro Ramos (1989, p. 134-135), a ação organizacional substantiva exhibe como características a autorrealização, o julgamento ético, a valorização do bem-estar social coletivo e a autonomia dos participantes no processo gestor.

De modo prático, estes construtos encontram ressonância em um conjunto de ações, projetos e negócios que articulam discussões sobre processos de desenvolvimento humano sustentável, baseados em uma perspectiva sistêmica de articulação sócio-institucional e sócio-produtiva,

socioeconômica e socioambiental. Isto pode ser percebido, mesmo na linha de atuação dos bancos comunitários de desenvolvimento, quando estes apresentam como diferencial significativo à busca de uma intervenção territorializada, gerando uma matriz de projetos e outras ações continuadas a partir da mobilização de diferentes atores que atuam em torno da transformação do território, capazes de representarem soluções para um desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado (BAUDOWIN; COLLIN, 2006; CASTELLS, 2007; SILVEIRA, 2006). Nesta perspectiva, a busca pelo desenvolvimento se dá não somente em torno de fluxos de capital financeiro, produtividade e tecnologia, mas considera temas como a valorização das potencialidades e das identidades sociais, culturais e ambientais capazes de abrir novos caminhos de desenvolvimento local (BAUDOWIN; COLLIN, 2006; CASTELLS, 2007; SANTOS; SILVEIRA, 2001; SILVEIRA, 2006). É como exemplo evidente destas ações/reações que surgem e se inserem as experiências dos BCD.

Duas características do modelo de gestão social do BCD podem ser realçadas nesta seção para ratificar a presença da autogestão, da participação e do empoderamento comunitário: as garantias de pagamento e controle da concessão do microcrédito em um banco comunitário de desenvolvimento repousa na confiança no outro, baseando-se nas relações de proximidade e vizinhança, e garantindo um controle social do BCD. Diferentemente da tipologia tradicional, o futuro tomador de empréstimo em um BCD não necessita de submissão à consulta a órgão de restrição ao crédito, sendo a abordagem aos moradores do bairro, o atestado de sua confiabilidade. Em um BCD considera-se o cadastro formal do tomador de empréstimo apenas um registro para o conhecimento da sua vida na comunidade. O agente de crédito do banco consulta, assim, a rede de relações de vizinhança como fonte de conhecimento. Do mesmo modo, na cobrança do crédito a comunidade desempenha uma função como instrumento de pressão junto aos demais, constituindo uma espécie de controle social comunitário: são os próprios moradores do território que passam a ter a função de estabelecer mecanismo de pressão moral junto aos demais.

Em outros termos, no funcionamento dos BCD, a garantia e o controle são baseados nas relações de proximidade e confiança mútua. Para França Filho e Silva Júnior (2009), tal aspecto afirma a particularidade da metodologia das operações de crédito dos BCD, as quais ocorrem, sobretudo, através de redes de prossumidores, centradas na reorganização para o fortalecimento das economias locais. “São mecanismos como estes que diminuem as taxas de juros e o índice de inadimplência através de um efetivo monitoramento ‘invisível’” (ABRAMOVAY; JUNQUEIRA, 2005, p. 23). As características descritas apontam as

especificidades dos BCD no universo do microfinanças e até mesmo das finanças solidárias no Brasil. Contudo, outros aspectos, ainda mais singulares, precisam ser melhor revelados para se assimilar a perspectiva polanyiana de atuação dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros.

4.2.2 A perspectiva polanyiana no fato econômico plural nos bancos comunitários de desenvolvimento

Alary (2012, p. 1) proclama Karl Polanyi como o elaborador de uma “Teoria Geral da Economia Humana” construída a partir de estudos comparativos, minuciosos, documentados e abundantemente alimentados pelos ensinamentos de antropologia econômica, sociologia, economia, história primitiva e antiga. Ao se lê a citação a seguir, se percebe o quanto Karl Polanyi merece a atenção e o respeito de pesquisadores de economia, sociologia e antropologia, e mesmo da comunidade acadêmica em geral, pela sua capacidade de análise histórica socioeconômica com precisão, do passado e do presente de sua época. Todavia, o que o trecho seguinte mais reforça é o reconhecimento da necessidade imperiosa de estudá-lo e referenciá-lo em função da evidente atualidade (até profética) de seu texto. Veja-se, por exemplo, como Polanyi retrata, em um ensaio de 1947, nominado *Our obsolete market mentality* (traduzido no Brasil como ‘Nossa obsoleta mentalidade de mercado’, compondo a obra “A subsistência do homem e ensaios correlatos”), o capitalismo industrial, o enfraquecimento do orgânico pelo mecânico e a dominação do pensamento centrado no mercado:

como organizar a vida humana numa sociedade de máquinas é uma questão que volta a nos confrontar. Por trás do tecido esgarçado do capitalismo competitivo avulta uma portentosa civilização industrial, com sua paralisante divisão do trabalho, sua padronização da vida, bem como sua supremacia do mecanismo sobre o organismo e da organização sobre a espontaneidade. A própria ciência é assombrada pela insanidade (POLANYI, 2012, p. 209).

A máquina industrial de antes é a automação robótica e o cibernético-digital dos nossos dias, que - mais do que em qualquer época - padronizam as relações sociais e revigoram a força poderosa do mecânico sobre o humano-orgânico. Polanyi (2012, p. 210) relata que estamos inebriados pela herança que a economia de mercado nos relegou com ideias simplistas, mas não simplórias, acerca do papel desta economia na sociedade. Segundo o autor, só uma revisão que permita enxergar que o industrialismo foi apenas um enxerto de alguns séculos recentes na linha milenar da história da existência humana, poderá por fim à doutrina em que as instituições da sociedade são determinadas pelo sistema econômico de mercado, dando origem à chamada sociedade de mercado (POLANYI, 2012, p. 211). Alary (2012, p. 1) reitera

que para Polanyi, a suposta hegemonia da troca econômica autônoma, orientada pela motivação do ganho, é apenas uma página da história (em milhares de outras páginas) e, nesta mesma perspectiva histórica, só a partir de segunda metade do século XIX é que a transferência de propriedade e bens se ‘encastrou’ em uma superestrutura, cuja consistência e coerência segura a subsistência e a estabilidade social desta sociedade, dita mercantil.

Assim, essa economia de mercado moldou uma nova sociedade em que o sistema econômico a uma espécie de mecanismo automático autorregulador. Conforme Polanyi (2012, p. 213), passou a existir uma “esfera econômica” destacada das outras instituições da sociedade, tornando esta dependente daquela em razão da dependência dos seres humanos da atividade produtiva orientada aos interesses de mercado. Deste modo, esta sociedade dependente do econômico mercantil passou a ser dominante e distorceu a compreensão dos homens sobre si, sobre a economia e sobre a sociedade. Polanyi (2012, p. 270) avança um pouco mais e retrata que, neste modelo, a economia torna-se o *locus* de toda a ação, ainda que “o funcionamento desta economia seja influenciado por outros fatores caráter não econômico, sejam políticos, militares, artísticos ou religiosos. Mas o núcleo essencial da racionalidade utilitarista perdura como modelo de economia”. Para o autor, a visão da economia como espaço de distribuição, poupança, comercialização de excedentes e formação de preços é uma criação ocidental e datada no século XVIII. Esta linha de construção do pensamento econômico, inserido no surgimento do capitalismo industrial, formou o sistema de mercado e, de certa forma, quase anulou qualquer outra possibilidade de interpretação do fato econômico que se dirigisse para além da satisfação material das necessidades humanas. Desse modo, há um peso favorável ao raciocínio da economia de mercado, a despeito de outras tendências humanas históricas que foram submersas.

Contudo Karl Polanyi não se alinha a esta concepção e, de acordo com Alary (2012, p. 2), busca conhecimentos nas ciências humanas - com destaque a História, a Antropologia e a Sociologia, para atacar as bases do economicismo mercantil e determinar o lugar que ocupou a economia em diferentes sociedades ao longo da história da humanidade. Com isso, desafia e questiona as proposições teóricas da origem de um modelo econômico construído a partir de um exemplo supostamente universal. Essa conduta, aparece quando Polanyi (2002, p. 67) identifica que a História e a Etnografia conhecem várias economias, a maioria incluindo o mercado, mas estas disciplinas desconhecem algum sistema econômico anterior ao nosso no qual o mercado estivesse na regulação e no controle. Igualmente, em Polanyi (2012, p. 272) tem-se que “a pré-história, a história da Antiguidade e, a rigor, toda a história, afora estes

últimos séculos, tiveram economias cuja organização diferiu de tudo que tem sido presumido pelos economistas”. Conforme o autor anuncia, os economistas clássicos abandonam a história primitiva de seus estudos. Relegaram este período à pré-história e apenas consideraram para seus estudos os períodos da história nos quais a troca e a permuta foram identificadas como base dos sistemas econômicos. Adam Smith sugeriu que a divisão do trabalho na sociedade dependia da existência dos mercados. Na verdade, a divisão do trabalho é um fenômeno tão antigo quanto a sociedade e tem origens referentes às diferenças inerentes entre gêneros, aos aspectos geográficas e à capacidade de trabalho de cada indivíduo (POLANYI, 2002, p. 63-64).

Isto posto, em uma visão histórica, até determinada época os sistemas econômicos e o mercado não eram uma só instituição. Aliás, pelo contrário, atuavam de modo separado. Segundo Polanyi (2002, p. 75), todos os sistemas econômicos conhecidos até o fim do feudalismo na Europa Ocidental foram organizados com base em outros princípios de regulação das relações econômicas, tais como os princípios da reciprocidade, da redistribuição e da domesticidade ou alguma combinação entre os três. Até o final da Idade Média, os mercados não desempenharam um papel importante no sistema econômico. Somente quando a permuta, a barganha e a troca se tornam dependentes do mercado (como espaço para compra e venda) para se efetivarem é que este vai se conformar no modelo de economia dominante partir do século XIX. O controle do sistema econômico pelo mercado tem consequência fundamental nas relações sociais. Em vez da economia ficar condicionada às relações sociais, são as relações e o laço social que ficam imbricados no sistema econômico de mercado (POLANYI, 2002, p. 77).

Como contraposição a este modelo, Polanyi (2012, p. 63) evoca a necessidade de se reinterpretar o termo econômico, e - para tanto, admitir que “tal como habitualmente usado para descrever um tipo de atividade humano, contem dois significados, com raízes distintas e independentes uma da outra”. Os dois significados refletem a oposição que traduz a falácia entre a economia de mercado e a economia em que a subsistência é uma preocupação fundamental. Segundo Polanyi (2012, p. 64), o significado formal é centrado na relação lógica entre meios e fins. Isto é, em uma forma particular de racionalidade instrumental na qual os fins estão a serviço dos meios para obtê-lo. Já o significado substantivo é definido como um processo institucionalizado de interação do homem *vis-à-vis* aos seus semelhantes e à natureza para obter sua subsistência. Para o autor, o adjetivo ‘substantivo’ liga a economia aos fenômenos históricos, sociológicos, antropológicos, e políticos. Duas dimensões se

distinguem nesta abordagem. Por um lado, as interações e os processos institucionalizados e, por outro lado, o encastramento da economia na teia de laços sociais ampliados (POLANYI, 2012, p. 77-78).

Aliás, este significado reforça as descobertas mais recentes das pesquisas antropológicas e históricas de que a economia, como regra, esteve submersa nas relações sociais. Polanyi (2002, p. 65) salienta que estes estudos apontaram que o homem não agia para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, mas para salvaguardar sua situação social e seu patrimônio social e valoriza os bens materiais na medida em que eles sirvam a estes propósitos. Deste modo, das sociedades primitivas aos tempos atuais, a economia este orientada por princípios econômicos diversos e interdependentes, assumindo-os nas modalidades de intercâmbio, produção e de consumo relativos à atividade humana e aos usos dos recursos disponíveis. Dentre estes princípios orientadores do processo econômico, os quais o ideário polanyiano destaca, estão: a troca mercantil, a redistribuição, a reciprocidade e a domesticidade (POLANYI, 2002, p. 66-67). Sobre o princípio da economia de mercado, o que se tem é sua separação institucional da sociedade, com a produção e a distribuição de bens materiais efetuadas por meio de um sistema autorregulador regido por leis próprias, como a lei da oferta e demanda, e motivado pela esperança do lucro.

Já a ausência da motivação de lucro, a ausência de trabalhar por uma remuneração e a ausência de motivação econômica de mercado estão na base dos outros três princípios. Isto é, todos os três princípios possuem características de regulação não pelo modelo econômico de mercado. Polanyi (2002, p. 65) descreve que o *princípio da reciprocidade* fundamenta-se em uma lógica mais simbólica e em relação à organização familiar. A reciprocidade é bem mesmo material e mais em outros termos. O indivíduo que produz e entrega os melhores produtos acaba sendo recompensado sobretudo em relação ao seu reconhecimento perante os outros e familiares. Assim, o princípio da reciprocidade ajuda a salvaguardar a produção e a subsistência familiar. O *princípio da redistribuição*, por sua vez, se efetiva no sistema de armazenamento como parte essencial da vida tribal para a divisão do trabalho e provisões para defesa. Nestes casos todos, o princípio da redistribuição é inteiramente absorvido por experiências que não oferecem motivação econômica mercantil. A lógica da redistribuição, organizada pelo Estado, mostra a imbricação da economia nas políticas públicas e a presença da reciprocidade atesta a imbricação da economia na cultura, movida por uma diversidade de movimentos que combinam interesse pessoal e altruísmo. Finalmente, o princípio da domesticidade consiste na produção para consumo próprio. Conforme Polanyi (2002, p. 73), a

domesticidade aparece por meio de um conjunto de normas e regras de um grupo relativamente fechado que garante a produção e o compartilhamento dos recursos para a satisfação das necessidades dos membros do grupo. Os estudos etnográficos apontam que a domesticidade é mais recente quando comparado com os princípios da reciprocidade e da redistribuição. A domesticidade teria surgido como prática para prover necessidades já em um nível avançado do desenvolvimento da agricultura. Ainda assim, não tinha relação com a motivação do ganho ou relação com a instituição mercado. Mesmo a venda do excedente, quando existente, não estava vinculada ao fim da base de domesticidade.

Dessa forma, buscando localizar a perspectiva polanyiana no fato econômico plural nos bancos comunitários de desenvolvimento, França Filho (2008a, p. 118-121) certifica que o BCD apresenta como características fundamentais a hibridação de princípios econômicos e uma construção conjunta de oferta e demanda, sendo estas as responsáveis pelo traçado singular de tais experiências de finanças solidárias. Quanto à hibridação de economias, este autor explica que em razão da natureza de suas atividades e de suas fontes de captação e geração de recursos, esses bancos têm por base de atuação três lógicas econômicas distintas:

- (i) uma ***Economia mercantil***, fundada no princípio do mercado autorregulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro utilitário. Nos BCD recorre-se a uma lógica de economia mercantil, quando os recursos originam-se de pagamento de serviços;
- (ii) uma ***Economia Não-mercantil***, sustentada no princípio redistribuição. É marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los à população na forma de serviços públicos. Este princípio se materializa por meio de uma atuação redistributiva dos BCD, quando os recursos se originam de fontes públicas (governamentais ou não governamentais), e mesmo privadas, através de transferência direta característica de uma forma de subsidiariedade econômica; e
- (iii) uma ***Economia Não-monetária***, amparada, sobretudo na reciprocidade. Trata-se de perenizar os laços sociais, através de uma relação que privilegia a domesticidade, a vizinhança e o valor do laço em detrimento do valor do bem. Encontra-se esta economia, identificada a uma lógica de economia não monetária, quando os recursos do BCD não são financeiros e se baseiam em diferentes mecanismos de solidariedade como cooperação, ajuda mútua e distintas formas de doação ou troca, dádiva, fundamentados em valores como confiança e lealdade, além do seu modelo de garantia e controle social nos

empréstimos ou no uso da moeda social fundamentado em relações de confiança. Nota ainda França Filho (2008a, p. 122-124), somar-se a isso o fato dos BCD atuarem numa esfera de atividades cujas demandas não são atendidas, seja pelo Estado ou pelo mercado. Enfim, os bancos comunitários encontram-se submersos em relações de confiança e solidariedade, em razão - principalmente - da dimensão de finanças de proximidade que supõe um tipo de relação econômica em que o laço financeiro está subordinado às relações de vizinhança e domesticidade.

Já com relação à **construção conjunta da oferta e demanda**, essencial na caracterização como experiência *sui generis* de finanças solidárias, a articulação do BCD ocorre em torno das necessidades reais da população a que assiste. Destaca-se também, o envolvimento dos próprios moradores do território nas atividades realizadas pelo banco comunitário de desenvolvimento, na condição de profissionais remunerados, gestores do empreendimento e usuários ou beneficiários diretos dos produtos ou serviços ofertados. Neste sentido, os BCD procuram investir simultaneamente na capacidade de produção, de geração de serviços e de consumo territorial. Para tanto, ele financia e orienta a construção de empreendimentos sócio-produtivos e de prestação de serviços locais, bem como, o próprio consumo local. Isto porque, para além da disseminação de microcréditos com múltiplas finalidades conforme as linhas de crédito definidas por cada BCD, o seu maior objetivo e compromisso é com a construção de redes locais de economia solidária através da articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 31). Tais redes são, também, conhecidas como redes de prossumidores, pelo fato de associar produtores e consumidores locais através do estabelecimento de canais ou circuitos específicos de relações de troca, o que implica uma ruptura com a clássica dicotomia entre produção e consumo característica da lógica ortodoxa de organização do funcionamento das relações econômicas (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 34).

Uma característica distintiva dos BCD, na perspectiva de atuar na ampliação do fato econômico, e que ajuda a dinamizar o consumo localmente, é o uso de moedas circulantes locais. Uma “forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários” (SOARES, 2009, p. 255). Estas moedas de circulação local são tratadas pela literatura revisada de moedas complementares ou “moedas sociais” (BÚRIGO, 2000; MENEZES; CROCCO, 2009; RIGO, 2014; SOARES, 2006; 2009). Conforme França Filho e Silva Júnior (2009, p. 31), a razão para a denominação “social” diz respeito ao fato delas estarem a serviço das comunidades que as criam e implementam no intuito de apoiarem a resolução dos seus

problemas sociais e econômicos. As moedas sociais criadas através dos BCD servem a dois propósitos básicos: como instrumentos de incentivo ao consumo (assim como os cartões de crédito e outras estratégias) que se tornam legítimos no território e entre os atores locais (consumidores, produtores e comerciantes); como estimulantes de um novo tipo de relação com o dinheiro, pois o intuito é restaurar vínculos sociais degradados e propor um “novo tipo de organização da vida econômica local”, ousando “construir um novo tipo de sociabilidade”, diferente daquela baseada nas trocas mercantis e no interesse único de satisfação pessoal e material (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 36). Em síntese, a perspectiva polanyiana do fato econômico plural, no campo das finanças solidárias, oferece a contribuição relevante para ratificar - na nossa sociedade - os princípios da reciprocidade e da domesticidade, dos estudos de Polanyi, como afirma Rigo (2014, p. 115). Sendo assim, um conjunto amplo e diversificado de práticas e formas de produzir, consumir, trocar e financiar serve como realidade para analisar os princípios e suas formas de integração, tais como as finanças solidárias e, de modo mais preciso, os bancos comunitários de desenvolvimento.

4.3 A RIQUEZA GERADA OU OS IMPACTOS SOCIETAIS DE UM BCD

Os BCD, como já relatado nesta tese, possuem uma natureza de funcionamento incomum para o campo das microfinanças. Na sua concepção e na sua prática, acredita-se que esteja filiado de modo pleno à abordagem do ‘alívio da pobreza’, nos termos apresentados em Cairó i Céspedes e Gómez González (2015) e Carvalho *et al.* (2009). Os resultados gerados e a forma de atuação dos bancos comunitários de desenvolvimento produzem impactos nos territórios na forma de benefícios coletivos que são, certamente, superiores aos impactos individuais gerados para os empreendedores das comunidades que tomam empréstimos nos BCD. Dito isso, é adequado afirmar que um BCD contribui para a geração de trabalho e renda para os empreendimentos e para os tomadores individuais - ou de grupos coletivos - de empréstimos, bem como, proporciona ganhos para produtores e comerciantes usuários da moeda social. Nestes termos, a riqueza gerada pelo BCD é tanto econômico-financeira - quando produz o aumento de renda das pessoas, quanto social e não econômica - quando amplifica ações para melhoria das condições de vida da população através de projetos socioculturais e do empoderamento político da comunidade.

Assim, a partir da intervenção do banco comunitário de desenvolvimento não há apenas a geração de um tipo de riqueza mercantil tradicional, mas a produção de riqueza não mercantil e não monetária. Ademais, não há só a produção de riqueza que beneficie indivíduos, mas

principalmente uma geração de riqueza que provoca ganhos para todos no território que se configuram nos impactos sociais dos BCD. Os impactos que retratam os ganhos os quais toda comunidade é beneficiada serão expostos nesta seção a partir de informações obtidas nas entrevistas e nas observações realizadas durante as visitas de campo aos três bancos comunitários que investigamos para esta tese. Portanto, serão apresentadas ações que tiveram repercussão nos benefícios coletivos gerados no Banco Palmas, em Fortaleza (Estado do Ceará), no Banco Tupinambá, em Mosqueiro-Belém (Estado do Pará), e o Banco Timbaúbas, em Juazeiro do Norte (Estado do Ceará). Desta maneira, nesta seção serão discutidas algumas ações que promoveram impactos sociais nas comunidades destas três experiências de BCD, seja através daqueles bancos comunitários que continuam a funcionar com ótimo desempenho, como o Banco Palmas e o Banco Tupinambá, seja por aquele que não está funcionando mais neste momento, no caso o Banco Timbaúbas.

De tal modo, em todos os casos serão apreciadas situações que demonstrem a utilidade social dos benefícios coletivos gerados pelos BCD que, conforme já destacado na justificativa desta tese, não tem o devido mérito avaliado nas avaliações avaliativas de experiências de bancos comunitários do desenvolvimento. Em outras palavras, quando um BCD oportuniza o acesso a uma rede de internet gratuita para toda a comunidade, ou fomenta a criação de uma farmácia no local - pois não havia tal empreendimento na comunidade, ou ainda cria espaço para que a comunidade possa comercializar seus produtos e serviços, há aqui um conjunto de ganhos coletivos que beneficiam a todos no território de modo mais amplo. Os que não compreendem a essência de um projeto de microfinanças como os bancos comunitários desenvolvimento podem questionar que ações como estas elencadas acima, não estão no foco principal de atuação de uma IMF, principalmente se aqueles que defendem a aderência das IMF somente a abordagem da 'sustentabilidade financeira'. Dai, pode vir a distância que há desses tipos de ações nas avaliações de IMF como os bancos comunitários de desenvolvimento e projetos de finanças solidárias, em geral. Todavia, mesmos os que advogam este entendimento restrito das IMF para os BCD poderiam ter em mente que qualquer projeto de finanças solidárias tem que ter uma atuação mais integradora com a comunidade e o território do qual fazem parte. De tal modo, que estas iniciativas só têm um verdadeiro impacto se estes estiverem para além da riqueza normalmente contabilizada e se estenderem por benefícios coletivos advindos de atividades que estão fora da tão somente perspectiva de busca pela viabilidade financeira do BCD através da concessão de microcrédito a empreendimentos e indivíduos. Dito isso, se abordara em seguida a trajetória dos três BCD investigados.

4.3.1 O Banco Tupinambá da Baía do Sol (Belém/PA): a experiência de uma pequena comunidade com um BCD à beira mar

As raízes do Banco Comunitário Tupinambá estão ligadas ao envolvimento direto de duas lideranças comunitárias da Baía do Sol, uma área costeira da Ilha de Mosqueiro, distrito de Belém do Pará, e a uma iniciativa compartilhada de fomento a poupança e ao crédito local. Os líderes comunitários são a Sra. Ivoneide do Vale e o Sr. Marivaldo do Vale e a iniciativa citada ocorreu no princípio nos anos 2000, na forma de uma ‘caixa comunitária’ de poupança e crédito envolvendo moradores do lugar. A ‘caixa comunitária’ acabou quando alguns participantes perceberam que ela estava desvirtuando seu papel para valorizar somente retorno financeiro. Depois de uma visita da Sra. Ivoneide do Vale ao Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/CE, na segunda metade dos anos 2000, ela retorna com o firme propósito de retomar a experiência de crédito comunitário com investimento social no território. Desta vez, não seria uma ‘caixinha’ comunitária, mas uma experiência de finanças solidárias nos moldes do Banco Palmas. Assim, em janeiro de 2009, através da Associação Cultural FM Tupinambá foi constituído o Banco Tupinambá (ver **Figura 9**) para atender uma população estimada de 7.000 habitantes na Baía do Sol. Este relato síntese do que levou à fundação deste BCD é um dos vários momentos relevantes denotados pela Sra. Ivoneide Vale e o Sr. Marivaldo do Vale durante a visita de campos para a pesquisa da tese, realiza no final de maio de 2013 e outras conversas realizadas com estes em algumas ocasiões posteriores.

Figura 9 - Sede do Banco Comunitário de Desenvolvimento Tupinambá, em Belém/PA



Fonte: Imagem capturada pelo autor (2013)

O desprendimento do casal de líderes comunitários para contribuir com o desenvolvimento do local revelou situações como a que eles apontaram em relação ao uso de um computador, do tipo desktop, o qual todas as manhãs eles levavam para a sede do BCD e à noite retornavam com o equipamento para casa “[...] porque os filhos precisavam pesquisar de noite, porque estudavam e a gente só com um computador, levando e trazendo, até que a gente teve condições de comprar um portátil, mas até então o banco foi construído nessa história”⁵⁹. Isso ocorreu nos primeiros dois anos do BCD até que obtiveram recursos para equipar e mobiliar o Banco Tupinambá. A Sra. do Vale expõe que uma das motivações para a criação do Banco Tupinambá foi a insuficiência de alternativas de geração de trabalho e renda na Baía do Sol. Esse território é uma comunidade afastada da sede do distrito de Mosqueiro e quando precisava realizar pagamento, retirar dinheiro ou efetuar a compra de alguns produtos, a população tinha de se deslocar cerca de 20,0 quilômetros para chegar à sede da ilha. Ademais, ela e os outros moradores do lugar o viam com um grande potencial turístico e, assim, a junção de um BCD ao potencial sócio-econômico-cultural de Baía do Sol (ver **Figura 10**) poderia contribuir fortemente para o desenvolvimento territorial com criação de postos de trabalho e aumento da renda. Acerca deste período, a Sra. do Vale disse que era “[...] muito difícil a vida na comunidade afastada, como é o caso dessa comunidade, que vive exclusivamente do serviço público, [...] apesar desse paraíso lindo e maravilhoso que tem o despontar pra o turismo, que você vê que é muito bonito e tem tudo pra esse despontar. Então foi nessa conjuntura que a gente começou com a história do banco comunitário aqui”⁶⁰.

Figura 10 - Comunidade de Baía do Sol, na Ilha do Mosqueiro, em Belém/PA



Fonte: Imagens capturadas pelo autor (2013)

⁵⁹ Informação obtida em entrevista com a Sra. Ivoneide do Vale, em 30 de maio de 2013.

⁶⁰ Idem.

No segundo semestre de 2008 começou a sensibilização da comunidade. Foram realizadas reuniões, assembleias com os moradores, oficinas de capacitação e um grande seminário para escolha do nome da moeda social do Banco Tupinambá. O nome escolhido pela comunidade para a moeda local foi ‘Moqueio’. Segundo o Sr. Marivaldo do Vale, o nome tem origem na técnica que as comunidades indígenas da tribo tupinambá utilizavam para conservar o peixe e a caça. Todo o processo inicial de lançamento deste BCD e de suas moedas foi assim exposto pelo Sr. do Vale: “*em 16 de dezembro nós colocamos em fase experimental o banco, já com o equipamento do Banco do Brasil. Nós começamos em fase experimental. Em janeiro de 2009, nós inauguramos o banco com as moedas*”⁶¹. Entre 2010 e 2013, os Moqueios seguiram em circulação na Baía do Sol amparados por um lastro de R\$ 3,0 mil. Em trechos anteriores desta tese já foi demonstrada a capacidade de uma moeda social de ampliar a circulação de dinheiro no local, sobretudo por fomentar o consumo na comunidade, uma vez que a moeda não tem valor fora do território do BCD. Dados do mapeamento da produção e do consumo realizado pelo Banco Tupinambá, em 2009, mostrou o quanto a comunidade de Baía do Sol precisava de aumento da circulação de riquezas no local. O Sr. do Vale informou que, naquele ano, apenas 98,0% das famílias consumiam fora da Baía do Sol e para de 45,0% delas o motivo seriam as facilidades e as opções de produtos e serviços ofertados fora da comunidade⁶².

A entrada em circulação dos Moqueios se dava com a contratação de empréstimos em moeda sem juros, mas com uma taxa de administração de 1,0% do montante contratado. No princípio, a dificuldade de aceitação esteve mais do lado da população do que dos empreendimentos produtivos. O trabalho de sensibilização junto os empreendimentos para o recebimento da moeda, tendo em vista ampliar as opções de meio de pagamento deu resultado, mas o mesmo não aconteceu de imediato com os moradores. O Sr. do Vale exemplificou esta situação: “*tu ia lá no comércio, aí tu dá um nota de R\$ 10,00, a mercadoria custa R\$ 8,00, aí o comerciante queria dar de troco 2,00 moqueios. Aí ele (o comprador - **Inclusão nossa**) diz, não quero, não aceito, não confio nessa moeda, nesse papel, ou então vou pegar ônibus, então era uma dificuldade grande trabalhar com isso. Por conta disso, essa moeda só fazia um caminho, saia do banco, ia no comércio e voltava. Só um caminho. E essa realidade mudou, a partir desse ano de 2013*”⁶³.

⁶¹ Informação obtida em entrevista com o Sr. Marivaldo do Vale, em 30 de maio de 2013.

⁶² Idem.

⁶³ *Ibidem*.

A estratégia para a mudança - que esta fala do Sr. do Vale indica - veio, principalmente, com o uso efetivo do controle social e da prática de gestão social do Banco Tupinambá, através do chamado Fórum dos Empreendedores do Local. *“É no fórum que a gente discute a política de crédito, discute as coisas da comunidade. É o que dá o tom político ao banco, na verdade é o Fórum que gerencia o banco. [...] Então, potencializamos o fórum dos empreendedores. Pra fazer com que eles aceitassem a moeda social, porque o trabalho com a moeda social seria passado por eles”*⁶⁴. A intervenção deste Fórum para sensibilizar a comunidade para o uso da moeda social circulante local permite asseverar que tal estratégia implicou em bons resultados no curto e no longo prazo. No curto prazo, pode ser verificado, pelo alcance que teve a participação das famílias com o consumo no local. Antes do Banco Tupinambá, apenas 2,0% tinham a habitualidade de consumir na Baía do Sol. Já em 2011, dois anos após o BCD implantado este percentual saltou para 64,0% e a maioria da população estava usando Moqueios no consumo⁶⁵. No longo prazo, um relato do Sr. do Vale, dá a dimensão exata do impacto do Banco Tupinambá e dos Moqueios no cotidiano da população da Baía do Sol.

O Sr. do Vale declarou⁶⁶ que, em março de 2016, um garoto de sete anos esteve na farmácia de Baía do Sol e perguntou à atendente se ela recebia Moqueios. Importante destacar, que a farmácia era recém-instalada e a atendente, que não era de Baía do Sol, ainda não conhecia muito do contexto local. O garoto deu informações sobre o que era o Moqueio e horas depois a atendente já estava no BCD procurando mais detalhes para passar a receber a moeda social na farmácia. Isso revela, como ressaltou o Sr. do Vale, a descoberta da importância do uso desta moeda na Baía do Sol, pois como não há uma ação sistemática de educação com crianças - por parte do BCD - acerca do papel da moeda social na comunidade, o garoto introjetou esses conhecimentos graças ao que vivenciava no dia a dia na comunidade e com a mãe dele que é integrante do Programa Bolsa Família do Governo Federal, e recebe parte dessa bolsa em Moqueios, no Banco Tupinambá, há algum tempo.

Aliás, o pagamento do Bolsa Família pelo BCD foi significativo para aproximar a comunidade do Banco Tupinambá e para difundir seus objetivos. A execução desse serviço pelo Banco Tupinambá, além do pagamento de outros benefícios sociais como o Fundo de

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ Informação obtida em contato telefônico com o Sr. Marivaldo do Vale, em 25 de março de 2016. Dados complementares desta história estão disponíveis em <http://bancotupinamba.blogspot.com.br/2016/05/o-menino-e-farmacia.html>.

Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a aposentadorias da Previdência Social (INSS), passou a ser realizada após o acordo de permitiu o funcionamento do correspondente bancário da CAIXA, a partir de 2012. A Sra. do Vale anunciou que após o correspondente CAIXA AQUI, só com a bolsa família e as 300 mães assistidas, em média, já ocorreu um salto no número de atendimento por mês. *“Aí fora isso tem outros atendimentos que nós fazemos via Caixa: pagar um FGTS, pagar um aposentado. São os serviços que a Caixa oferece que chega mais a esse público, que é de baixa renda, o público que é trabalhador, servidor. Então, aqui na comunidade o que a gente atendia entre 800 e no máximo 1000 (por mês - Inclusão nossa). [...] Agora, a gente chega a 2000 transações (por mês - Inclusão nossa) por conta dos serviços que são muito maiores”*⁶⁷.

Como mais pessoas iam ao Banco Tupinnabá, mais dinheiro havia no BCD, na comunidade e mais moeda social circulava em Baía do Sol. O Sr do Vale exprimiu que em 2013 havia em torno de M\$ 16.000,00 moqueios em circulação. O mais marcante foi que, nessa época, a moeda local não fazia mais a lógica do ‘bate-volta’, como em 2009, em que sai do BCD e logo retornava, circulando apenas uma vez. Em 2013, “nós fomos constatar quantas vezes a moeda circulou, nós vimos que ela realmente circula seis vezes na comunidade. Então isso, se nós formos multiplicar esses quase 16.000 por seis vezes isso vai dar um volume bem alto. Então, qual é o reflexo disso na comunidade?”⁶⁸. Esse efeito de circulação da moeda, de modo quantitativo, faz com que os M\$ 16.000,00 moqueios colocados para circular em Baía do Sol representem, na verdade, M\$ 96.000,00 que circularam pelo efeito multiplicador. E não são apenas os Moqueios que passaram a circular mais na Baía do Sol.

Em pouco tempo a comunidade também passou a ter uma renda mais elevada e a consumir mais, sobretudo nos comércios de Baía Sol. Os dados do mapeamento da produção e do consumo local realizados pelo Banco Tupinambá, em 2009 e 2011, mostram uma considerável evolução no nível de consumo e de renda no bairro⁶⁹. Do total de R\$ 606,81 mil utilizados para o consumo mensal pelas 1750 famílias que habitavam no território, em 2009, apenas R\$ 12,13 mil (2,0%) era usado para compra no local. Já em 2011, essas mesmas famílias investiam - em seu consumo local - cerca de R\$ 811,41 mil (64,0%) dos R\$ 1.267,84 mil de consumo total. **Veja-se que em dois anos o consumo local daquela população de**

⁶⁷ Informação obtida em entrevista com a Sra. Ivoneide do Vale, em 30 de maio de 2013.

⁶⁸ Informação obtida em entrevista com o Sr. Marivaldo do Vale, em 30 de maio de 2013.

⁶⁹ Idem.

Baía do Sol cresceu 66 vezes em números absolutos. Enquanto isso, o consumo total dos moradores, também em números absolutos, só duplicou de 2009 para 2011. O impacto deste novo momento em Baía do Sol foi poderoso e fez surgir diversos novos negócios no território. Por exemplo, o mapeamento apontou que apenas 34,0% das famílias desenvolviam atividade produtiva, em 2009. Este percentual superou 77,0% no mapeamento de 2011. Logo, a duplicação da quantidade de novos negócios surgindo, no período, implicou em mais oportunidades de trabalho e em mais renda para população de Baía do Sol.

E dos novos negócios criados no local, a maioria foi de empreendimento em setores que não havia na comunidade. Como disse o Sr. do Vale, *“nós não tínhamos na comunidade há quatro anos atrás um açougue. Era uma dificuldade pro pessoal aqui, porque nós não tínhamos onde comprar carne, hoje nós temos três açougues. Não tínhamos loja de comprar equipamento eletroeletrônico, fogão... hoje nós temos. Nós tínhamos uma padaria, hoje nós temos quatro padarias. O mercadinho aqui, que antes era na cadernetinha, hoje é todo informatizado. E a maioria dos clientes são clientes da moeda social”*⁷⁰. A atuação do Banco Tupinambá para a criação de negócios que possam suprir uma demanda não atendida localmente, encontra seu auge no início de 2016. Um dos empreendimentos que a comunidade ainda sentia falta era uma farmácia em Baía do Sol. O BCD foi em busca do investidor e apresentou o contexto do mercado que este poderia atender com o negócio⁷¹. Destarte, o Banco Tupinambá ajudou a identificar e apoiou a criação da primeira farmácia daquele lugar, dotando a comunidade de mais um empreendimento produtivo que traria fortes benefícios sociais para os que habitam em Baía do Sol. Esta organização começou a operar e já está recebendo a moeda social, tanto física - o Moqueio - quanto a digital - o e-Dinheiro.

O incentivo ao uso do Moqueio (ver **Figura 11**, a seguir) para dinamizar a economia local com aumento do consumo e da circulação da riqueza na comunidade é uma das ações que acompanha este desenvolvimento econômico na Baía do Sol. Contudo, os ganhos coletivos com estes novos negócios não estão restritos aos econômicos. Existem ganhos no tempo que as pessoas podem passar a ter para ficar mais com seus parentes e amigos não comunidade por não precisarem se deslocar para comprar produtos fora do local. Há o fortalecimento da identidade dos moradores com os temas histórias e culturais locais ao se intensificar o uso dos Moqueios. Eleva-se a estima e o orgulho da população com o local em função das melhorias

⁷⁰ *Ibidem.*

⁷¹ Informação obtida em contato telefônico com o Sr. Marivaldo do Vale, em 25 de março de 2016.

produzidas e pelo destaque que a Baía do Sol adquire por estar experimentando tal desenvolvimento e, mais ainda, por se ter um banco na comunidade. Essa população vem sendo estimulada pelo Banco Tupinambá a solidificar as relações sociais participando de alguns projetos de confraternização comunitária como o Arraiá Tupi (Arraial comunitário e solidário da Baía do Sol, promovido pelo BCD nos meses de junho desde 2013) e o Verão Tupi (Evento esportivo, cultural e de empreendedorismo cujo público alvo são os jovens e em estado de vulnerabilidade social e os empreendedores locais que ocorre no mês de julho).

Figura 11 - Incentivo ao consumo local com uso da moeda social ‘Moqueio’ em Baía do Sol



Fonte: Imagens capturadas pelo autor (2013)

A Sra. do Vale complementou apontando um projeto do Banco Tupinambá com uma alta carga de ênfase social oriundo da percepção que as mulheres que recebiam a bolsa do programa Bolsa Família estavam desamparadas e um pouco marginalizadas deste momento crescente que vivenciavam os demais moradores do local. Deste modo, essas mulheres foram agrupadas em torno do projeto CECI Mulheres, que busca o empoderamento das mulheres da comunidade da Baía do Sol, através de ações pensadas e criadas para a integração e inclusão e financeira, bancária, social e produtiva. Enfim, apoiar a reorganização da vida dessas mães. “Então, ‘Ceci’ quer dizer mãe suprema na língua tupi guarani e aí nós fomos trabalhando a parte produtiva dela, a parte de consumo em moeda social, educação financeira, e estamos preparando essas mulheres para ao saírem do programa Bolsa Família não sofrerem dificuldades”, foi o que expressou a Sra. do Valle sobre o projeto⁷². São ações como estas que claramente colocam os BCD em aceno prioritário com a busca de uma sustentabilidade social,

⁷² Informação obtida em entrevista com a Sra. Ivoneide do Vale, em 30 de maio de 2013.

da integração comunitária, do empoderamento político individual e coletivo. Finalmente, é partir dessas práticas que se pode sugerir o apelo dos BCD para uma utilidade social, pelo menos é o que aponta a construção e consolidação do Banco Tupinambá. Para atestar que essa conduta é uma prática comum nos BCD, a seguir, tem-se o caso do Banco das Timbaúbas, em Juazeiro do Norte/CE. Os argumentos são resultantes das entrevistas realizadas com lideranças desse BCD e da visita de campo. A propósito, o Banco das Timbaúbas teve uma trajetória diferente do Banco Tupinambá, apresentou dificuldades de funcionamento e, nesse momento, encontra-se sem funcionamento.

4.3.2 O Banco das Timbaúbas em Juazeiro do Norte/CE: um grande potencial de desenvolvimento na comunidade em um quadro contextual de conflito na gestão

A origem do Banco Comunitário das Timbaúbas, na cidade de Juazeiro de Norte/CE, assim como o BCD de Baía do Sol, também está relacionada à atuação de duas lideranças comunitárias que assim como o Sr. e a Sra. do Vale são companheiros de luta social e casados. Trata-se, neste caso, da Sra. Helena Souza e Sr. Juraci Alves, fundadores do BCD das Timbaúbas. O trabalho de liderança deste casal é bem anterior à constituição do BCD. Os primeiros passos, rumo ao Banco das Timbaúbas, foi dado 16 anos antes de sua criação, em 2011. Em 1995 foi fundada a Associação de Micro e Pequenos Empreendedores do Salesiano (ASMIPESAL), a sede da associação fica no bairro 'Salesianos', mas esta reunia empreendedores de diversos bairros de Juazeiro do Norte/CE. Conforme Chagas (2014, p. 53), em 2004, a ASMIPESAL obteve a doação de um terreno da parte da prefeitura municipal, no bairro Timbaúbas, para a entidade desenvolver sua atividade de apoio e fomento aos negócios dos associados e exigindo em contrapartida contemplar ações e serviços aos moradores das Timbaúbas. Guiados pela Sra. Souza e o Sr. Alves, em 2007, começaram uma edificação no terreno contemplando lojas e um espaço comum aberto que poderia funcionar para eventos e outras atividades da ASMIPESAL e dos moradores do bairro. Aliás, as principais informações que serão utilizadas nesta subseção foram obtidas em entrevistas com a Sra. Souza e o Sr. Alves, além da estudante bolsista da ITEPS/UFCA que acompanhou o Banco das Timbaúbas, entre 2012 e 2015, Srta. Socorro Santos.

A Srta. Santos⁷³ informou que, quando estavam preparando a estruturação do BCD, a ITEPS/UFCA identificou que a ASMIPESAL se apresentava um pouco desvinculada da própria comunidade das Timbaúbas. Assim, foi recomendado que para estabelecer o vínculo

⁷³ Informação obtida em entrevista com a Srta. Socorro Santos, em 20 de novembro de 2015.

com mais solidez, dividir com esta associação a condução das ações de desenvolvimento do bairro e gerir o futuro BCD, a criação de outra entidade. Deste modo, fundaram - no segundo semestre de 2010 - a Associação Centro de Desenvolvimento Comunitário das Timbaúbas (CDCT). Alguns meses depois, em abril de 2011, foi constituído o Banco Comunitário das Timbaúbas com a assessoria da ITEPS/UFCA, uma moeda social circulante local (o ‘Timba’, que é uma abreviatura do nome do bairro e suas notas trazem elementos que simbolizam as peculiaridades do bairro) e um fundo de crédito para empréstimos de R\$ 300,00. O montante do fundo era pequeno para a população de aproximadamente 12.500 moradores que residiam nas Timbaúbas e que contavam com uns 200 empreendimentos comerciais, naquele período, como relatou a Sra. Souza⁷⁴. De fato, o bairro é um dos mais populosos de Juazeiro do Norte, abrigando 5,0% dos cerca de 250.000 habitantes deste município⁷⁵. De acordo com Chagas (2014, p. 48), os 200 estabelecimentos comerciais do território eram em sua maioria “mercadinhos, padarias, mercearias, lojas de materiais de construção, salões de beleza, bares, restaurantes”.

Na perspectiva de possuir uma percepção precisa do público e das condições de infraestrutura do local para melhor atuação do BCD, o CDCT realizou com a ITEPS/UFCA - em 2011 - o mapeamento da produção e consumo das Timbaúbas, como expôs Sra. Souza⁷⁶. Segundo ela, com este mapeamento se diagnosticou que faltava saneamento e pavimentação nas ruas; não havia uma linha de transporte público circulando nas ruas da comunidade; alguns serviços públicos de saúde e educação eram deficitários; 40,0% das famílias ganhavam até 1,0 SM⁷⁷; apenas 20,3% das famílias realizavam algum tipo de atividade econômica, formal e informal; mais de 47,0% dos moradores tinham mais consumo de produtos e serviços fora do bairro e este número se elevava para 66,7% se as compras eram de matéria-prima e insumos para os empreendimentos produtivos das Timbaúbas. Nas duas situações, a baixa disponibilidade, no local, dos itens que os moradores e produtores buscavam e os preços mais altos de alguns

⁷⁴ Informação obtida em entrevista com a Sra. Helena Souza, em 15 de janeiro de 2016.

⁷⁵ Perfil básico municipal 2015 - Juazeiro do Norte, publicado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) do Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2015/Juazeiro_do_Norte.pdf>.

⁷⁶ Informação obtida em entrevista com a Sra. Helena Souza, em 15 de janeiro de 2016.

⁷⁷ Em 01 de janeiro de 2011, ano de realização desse mapeamento, o salário mínimo no Brasil era de R\$ 545,00 (equivalente a US\$ 328,31 na cotação de US\$ 1,00 = R\$ 1,66, em 03/0/2011). Caso atualize-se o valor para 01 de janeiro de 2016, tem-se o salário mínimo de R\$ 880,00 (equivalente a US\$ 218,36 na cotação de US\$ 1,00 = R\$ 4,03, em 04/01/2016). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> e em <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpeq.asp?id=txcotacao>>.

itens no bairro foram apontados como responsáveis e principais motivos para o consumo ser bem elevado fora do território. Para superar ou minimizar estes problemas socioeconômicos do bairro seria necessária a união dos associados do CDCT e o convencimento para que os demais moradores se integrasse e aderissem as atividades desta associação, do Banco das Timbaúbas e da ASMIPESAL.

Um dos desafios a ser superado seria trazer os empreendedores, proprietários das lojas no espaço da ASMIPESAL, para participarem das ações do CDCT e do cotidiano das Timbaúbas, já que alguns moravam fora dela. Conforme Silva (2013, p. 76), “alguns destes foram, em um primeiro momento, movidos pelo desejo individual de atender às necessidades de acomodação de seu empreendimento individual somente”. A Srta. Santos⁷⁸ complementa esta informação explicando que “*cada um deles tinha o seu box [seu espaço edificado no terreno doado para a ASMIPESAL - Inclusão nossa], no início não tinha a ideia de fazer um banco comunitário, o que tinha era box pra cada um e uma área comunitária. Aí depois quando veio a ideia do banco comunitário, não tinha onde colocar o banco*”. Aliás, essas edificações foram levantadas baseando-se na ajuda mútua entre os associados, o chamado ‘regime de mutirão’, como explanou a Sra. Souza⁷⁹.

Figura 12 - Sede Anterior e Atual do Banco das Timbaúbas, em Juazeiro do Norte/CE



Fonte: Imagens obtidas no acervo do CDCT (2010, 2013)

O grupo gestor se reuniu e definiu que o Banco das Timbaúbas funcionaria, para maior visibilidade, na loja da esquina deste espaço dos empreendedores da ASMIPESAL, e o Sr.

⁷⁸ Informação obtida em entrevista com a Srta. Socorro Santos, em 20 de novembro de 2015.

⁷⁹ Informação obtida em entrevista com a Sra. Helena Souza, em 15 de janeiro de 2016.

Alves cedeu para este fim - o espaço de sua propriedade. O Sr. Alves⁸⁰ citou que esta loja precisaria ser preparada para atender melhor os aspectos de segurança do BCD e o Banco das Timbaúbas funcionou em uma loja - também no espaço dos empreendedores, por três anos, até ser definitivamente instalado na loja da esquina. A nova sede para abrigar o banco demorou a ser construída, pois não havia recursos financeiros para este fim na ASMIPESAL e, menos ainda, no CDCT. Essa sede (ver **Figura 12**), como comentou a Sra. Souza, foi construída também em regime de mutirão e a aquisição de material se deu com recursos captados em um projeto exclusivamente com esta finalidade, em 2013, junto à organização que atua no campo social, Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE).

O baixo valor constituinte do fundo de crédito não evoluirá tanto até 2013, quando esse BCD passa a operar como correspondente bancário CAIXA AQUI. Com o correspondente, elevou-se o fundo de crédito, a quantidade e o montante de empréstimos realizados, e - notadamente - a comodidade da população das Timbaúbas que não precisaria se descolar para outros bairros de Juazeiro do Norte para o pagamento de títulos e contas de água, luz, telefones ou para o recebimento de recursos dos programas de transferências de renda do Governo Federal, como o Bolsa Família. A Srta. Santos⁸¹ afirmou que antes do CAIXA AQUI ser implementado a ITEPS/UFCA promoveu um plano de capacitação para os membros do CDCT com destaque para os módulos de formação sobre autogestão, gestão financeira e contábil que era importante a todos, porém ainda mais relevante para os que atuavam diretamente no Banco das Timbaúbas. Não obstante, o Sr. Alves admitiu que deveriam ter incluído no plano de capacitação, uma formação em educação financeira para as mulheres que são beneficiárias Bolsas Família no bairro, *“porque elas não sabiam administrar o seu ganho, a sua renda, o seu salário. Porque quem comanda nas finanças da casa geralmente é a mulher. Isso é interessante demais. E nós chegamos a essa conclusão que precisam de uma educação financeira”*⁸².

Alguns aspectos importantes agregados ao funcionamento do correspondente bancário no BCD devem ser ressaltados. Primeiro, é certo que com o recebimento da renda mensal em uma instituição na comunidade leva ao aumento do consumo no próprio bairro, pois o beneficiário tende a fazer as compras lá mesmo no comércio local após ter seu dinheiro em

⁸⁰ Informação obtida em entrevista com o Sr. Juraci Alves, em 15 de janeiro de 2016.

⁸¹ Informação obtida em entrevista com a Srta. Socorro Santos, em 20 de novembro de 2015.

⁸² Informação obtida em entrevista com o Sr. Juraci Alves, em 15 de janeiro de 2016.

mão. O que se amplia com a possibilidade de parte da renda ser retirada em moeda social local restringindo, assim, seu uso no território do BCD. Segundo, reduz-se a possibilidade dos moradores beneficiários serem roubados no deslocamento entre a instituição financeira e o bairro quando ele tem acesso aos seus rendimentos no próprio local. Isso provoca um aumento da sensação de segurança e, por conseguinte, traz qualidade de vida na comunidade. Além destes dois aspectos ainda há a redução no gasto financeiro com o deslocamento e o ganho de tempo que o morador obtém por não ter que sair do bairro, um turno ou mesmo um dia inteiro, para irem receber seus rendimentos. Ademais, para o Banco da Timbaúbas, o funcionamento do correspondente CAIXA AQUI provocou aproximação entre os membros associados do CDCT, como identificou a Srta. Santos, uma vez que a implementação do correspondente *“necessita de muita atenção, porque afinal de contas vai mexer com um volume financeiro, tem mais responsabilidade do que, digamos, mexer só ali com a moeda comunitário, que é pouco dinheiro. É uma responsabilidade maior”*⁸³.

O impacto do correspondente bancário e do aumento da circulação da moeda nas Timbaúbas pode ser atestado pelos dados apresentados pelo Sr. Alves⁸⁴ e em Chagas (2014, p. 58) que, até o final de 2013, havia emprestado à comunidade cerca de T\$ 4,40 mil timbas e R\$ 4,60 mil. O empréstimo em Timbas poderia ser designado para a produção ou para o consumo. Silva (2013, p. 102) explica que, nos empréstimos destinados ao consumo, não havia cobrança de juros. Por outro lado, nos empréstimos para a produção era aplicada uma taxa de juros de 1,0% ao mês e taxa de administração do crédito de 3,0% sobre montante tomado. Para promover o Banco das Timbaúbas e melhorar a receptividade da moeda local, a equipe da ITEPS/UFCA com alguns membros do CDCT realizaram uma mobilização para sensibilização da comunidade, como relatou a Srta. Santos⁸⁵.

Nesse momento, aos comerciantes foram mostrados os elementos vantajosos para as Timbaúbas com a circulação dos ‘Timbas’. Os comerciantes que aceitavam receber esta moeda local, como forma de incentivo à circulação e não ao retorno imediato da moeda social para o BCD, firmaram contrato estipulando um intervalo de quinze dias para a realização das trocas de ‘Timbas’ e, caso ocorressem trocas antes deste prazo, o comerciante pagaria uma multa de 1,0% sobre o montante. Chagas (2014, p. 59) complementa que - nessa época - dos

⁸³ Informação obtida em entrevista com a Srta. Socorro Santos, em 20 de novembro de 2015.

⁸⁴ Informação obtida em entrevista com o Sr. Juraci Alves, em 15 de janeiro de 2016.

⁸⁵ Informação obtida em entrevista com a Srta. Socorro Santos, em 20 de novembro de 2015.

200 empreendimentos do bairro, 31 deles aderiram ao recebimento dos ‘Timbas’. Além de ser recebida nos estabelecimentos comerciais e empreendimentos produtivos das Timbaúbas, essa moeda social circulante local também era promovida e aceita durante as feiras e eventos realizados pelo CDCT, conforme se vê na **Figura 13**.

Figura 13 - Empreendimentos recebendo a moeda circulante local ‘Timba’ do Banco das Timbaúbas



Fonte: Imagens obtidas no acervo do CDCT (2013)

Reconhece-se, portanto, que - em pouco tempo de funcionamento - o Banco das Timbaúbas foi contemplado com apoio e fomento de parceiros importantes por meio de alguns de projetos, dentre os quais: i) o ‘Projeto inclusão produtiva por meio da constituição de um banco comunitário de desenvolvimento’, em 2010, apoiado pelo Ministério da Educação (MEC) do Governo Federal Brasileiro; ii) o ‘Projeto Promoção do desenvolvimento local via implantação da rede local de economia solidária’, em 2012, também apoiado pelo MEC; iii) o ‘Projeto Rede Nordeste de BCD – Bancos Comunitários de Desenvolvimento’, apoiado pela SENAES/MTE, também em 2012; e iv) o ‘Projeto consolidação da atuação do BCDT’, de 2013, apoiado CESE. Os dois primeiros projetos foram elaborados em conjunto com a ITEPS/UFCA, o terceiro pela Incubadora de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA) e o quarto foi elaborado, de forma compartilhada, entre essas duas incubadoras universitárias. A atuação do CDCT e do Banco Timbaúbas em prol do desenvolvimento do bairro não se restringiram ao foco econômico e às ações diretamente relacionadas ao BCD. Diversas ações foram executadas com ênfase na integração social dos moradores, no fortalecimento da cultura e dos talentos locais, bem como, em vistas a solução de problemas urbanos do território.

Deste modo, com o reconhecimento que passou a ter no município e os parceiros que estavam ao seu lado, o BCD conseguiu viabilizar uma linha de ônibus urbano regular para o bairro. Outrossim, com consistência, realizaram eventos em datas festivas que integravam muitos habitantes da comunidade como o arraial do CDCT, no mês de junho; a festa as mães (em maio) e dos pais (agosto); e a celebração do dia das crianças, em outubro. Havia também, como anuncia Silva (2013, p. 88), o concurso de jovens talentos das Timbaúbas, no mês de novembro, no qual “os jovens participaram contando, dançando, representando, desenhando, tocando e concorrendo a prêmios de cursos oferecidos pelas empresas parceiras”. Igualmente, foram promovidas atividades de formação, oficinas e as ações de cidadania para realização de serviços públicos relacionados à saúde, a educação, segurança e justiça, nas dependências do espaço comum que ficava atrás das lojas do centro dos empreendedores da ASMIPESAL. A propósito, Silva (2013, p. 91) afirma que sem as parcerias com empresas, órgãos públicos e sobretudo entidades de apoio e fomento à economia solidária como a ITEPS/UFCA e a ITES/UFBA, o desenvolvimento das atividades planejadas pelo CDCT e das ações do Banco das Timbaúbas “talvez fossem menos articulados e com resultados mais lentos dos que os que observados” até aquele momento.

Entretanto, na medida em que a atuação externa do Banco das Timbaúbas e do CDCT repercutia positivamente na comunidade com resultados econômicos e, principalmente, não econômicos elencados nos parágrafos anteriores, a situação da gestão interna do BCD e da relação entre os membros do CDCT regredia e fragilizava a continuidade das atividades. A animação com os resultados perdia força em função das querelas internas e acusações entre os membros sobre conduta inadequada no uso dos recursos do fundo de crédito do BCD, o que passou a ser bem frequentes a partir de 2013. A Srta. Santos reforçou que alguns problemas de gestão começaram a surgir e importarem nas atividades do Banco das Timbaúbas, no segundo semestre de 2013, em virtude das discussões entre os associados do CDCT. Com isso, alguns membros passaram a participar menos e com “*a falta de gente pra tá lá dentro fazendo o negócio funcionar, ocasionou a concentração de informação em poucas pessoas. Pareceu que a concentração de poder na mão de Dona Helena e Seu Juraci é feita pela falta de gente para ajudá-los*”⁸⁶. Por sua vez, a Srta. Santos relatou que alguns membros do CDCT informaram a ela que deixaram de participar porque estava ocorrendo liberação de créditos pela Sra. Souza sem a aprovação pelo Comitê de Aprovação de Crédito (CAC) do BCD. A

⁸⁶ Idem.

Srta. Santos fez questão de esclarecer que não vivenciou essas situações, apenas ouviu relatos sobre os “*empréstimos que ela (Sra. Souza - Inclusão nossa) fazia era sem passar pelo CAC, por conta em risco dela. As meninas (outras associadas do CDCT que trabalhavam no Banco das Timbaúbas - Inclusão nossa) começaram a questionar isso e ela começou a dizer que estavam desconfiando dela. Isso foi coisa que dizem, eu não tava vendo a situação, isso foi o que disseram, os relatos delas. Aí pronto, pra desestruturar...*”⁸⁷.

Essas situações repercutiram na relação com a ITEPS/UFCA, com os diretores do CDCT questionando o uso dos recursos dos projetos os quais o MEC apoiou e que, por obrigatoriedade institucional teria que ser abrigado em conta corrente da UFCA e ser gerido pela incubadora. Como havia restrições legais para utilização dos recursos financeiros federais, a ITEPS/UFCA ficou limitada no uso do mesmo. Entretanto, conforme a Srta. Santos, “*eles não estavam compreendendo porque que não foi executado o projeto, porque eles receberam uma cópia do projeto e aí estavam estranhando que tinha o dinheiro, tinha as coisas e não tava sendo executado... assim, quando eu tava lá bem próxima ainda sentia, principalmente do senhor. Juraci falando que veio verba e ninguém executou. Então, ficou essa ideia da ITEPS*”⁸⁸. Desde o final de 2014, a relação com a ITEPS foi reduzindo “*e aí começou a ficar complicado, a gente fez algumas reuniões com eles. Aí houve a questão da briga pela nova sede. Enfim, a gente tá tentando resolver o problema dentro da associação, aí Dona Helena resolveu buscar ajuda fora*”⁸⁹, de acordo com o que comunicou Srta. Santos.

Simultaneamente, em razão de não ter sido delimitado - com clareza - no momento de constituição do Banco das Timbaúbas, qual era o papel do CDCT e qual a função da ASMIPESAL nas ações desse BCD e no desenvolvimento comunitário das Timbaúbas, nessa época de discórdias essas questões assumiram um protagonismo com uma disputa de poder e espaço entre os dirigentes e associados das duas entidades pela liderança e controle do Banco das Timbaúbas. Depois que emergiu o conflito entre os membros do CDCT e da ASMIPESAL, se ampliou cada vez mais a dificuldade de atuação em parceria com a ITEPS/UFCA e isso foi se intensificando até o fechamento do Banco das Timbaúbas. Com o envolvimento da ITEPS/UFCA, e o próprio BCD, já não funcionando de modo adequado, no

⁸⁷ *Ibidem.*

⁸⁸ *Idem.*

⁸⁹ *Ibidem.*

fim de 2014, os associados resolveram encerrar as atividades do CDCT e elevar a ASMIPESAL para gestora do Banco das Timbaúbas, segundo expressou Sr. Alves⁹⁰.

Outro aspecto que pode ser apontando também para a deterioração tão acentuada do Banco da Timbaúbas, levando ao completo fechamento do mesmo no princípio de 2015, se refere aos principais líderes não morarem nas Timbaúbas. Acerca desse assunto, a Srta. Santos advertiu que *“algumas pessoas eram do bairro, e outras que não eram do bairro. O Preto da Timbaúbas, Deusimar da Timbaúbas, a outra menina... Era mesclado. Aí Juraci e Helena, por exemplo, não são do bairro”*⁹¹. O Sr. Alves, por seu turno, entendeu que há um reconhecimento dos moradores pelo trabalho comunitário que ele e a Sra. Souza realizaram no bairro desde o final dos anos 2000 e que mesmo não residindo nas Timbaúbas há uma identificação deles como o local. Ele completou sua análise desta questão esclarecendo que *“fazer uma liderança na Timbaúbas, um bairro violento, abandonado, é muito difícil. E na hora que se chega com os benefícios, os interesses começam a se aproximar”*⁹².

Em outros termos, o Sr. Alves compreende que no instante que as ações começam a se desenvolver a população se envolve e não importa tanto se eles são moradores do bairro. Porém, é evidente que não habitar no local produz, de certa maneira, um descompromisso - mesmo que inconsciente - com a comunidade, pois se a vida cotidiana das Timbaúbas não estiver caminhando bem e se os problemas socioeconômicos tomam o bairro, eles não são diretamente sentidos pelos que moram fora do local. E mais, ainda que exista a vinculação com o projeto de desenvolvimento territorial daquela comunidade, a identidade com o bairro para os que não vivem nas Timbaúbas fica abalada, especialmente, quando há uma contenda destes com as lideranças e associados que lá habitam.

E assim, aos poucos, a atuação do Banco das Timbaúbas foi definindo até não existir mais ação alguma executada por esse BCD ou pelo CDCT. Como já exposto, essa associação foi extinta no segundo semestre de 2014 e aquele BCD foi fechado em seguida, provocando o conseqüente encerramento das atividades do correspondente bancário CAIXA AQUI no bairro. Para a Sra. Souza, o que decretou o fechamento do BCD foi *“a confusão de criar uma nova diretoria. Deusimar que queria ser o tesoureiro [do CDCT - Inclusão nossa]. Ele pegou o dinheiro dos empréstimos, porque ele ia ser o tesoureiro. Então, ele queria guardar*

⁹⁰ Informação obtida em entrevista com a Sra. Helena Souza, em 15 de janeiro de 2016.

⁹¹ Informação obtida em entrevista com a Srta. Socorro Santos, em 20 de novembro de 2015.

⁹² Informação obtida em entrevista com Juraci Alves, em 15 de janeiro de 2016.

o dinheiro dos empréstimos que tavam sendo pago. Ele recebeu e ficou com ele”.⁹³ Deste modo, complementa a Sra. Souza, sem recursos financeiros o Banco das Timbaúbas parou de conceder empréstimos, promover a circulação da moeda e, por fim, deixaram de serem realizados outros projetos não econômicos que eram executados no bairro: *“As atividades financeiras do banco estão paradas. Porque não tem recurso pra emprestar e como também não tá acontecendo outras atividades também não tem troca, não tá tendo atividade de circulação de moeda. Algumas atividades sociais que a gente vinha fazendo, Deusimar parou”*⁹⁴.

Contudo, a comunidade das Timbaúbas, principalmente os comerciantes, se sentiu prejudicada com o fechamento do BCD tanto pelas atividades socioculturais que eram realizadas como pelas ações econômicas (mercantis e não mercantis) que vinham sendo executadas alavancando a economia das Timbaúbas e proporcionando mais geração e circulação de riquezas naquele território. Dessa maneira, em 2015, aconteceram algumas *“mobilizações da comunidade pra poder reabrir o banco comunitário. Eu senti que os comerciantes estavam muito mais suscetíveis, digamos que o trabalho de disseminação da informação sobre banco comunitário na associação, ele estava feito. A comunidade já estava predisposta e preparada pra receber e se apropriar um banco comunitário, só que aí vem o outro lado, já não existia mais uma associação pra poder sustentar o banco comunitário”*⁹⁵. Além dessa afirmação, a Srta. Santos repassou que aqueles comerciantes que recebiam as Timbas e os demais que percebiam a prosperidade dos seus negócios com os beneficiários do Programa Família recebendo sua renda no correspondente bancário, instalado no Banco das Timbaúbas, estavam afetados com o fechamento do BCD. Segundo ela, um comerciante do bairro resolveu animar a comunidade para um ‘abaixo-assinado’ solicitando a reabertura no BCD.

Em função dessas mobilizações da comunidade e da acomodação das disputas com o fim do CDCT, começou-se a discutir a retomada do Banco das Timbaúbas no curso do primeiro semestre de 2016, em um processo que levou à reaproximação dos associados e dirigentes em torno da ASMIPESAL, que será a entidade gestora do BCD, caso ele reabra. Para a Sra. Souza, o Banco das Timbaúbas pode ser reiniciado com algumas das atuais deficiências sendo

⁹³ Informação obtida em entrevista com a Sra. Helena Souza, em 15 de janeiro de 2016.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Informação obtida em entrevista com a Srta. Socorro Santos, em 20 de novembro de 2015.

minimizadas, como o retorno do CAIXA AQUI, a reinserção das moedas sociais circulantes locais e a existência de um agente de crédito que não seja dos associados, pois esta não tem tanto tempo para se dedicarem as atividades “*do dia-a-dia do banco. Ninguém vai pra rua, ninguém visita cliente, ninguém visita comerciante. Tem que ser um agente de crédito pra fazer isso*”⁹⁶. A CAIXA já confirmou o interesse em reestabelecer a relação como o Banco das Timbaúbas para reinstalar o correspondente bancário, logo que a ASMIPESAL esteja legalmente habilitada e a estrutura do BCD preparada para receber. Outros parceiros também já estão de volta para o suporte a esse projeto de desenvolvimento territorial através da recuperação do Banco das Timbaúbas, uma vez que a ITES/UFBA e a ITEPS/UFCA estão envolvidas novamente no apoio e assessoria.

Esse caso do Banco das Timbaúbas é significativo para esta tese, naquilo que é a sua finalidade de destacar o quanto tem relevância os benefícios sociais gerados, o empoderamento relacional comunitário e a sustentabilidade social do BCD sobre os ganhos individuais e a viabilidade financeira do mesmo. A primeira parte desta subseção apresenta inúmeras situações que apontavam para um sucesso pleno do Banco das Timbaúbas na mesma situação verificada no Banco Tupinambá. Havia um espaço para funcionamento do BCD, apoio de instituições como a SENAES/MTE, Prefeitura de Juazeiro do Norte, assessoria das incubadoras universitárias ITEPS/UFCA e ITES/UFBA, correspondente bancário funcionando, moeda social circulando e uma comunidade aceitando e participando das ações. Contudo, a fragilidade das relações entre aqueles que deveriam liderar e se preocupar com o desenvolvimento comunitário, em vez de colocar em relevo as diferenças pessoais, foi decisivo para deflagrar o processo de levou ao fechamento do Banco das Timbaúbas. A Sra. Souza⁹⁷, inclusive, admitiu que faltou uma orientação para melhorar as relações interpessoais e a gestão das pessoas no CDCT e no BCD, defendendo a necessidade de, nesta retomada, serem realizadas capacitações nessas temáticas com os membros da ASMIPESAL e mesmo moradores do bairro.

Todavia, em Silva (2013) encontra-se uma análise mais abrangente, porém mais precisa, sobre assuntos que acabaram por produzir o encerramento das atividades do Banco das Timbaúbas. Segundo esta autora, havia

[...] no CDCT ausência de uma proposta filosófica de vivência, uma identidade das pessoas com a experiência. As pessoas iniciaram suas

⁹⁶ Informação obtida em entrevista com a Sra. Helena Souza, em 15 de janeiro de 2016.

⁹⁷ Idem.

relações, a partir da necessidade de soluções pontuais de um grupo, formado inicialmente por produtores de outro bairro, que precisavam de um local apropriado para desenvolver suas atividades (SILVA, 2013, p. 114).

Aliás, as percepções de Silva (2013) estão bem alinhadas com a necessidade de valorização das relações e do laço social para a produção de resultados que, de fato, atestam a sustentabilidade de um BCD em detrimento de, apenas, o resultado financeiro positivo. Isso fortalece a ideia que todos os fatores para o desempenho financeiro podem estar presentes, como apontava o caso do Banco das Timbaúbas, mas o sucesso do BCD depende do melhor desempenho na gestão financeira e das pessoas, no estabelecimento de motivações relacionadas ao bem comum, nas boas relações interpessoais e nos benefícios coletivos gerados. Como forma de acentuar estas considerações, a subseção seguinte apontara o caso do Banco Palmas, em Fortaleza/CE que foi o terceiro banco comunitário de desenvolvimento alvo das visitas de campo. As entrevistas e o grupo focal realizadas com moradores são as fontes principais de dados para a exposição que será efetuada. Como já relatada, a trajetória do Banco Palmas em algumas seções e subseções desta tese, o que se terá aportado a seguir será fundado sobremaneira nas discussões do grupo focal e das entrevistas realizadas no Conjunto Palmeiras.

4.3.3 O Banco Palmas do Conjunto Palmeiras (Fortaleza/CE): um BCD que se assume protagonista do desenvolvimento socioeconômico do bairro

Em janeiro de 2016 o Banco Palmas completou quase duas décadas desde a fundação com um lastro de ações que promove o desenvolvimento multidimensional do Conjunto Palmeiras; reconhecimento e parceiros nacionais e internacionais; e, principalmente, apoio e envolvimento dos moradores do bairro. Em 1998, esse BCD foi fundado pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e gerido por essa organização ao longo de 15 anos. Nos últimos três anos este BCD vem sendo gerido pelo Instituto Palmas. Nesses 18 anos, o Banco Palmas foi uma inspiração para governos e projetos de desenvolvimento territorial, bem como, modelo para criação e replicação da metodologia de bancos comunitários de desenvolvimento, no Brasil e no exterior. A seguir serão destacados, analisados e comentados diversos momentos da trajetória recente desse BCD de modo que seja possível verificar o quanto está presente a utilidade social na sua atuação. Para tal, as fontes de dados utilizadas nesta subseção foram as observações; a entrevista realizada - em janeiro de 2013 - com um dos fundadores e atual coordenador do Banco Palmas, o Sr. Joaquim Melo; e o grupo focal, em outubro de 2015, com moradores e líderes de projetos da comunidade: a Sra. Angeline Souza (agente de desenvolvimento), o Sr. Asier Ansorena

(gestor do Laboratório de Inovação e Pesquisa em Finanças Solidárias (PalmasLab)), a Sra. Eliane Lino (agente de desenvolvimento e integrante do grupo produtivo Cozinha Comunitária D'ELAS), o Sr. Edgleison Rodrigues (atua no PalmasLab), o Enio Martins (gestor da Companhia de Ritmos e Danças Populares (CORDAPES)), o Sr. Ebersson Lino (atua no PalmasLab), a Sra. Jaqueline Silva (gestora do Centro de Nutrição do Conjunto Palmeiras (CNCP)), o Sr. Luiz Ribeiro (atua no PalmasLab) e a Sra. Uberlândia Pereira (agente de desenvolvimento).

Nesse grupo focal as questões-chave para as quais se buscava resposta foram: *‘Qual a compreensão que a comunidade tem sobre utilidade social?’* e se *‘Seria possível identificar utilidade social na atuação do Banco Comunitário de Desenvolvimento?’*. Estas questões orientavam-se a partir dos temas que foram colocados para reflexão dos participantes do grupo, a saber: Desenvolvimento do Conjunto Palmeiras com o Banco Palmas; Benefícios coletivos produzido pelas ações do Banco Palmas; Empoderamento político da comunidade em função da ação direta ou indireta do Banco Palmas; Ganhos econômicos para a comunidades; e Termos que podem designar a utilidade social - rentabilidade social. De certa maneira, estes foram os mesmos temas tratados na entrevista semiestruturadas com o Sr. Melo. Pela experiência com microfinanças e desenvolvimento socioeconômico local e liderança no movimento das finanças solidárias e democracia econômica no Brasil, a entrevista com o Sr. Melo extrapolou o caso do Conjunto Palmeiras e algumas questões mais amplas foram tratadas, como as políticas de BCD no país e o impacto social dos mesmos nos territórios. A propósito, uma das afirmações do Sr. Melo mostram que um comentário ajuda a responder questões do que representava o Banco Palmas, mas também compreender as razões das adversidades enfrentadas no Banco das Timbaúbas.

Veja-se que quando questionado sobre que experiência de microfinanças era o Banco Palmas, o Sr. Melo advertiu que o esse BCD não era só um empreendimento de microfinanças ou finanças solidárias. Para ele, *“É um banco fomentador, mas ele tem uma série de atividades financeiras e bancárias, crédito, correspondentes, seguro, compras por celular, que geram outras tantas utilidades, no sentido mais amplo, como projetos, reuniões, fóruns, e tal”*⁹⁸. E complementou, *“ele tá tão misturado, tá tão envolvido, tão enraizado na comunidade, tá em quase tudo. Um banco que funciona relativamente bem na comunidade, digamos que não tem*

⁹⁸ Informação obtida em entrevista com o Sr. Joaquim Melo, em 18 de janeiro de 2013.

muito dinheiro, mas tem uma dinâmica boa”⁹⁹. Aqui já se encontram vestígios para se assimilar o que possui o Banco Palmas e que, por seu turno, faltou ao BCD das Timbaúbas. Contudo, a parte final do comentário do Sr. Melo, trás uma clareza ainda maior para se entender fatores que podem levar à longevidade de alguns BCD (como o do Conjunto Palmeiras e também o da Baía do Sol) e o fechamento prematuro de outros (como o das Timbaúbas).

Segundo ele, o Banco Palmas está tão infiltrado nas relações da comunidade que quase tudo passa pelo BCD ou o Banco Palmas está presente em quase tudo que ocorre de relevante para aquele território: *“Então nesse sentido, a sua utilidade social se manifesta em quase tudo que acontece no contexto da comunidade. Na água, no esgoto, nas relações da igreja, escola, porque ele é um espaço privilegiado de discussão, de diálogo, de convívio, de comunicação com a comunidade, com as pessoas que estão ali todo dia”*¹⁰⁰. E, finaliza, apontando que todo esse modelo de atuação do BCD tem em vista o desenvolvimento multidimensional do território para mitigar a pobreza e essa é, para o Sr. Melo, a *“grande utilidade social do banco que em última instância é superar a pobreza. Pois, pra nós não se supera a pobreza sozinho e não se supera a pobreza com empreendedor individual. Tem que organizar, mobilizar, articular, ter impacto na escola, o banco tem que está fazendo isso”*¹⁰¹.

Figura 14 - Sedes do Instituto Palmas e da agência de atendimento do Banco Palmas



Fonte: Imagens obtidas no sitio eletrônico Instituto Palmas (2016)

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Ibidem.

¹⁰¹ Idem.

O BCD e o Instituto Palmas possuem sede própria (ver **Figura 14**) e seus funcionários e voluntários, em sua maioria, são moradores do Conjunto Palmeiras, *“o que facilita essa integração, as visitas dos agentes de crédito, as pesquisas, tudo isso facilita porque as pessoas conhecem, as pessoas que trabalham lá falam ‘a mesma língua’. Então, são pessoas da mesma comunidade trabalhando ali dentro”*¹⁰². Isto é o que declarou a Sra. A. Souza destacando o quanto essa integração social é significativa para o desenvolvimento da comunidade. Essa é uma apreensão comum a que aportou o Sr. Lino¹⁰³, quando revelou que esse BCD *“trabalha com a questão do lucro, mas também trabalha com o desenvolvimento do local onde ele está. Essa contrapartida pra própria comunidade, de que ele (o Banco Palmas - Inclusão nossa) está se desenvolvendo, mas ele está se desenvolvendo preocupado com o desenvolvimento da comunidade”*. Para o Sr. Marques, essa conjuntura remete à uma mais intensa apropriação dos projetos e do Banco Palmas pela população local: *“Um banco desse você pode dizer que é da comunidade. Então, primeira coisa que eu vejo é que o banco é da comunidade e a comunidade pode tá opinando, pode tá discutindo e aí a gente tem um espaço que a gente fala até de estrutura física, tem a salas que é cedida pra comunidade, onde a gente pode tá formando fóruns que a gente tem, podendo vir discutir”*¹⁰⁴.

Na prática do seu modelo de atuação, o Banco Palmas atua orientando as pessoas que procuram empréstimos a obterem melhores resultados com estes; encaminhando aqueles que buscam crédito para se prepararem, antes de se submeterem ao comitê de análise do crédito; e direcionando os que buscam parceria com o Banco Palmas, a empreenderem um negócio e obterem um empréstimo no banco comunitário de desenvolvimento. O Sr. Marques relatou o caso dele quando esteve no Instituto Palmas para conversar com o Sr. Melo sobre a estruturação de um grupo cultural em 2007, o CORDAPES, e saiu desse encontro animado para montar o grupo com outros jovens e com as orientações para solicitar um empréstimo no BCD. Em 2016, são 48 jovens participando das ações do CORDAPES.

A Sra. Lino também relembrou uma situação vivenciada por ela que denota, na sua visão, mais uma singularidade do Banco Palmas que consolida sua natureza distinta e que sugere os aspectos da sua utilidade social se sobressaírem em relação os aspectos financeiros: *“Enquanto em outros bancos se você for lá, você tem que ter um avalista. E hoje não tem*

¹⁰² Informação obtida na participação da Sra. Angeline Souza, no grupo focal, em 10 de outubro de 2015.

¹⁰³ Informação obtida na participação do Sr. Erberson Lino, no grupo focal, em 10 de outubro de 2015.

¹⁰⁴ Informação obtida na participação do Sr. Ênio Marques, no grupo focal, em 10 de outubro de 2015.

quem queira ser avalista mais de ninguém, ninguém tem hoje a confiança... tá difícil. E aqui não! Você vem, mulheres do bolsa família, que eu era inadimplente, mesmo assim eu consegui um empréstimo aqui no nosso banco comunitário e hoje, graças à Deus, eu trabalho, tenho minha renda própria (grifos nossos)”¹⁰⁵. No caso da Sra. Lino, o empreendimento coletivo que ela e outras mulheres constituíram foi a Cozinha Comunitária D’ELAS. A Cozinha D’ELAS foi criado em 2015 e trata-se de restaurante comunitário com sede em um espaço cedido pelo Instituto Palmas, no Conjunto Palmeiras, e que congrega sete mulheres que participam do projeto Elas, coordenado pelo Banco Palmas, direcionado as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família nesse bairro.

Em razão de ser um correspondente bancário CAIXA AQUI, o Banco Palmas atua com o pagamento dos benefícios do programa Bolsa Família. Assim, as mulheres passam a ser as clientes ainda mais usuais desse BCD que já possuía a tradição de projeto direcionados ao gênero, como Incubadora Feminina e o Elas. De acordo com a Sra. A. Souza, *“a mulher vai fazer um pagamento e lá já tem um cartaz oferecendo um curso. Ela vem até aqui se inscreve no curso, a partir do curso ela pega um empréstimo, depois do empréstimo ela vai participar das feiras e tem uma integração toda. Ou ela vem atrás de um curso, a partir do curso ela vai fazer um empréstimo, e ela vai saber de tudo que acontece na comunidade”*¹⁰⁶. Essa articulação entre ações do Banco Palmas para as mulheres do Conjunto Palmeiras na forma de integração, assistência e capacitação associadas aos empréstimos vai empoderando este público na comunidade e, essencialmente, nos seus lares - no relacionamento com seus filhos e maridos. A Sra. Lino reconhece a transformação na relação com o esposo: *“Com o que a gente aprendeu, foi vendo e foi conversando com eles, hoje o meu já tá do meu lado. Então, esse é um impacto muito forte, muito fundamental que a gente tem. Vamos interagindo com a família, conversando com o marido, com os filhos, em todos os aspectos. Na questão financeira, pelo menos a gente vai controlando as dívidas, em tudo, o filho pra não gastar muito, a filha, marido com churrasquinho, com cerveja; a mulher, com beleza”*¹⁰⁷. Como se vê em seu depoimento, a própria gestão dos recursos financeiros da casa também apresenta avanços com os projetos e as ações dedicadas ao fortalecimento das mulheres no Conjunto Palmeiras.

¹⁰⁵ Informação obtida na participação do Sra. Eliane Lino, no grupo focal, em 10 de outubro de 2015.

¹⁰⁶ Informação obtida na participação da Sra. Angeline Souza, no grupo focal, em 10 de outubro de 2015.

¹⁰⁷ Informação obtida na participação do Sra. Eliane Lino, no grupo focal, em 10 de outubro de 2015.

Outrossim, com um BCD na comunidade, mais uma vez ressoa o aspecto de não se perder tempo e dinheiro tendo que sair do bairro para pagar algum título ou receber recursos financeiros. Com a agência do banco comunitário de desenvolvimento provendo essa necessidade, a população passa a ter mais dinheiro para investir e consumir no próprio Conjunto Palmeiras. A ampliação do consumo local eleva a quantidade de negócios ofertados no bairro para atender as demandas dos moradores pelos mais variados tipos de bens e serviços na comunidade. Isto é, promovendo “*o crescimento do comércio aqui dentro. No Palmeiras já tem quase tudo aqui, desde móveis, sapataria, enfim uma série de comércio que facilitaram a vida da comunidade. Comprar aqui dentro gera emprego a outras pessoas aqui da comunidade também*”, como retrata a Sra. A. Souza¹⁰⁸. É um circuito virtuoso que dinamiza o consumo local e amplifica as possibilidades de geração de trabalho e renda no Conjunto Palmeiras, principalmente, fomentando - desde 1998 - pelo cartão de crédito PalmaCard para consumo no bairro; pelos empréstimos para o consumo em moeda social, o ‘Palmas’, a contar de 2002; e, a partir de 2015, pela circulação da moeda social eletrônica, o ‘e-Dinheiro’ - conforme visto na **Figura 15**.

Figura 15 - Incentivo ao consumo local com uso de ‘Palmas’ e ‘e-Dinheiro’ no Conjunto Palmeiras



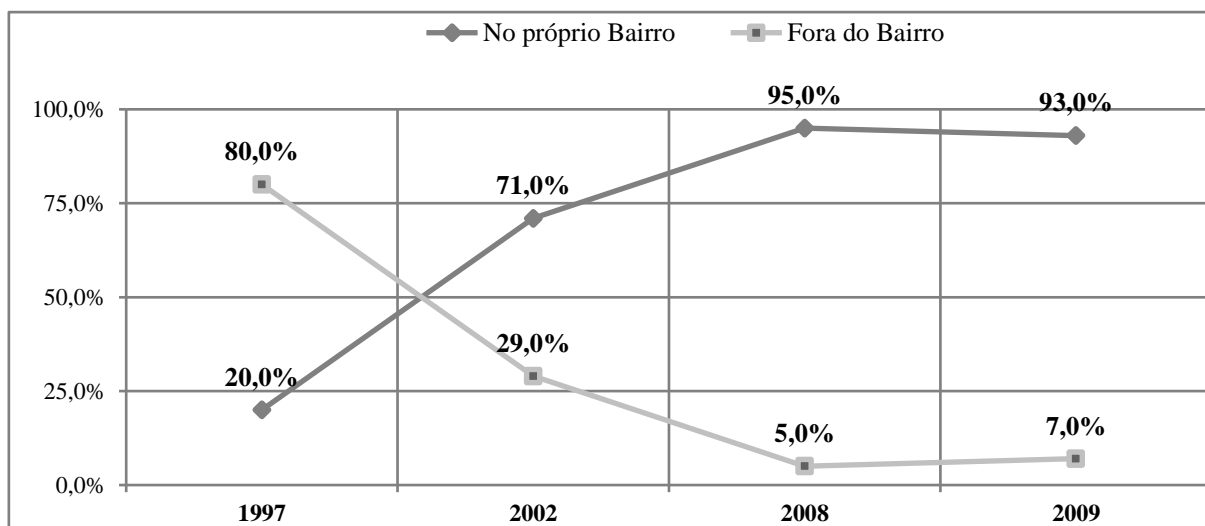
Fonte: Imagens obtidas no sítio eletrônico Instituto Palmas (2016)

Estes instrumentos alternativos para ampliar a geração e a circulação das riquezas no bairro estiveram acompanhados de uma série de projetos que buscavam transmitir a ideia de que consumir no bairro contribui para melhoria das condições de vida de todos que habitam no Conjunto Palmeiras. Neste sentido, em 2000, o Banco Palmas promoveu o seminário “Mercados solidários” na comunidade. Em 2002, esse BCD realizou o seminário “Compras

¹⁰⁸ Informação obtida na participação da Sra. Angeline Souza, no grupo focal, em 10 de outubro de 2015.

Coletivas: a economia solidária em movimento” e, no ano de 2007, lançou a campanha “Compre no Bairro é Mais Emprego!”, composto de ações de sensibilização dos comerciantes e mobilização da população através de oficinas, seminários, cartilha-fotonovela, peça de teatro ‘Consumir para o bem viver’ e um vídeo ‘A revolução do consumo’. No **Gráfico 1** é possível se verificar os relevantes resultados que esse incentivo ao consumo local provocou no bairro, com a análise da curva do fluxo do consumo no Conjunto Palmeiras após a instalação do Banco Palmas, em 1998 e com a introdução dos ‘Palmas’, em 2002. Vê-se que em 1997, as famílias do bairro efetuavam apenas 20,0% das compras no bairro. Em seguida, este percentual é elevado para 71,0%, no final de 2002, e o consumo das famílias no próprio território alcança 93,0%, em 2009. Esses números direcionam facilmente para a percepção do impacto econômico e social causado pelo Banco Palmas no consumo no Conjunto Palmeiras, em 12 anos.

Gráfico 1 - Evolução do consumo nos empreendimentos do Conjunto Palmeiras (1997-2009)



Fonte: Traduzido e adaptado de França Filho, Rigo e Silva Júnior (2012, p. 512)

Todavia, o Sr. Melo expôs que devem ser exaltadas as ações do Banco Palmas, na comunidade, para além do crédito concedido e do consumo no bairro. Conforme ele descreveu, “os créditos econômicos são muito claros. Você pode medir os créditos, num software e tá lá... Isso é um impacto. Mas tem outras coisas, por exemplo, a luta pelo esgoto do bairro. Outra coisa, eu capacito 20, aqui na minha escola de confecção. Esses vinte que eu capacitei além de ter aprendido a costurar agregou outros valores, vontade de se organizar, noção do coletivo, da comunidade, sentido de economia solidária, de se juntar com os outros, gerou valores tais que fizeram com que eles superassem pobreza depois, daí

eles se organizaram, conseguiram emprego, se organizaram e montaram negócio”¹⁰⁹. Além disso, a Sra. Silva destacou que essas atividades propicia o envolvimento de todos, “porque dá oportunidade a mãe, e a mãe vai levando os filhos e assim sucessivamente. Então, todos crescem na comunidade, crianças ou jovens. Acho que isso aí é o fundamental porque temos muitos jovens aqui no Palmeiras que se capacitaram aqui no Palmas e, agora, estão lá fora no mercado”¹¹⁰.

Em tempo, o Banco Palmas - seja por intermédio da ASMOCONP ou através do Instituto Palmas - tem promovido, ao longo de sua existência, projetos voltados para a capacitação e preparação dos jovens do Conjunto Palmeiras para constituírem novos negócios - sobretudo, coletivos - ou se inserirem no mercado de trabalho. Dentre eles, sobressaem-se os seminários ‘ABC da Socioeconomia Solidária’, entre 2000 e 2002. Em 2004, criou-se a Escola Comunitária de Economia Solidária (PalmaTech) para ofertar cursos aos jovens e empreendedores do bairro e, principalmente, para formar técnicos e colaboradores para atuar no Banco Palmas e assessorar os BCD. Um dos cursos mais impactantes promovido pela PalmaTech foi de formação de jovens consultores comunitários para auxiliar os empreendimentos produtivos daquele território. Já em 2005, foi implantado o projeto ‘Bairro-Escola de Trabalho’, cuja operação se baseava no jovem receber formação profissional para atuar em um empreendimento produtivo do Conjunto Palmeiras ou montar um negócio próprio. Os jovens tinham capacitação a direcionar e os empreendimentos tinham acesso a uma linha de crédito exclusiva (até R\$ 3,0 mil para negócios que recebiam os jovens e até R\$ 15,0 mil se fossem novos negócios constituídos por eles).

No ano seguinte, um novo projeto direcionado à preparação de jovens para uma profissão foi iniciado, a ‘Academia de Moda da Periferia’, cujo propósito era a capacitação em corte e costura para atuação em negócios dentro ou fora do bairro ligados ao setor de confecções de roupas. Ainda existiram os projetos culturais que agregaram este público da comunidade, como a ‘Companhia Bate Palmas’, que consistia em um estúdio de música, uma banda, e um bloco carnavalesco e o ‘Grupo de Teatro Flores do Lixo’. Todos estes projetos tiveram êxito na qualificação dos jovens do Conjunto Palmeiras, com evidência para novos negócios coletivos constituídos por eles, como a PalmaLimpe - um empreendimento que produz material de limpeza; para o ‘Bairro-Escola de Trabalho’ de capacitou 700 jovens e gerou 270 empregos no

¹⁰⁹ Informação obtida em entrevista com o Sr. Joaquim Melo, em 18 de janeiro de 2013.

¹¹⁰ Informação obtida na participação da Sra. Jaqueline Silva, no grupo focal, em 10 de outubro de 2015.

bairro; e para a ‘Academia de Moda da Periferia’, que formou e empregou 70 jovens do bairro.

Enfim, seja com o fomento a projetos econômicos ou atuando com projetos socioculturais, o Banco Palmas ter se apoiado na inovação como pilar de suas atividades direcionadas ao público do Conjunto Palmeiras. Um dos projetos mais recentes - constituído em 2012 pelo BCD, que vem se destacando no cenário do bairro é o Laboratório de Inovação e Pesquisa em Finanças Solidárias (PalmasLab). O PalmasLab tem como finalidade potencializar e dar escala as finanças solidárias, através do uso da tecnologia da informação (TI), dentro dos princípios da Economia Solidária. Este projeto incentiva os jovens do Conjunto Palmeiras a aprenderem sobre soluções em TI, por meio de curso de capacitação nessa área¹¹¹ e construção de aplicativos¹¹², para desenvolvimento e alavancagem de experiências de finanças solidárias, sobretudo o Banco Palmas (ver **Figura 16**). Em síntese, é a criação e co-criação de tecnologia da informação pelos jovens em prol da comunidade.

Figura 16 - ‘PalmasLab’ e ‘PalmasNet’: tecnologia da informação a serviço da comunidade



Fonte: Imagens obtidas no sítio eletrônico Instituto Palmas (2016)

¹¹¹ Dentre os cursos gratuitos ofertados, alguns on-line, pelo PalmasLab estão a formação de multiplicadores de novas tecnologias de informação e comunicação; o módulo de conteúdo básico de programação web; as oficinas de desenvolvimento de aplicativos; e as oficinas 'Empreendendo!'. Informação disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/palmaslab/>>.

¹¹² Dentre os aplicativos e plataformas on-line criadas pelo PalmasLab, que já estão em uso, se encontram o *App* 'Palmap' (uma ferramenta para pesquisa que permite a criação de instrumentos de coleta de dados para o mapeamento de informações em comunidades, como o mapa da produção e o consumo local); o *App* de Notificação por SMS do Banco Palmas (utilizado comunicação externa com a comunidade do Conjunto Palmeiras, especialmente os usuários dos produtos e serviços do BCD); o *App* de Levantamento Socioeconômico do Banco Pérola (ferramenta de coleta de dados para análise socioeconômico de potenciais tomadores de crédito dessa instituição de microfinanças de município de Sorocaba, no Estado de São Paulo); e o *App* OcupaCuca (utilizado pelo Instituto Cuca, vinculado a Secretaria Municipal da Juventude da Prefeitura de Fortaleza, no intuito de coletar as demandas sobre cursos e atividades dos jovens do município a serem realizados pela prefeitura). Informação disponível em: <<http://palmaslab.org/Desenvolvimento/index.html>>.

Assim como o Banco Palmas, que mesmo sendo um empreendimento financeiro não tem o seu foco de atuação sobre os resultados financeiros obtidos em seus serviços, estando a utilidade social para à comunidade à frente nas suas ações, o PalmasLab também não tem a sua ênfase na inovação tecnológica, se esta não tiver os benefícios sociais no território como prioridade. Com este princípio em realce, o Palmas Lab desenvolveu e implementou o seu principal projeto no Conjunto Palmeiras, um provedor comunitário de internet gratuita sem fio, em locais públicos de alta concentração e circulação de pessoas no bairro: o PalmasNet (Ver **Figura 16**). O PalmasNet - com sinal fornecido pela PalmasLink - permite suprir a carência de acesso a serviço de internet no bairro, provocando um processo de inclusão digital da população. Com este serviço, os moradores e visitantes do bairro podem acessar mais facilmente os produtos elaborados pelo Banco Palmas para melhorar a vida da comunidade, como a moeda social eletrônica ‘e-Dinheiro’ e outros aplicativos do PalmasLab, bem como, amplia a possibilidade de acesso aos serviços públicos on-line e as oportunidades de obtenção de informações e conhecimentos disponibilizados via digital. Deste modo, o PalmasNet¹¹³ se constitui em mais um produto do Banco Palmas, na forma de catalisador do desenvolvimento territorial, desta vez através da democratização digital.

Além da democratização digital, o Banco Palmas - nos seus processos de ampliação da cidadania, do empoderamento comunitário e dos benefícios coletivos - também busca a democratização do acesso e da posse da terra e dos imóveis do bairro. Desde 1973, quando os primeiros moradores chegaram ao território que se configura hoje no Conjunto Palmeiras, a quase totalidade dos moradores da comunidade não possuía os registros efetivos que garantissem aos mesmos a posse dos imóveis que habitam há 43 anos. Em fevereiro de 2016, depois de uma longa negociação - tendo esse BCD à frente - com Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional da Prefeitura de Fortaleza, a população local teve início os procedimentos oficiais para a regularização fundiária do Conjunto Palmeira¹¹⁴. Para o momento de discussão dos primeiros títulos de posse de imóveis no bairro aconteceu uma **plenária popular**, que simbolicamente aconteceu na praça principal do Conjunto Palmeiras. Foi, precisamente, no terreno onde está atualmente essa praça, que foram erguidas as primeiras habitações - barracas de lona, na época - da comunidade. E sobre essa praça, cabe

¹¹³ Informação disponível em: <<http://palmaslab.org/PortalCaptivo/src/index.html#home>>.

¹¹⁴ Informação disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/index.php/oradores-expedientes/item/49916-24-02-2016-ls01>>.

mais uma informação relevante sobre a história da construção desse bairro pelos seus moradores.

A praça principal do Conjunto Palmeiras, que já havia sido uma conquista da comunidade há algumas décadas, foi reformada em 2015 através de um **mutirão** da população local - alguns participando com a mão de obra **voluntária** e os comerciantes com a **doação** de material de construção ou recursos financeiros, assim relatado pelo Sr. Marques: *“A reforma da praça foi lá junto com os comerciantes e os moradores. Isso tudo pra comunidade poder utilizar novamente e a prefeitura dizendo que a gente não poderia fazer a reforma porque eles iam fazer. Nunca fizeram, e aí se juntou os moradores com o Banco Palmas e os comerciantes e fizemos lá a reforma da praça”*¹¹⁵. Nesses últimos dois parágrafos foram destacadas, propositadamente, quatro palavras (plenária popular, mutirão, voluntário e doação) para reforçar o quanto há uma valorização da ação coletiva e cooperativa nesse território. Nesse termos, a atuação do BCD foi proeminente para efetivarem as ações e respaldar os seus benefícios e utilidade social sobre os impactos financeiros, sendo que estes já não são pequenos. Certamente, uma agência de um banco comercial, um correspondente bancário em um supermercado ou mesmo um empreendimento de microfinanças tradicional não teriam esse tipo de atuação promovido por um BCD e, sobre isso, o Sr. Melo e o Sr. Marques apresentam considerações e exemplos relevantes.

Segundo o Sr. Melo, há uma imensa capacidade dos BCD para encontrarem formas diferentes de inovação para resolver problemas locais, como a moeda social e os micro-seguros funeral. Contudo, há também uma preocupação em criar em gerar a felicidade, o prazer e de ver a gente da comunidade se divertindo: *“Os festivais de culinária que vão voltar com 5, 10 mil pessoas na rua. Simples, reunir as mulheres que cozinham no bairro, emprestar recurso e então, essa inovação social e essa felicidade que tem porque vem do local”*¹¹⁶. O Sr. Melo complementou sua análise e expôs que *“pros bancos comerciais, hoje, o modelo que eles têm é esse que está aí. É dar (sic) um crédito, cumprir as metas. Embora uns sejam muito pobres e outros muito ricos. Embora a desigualdade continue a mesma e os problemas da comunidade continuem os mesmos. Se há esgotos estourados, pra ele (o banco comercial - **Inclusão nossa**) não interessa”*¹¹⁷.

¹¹⁵ Informação obtida na participação do Sr. Ênio Marques, no grupo focal, em 10 de outubro de 2015.

¹¹⁶ Informação obtida em entrevista com o Sr. Joaquim Melo, em 18 de janeiro de 2013.

¹¹⁷ Idem.

Esta é uma visão da qual compartilha também o Sr. Marques, uma vez que ele considerou que “*uma farmácia ali na rua também poderia prestar um correspondente bancário, só que não seria como no banco comunitário. Não é só os serviços de correspondente bancário. De várias formas, esse banco [o Banco Palmas - Inclusão nossa] tem uma preocupação para a comunidade e é da comunidade*”¹¹⁸. Essas observações reafirmam o diferencial do BCD e confirmam que a população tem uma compreensão da natureza singular do Banco Palmas para o desenvolvimento multidimensional da comunidade, ou melhor - como mostra a imagem da **Figura 17**, a qual exibe a exaltação do bairro, da ‘república’ colaborativa do Conjunto Palmeiras.

Figura 17 - Marca que revela a elevada autoestima do Conjunto Palmeiras



Fonte: Imagem obtida no sitio eletrônico do Instituto Palmas (2016)

4.3.4 A utilidade social nos BCD revelada nos benefícios coletivos gerados

As três subseções anteriores permitem compreender que os benefícios sociais gerados para os territórios, nos quais estão inseridos os três bancos comunitários de desenvolvimento investigado, caracterizam de forma emblemática a utilidade social que os BCD parecem possuir em seus princípios, seu modelo de gestão, suas praticas e projetos. Essa utilidade social não se refere aos resultados, certamente significativos, obtidos - de modo individual ou coletivo - com os empréstimos para consumo, produção e com a circulação da moeda social. Os benefícios sociais estão em referência aos ganhos e impactos coletivos promovidos pelo BCD em uma comunidade nas dimensões identitária, político-emancipatória, empreendedora associativista, do fortalecimento da mulher e da igualdade entre os gêneros, da sustentabilidade ambiental, do acesso aos serviços público e da melhoria das condições gerais

¹¹⁸ Informação obtida na participação do Sr. Ênio Marques, no grupo focal, em 10 de outubro de 2015.

de vida no território. Em outros termos, um banco comunitário mesmo surgindo apenas como o correspondente bancário de um banco comercial pode - através de outras ações associadas aos serviços financeiros - estimular o desenvolvimento de um bairro, de um distrito e de um município. Destarte, seja através do depoimento dos líderes dos três BCD investigados nas visitas de campo (Banco Tupinambá, Banco Timbaúbas e Banco Palmas), seja expondo uma nova situação-exemplo de um caso onde a falta de um BCD provoca perdas coletivas em um município (Catarina, no Estado do Ceará), se procurara nessa subseção absorver os significados da utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento.

Quando a Sra. Souza foi indagada sobre o que ela entendia **que representava a utilidade social dos BCD** e do Banco Timbáubas, em particular, a mesma prontamente respondeu que eram os projetos sociais que aquele BCD desenvolvia. O projeto para as mulheres do Bolsa Família, o projeto da capoeira para os jovens e *“outros projetos que se não fosse um banco comunitário ali, desenvolvendo, nada aconteceria. São os ganhos comunitários, coletivos que a experiência do banco comunitário pode proporcionar”*¹¹⁹. Essa afirmação não diferenciou muito do que foi caracterizado pelo Sr. do Vale, do Banco Tupinambá, acerca dessa questão. De acordo com ele, a utilidade social do BCD se manifesta pelo *“efeito social, que pra nós é muito maior de que o efeito econômico pela própria essência do banco. Quando nós fomos inaugurar o banco, eu falei: nós vamos mudar a cara dessa comunidade e não era só pela parte financeira”*¹²⁰. Como visto, a estratégia adotada pelo Banco Tupinambá, na Baía do Sol, expressa esse pensamento do Sr. do Vale com uma inversão na perspectiva de atuação natural de um empreendimento de microfinanças que prioriza a viabilidade financeira. Naquele local, a utilidade social do BCD se sobrepõe de tal modo que a dimensão financeira se subordinou às dimensões social, relacional, comunitária, conforme indicou o Sr. do Vale ao complementar sua resposta: *“então o que nós fizemos como estratégia do banco comunitário, foi fazer a inversão da prioridade. Socialmente falando isso, pra colocar no nosso dia-a-dia, isso deu uma arrancada grande, porque nós deixamos de ser apenas secundários pra sermos protagonistas. Já estamos fazendo, e as coisas que estamos fazendo já está gerando impacto não só na Baía do Sol, mas tá gerando impacto em toda ilha do Mosqueiro”*.

Já o Sr. Melo, do Banco Palmas, ainda refletindo sobre o significado da utilidade social de um BCD, colocou que é, sobretudo pela característica desse tipo de empreendimento de finanças

¹¹⁹ Informação obtida em entrevista com a Sra. Helena Souza, em 15 de janeiro de 2016.

¹²⁰ Informação obtida em entrevista com o Sr. Marivaldo do Vale, em 30 de maio de 2013.

solidárias ser gerido pela comunidade e ao mesmo tempo organizador da comunidade. Para o Sr. Melo, a utilidade social do BCD é exteriorizada quando este “*organiza, lidera, articula e se relaciona com a comunidade. Ele ajuda a gente fortalecer nossas lutas e a se organizar melhor. E, em última instância, ele é um instrumento importantíssimo para a superação da pobreza. Ou para inclusão dos mais pobres, ou para o desenvolvimento econômico dos territórios. Essa é a grande utilidade social desses bancos*”¹²¹. Do mesmo modo, parece ser isto o que compreende a Sra. Souza desta relação entre a utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento e o empoderamento comunitário nas ações de cidadania e nas políticas públicas. É o que se infere quando a mesma afirmou que no momento o qual “*a comunidade participa ativamente e que tem gente da saúde e da educação envolvidos nas ações do banco, aí tem uma possibilidade da comunidade ser beneficiada em todas as áreas. Aí, os ganhos sociais são maiores que os ganhos financeiros, porque com o social ele (o BCD - Inclusão nossa) consegue atingir mais gente*”¹²². Essas respostas se alinham em uma perspectiva que viabiliza a utilidade social como um atributo que os BCD alcançam na medida em que se eleva a cidadania coletiva e o envolvimento da comunidade na busca por soluções para os seus problemas sociais, além dos financeiros e de geração de renda.

Contudo, ainda que se possa afirmar que utilidade social não está vinculada, somente, à minimização pelo BCD das vulnerabilidades financeiras do território, não é razoável proclamar que a utilidade social ocorra sem que estes aspectos estejam também dentre aqueles com os quais o BCD, atua com a produção de benefícios que impactam positivamente na comunidade. Veja-se que mesmo o funcionamento do correspondente bancário em um Banco Comunitário de Desenvolvimento provoca alterações multidimensionais na comunidade, em função do modelo de atuação do BCD ao qual o correspondente bancário - de certa maneira - acaba se ajustando. É isso que se pode observar com quando o Sr. Marivaldo retratou os benefícios coletivos gerados após a chegada do correspondente bancário CAIXA AQUI, na Baía do Sol, através do Banco Tupinambá: “*o correspondente bancário foi um ganho poderoso, porque as atividades econômicas que os moradores da Baía do Sol faziam era tudo pra sede do Mosqueiro. Hoje, já estão sendo gerados e circulam aqui. Hoje, essa parte daqui da ilha que era marginalizada, com famílias que não tinha nenhuma perspectiva, com o*

¹²¹ Informação obtida em entrevista com o Sr. Joaquim Melo, em 18 de janeiro de 2013.

¹²² Informação obtida em entrevista com a Sra. Helena Souza, em 15 de janeiro de 2016.

banco nós podemos colaborar pra que ela tenha um recurso no fim do mês pra se manter na comunidade”¹²³.

De modo similar, a Sra. Souza reconheceu os ganhos sociais nas Timbaúbas com o correspondente bancário funcionando no BCD do bairro. Ela reiterou que, *“no caso, quando o correspondente tava funcionando, a gente atendendo ali numa semana 300 pessoas que tem o cartão do bolsa-família que não precisavam se deslocar pra ir pro centro, no sol, pagando condução, correndo risco de ser roubado. Ele tava sendo beneficiado muito ali na comunidade. Tendo mais tempo e segurança. Eu vejo que os benefícios que podem vir pra comunidade quando tem um banco comunitário são maiores de que se não tivesse um banco ali”¹²⁴.* Igualmente, para o Sr. Melo, esses benefícios coletivos produzidos pelos bancos comunitários de desenvolvimento se efetivam por que *“esses bancos chegam onde ninguém chega ou chega onde ninguém quer chegar e ai tem os vários exemplos: quilombolas, favelas, assentamentos, pequenas municípios, ribeirinhos. A Amazônia agora tá lotado de banco (BCD - Inclusão nossa) que chega nada lá, só a misericórdia divina. Isso é uma singularidade importantíssima, né? É uma utilidade social forte, combater a pobreza, com uma singularidade que quase ninguém consegue ter, que é tá perto da comunidade”¹²⁵.* Para o Sr. Melo são essas especificidades do BCD que justificam uma política pública direcionada para as finanças solidária e - de modo mais preciso, para os bancos comunitários de desenvolvimento: atuar em nichos os quais há uma negação pelo mercado (por ser pouco lucrativo) e gerar benefícios coletivos os quais as instituições de microfinanças convencionais não se interessam induzir.

Nesse sentido, a situação descrita a seguir complementa os exemplos dos três BCD que anunciam sua utilidade social para a comunidade, até mesmo com a simples presença de correspondente bancário funcionando em suas dependências orientando-se para o desenvolvimento do território, de modo multidimensional, e não reduzido ao viés financeiro. O caso que será exposto nos parágrafos seguintes retrata o que pode acontecer em um território no qual o correspondente bancário não se vincula à uma política públicas ampliada, como no caso da relação com um BCD. O exercício será mostrar quais ganhos coletivos e benefícios sociais poderiam ser produzidos e o que poderia acontecer se o município, do

¹²³ Informação obtida em entrevista com o Sr. Marivaldo do Vale, em 30 de maio de 2013.

¹²⁴ Informação obtida em entrevista com a Sra. Helena Souza, em 15 de janeiro de 2016.

¹²⁵ Informação obtida em entrevista com o Sr. Joaquim Melo, em 18 de janeiro de 2013.

caso a seguir implantasse um banco comunitário de desenvolvimento. Com isso, pretende-se evidenciar o valor e os significados da utilidade social de um BCD, destacando que a utilidade social é muito mais processual que o fim em um banco comunitário de desenvolvimento. O caso em questão é real e se passou em Catarina, um município na região do centro-sul do Estado do Ceará, Brasil. Catarina é um município criado em 1957, inserido em um bioma predominantemente do tipo Caatinga e dista 367,0 km da capital do Ceará¹²⁶. O município tem PIB em torno de R\$ 63,7 mi¹²⁷, sendo que R\$ 29,8 mi são receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Catarina não tem vocação econômica definida e dos 920 empregados formais, 840 são funcionários públicos. Como a população de Catarina é de 18.745 habitantes¹²⁸, isso representa que apenas 5,0% tem emprego formal. Se é pequeno o impacto dos trabalhadores formais na economia do município, o mesmo não se pode dizer do que representa o volume anual de recursos injetados na economia municipal pelos beneficiários do principal Programa de Transferência de Renda do Governo Federal para às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza, conhecido como Bolsa Família. Foram 1.570 famílias beneficiárias, em 2015¹²⁹, do total de 5.065 famílias do município. Em outras palavras, 31,0% das famílias (ou 5.966 habitantes, considerando a taxa de 3,8 membros por família no município) de Catarina são beneficiárias do Bolsa Família. Do ponto de vista financeiro isso representa um montante¹³⁰ de R\$ 3,6 mi que poderia ser injetado na economia municipal. Considerando que o Produto Interno Bruto do município - retirando o FPM - foi de R\$ 33,9 mi, o total de recursos deste programa de transferência de renda alcança um indicador próximo de 11,0% do PIB municipal.

¹²⁶ Perfil básico municipal 2015 - Catarina, publicado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) do Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2015/Catarina.pdf>.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Informantes municipais do IBGE, 2016. Disponíveis em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230360&search=ceara|catarina|infograficos:-informacoes-completas>>.

¹²⁹ Relatório dos beneficiários do Bolsa Família 2015, por município, consolidado pela base de dados DATASUS do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/consol_estado_consol_bfa.asp?regional=2318&uf=CE&gru=2T&vigencia=30&ne=&desvig=®iaoSaude=108&brsm=1&tipo_rel=&tt=>>.

¹³⁰ Transferência de recursos por ação de governo 2015, por município, consolidado pelo Portal da Transparência do Governo Federal. Disponível em: <<http://transparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoMunicipio.asp?Exercicio=2015&textoPesquisaAcao=&codigoAcao=8442&codigoFuncao=08&siglaEstado=CE&textoPesquisa=catarina>>.

Também em Catarina existem 1.086 agricultores familiares¹³¹ que são beneficiários de outro programa do Governo Federal brasileiro, o Garantia Safra, que é destinado aos agricultores de municípios que se encontram sistematicamente sujeitos a perdas de safra devido à seca ou ao excesso de chuvas. O município de Catarina se enquadra no primeiro caso. Cada agricultor que cumprir os requisitos recebe R\$ 850,00 por ano. Isto representou, em 2015, o incremento de aproximadamente de R\$ 1,0 mi que poderia ter sido absorvido pela economia do município de Catarina. Poderiam ser injetados na economia local, mas não foi o que aconteceu em 2015 com os quase R\$ 5,0 mi anuais de recursos somados do Bolsa Família e do Garantia Safra que tinham como beneficiários uma parte da população daquele município. Acontece que estes dois benefícios são pagos aos seus destinatários através de contas em um banco público nacional, a CAIXA. Contudo, não há agência da CAIXA em Catarina e o único correspondente bancário deste banco no município, o CAIXA AQUI, vem funcionando em uma casa lotérica de forma não efetiva¹³², passando mais períodos do ano fechada que aberta. Aliás, Catarina só possui uma agência bancária, e do Banco do Brasil (BB)¹³³.

Assim, os moradores de Catarina para acessarem seus recursos têm de se deslocar para as agências da CAIXA mais próximas de Catarina, nos municípios vizinhos de Tauá e Acopiara. Isto equivale ao deslocamento, respectivamente, de 70,0 km ou de 55,0 km. Este deslocamento já implica um tempo diário perdido pela pessoa que vai até estes municípios que acaba por atrapalhar sua rotina. E, finalmente, esse procedimento ainda tem um ‘golpe fatal’ que atinge simultaneamente o beneficiário (o custo extra com o transporte para ir e vir), os comerciantes de Catarina (perdem receita, pois os beneficiários acabam consumindo mais na cidade vizinha onde recebem seus recursos para não correrem o risco de serem roubados no retorno para casa) e o município (deixa de arrecadar, gerar mais oportunidades de trabalho pelo comércio local e ampliar a circulação de riqueza no município).

¹³¹ Relatório quantitativo de implementação do Garantia Safra 2014/2015, por município, consolidado pelo Sistema de Gerenciamento Garantia Safra do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: <<http://garantiasafra.mda.gov.br/GarantiaSafra/Relatorios/default.aspx?relatorio=28>>.

¹³² Casa lotérica de Catarina continua fechada. Blog Últimas Notícias de Catarina. 08 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://reportagenslocais.blogspot.com.br/2016/02/ha-duas-semanas-casa-loterica-de.html>>.

¹³³ Informações cadastrais e sobre contabilidade. Consulta sobre cadastro de instituições em Catarina, na base de dados do Banco Central do Brasil 2016. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/rest/mostrar-instituicao.asp#?cnpj=0&estadoSigla=CE&municipioId=4178>>.

Enfim, pode-se lamentar que este não seja um relato ficcional. Em junho¹³⁴ e setembro¹³⁵ de 2015 e desde janeiro¹³⁶ até abril¹³⁷ de 2016, a casa lotérica de Catarina com seu correspondente CAIXA AQUI ficaram sem funcionar. É metade de um ano. O impacto é significativo. A população questiona, vai aos meios de comunicação e o máximo que obteve foi uma resposta do proprietário da casa lotérica que se encontrava em manutenção em junho e setembro de 2015 ou que o sistema de operação da CAIXA estava sem funcionar nos primeiros meses de 2016. Todavia, a CAIXA já informou¹³⁸ que de fato há irregularidades e falta de documentação da parte do proprietário para operar legalmente a casa lotérica. Alguns, então, poderiam questionar que a CAIXA deveria ceder a “tanta burocracia” e cumprir o seu papel social para manter a casa lotérica funcionando. A primeira parte desta proposta faz sentido (cumprir o seu papel social), a segunda não (manter a lotérica funcionando). É preciso esclarecer que as casa lotéricas não são empreendimentos públicos. Elas são concessões de um serviço regulado pelo Governo Federal (a loteria) a ser exercida por um ente privado que obtém - por meio de licitação - o direito a exploração econômico-lucrativa desta atividade em um dado lugar.

Desta forma, deve ser compreendido que se trata de um empreendimento privado e com natureza lucrativa. Se o proprietário não vê lucratividade no empreendimento, ele poderá encerrar as atividades (pagando as devidas obrigações) ou ficar disfarçando o seu desinteresse (fechando as portas alegando manutenção, não entregando a documentação devida, etc.) até o final contrato. A CAIXA também pode decidir fechar uma casa lotérica se o retorno para ela nas operações não for satisfatório, mas também deve cumprir o contrato estabelecido entre as partes até o final ou ressarcir o empresário caso quebre o contrato antes do tempo de vigência.

¹³⁴ Casa lotérica de Catarina está de portões fechados para manutenção. Iguatu.Net. 29 de junho de 2015. Disponível em: <<http://iguatu.net/novo/wordpress/286711/casa-loterica-de-catarina-esta-de-portoes-fechados-para-manutencao/>>.

¹³⁵ Casa lotérica de Catarina fechada: moradores estão tendo que ir para Acopiara. Blog do Diomar Araújo. 21 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://blogdodiomaraaraujo.blogspot.com.br/2015/09/casa-loterica-de-catarina-fechada.html>>.

¹³⁶ Casa Lotérica de Catarina permanece sem previsão de reabertura. Blog do Diomar Araújo. 25 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://blogdodiomaraaraujo.blogspot.com.br/2016/01/casa-loterica-de-catarina-permanece-sem.html>>.

¹³⁷ Catarina: sem lotérica, moradores recebem benefícios sociais em Acopiara. Ceará Agora - Nada fica pela metade. 22 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.cearaagora.com.br/site/2016/04/catarina-sem-loterica-moradores-recebem-beneficios-sociais-em-acopiara/>>.

¹³⁸ Casa lotérica de Catarina está impedida de funcionar por falta de documentação. Blog do Diomar Araújo. 26 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://blogdodiomaraaraujo.blogspot.com.br/2016/02/casa-loterica-de-catarina-esta-impedida_26.html>.

No caso de Catarina, por ser um empreendimento empresarial privado, não deve ser reclamando a aplicação da finalidade social da CAIXA no socorro à casa lotérica, ainda que exista um forte componente de valor societal ou ganhos coletivos para os beneficiários do Bolsa Família, do Garantia Safra e para o próprio município proporcionado com a manutenção do funcionamento daquela lotérica. Em efeito, o poder público municipal deveria se preocupar com isso e cobrar um comportamento cidadão do empresário que possui a concessão da casa lotérica e cobrar o funcionamento efetivo deste empreendimento.

Não sendo este o caso, chega-se ao ponto pretendido para ilustrar a utilidade social, a mais valia social, os benefícios coletivos que possui a implementação de um banco comunitário de desenvolvimento em um município, em uma comunidade ou em uma coletividade qualquer. O BCD é um empreendimento coletivo e associativo, sem fins lucrativos e com único objetivo o desenvolvimento socioeconômico do território no qual se instala. Não tem a preocupação com o as sobras financeiras das operações, a não ser aquelas suficientes para manter suas atividades. Diferente do proprietário da casa lotérica, o BCD tem convicção do seu papel social para o local e, em função disso também, tem recebido um forte apoio da CAIXA para funcionarem em cidades que não tem lotérica, não tem outros correspondentes bancários - CAIXA AQUI - ou agencia de bancos comerciais para poderem oferecer à população do município, da comunidade, do bairro a possibilidade de pagar suas contas, receber as suas rendas e tomarem empréstimos com juros subsidiados. Neste caso sim, a CAIXA tem a obrigação de cumprir sua finalidade social de um banco público, deve apoiar, ter compaixão da população e subsidiar este tipo de empreendimento. Não através de empreendimentos lotéricos com fins lucrativos que atende o interesse econômico de uma pessoa - o proprietário.

Aliás, como descrito anteriormente, a CAIXA vem subsidiando os bancos comunitários de desenvolvimento que já se instalaram em mais de 110 municípios e periferias de grandes cidades brasileiras que tem dificuldade de acesso aos serviços bancários (dentre eles o recebimento das transferências de renda, como o Bolsa Família), ou têm que se deslocar muitos quilômetros para chegar a uma agencia (como está acontecendo em Catarina). Apoiando a implantação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento em municípios como Catarina, além de permitir que a população do município possa receber o Bolsa Família, o Garantia Safra e outras rendas, pagar contas e tomar empréstimo a juros justos, sem ter que se deslocar 60,0 km, o poder público municipal ainda estaria resolvendo outro problema que é a ampliação do consumo no local e não mais no município vizinho. É mais renda, riqueza e trabalho no local e sem perda de tempo de deslocamento. Enfim, mais qualidade de vida e na

vida. Isso é atuar com o propósito central de ser socialmente útil e gerar benefícios coletivos antes de tudo.

Em outros termos, conforme abordam Dacheux e Goujon (2016, p. 1), a atividade produtiva dos indivíduos e de geração de riqueza não pode permanecer apenas subordinada às decisões de produção das empresas e de financiamento dos bancos comerciais. Essa lógica econômica reduz a produção e a riqueza gerada aos fatores de valoração mercantil sem ter em conta a utilidade social desse modelo e o seu impacto para um território. É, então, visando o contrário - a geração de riquezas por princípios econômicos diversos, o reforço da solidariedade e o fortalecimento dos laços sociais em um ambiente sustentável, que o BCD pode ser visto como uma reação à fragilização, ou mesmo deterioração, de economias locais. Para esses autores, não haverá transição democrática para uma sociedade inclusiva, sem reapropriação cidadã generalizada do fato econômico (DACHEUX; GOUJON, 2016, p. 2). Finalmente, acredita-se que a exposição deste caso, mesmo não envolvendo um BCD, contribui decisivamente para permitir melhor compreender o que seria a utilidade social de um banco comunitário de desenvolvimento em um território. A propósito, como exposto nesta tese, a noção de utilidade social tem particularidades e sua definição precisa carece de ser mais bem discutida. Outrossim, pode não parecer simples tratar do seu processo de avaliação, em função das dimensões, dos indicadores e dos critérios utilizados não serem tão usuais, ou até mesmo estarem em uma linha contrária ao paradigma dominante dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade dos empreendimentos de microfinanças - como os bancos comunitários de desenvolvimento. Esses conteúdos formam os fundamentos do que será abordado no próximo capítulo deste documento.

5 O ALCANCE DA UTILIDADE SOCIAL EM UMA AGENDA RENOVADA DA VISÃO DE SUSTENTABILIDADE DOS BCD

O aprofundamento da discussão sobre utilidade social e a introdução dos vínculos entre esta temática e o debate sobre os novos fatores de riqueza serão tratados neste capítulo. Nas três seções que seguem, compondo o capítulo, são introduzidos a origem do uso do termo utilidade social, o debate conceitual, a afirmação da sua importância e o caminho da sua potencial aplicabilidade para avaliação da sustentabilidade dos bancos comunitários de desenvolvimento. As duas primeiras seções são dedicadas à utilidade social dos empreendimentos de economia solidária, de modo particular dos BCD, cuja compreensão do construto permitirá se perceber como este viés de análise pode ser empregado para exprimir de forma mais evidente a sustentabilidade das experiências de bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil. Nesse debate sobre a utilidade social pretende-se refletir sobre algumas questões-chaves para interpretar o tema a partir da visão do fenômeno na França. A finalidade desta proposta é, inicialmente, compreender o significado deste construto, e por fim, verificar, uma aproximação entre a utilidade social e os bancos comunitários e como esta relação contribui para o entendimento da nossa problemática em torno da avaliação mais realista da sustentabilidade das experiências de BCD. A terceira e última seção do capítulo versará sobre os novos fatores de riqueza, cuja temática será abordada nesta tese em consequência de existir uma aproximação entre a abordagem da construção de outra forma para evidenciar a sustentabilidade multidimensional dos BCD. O que se verá ao final do capítulo, portanto, é a inferência possível entre os dois temas - utilidade social e novos fatores de riqueza - se aponta uma nítida convergência.

5.1 OS CONTEXTOS E OS SIGNIFICADOS DA UTILIDADE SOCIAL

A partir das análises de textos de referência sobre a utilidade social e avaliação da utilidade social no setor da Economia Social e Solidária (ESS), na França, foi possível se alcançar uma

visão geral das principais discussões-chave sobre o tema. As reflexões da literatura sobre o tema foram complementadas com informações oriundas de entrevistas com alguns dos autores desses textos e de outros pesquisadores relevantes no debate de utilidade social. Na revisão desta temática foi possível identificar quatro questões/desafios inerentes à discussão sobre utilidade social: (i) A **denominação** - Qual o termo mais adequado para representar a configuração deste fenômeno: - utilidade social, valor societal, mais valia social ou utilidade pública geral?; (ii) O **conceito** - Do que trata e o que se compreende como utilidade social?; (iii) A **perspectiva** - Afinal, a utilidade social é apenas um critério a mais, ou é uma visão mais ampliada, ou ainda, é a única via e a mais precisa para avaliar os reais processos que se efetivam em organizações da economia solidária?; e (iv) O **processo** - A avaliação do desempenho social dessas organizações pode levar à cooptação ou à contaminação da modelagem avaliativa conveniente aos interesses dos demandantes (normalmente os financiadores)? Essas são questões importantes, que serão examinadas ao longo dessa seção e, para tanto, será fundamental conhecer o contexto de surgimento do debate acerca da utilidade social das organizações e da avaliação das mesmas a partir dessa perspectiva.

Seguindo assim, tem-se que a questão da utilidade social e de sua avaliação conheceu uma mudança perceptível desde o aparecimento mais evidente do termo na França, no início da década de 1970. Nesse período, a abordagem se deu principalmente do ponto de vista fiscal. Essa perspectiva inicial tem, na sequência, sido examinada no contexto das abordagens específicas para determinadas redes e estruturas de natureza territorial, combinando empreendimentos da ESS e organismos do poder público. Duclos (2007, p. 6) aponta que “a aparição oficial de utilidade social na França data da decisão de 1973 do Conselho de Estado em matéria fiscal”¹³⁹ que impôs às associações, que desejavam se beneficiar de isenção fiscal, provar que seus serviços não eram prestados pelo mercado ou têm um custo inferior ao das organizações empresariais mercantis. Jany-Catrice *et al.* (2014, p. 4) complementam que no quadro anterior à tomada de decisão, “as características estatutárias de organização sem fins lucrativos e de gestão desinteressada não haviam sido consideradas - até então - como suficientes para permitir que as associações se beneficiassem de um regime especial de

¹³⁹ Tratam-se dos Acórdãos do Conselho de Estado da França, n° 85586 e n° 85598, publicados em 30 de novembro de 1973, relativos a decisão do processo chamado 'La clinique saint Luc', referindo-se a revisão dos critérios para a isenção de impostos a negócios que se limitam a uma exploração ou operação de carácter não lucrativo. Informações disponíveis em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichJuriAdmin.do?idTexte=CETATEXT000007613368>> e <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichJuriAdmin.do?idTexte=CETATEXT000007613370>>.

tributação. Esses acórdãos do Conselho de Estado, então, foram decisivos”. Conforme Gadrey (2004, p. 28), a partir dos acórdãos de 1973, as duas condições de ‘não lucratividade’ que são a gestão desinteressada e reinvestimento dos excedentes na instituição foram consideradas insuficientes para a isenção de impostos, e uma terceira condição foi adicionada: se os usuários habituais dos serviços da instituição – no caso de pagarem pelos serviços desta, beneficiem-se diretamente do propósito dessa gestão desinteressada, “seja porque ela realiza seus serviços em condições, inclusive de preço, consideravelmente mais vantajosas do que as oferecidas por empresas comerciais com um propósito semelhante ou porque ela fornece serviços que não são normalmente fornecidos pelo mercado”.

Assim, com essa distinção, as associações francesas que se enquadravam nas três condições poderiam acessar uma contribuição específica - por serem portadoras de uma utilidade social - e, ao mesmo tempo, concorrer ‘naturalmente no mercado’, mas com um distinto reconhecimento no seu modelo de atuação. Portanto, a noção inicial de utilidade social foi empregada pela dimensão do domínio fiscal. Já na década de 1980, cresceu o uso do termo para justificar o auxílio e as isenções concedidas pelo governo às associações no seu serviço para a sociedade civil, com destaque para aquelas organizações que atuavam junto aos desempregados e as pessoas com vulnerabilidades econômicas. Nesses termos, a utilidade social dessas associações foi considerada relevante por se constituir limitador das consequências do desemprego para a sociedade. Nos anos seguintes, a interpretação da noção de utilidade social amplia-se. Em Duclos (2007, p. 7) consta que algumas instruções fiscais de 1998 e 1999, retomando a jurisprudência das decisões do Conselho de Estado nos anos anteriores, incluíram a utilidade social nos critérios de isenção fiscal para as associações que desenvolviam atividades econômicas, mesmo que operem em um campo competitivo de mercado. Em outras palavras, uma associação cuja gestão é desinteressada e exerce uma atividade econômica em condições diferenciadas do setor privado lucrativo podem ser exoneradas em nome da sua utilidade social, desde que a atividade da organização corresponda a uma necessidade mal atendida pelo mercado e a sua atividade seja realizada em benefício de pessoas que justificam a concessão de benefícios especiais, dada a sua situação econômica e social.

Dos anos 2000 em diante, o tema da utilidade social se consolida dentro do quadro legal francês, com sua incorporação - mesmo que com definições diferentes - em alguns decretos e leis nos anos de 2000, 2001 e 2002. Em 2004, surge o relatório coordenado por Jean Gadrey - *L'utilité sociale des organisations de l'économie sociale et solidaire: une mise en perspective*

sur la base de travaux récents (A utilidade social das organizações de economia social e solidária: uma perspectiva a partir de recentes estudos, em livre tradução) - que oferece uma síntese com base em 23 trabalhos de pesquisas, patrocinado pela Delegação Interministerial para a Economia Social da França. Nos anos seguintes se avolumam estudos e pesquisa sobre o tema de utilidade social em vários projetos de investigação coordenados por professores, pesquisadores ou órgãos do poder público. Recentemente, em julho de 2014, nova Lei francesa para a ESS trouxe, mesmo sem defini-lo com precisão, o conceito de utilidade social em seu texto (JANY-CATRICE *et al.*, 2014, p. 4). Nesta lei (nº 2014-856 de 31 de julho de 2014, relativa à Economia Social e Solidária), consta que podem reclamar junto ao poder público a condição de “Empresa Solidária de Utilidade Social”, os empreendimentos que possuam como objetivo principal a busca da utilidade social, conforme definido no artigo 2 da desta lei.

Os empreendimentos cuja finalidade social compreenda pelo menos uma das seguintes três condições: 1. Tenham por objetivo oferecer, através de suas atividades, o apoio às pessoas em situações de vulnerabilidade econômica ou social, ou por causa de sua situação pessoal de saúde frágil. 2. Tenham intenção de contribuir para a luta contra à exclusão e às desigualdades sanitárias, sociais, econômicas e culturais ou atuem pela educação para a cidadania, pela preservação e desenvolvimento dos laços sociais ou pelo reforço da coesão territorial; 3. Contribuam para o desenvolvimento sustentável nas suas dimensões econômica, social, ambiental e participativa, para a transição energética e para a solidariedade internacional (REPUBLIQUE FRANÇAISE, 2014, p. 2).

Em complemento, OFFREDI (2010, p. 37) expressa que o desafio recorrente por trás dos debates sobre utilidade social, na França, foi aquele do critério a ser detectado que justificasse a especificidade das organizações de economia solidária garantindo-lhes um espaço legítimo de intervenção na sociedade em relação ao setor mercantil e concorrencial. Assim, o fisco e os juristas foram contratados com a necessidade de fundar uma doutrina para os poderes públicos em matéria de critérios fiscais. A utilidade social está relacionada a uma modalidade de organização sem fins lucrativos que a lei federal permite ter isenção tributária. Isto constava na lei de 1973 e foi ampliada pela lei da ESS de 2014. Já o reconhecimento de utilidade pública, na França, é uma noção jurídica que permite aos organismos sem fins lucrativos acessarem a uma personalidade jurídica específica. A jurisprudência para isto está em uma instrução normativa ministerial de 2008¹⁴⁰.

¹⁴⁰ Jurisprudência criada a partir de Instrução Normativa, de 15 de julho de 2008, do Ministério do Interior da República Francesa referindo-se aos critérios de distinção entre 'associação de interesse público' e 'associação

Nesta linha, ela se conforma com as instruções normativas fiscais de 1998¹⁴¹ relativa às associações e os critérios de não lucratividade. Ela faz referência à chamada ‘Regra dos quatro **P**’ dos empreendimentos associativos candidatos a obterem a isenção, abordando qual o tipo de **produto/serviço** oferecido pela organização, qual deve ser seu **público objetivo**, que a ausência absoluta de **publicidade** é um dos critérios, e que **preço** cobrado - quando pertinente - pelo serviço deverá ser abaixo dos oferecidos pelos concorrentes de cunho mercantil. Assim, para os poderes públicos, os critérios de utilidade social permitem o apoio às associações e justificam as ajudas do Estado e da sociedade. Não obstante, em Perret (2010) encontra-se a melhor interpretação para esta discussão do significado e da origem da utilidade social, na França, vinculada aos aspectos fiscais. Segundo o autor, a utilidade social foi expressa preliminarmente no domínio do direito fiscal, para justificar as exonerações tributárias concedidas para certas associações sem fins lucrativos. Todavia, para além do aspecto fiscal, “o conceito de utilidade social é portador de um desafio a ser reconhecido: a utilidade social é o termo conveniente para exprimir uma forma de pagamento da dívida da sociedade em relação aos atores sociais que contribuem no mundo ‘fora do mercado’” (PERRET, 2010, p. 45).

Nessa linha do domínio conceitual, Gadrey (2004, p. 41) faz uma reflexão sobre o que caracteriza e como pode evidenciar a utilidade social em um empreendimento. Para o autor, pode-se considerar como uma ação de utilidade social a atividade de uma organização que possua por finalidade constatável e por objetivo explícito contribuir para a coesão social (principalmente, a redução das desigualdades), fortalecer a solidariedade e a sociabilidade, e melhorar as condições coletivas de desenvolvimento sustentável (a educação, a saúde, o meio-ambiente e a democracia). Cauquil (2010, p. 11-12) acrescenta a esta caracterização a perspectiva que utilidade social não é somente um conceito técnico, nem fatalmente utilitarista, nem redutível só a soma dos interesses particulares. Ela remete, em vez disso, segundo o autor, ao interesse geral ou à utilidade coletiva, tanto na esfera do empoderamento político quanto na mensuração técnica da ação. A utilidade social, de fato, é uma ‘convenção sociopolítica’ submetida ao debate entre as diversas partes interessadas, em “um processo de construção social, o qual assume a necessidade de precisar seus limites, contornos e de validar

de interesse geral’. Informação disponível em: < <http://questions.assemblee-nationale.fr/q13/13-16885QE.htm>>.

¹⁴¹ Trata-se da Instrução n° 170 de 15 de setembro de 1998, [BOI 4H-5-98], do Ministério das Finanças e Contas Públicas da República Francesa. Disponível em: <<http://archives-bofip.impots.gouv.fr/bofip-A/g2/g6/g2/g2/24542-AIDA.html>>.

seus objetivos somente através de procedimentos democráticos” (DUCLOS, 2010, p. 70). Para subsidiar a compreensão do que seja uma ‘convenção sociopolítica’ nesta construção da utilidade social em um empreendimento associativo, Offredi (2010, p. 42) esclarece que é o conjunto das regras e de normas sociais de domínio cognitivo dos atores, que se apoiam em considerações de justiça social, em visão mais ou menos explícita e compartilhada entre eles.

Complementando esse viés interpretativo-conceitual, Offredi (2010, p. 35) compreende que “a utilidade social é ontologicamente ligada a questão das partes interessadas. É um termo ainda polissêmico neste momento e isto constitui toda a sua riqueza”. A utilidade social é, nesse sentido, um tema evolutivo e conjuntural se definindo por um conjunto de indicadores não exclusivos, não acumulativos e não exaustivos um com os outros. Por sua vez, as entidades com utilidade social são aquelas nas quais as atividades estão orientadas para o interesse público com uma exclusividade de atuação que contribua para o bem comum. Pode-se, desde então, considerar a utilidade social como uma noção suscetível para introduzir uma nova forma de regulação da ação pública e das relações entre o Estado e a Sociedade Civil, fundada sob o imperativo da deliberação. Nestes termos, a utilidade social é - assim como se percebe o desenvolvimento a ser exercido por um BCD - multidimensional e parece ser isto uma condição de sua pertinência e de adaptabilidade. Assim, a utilidade social representa uma contribuição para o bem comum a partir de ações cujo objetivo é a coesão social, referenciada na a noção de desenvolvimento humano sustentável e que dá lugar a afirmação de novos direitos.

Conforme anunciam Jany-Catrice *et al.* (2014 p. 5), se o termo utilidade social se impõe agora necessário na conjuntura francesa tanto no contexto do poder público como entre os empreendimentos para descrever a contribuição social da economia solidária, ele está perto de outras expressões em destaque por diferentes disciplinas científicas para se referir e significar os resultados produzidos ou benefícios não intencionais gerados nos empreendimentos da ESS. Por exemplo, para os **economistas** convencionais ou ortodoxos, os ganhos de capital, mais-valia e alguns benefícios gerados pela atividade sobre o ambiente ou outros diferentes agentes beneficiários alvos (a sociedade, as comunidades, outros indivíduos), são tratados como externalidades positivas. Já o conceito de interesse geral, que transcende os interesses individuais é particularmente presente - em termos **legais** - para descrever serviços que têm dimensões ambientais ou sociais e que estão sujeitas a direitos e obrigações específicas do serviço público. Tratando-se da **gestão pública**, mas - também em algumas escolas de **negócios**, a noção de impacto social e ambiental é difundida especificamente para o

empreendedorismo social através de abordagens gerenciais visando quantificar, particularmente em nível monetário, um valor social criado. Finalmente, em uma perspectiva **multidisciplinar**, surge aquela que se mostra como a mais adequada abordagem e apelação, a denominada contribuição para o bem comum da ESS, que significa os aportes da economia social e solidária em atuação do viver juntos coletivamente e do interesse público.

Isto posto, no tocante à denominação, Gadrey (2005, p. 517) e Fraisse (2007, p. 43) concordam que há termos que podem nomear a utilidade social, e cada um tem sentido similar ao original, como ‘rentabilidade social’, ‘mais-valia social’ e ‘valor societal’. Embora ainda incertos sobre o termo ideal para representar o retorno social ou quantificar os benefícios coletivos gerados para uma organização da economia social, Fraisse (2007, 2008) e Gradey (2004; 2005; 2006) parecem supor que os termos “utilidade social” e “valor social” sejam os conceitos mais adequados. Na verdade, esses dois autores ratificam isto, pois usam esses termos com extensão em seus escritos. Segundo Fraisse (2008, p. 102), o conceito de “valor social seria mais adequado para compreender a lógica e os impactos da atividade associativa, pois ‘valor’ é usado em um sentido que vai além da medida econômica, e ‘social’ permite uma abordagem mais abrangente e própria do termo” - às vezes mal utilizado e limitado em oposição ao econômico. No entanto, o autor admite que, devido a expressão ‘utilidade social’ já ser mais tratada em textos científicos, legislativos e legais, na França, é conveniente discutir criticamente o conteúdo desses documentos que tratam da terminologia que o significado do próprio termo.

Por seu turno, Gadrey (2005, p. 522) utiliza os dois conceitos, como pode ser visto quando o autor propõe uma definição geral de utilidade social. Para o autor, a atividade de uma organização de economia solidária tem uma utilidade social ou um valor social, se tem resultados verificáveis quanto à eficácia para a sociedade e, em geral, com o objetivo explícito para a produção de bens e serviços a usuários individuais, mas buscando contribuir para ganhos ou benefícios para a coletividade. São reconhecidos, principalmente, como benefícios coletivos: i) a redução de desigualdades econômicas e sociais, incluindo a afirmação de novos direitos; ii) a solidariedade e a sociabilidade criando relação social de proximidade; e iii) a melhoria nas condições coletivas de desenvolvimento humano sustentável, das quais fazem parte a educação, a saúde, a cultura, o meio-ambiente e a democracia (GADREY, 2005, p. 522-523).

Viveret (2010, p. 20-21), por sua vez, argumenta que a noção de utilidade foi apropriada (como tudo o mais, segundo ele) pelo mercado, fornecendo todos os aspectos e natureza

econômico de caráter mercantil ao que é útil (mercantilização e banalização da ideal de utilidade). Assim, as noções de valor e utilidade têm a necessidade de serem re-apropriadas em suas perspectivas únicas para se compreender melhor e avaliar (dar valor) a utilidade social das ações com base no bem comum. Finalmente Duclos (2008, p. 24) depõe que o termo utilidade social é “bem utilizado nos trabalhos de pesquisadores e pela legislação, e é por isso que ele ganhou a frente de outros conceitos que poderiam ser igualmente adequados para enunciar a mesma realidade, como a noção de ‘utilidade societal’”. Essa autora estabelece sua definição de utilidade social no âmbito dos empreendimentos de economia social e solidária como um serviço prestado, algum benefício ou mesmo uma ação cujos efeitos positivos se projetem sobre um território produzindo desenvolvimento sustentável articulando uma amplitude de dimensões: cultural, educacional, social, ambiental e economia (DUCLOS, 2008, p. 24-25).

A vontade de destacar a ‘mais-valia social’ obtida nos termos de transformação social gerada pelas atividades conduzidas pelo setor associativo considerou a necessidade da realização de processos de avaliação do que se considera a utilidade social destes empreendimentos. Nesse caso, a elaboração de critérios e de métodos que visam a qualificação das utilidades sociais produzidas nas associações tornaram-se progressivamente um elemento central do debate sobre utilidade social (OFFREDI, 2010, p. 36). Nesses termos, a autora reflete que a noção de utilidade social tem uma pretensão mais universal na sua definição que é poder contribuir na renovação dos procedimentos de avaliação e na ampliação da contabilização do valor produzido pelas organizações de economia social e solidária. Duclos (2010, p. 77) anuncia que, desde as primeiras experimentações em torno da avaliação da utilidade social, já era possível perceber as precisas relações entre utilidade social e as organizações de economia social e solidária, através das suas ferramentas, dos seus métodos e de suas práticas. Assim mesmo, para Offredi, (2010, p. 34), as especificidades e os méritos específicos das organizações de economia social e solidária geram voluntariamente utilidade social ou benefícios coletivos porque essas aderem aos princípios, aos valores e ao sistema de regras da economia solidária e os implementam nas suas praticas e nas suas atividades.

A propósito, em Gadrey (2004) e em Fraisse (2008) há a concordância que a avaliação da utilidade social, na França, representou um avanço para processos de avaliação de organizações e políticas públicas na área da economia social e solidária. Contudo, existem outros temas que aparecem quando se trata de avaliar a utilidade social deste tipo de empreendimento. Entre eles, há de verificar se as ferramentas de avaliação - centradas em

torno da utilidade social - podem fazer uso de critérios pré-existentes nas metodologias de avaliações de projetos de organizações de mercado. O segundo ponto diz respeito aos resultados dessas avaliações para responder de forma pragmática aos interesses externos de parceiros e financiadores do empreendimento avaliado. Para Gadrey (2005, p. 523), os pesquisadores e os interessados que reconhecem estas discussões são confrontados com a discussão do conteúdo concreto deste conceito e se os critérios e métodos de avaliação praticados podem permitir a verificação da existência da utilidade social. Há algumas décadas, como já descrito, a avaliação da utilidade social é discutida no setor dos empreendimentos de economia social e solidária e no campo da pesquisa acadêmica. Paralelamente ao desenvolvimento desse debate, se desenvolve: (i) a profissionalização das associações como oportunidade de emprego; (ii) as atividades econômicas e comerciais em organizações sem fins lucrativos; e (iii) a mudança nas relações entre Estado e sociedade em favor do bem comum.

A sensibilização em torno das discussões sobre utilidade social, nos últimos anos, a transformou em objeto de um extenso trabalho realizado por atores sociais, pesquisadores e consultores. Os empreendimentos da economia solidária reivindicam sua utilidade social por causa dos benefícios coletivos para a sociedade por eles gerados (igualdade social, igualdade de gênero, coesão social e proteção dos recursos ecológicos). A demanda de avaliação das atividades dos empreendimentos refere-se à legitimidade da ação associativa no campo político, mas – também - no campo econômico. Assim, a avaliação da utilidade social pode ser vista como ferramenta para regular as atividades econômicas dos empreendimentos, capaz de impedir que eles sejam tratados como meros prestadores de serviços, reduzindo, ao mesmo tempo, o risco de instrumentalização da ação associativa por parte das autoridades públicas. Aliás, em uma citação, Fraisse (2007, p. 42) resume esse entendimento da seguinte forma: “O surgimento do debate sobre a utilidade social pode ser interpretada como a busca de uma nova convenção sócio-política-econômica para reconhecer o duplo encastramento do político e do econômico na vida associativa”.

5.2 O QUE REPRESENTA A MENSURAÇÃO DA UTILIDADE SOCIAL

Conforme prega Dowbor (2007, p. 21), “se quisermos orientar a economia, canalizando racionalmente os nossos esforços produtivos para resultados que nos interessem, devemos construir os instrumentos de avaliação desses resultados”. Este autor relembra que o economista brasileiro, Celso Furtado - estudioso e teórico do desenvolvimento e do

subdesenvolvimento, utiliza o conceito de ‘**rentabilidade social**’ para representar o impacto de investimentos sociais que façam a maior contribuição possível aos problemas da sociedade. Algo absolutamente próximo da noção de utilidade social. Em seguida, Dowbor (2007, p. 21) aponta outros autores que utilizam terminologia específicas para se referir às medidas de desempenho socioeconômicos com visão ampliada para além da simples e objetiva produtividade econômica. Segundo esse autor, para refletir o alcance de ganhos coletivos para além da performance meramente econômica, o cientista político alemão - Jörn Meyer-Stamer - criou o conceito de ‘competitividade sistêmica’, e o economista inglês - Hubert Schmitz - desenvolveu o termo ‘eficiência coletiva’. Todavia, estes termos não parecem os mais adequados para equipararmos à utilidade social no âmbito das políticas públicas e dos empreendimentos associativos, pois se configuram diferentes da perspectiva da ‘**rentabilidade social**’ evocada por Furtado. No caso de Meyer-Stamer¹⁴², o termo ‘competitividade sistêmica’ foi desenvolvido a partir de um projeto com seus colegas Klaus Esser, Wolfgang Hillebrand e Dirk Messner no Instituto Alemão de Desenvolvimento (*Deutsches Institut für Entwicklungspolitik* - DIE) no começo dos anos 1990 e se relaciona mais ao universo empresarial e sua interação complexa e dinâmica com o Estado, as instituições intermediárias e a sociedade civil organizada¹⁴³. A ‘competitividade sistêmica’ afirma que desenvolvimento econômico não tem apenas base no funcionamento do mercado e vai além dos fatores econômicos, ao incluir outros fatores relativos aos esforços coletivos para moldar um ambiente favorável para o desenvolvimento, como a teoria da inovação, a sociologia industrial e a gestão político-econômica do Estado (ESSER *et al.*, 1996, p. 40).

Já Schmitz¹⁴⁴, através do Instituto de Estudos do Desenvolvimento (*Institute of Development Studies* - IDS) da Universidade de Sussex, na Inglaterra, edificou o construto de ‘eficiência coletiva’, vinculado ainda ao setor empresarial, ao investigar os processos de crescimento que surgem de concentrações setoriais e geográficas de pequenos negócios, como os Arranjos Produtivos Locais (APL), de acordo com Erber (2008, p. 16-18). Tais formações de *clusters* tornam possíveis ganhos de eficiência coletiva que firmas individuais raramente conseguem obter. O conceito de eficiência coletiva é usado para apreender esses ganhos. A ‘eficiência coletiva’ define-se como a vantagem competitiva derivada da combinação de externalidades e

¹⁴² Disponível em: <<https://www.die-gdi.de/en/press/press-releases/2009/griefs-for-joerg-meyer-stamer/>>.

¹⁴³ Publicações que detalham e aprofundam o conceito de competitividade sistêmica estão disponíveis em: <<http://www.meyer-stamer.de/port-index.html>>.

¹⁴⁴ Disponível em: <<http://www.ids.ac.uk/person/hubert-schmitz>>.

ação conjunta dos atores, o que lhes conferem uma vantagem competitiva específica e coletivista no âmbito dos resultados econômicos (SCHIMTZ, 1995, p. 545-546). Por outro lado, o termo ‘rentabilidade social’, utilizado por Furtado, adere aos ganhos econômicos resultantes da atuação das organizações - que podem se beneficiar uma coletividade, às demais dimensões que oportunizam benefícios coletivos e valor societal em um dado território. Assim, esse termo se aproxima fortemente ao que a utilidade social traduz como resultado da atuação dos empreendimentos da economia solidária, sobretudo os bancos comunitários de desenvolvimento.

Já o termo utilidade social trata de identificar os suplementos social e ambiental, a “mais valia” dos atores da EES e o que eles realizam no seu território, é a acepção que compreende Jany-Catrice *et al.* (2014, p. 4). Para estes autores, adotar um método de avaliação, em efeito, é a busca das lentes com focos específicos, em que a depender do tipo das lentes as observações diferem é o que compreende. No âmbito da avaliação da utilidade social, tem-se a ferramenta que permite mensurar a riqueza multidimensional (laço social, desenvolvimento territorial, sustentabilidade ambiental) que eles estimam produzir. Esses autores defendem que a avaliação da utilidade social permite levar em conta o contexto da organização, uma vez que as outras tipologias de avaliação atuam sobre um contexto despersonalizado. Os atores locais portam uma atenção ao produto de sua atividade e interrogam sua missão. Quando os atores se apropriam do movimento de avaliação da utilidade social, eles se apropriam dos processos, tornando-os momentos de aprendizagem interna e de autocontrole das ações dos empreendimentos de economia solidária. Isso pode enriquecer os dispositivos de avaliação no seu conjunto, por produzir uma instancia engajada e também considerada imparcial (JANY-CATRICE *et al.*, 2014, p. 13).

A avaliação da utilidade social permite uma postura original na verificação da dimensão social das ações organizacionais, dos projetos de economia solidária e das políticas públicas, é o que pensam Offredi, Dauzie e Ravoux (2010, p. 24). Conforme estes autores, esta postura avaliativa resulta no efeito de alargamento progressivo do registro das dimensões esquecidas ou pouco avaliadas, que passam a ser tomadas em conta à medida de novas incorporações de abordagens e de experimentações sucessivas no campo da avaliação da utilidade social. Tal processo de acumulação é caracterizado por três fases que marcam a passagem de uma avaliação centrada exclusivamente sobre o setor social para uma avaliação se ampliando para levar em consideração o social em outros setores e políticas públicas (saúde, emprego, desenvolvimento sustentável, etc.), sendo estas fases constituídas em três abordagens que se

interpelam e respondem ao marco da demanda avaliativa da utilidade social, como nos demonstram Offredi, Dauzie e Ravoux (2010, p. 25-29):

1) A **abordagem qualitativa de visão interativa** ou avaliação como prática de um sistema de atores saídos do campo dos empreendimentos ou dos projetos - Retrata a percepção da dupla necessidade de articulação das dimensões do econômico, do social e do político para caracterizar o estado do ‘melhor estar’ e da articulação de dados qualitativos e quantitativos para forjar uma observação social de qualidade ao serviço da transformação social. Isso permite colocar as bases de um referencial compartilhado por uma pluralidade de atores sobre um campo de intervenção territorial. Este é um modelo de avaliação qualitativa e participativa que responde a certo *ethos* de ação do campo dos empreendimentos da economia solidária, por exemplo. A avaliação do campo dessas organizações se orientam menos sobre a ação de especialistas e mais sobre as interações com o espaço territorial, na sua acepção societal que articula o ambiental, o econômico, o político e o ético para ampliar o alvo avaliado. Trata-se, portanto, de apoiar o processo avaliativo participativo e engajando - sobre um mesmo projeto e um mesmo espaço territorial - o conjunto dos atores do local com o objetivo de produzir uma intervenção avaliativa coerente e coesa, em vista de melhorar a realidade, em termos de promoção dos indivíduos e grupos (OFFREDI; DAUZIE; RAVOUX, 2010, p. 25-26);

2) A **abordagem avaliativa do desenvolvimento sustentável humano e social** ou a medição da “dimensão esquecida” do social dos processos de desenvolvimento sustentável - Refere-se ao procedimento avaliativo que busca identificar: i) a irreversibilidade social de certas situações engendradas pelo desenvolvimento econômico; ii) uma noção - de desenvolvimento sustentável, humana e social - que não pode ser separada das estratégias dos atores individuais, coletivos, privados e públicos nos espaços territoriais; iii) o duplo conteúdo ético e normativo que visa à criação das condições de uma solidariedade acerca dos mais vulneráveis, em que o “bem-estar” da pessoa humana - nascida ou a nascer - constitui o último objetivo da atividade econômica; e iv) como se dá o rompimento a visão de curto prazo, dominante, por meio da relação de longo prazo e uma forma de desenvolvimento reunindo justiça social, prudência ecológica e eficácia econômica (OFFREDI; DAUZIE; RAVOUX, 2010, p. 27-28);

3) O **registro da utilidade social como dimensão avaliativa** - propõe uma contraposição ao foco da avaliação em torno da noção de performance. A perspectiva de desempenho e performance envia o debate avaliativo em direção aos processos de mensuração na lógica de valorização da otimização orçamentária, financeira e contábil. Enquanto a noção de performance remete ao julgamento em termos de eficácia, eficiência e coerência e não a questão de pertinência, o questionamento avaliativo mobilizado na noção de utilidade social pode render contas sobre a pertinência das ações e diretamente à finalidade destas (OFFREDI; DAUZIE; RAVOUX, 2010, p. 28-29). De fato, a postura avaliativa que consiste em trazer à cena a utilidade social autoriza o avaliador a colocar em discussão os objetivos oficiais da ação. A referência à utilidade social marca, portanto, um alargamento e uma transgressão em relação à noção habitual de avaliação. Trata-se de um reequilíbrio com a noção de performance, medindo, neste caso, a performance social e a governança territorial.

Ainda sobre a discussão da avaliação da utilidade social, Duclos (2010) também aporta um significativo subsídio quando apresenta um método de avaliação da utilidade social para as organizações do campo da ESS, na França, desenvolvido pela associação de educação popular, *Culture et Promotion*. Essa entidade desenvolve, desde 2000, processos de avaliação da utilidade social e chegou a proposta metodológica dividida em cinco etapas-chave: i) clarificação dos desafios e objetivos; ii) construção compartilhada do referencial; iii) estabelecimento de um dispositivo de acompanhamento da ferramenta de coleta de dados; iv) análise dos dados; e v) construção de um ponto de vista partilhado. Conforme reforça a autora, trata-se de um processo participativo, de construção coletiva e de ensino-aprendizado mútuo. A própria noção de utilidade social é um processo de construção progressiva. Assim, a avaliação da utilidade social de um empreendimento permite aprender, juntos, sobre a organização, obter uma ferramenta para se perceber a realidade em que esta inserida e, sobretudo, de melhorar a sua governança (DUCLOS, 2010, p. 57).

De acordo com Duclos (2010, p. 58-59) a **chave dessa abordagem metodológica é a autoavaliação acompanhada**. A avaliação da utilidade social vem como resposta à demanda de uma estrutura organizacional (uma associação, um empreendimento produtivo, um organismo público) ou uma coletividade territorial (um fórum, um conselho, um grupo). O processo é adaptável as necessidades específicas de cada organização, mas é possível identificar seis princípios comuns da aplicação da avaliação da utilidade social, a qualquer estrutura ou coletividade avaliada: 1) É um **processo não arbitrário ou impositivo** - Diferentemente da

maioria das avaliações demandadas por financiadores, a avaliação da utilidade social é escolhida e não imposta. A organização demandante deseja implementar este tipo de avaliação para melhor perceber os efeitos de sua ação. Esta abordagem não impositiva e autoritária de avaliação é necessária para a organização consolidar seus pontos fortes e, principalmente, aceitar seus pontos fracos; 2) Trata-se de uma **autoavaliação acompanhada** - A organização define o referencial e escolhe os indicadores a serem avaliados em cada local, faz suas análises e tira seus ensinamentos, acompanhado por um mediador independente-externo do processo de avaliação; 3) O **mediador-acompanhante tem um triplo papel** - Primeiro, vai fazer as partes interessadas na avaliação encontrar a melhor matriz referencial de indicadores de utilidade social adequada ao empreendimento a ser avaliado. Segundo, ele é o especialista e será o responsável por aportar a metodologia e dar exemplos de outros processos de outras avaliações. E terceiro, será o estimulador da condução da avaliação colocando para o debate as perguntas que provocam descontentamento; 4) Forma-se um **vínculo com os públicos de interesse (stakeholders)** - As partes interessadas na ação, na organização se envolvem e participam ativamente do processo; 5) Deve-se basear em **identidade coletiva** - Neste momento, a utilidade social é partilhada entre os participantes e servirá de referência para a avaliação. Ademais, cada um será responsável pelos resultados de sua avaliação. 6) Há um **pragmatismo antes de tudo** - O processo de avaliação é concebido em função das necessidades da organização. A avaliação deverá se adaptar aos meios disponíveis da organização.

Mesmo que já exista uma história longa em torno da avaliação da utilidade social de empreendimentos de economia solidária e de políticas pública, na França, que permite um conjunto de metodologias e saberes sistematizados, ainda existem preocupações compartilhadas pelos atores, investigadores, bem como, por parte das autoridades públicas sobre a avaliação da utilidade social nos empreendimentos e políticas pública de economia social e solidária. Fraisse (2007, p. 51) constata que os atores do campo estão preocupados que: (i) a atuação das associações seja reduzida a sua utilidade externa (ainda que social); (ii) os empreendimentos sejam avaliados e financiados não pelo que são (sua missão e operação), mas principalmente pelo que eles geram na perspectiva socioeconômica e sociopolítica. Deste modo, a avaliação da utilidade social se transforma em procedimentos administrativos de controle, levando à padronização das práticas e reduzindo as singularidades inerentes nas ações e na gestão interna de cada empreendimento. Em razão de todas estas apreensões, os pesquisadores e atores do campo são cautelosos na construção de indicadores. A aparente

imprecisão de uma definição e sua natureza flexível, às vezes se supõem necessárias para garantir uma maior apreciação e aprofundamento teórico do que seja a utilidade social na atividade associativa. No entanto, é exatamente esta falta de precisão que gera uma reserva por parte das autoridades públicas, na França, dado o risco de potenciais conflitos de interpretação dos resultados. Não obstante, as análises da literatura e as entrevistas realizadas durante o estágio doutoral com pesquisadores da temática da utilidade social tornaram evidentes que todos defendem que os atores do empreendimento manifestem o significado de utilidade social e se apropriem dos instrumentos de avaliação. De acordo com Jany-Catrice *et al.* (2014, p. 5), as dimensões são necessariamente incompletas porque o conteúdo da utilidade social deve ser sempre o resultado de uma construção social.

O conhecimento obtido através da mediação de diversos procedimentos de construção coletiva da avaliação da utilidade social é o que traz Duclos (2010) outra vez à cena. Segundo Duclos (2010, p. 73), existem cinco fatores diretamente condicionantes da utilidade social que merecem uma atenção particular para se ter uma compreensão mais ampla e precisa, ao mesmo tempo, do significado da avaliação de utilidade social de empreendimento da economia solidária. O primeiro aspecto remonta a criação ou o reforço do **laço social** é comum a todas as avaliações da utilidade social. Geralmente, isto ocorre porque as organizações constituíram espaços de convivência coletiva que favorecem as ações coletivas. Isto se eleva caso estes espaços de convivialidade forem representados pela diversidade social efetiva do local. Estas ações acabam por enriquecer o capital social e elevar a coesão social do território. O segundo aspecto refere-se à gestão democrática das atividades e da organização no campo da **cidadania**. A participação é um construto que tem relevância na questão da cidadania como valor da utilidade social.

Já o terceiro aspecto é o **reconhecimento**. Conforme Duclos (2010, p. 74), nas avaliações da utilidade social, tratar deste elemento é observar a ampliação da confiança, a melhora da autoestima e da imagem da organização e do território. Quanto mais reconhecimento mais engajamento social. As **contribuições econômicas indiretas** representam o quarto aspecto, que indica que os componentes da utilidade social deste elemento giram em torno dos custos econômicos e sociais evitados no território pela ação da organização. Eles são de difícil mensuração, pois não podem ser atribuídos a uma só atividade e muitas vezes os reais valores são tão acessíveis. Por exemplo, **os custos evitados pela redução na saída de carros de polícia para ir até o território ou o número de boletins de ocorrência, ou ainda, o número de casos de doenças evitadas**. Claro que “os valores dos custos evitados devem está

representados menos pelo valor em moeda e mais pelos ganhos de eficiência” (DUCLOS, 2010, p. 75). Finalmente, o quinto aspecto é a **inovação**. As criações de métodos novos e dispositivos originais para responder as necessidades do território são o centro do que trata este elemento das avaliações da utilidade social. Todavia, nem todas as ações originais podem ser uma inovação útil para a sociedade e três critérios para analisar a inovação e qualificá-la quanto à utilidade social são apontados por Duclos (2010, p. 75): i) o caráter novo em termos de conteúdo, método participativo, técnica e resultados coletivos produzidos para a coletividade; ii) o aprendizado obtido pela organização; e iii) a difusão e o potencial de apropriação por outros atores em outros territórios. Estes três critérios combinados permitem de colocar a inovação como utilidade social do empreendimento da economia solidária.

Mesmo com esses aspectos e elementos estabelecidos, Gradey (2005, p. 524) tenta demonstrar que é preciso não se conformar com as dimensões e critérios formais ou documentos externos (parceiros ou financiadores) sobre o que seja a utilidade social, mas eles devem desconstruí-los e reconstruí-los inspirados em seus próprios valores, práticas, ações, resultados e impactos. Além disso, Gadrey (2004, p. 121) dá pistas sobre as dimensões e subdimensões que devem ser percebidas para entender o que podem ser considerada a utilidade social dos empreendimentos da economia social e solidária. Para esse autor, os instrumentos de avaliação devem expressar a utilidade social como: (i) um componente econômico; também ligada à luta contra a exclusão, a desigualdade e à luta para o desenvolvimento humano sustentável; (ii) um elemento vinculado ao laço social de proximidade e da democracia participativa; e, (iii) um projeto de inovação social e comunitário. A dimensão social da utilidade social nos empreendimentos da economia solidária se manifesta, assim, pelo fortalecimento dos laços sociais, pela construção das redes de cooperação, pelo “estoque”/acúmulo das relações sociais firmadas no território, e pela contribuição para o desenvolvimento regional e solidificação da democracia local. Ademais, a utilidade social reivindica uma dimensão política consubstancial da economia social e solidária. Intrínseca aos modos de organização dos seus empreendimentos ou dos estatutos da economia solidária, esta dimensão política é destacada para assinalar que a economia social e solidária participa na definição das políticas públicas e da vida compartilhada em sociedade (JANY-CATRICE *et al.*, 2014, p. 5).

Dito isto, a utilidade social em um empreendimento da economia solidária pode ser identificada se sua prática está enraizada nos princípios de redução das desigualdades econômicas, no fortalecimento dos laços sociais, de solidariedade e de sociabilidade; e na

melhoria das condições de vida coletivo de um território ou comunidade para o desenvolvimento sustentável. Entretanto, a utilidade social de uma experiência de economia solidária, como os bancos de desenvolvimento da comunidade, não é separada do componente econômico. Como reforça Gadrey (2004, p. 65-69), um aspecto a ser compreendido da utilidade social é o forte componente econômico que ela deve comportar. No entanto, esse componente é formado pela riqueza econômica plural criada na comunidade através dos benefícios coletivos gerados e do desenvolvimento endógeno construído sobre o território. Por seu turno, a dimensão técnica da organização e de gestão do desenvolvimento territorial, submetida à sua utilidade social, deve levar ao fortalecimento dos laços sociais, a emancipação política da comunidade e à criação de espaços de tomada de decisões coletivas no território.

Considerando essas alegações, pode-se inferir que a sustentabilidade de um empreendimento na economia solidária não pode estar circunscrito apenas à viabilidade econômica e financeira. Ela deve ser interpretado em uma sustentabilidade plural que vai além da dimensão econômica mercantil, mas compreende uma multiplicidade de lógicas econômicas (a economia de mercado, a economia não mercantil/redistribuição e a economia não monetária/domesticidade e reciprocidade) e que também envolve dimensões social, político, cultural e ambiental em torno de um espaço territorial. Diante disto, assume-se que há claramente uma perspectiva de criação de valor social pelos bancos comunitários de desenvolvimento. Assim, supõe-se que a utilidade social se consubstancia na realidade de um BCD, mesmo que seja um desafio compreendê-la e inseri-la como um elemento central na avaliação dos resultados e impactos dessas práticas de finanças solidárias para determinar o sucesso, a sustentabilidade e a viabilidade. Jany-Catrice *et al.* (2014, p. 4) adverte que esta visão de avaliação da utilidade social interroga sobre a percepção de riqueza e como medi-la. Em outros termos, como medir a forma que progride esta riqueza? Isto passa pela renovação dos modelos de cálculo, colocando em relevo o que até agora ficou invisível ou não medido (o laço social, a autonomia, a qualidade de vida, a saúde, a proteção ambiental, etc.). E por fim, o que é a riqueza? Essa é uma questão essencial e necessariamente coletiva que apela para uma resposta compartilhada.

Enfim, avaliar a utilidade social dos empreendimentos de economia solidária, como os BCD permitirá perceber os efeitos desta utilidade social, seja nos objetivos internos à organização ou em um objetivo de comunicação para os parceiros externos. A admissão dessa visão de valor social/societal e de utilidade social permitirá, na medida em que se aplique uma

avaliação desta utilidade social, verificar mais claramente as capacidades dos BCD em: (i) auto-organizar e desenvolver uma efetiva dinâmica associativa; (ii) estabelecer relações de cooperação com base na confiança e na solidariedade; (iii) reforçar o sentimento de pertencimento, de identidade comum, que inclui um grupo ou a relação de um indivíduo a um determinado território; (iv) responder aos direitos que estão relacionados com a democracia econômica como acesso irrestrito às taxas de juro justas; e (v) procurar outras fontes de financiamento renovável, principalmente relacionadas com a realidade de seu contexto local. De fato, é este ponto de vista da utilidade social que deve ser considerado para se compreender as avaliações de viabilidade dos bancos comunitários de desenvolvimento. Dessa forma, é basilar a necessidade de ampliar o entendimento do conceito de utilidade social para realçá-lo e registrá-lo como um componente central na avaliação dos BCD brasileiros. Qualquer avaliação da BCD que não contém esta noção vai produzir resultados irrealistas ou inferiores aos que representam os efeitos e os impactos reais dos BCD. Portanto, a avaliação da utilidade social se encontra sob articulação de processos coletivos, trabalhando - com pragmatismo e rigor - sobre dimensões abertas e referências em construção, cujos indicadores são - ao mesmo tempo - comuns ao conjunto dos atores e adaptáveis a cada um deles. A noção de utilidade social se constrói progressivamente sobre o processo de avaliação e as atividades executadas, neste momento, se reforçam, se (re)juntam e se completam para consolidar a proposta deste modelo de avaliação, centrado na utilidade social desses empreendimentos.

Trazendo uma oportuna argumentação complementar, Viveret (2004, p. 44) entende que é preciso dispor de uma ferramenta capaz de identificar uma forma 'criadora' e positiva as ações econômicas, na sua pluralidade e hibridismos, das organizações que eliminam as mazelas sociais e, portanto, se deve apontar para a questão ainda mais profunda da necessidade de mudança de termômetro de medição da riqueza. Porém, o autor alerta que "é inútil pensar sobre novas ferramentas se não entender por que as antigas foram confirmadas" (VIVERET, 2004, p. 44). Assim, para apontar uma resposta a esta sua demanda, Viveret (2004, p. 48) revela uma análise para se compreender a transformação cultural considerável que fundou este modelo de economia de mercado e de 'sociedade de mercado', que é dominante a tal ponto que é capaz de subordinar o direito e a política, seus valores, referências, critérios de eficácia e eficiência àqueles de ordem econômica: "uma vez que se passa de um mundo onde o que realmente tem valor (o sol, o tempo, o amor) não tem preço, para o seu inverso onde o que não tem preço não tem realmente valor" (VIVERET, 2004, p.

53). Nessa contextualização evidenciada pelo autor, são apresentadas as definições de **riqueza**, **utilidade** e **valor** difundidos no século XIX, por economistas como o britânico Thomas Robert Malthus e os franceses Jean-Baptiste Say e Marie-Esprit-Léon Walras. Estes economistas são também referenciados por Méda (1999) no seu levantamento histórico da origem contemporânea do conceito de riqueza, exposto na obra *‘Qu’est-ce que la richesse?’* (O que é a riqueza? em livre tradução).

Começando por Malthus, Viveret (2004, p. 48) reporta que este escreveu, em 1820, os ‘Princípios de Economia Política’ com um capítulo destinado à **definição de riqueza**, objetivando dar um conceito ao termo que permitisse a nova ciência nascente, a Economia, garantir a sua autonomia em comparação com outras disciplinas acerca do termo riqueza. Para tanto foi preciso, primeiramente, fundamentar uma rejeição às definições mais restritas, tal a dos fisiocratas, que pregavam que a riqueza só provém da terra¹⁴⁵. Malthus procurou integrar esta perspectiva de riqueza àquela que é oriunda da produção relacionada ao surgimento da indústria. Porém, como exposto por Viveret (2004, p. 49), “ele não quis uma definição tão ampla e qualitativa, e não por razões ligadas com a questão própria riqueza, mas para evitar a introdução de certa confusão na ciência da economia política”. Trata-se, portanto, de uma convenção cujo objetivo duplo é destacar algumas atividades em detrimento de outras (neste caso, a produção material e de commodities) e para assegurar à economia os meios de afirmar a sua autonomia, dando-lhe o estatuto de uma ciência objetiva sentada em comparações quantitativas. “É por isso que vamos encontrar em Malthus a maioria das grandes contradições sobre a valoração da riqueza que ainda estão presentes atualmente”, exclama Viveret (2004, p. 49). As questões críticas indicadas por este autor para as ideias de Malthus, estão: na contabilização de produções diversas em adotar um padrão único, a moeda, visando o abandono de qualquer tentativa de avaliação da natureza das demais riquezas; na recusa de considerar o trabalho doméstico como produtivo, embora seja claro que os serviços pessoais são um estímulo ativo para a produção de riqueza, nunca se afirmou que eles tenham uma contabilização direta; e, na tese da não produtividade dos serviços públicos, preconizando

¹⁴⁵ Os fisiocratas são aqueles estudiosos que estavam afiliados as concepções prescritas pela escola do pensamento econômico denominada Fisiocracia - termo originado da associação dos vocábulos gregos *physis* e *kratos* que expressa o 'governo da/pela natureza'. A doutrina professada pelos economistas fisiocratas a partir da segunda metade do séc. XVIII e se baseava em princípios, como: toda a riqueza que a riqueza era derivada unicamente do valor das terras agrícolas ou do seu desenvolvimento; a única classe produtiva é seria de agricultores; e existem leis naturais com base na liberdade individual e na propriedade privada que devem ser respeitados para manter a ordem do sistema econômico perfeita. O principal pensador desta escola foi o economista e médico francês, François Quesnay. Informação disponível em: <<http://www.cnrtl.fr/definition/physiocratie>>.

que, embora um funcionário do governo realize um trabalho como um funcionário de empresa, sua produtividade não é considerada como geradora de riqueza.

Já as análises de Viveret (2004) acerca do pensamento de Say e Walras são direcionadas a **definição de utilidade** construída por estes economistas. Em seu ‘Tratado de Economia Política’, obra publicada em 1803, Say definirá utilidade como ‘a capacidade que tem certas coisas de poder satisfazer as diversas necessidades dos homens’. Say irá introduzir uma ligação fundamental entre três conceitos (a utilidade, o desejo, o sacrifício) no processo criativo de um quarto elemento: o valor. Em outros termos, a utilidade de uma coisa é o que faz dela algo de valor. “A utilidade torna o bem desejável e leva os homens a fazer um sacrifício para possuí-lo. Essa percepção de utilidade vai introduzir uma grande inovação que não irão se esgotar - lamentavelmente, na atualidade, as oportunidades de viver suas consequências” (VIVERET, 2004, p. 50). Por sua vez, também com relação à **definição de utilidade**, Walras sistematizou uma série de questões no seu livro ‘Elementos de Economia Política Pura’, de 1926. Para Walras, as coisas são úteis desde que elas possam ser usados para qualquer finalidade e permitir satisfação, e - assim, o que é apenas necessário, agradável ou supérfluo se não trouxer satisfação é somente mais ou menos útil. Em uma análise síntese final, Viveret (2004, p. 51) ressalta que “são essas interpretações de riqueza e de utilidade que contribuíram para solidificar o modelo de economia de mercado o qual vivenciamos, que mercantiliza a vida privada, patenteia os seres vivos, e estabelece licenças de contaminação”.

Com uma apreensão próxima dessa explicitada acima, Offredi (2010, p. 37-38) defende que existe, portanto, dentre os economistas liberais uma concepção de utilidade que reenvia esta noção à perspectiva de bem-estar e utilidade individual. Esta doutrina utilitarista ou utilitarismo econômico considera que o homem, como um indivíduo, exerce sua escolha racional guiado pela perseguição de interesses pessoais com uma perspectiva de resultado. Esta concepção se alinha ao que Guerreiro Ramos (1989), no seu estudo crítico ‘A Nova Ciência das Organizações’, nomeia de cálculo utilitário das consequências, na perspectiva do uso da racionalidade por objetivos. Tal tradição utilitarista em economia foi fortemente criticada por Sen (2010) que apresenta uma ruptura para esta concepção liberal de utilitarismo. Conforme o autor, a utilidade não deve visar à melhoria do bem-estar individual, mas significar uma capacidade de ação coletiva dos indivíduos e que pode ser percebida no empoderamento coletivo mobilizado. Os desafios da ética por trás desta nova perspectiva deve tentar responder às questões de saber “como nós devemos viver coletivamente” e “como nós podemos atingir o bem-estar da humanidade” (SEN, 2010, p. 95). A propósito, Sen (2010,

p. 95) declara que na ética utilitarista tradicional da economia, define-se “utilidade” como bem-estar, felicidade ou prazer produzido pela satisfação de desejos. Esse modo de ver a utilidade, a partir de uma medida mental (de felicidade ou desejo), foi propagado não só por filósofos precursores do utilitarismo, como o inglês Jeremy Bentham, mas por economistas pioneiros - como os também ingleses Alfred Marshal e seu discípulo Arthur Cecil Pigou - e, mais a frente, nas ideias defendidas por Say e Walras, como demonstrou Viveret (2004).

Entretanto, no emprego moderno de utilidade, na teoria da escolha contemporânea, sua identificação com prazer ou satisfação de desejo tem sido em grande medida abandonada em favor de considerar a utilidade simplesmente como a representação da escolha de um indivíduo. De modo mais rigoroso, Offredi (2010, p. 38) propõe a emancipação da utilidade social como categoria científica referente ao paradigma utilitarista da economia clássica. Isto também é pretendido por Viveret (2004) com vistas a se estabelecerem novos fatores de riqueza - para se conformar o fato de que se trata de uma categoria científica que se remete tanto ao engajamento - como *ethos* de ação - quanto à liberdade como valor - no sentido da representação que a liberdade tem para o desenvolvimento, decretado em Sen (2010). Em outras palavras, é preciso fazer da economia um espaço de trocas pacíficas - remetendo-se ao sentido etimológico que a moeda tem como forma de pagamento ou pacificação, como lembrado por Viveret (2010, p. 6-7), no qual a utilidade social poderá encontrar seu lugar ao lado da utilidade puramente econômica. A propósito, esta lógica de relação é um ponto fundante para a forma do funcionamento dos BCD, cujas formas de regulação econômica vivenciadas (mercantil, não mercantil, não monetária e doméstica) têm efeitos sociais e podem, portanto, ser fontes de utilidade social ou desutilidade social. O debate sobre a forma como a riqueza é percebida e avaliada, bem como acerca das novas concepções que propõem rever e ampliar a interpretação, os indicadores e a avaliação das riquezas é o objeto da próxima seção deste trabalho.

5.3 NOVOS CONCEITOS, NOVAS INTERPRETAÇÕES E A EMERGÊNCIA DE OUTRAS FORMAS PARA AVALIAR AS RIQUEZAS

Esta seção é direcionada a tratar do que vem sendo discutido, teorizado e já sistematizado na forma de alguns indicadores de mensuração que se propõem a corrigir distorções acerca do significado de riqueza. Ademais, busca-se nesta seção desta tese apresentar, a partir da revisão dos estudos de destacados pesquisadores a admissão da existência de outros fatores determinantes de riquezas no planeta, os quais não estão sendo assumidos, identificados ou

priorizados - de modo mais universal - pelas concepções convencionais de definição e avaliação da riqueza e do desenvolvimento do/no mundo. Isto posto, é razoável que se inicie a seção com uma apreciação crítica conduzida por Amartya Sen, um dos principais estudiosos deste movimento de construção de outros indicadores que simbolizem melhor a riqueza e o desenvolvimento para além da medida de crescimento econômico edificada pelo Produto Interno Bruto.

Sen (2010, p. 28) cita uma referência a noção de riqueza elaborada pelo filósofo grego Aristóteles no livro *Ética a Nicômaco*. Na obra, este pensador da antiguidade clássica relata ao seu filho Nicômaco que “a riqueza - evidentemente - não é o bem que estamos buscando, ela é meramente útil de se obtida e sempre em proveito de alguma outra coisa”. Em outras palavras, se existe um propósito para se ter mais riqueza, é necessário indagar quais as razões, como elas funcionam, do que elas dependem e que atividade pode ser executada com mais riqueza obtida? Geralmente, acredita-se que há boas motivações para se desejar mais renda e riqueza e “isso não acontece porque elas sejam desejáveis por si mesmas, mas porque são meios admiráveis para se obter mais liberdade para levar o tipo de vida que existe razão para valorizar” (SEN, 2010, p. 28). Para Sen (2010, p. 29), a maximização da renda ou da riqueza, que é - como observou Aristóteles - “meramente útil e em proveito de alguma outra coisa” deve ser revisitado e reanimado pelos movimentos econômicos contemporâneos, na mesma linha de entendimento pela qual o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. Igualmente a ideia de desenvolvimento tem de estar relacionada, sobretudo com a melhora da vida e das liberdades que se desfruta cotidianamente. Expandir as liberdades que se tem razão para valorizar não só torna a vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos.

Entendendo este contexto do passado e impulsionando-o para o futuro, Viveret (2010, p. 6) argumenta que é necessário começar a resistir a nova linguagem dos economistas dominantes, hábeis a transformar o senso das palavras para desviá-las dos reais significados, a fim de reduzir a riqueza e o valor à acumulação de dinheiro. O **valor**, na sua acepção latina, corresponde a força de vida que se exprime tanto no plano físico quanto psíquico e a **moeda** é unicamente uma representação simbólica **de riqueza**. Ela é destinada a facilitar as trocas, e mais ainda - o que é geralmente esquecido - a pacificar os termos da troca entre os grupos humanos que não fazem confiança entre si, mutuamente. Essa é a razão pela qual o termo ‘pagar’ tem a mesma origem latina - *pacare* - do vocábulo pacificar (VIVERET, 2010, p. 6-

7). Cabe destacar que, na antiguidade e até alguns séculos recentes, os ‘bens livres’ necessários para a sobrevivência, sobretudo para a alimentação, eram bens abundantes e gratuitos ou sem valor econômico. Já na modernidade industrial, para possuírem valorização monetária, foi estimulada a raridade destes bens. Por exemplo, a água potável e abundante não tem valor econômico, mas se a poluição conduziu a criar um circuito de saneamento e purificação ou - de forma exponencialmente mais rentável - a substituição por água mineral vendida em garrafas plásticas trazem valor econômico. Isso é o que assevera Viveret (2010, p. 10-11) e sentencia, resumindo essa ideia, que “para criar valor econômico, expresso em moeda, é preciso destruir ou reduzir artificialmente os ‘valores’ naturais e humanos”.

Segundo o autor, a distinção entre **valor de uso** e **valor de troca** é útil para lutar contra o fundamentalismo mercantil, ou por reservar um espaço não mercantil aos bens ou aos lugares nos quais o valor é tão importante que não tem preço estimado. Portanto, é necessário recusar a mercantilização da natureza e dos seres vivos. Existe força de vida e poder criativo não quantificável em moeda, como o tempo - e, sobretudo não qualificáveis monetariamente, por exemplo, o valor do sol e do amor (VIVERET, 2010, p. 13-14). Nesse sentido, é imperativo reagir a essa abordagem ponderando acerca das alternativas a este modelo que engendrou a economia de mercado. Para se chegar a esse outro modelo, passa por questionar o modo de produção, o modo de consumo e, mais amplamente, o modo de vida dessa sociedade de mercado. Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza, do valor quantificável em moeda, da mercantilização da natureza e de outras variáveis relacionadas à renda. Com relação à renda, a propósito, convém evocar que as desigualdades de renda no planeta ainda são alarmantes. Dowbor (2009, p. 112) traz à luz o resultado do Índice de Gini¹⁴⁶ para a riqueza global que foi estimado em 0,899. Esse valor de Gini demonstra que se US\$ 100.00 fossem distribuídos entre 100 pessoas do planeta, uma pessoa somente receberia US\$ 90.00 e os 99 restantes acessariam somente US\$ 0.10 centavos de dólares cada. Mesmo sendo preocupante esta informação, o alarme é que isto poderia ser anulado, pois há recursos mundiais para tal. Todavia, a maior parte dos recursos gerados no planeta é destinada para outros propósitos que não o extermínio das desigualdades.

¹⁴⁶ O Índice de Gini é um parâmetro internacional usado para medir a desigualdade de distribuição de renda entre os países, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, em 1912. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0,0000 a 1,000. O valor 0,000 representa a situação de igualdade, ou seja, todos no espaço o qual foi aplicado a avaliação do índice têm a mesma renda. Já o valor 1,000 está no extremo oposto. Isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza do local. Informações disponíveis em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23>.

Viveret (2004, p. 21) exprime, com certo incomodo, outra constatação indigna acerca do tratamento dado ao combate a pobreza global. Conforme o autor, para combater os graves problemas que afetam a humanidade, destacadamente ambientais e a pobreza, são necessárias algumas dezenas de bilhões de dólares por ano - US\$ 50, 0 Bi. Esse autor comenta que parece haver uma incapacidade de levantar esta soma, revelam os pesquisadores. E, em seguida, coloca um congruente questionamento: como se desenterra cinco ou dez vezes mais esse montante em despesas para publicidade? Isto dá uma clara demonstração que a escassez dos recursos não é absolutamente a razão das principais manifestações do mau desenvolvimento mundial. Fica evidente, portanto, que não se trata de um problema de carência de recursos ou meios, mas da ausência de vontade política e social.

Confirmando e atualizando a afirmação de Viveret (2004, p. 21), o *The Borgen Project*¹⁴⁷ apresenta que, segundo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁴⁸ da Organização das Nações Unidas (ONU), serão necessários US\$ 264,0 Bi gastos globalmente por ano até 2030 para acabar com a miséria no mundo. ORGANIZAÇÃO... (2016, p. 28), igualmente dentro do quadro dos ODS, aponta que - dentre as medidas urgentes para combate às mudanças climáticas e seus impactos - será importante cumprir a meta de mobilizar US\$ 100,0 Bi por ano até 2020. Essa soma de mais US\$ 360,0 Bi é um valor elevado e pode-se mostrar difícil de ser levantado. Todavia, isto representa menos de 70,0% dos US\$ 531,0 Bi aplicados em publicidade no planeta durante todo o ano de 2015¹⁴⁹; pouco mais de 60,0% dos US\$ 577,0 Bi investidos no orçamento da Secretaria da Defesa, em 2015, pelos Estados

¹⁴⁷ O *The Borgen Project* é uma organização sem fins lucrativos fundada em 2003 na cidade de Seattle/EUA, com o propósito de combater e exterminar a pobreza e a fome no mundo. Suas duas principais iniciativas são atuar junto aos líderes de governos nacionais para agirem de modo mais incisivo no combater a pobreza global; e a mobilização para manter a pobreza um foco da política externa dos EUA. Informações disponíveis em: <<http://borgenproject.org/how-to-answer-global-poverty-aid-faqs/>>.

¹⁴⁸ Em 2000, a ONU estabeleceu oito objetivos de busca do desenvolvimento social a serem alcançados até o final de 2015, dentre os quais reduzir pela metade a miséria e a pobreza mundo. Estas oito metas ficaram convencionalmente conhecidas por Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Desde então, progressos significativos foram realizados com a redução da pobreza global e da mortalidade infantil, assim como, a ampliação do acesso água potável. Em função do alcance das principais metas dos ODM, em 2015, a ONU redefiniu e ampliou os ODM para os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Trata-se de uma nova agenda com 17 objetivos a ser cumprida até 2030, que deve finalizar o trabalho dos ODM, de desenvolvimento sustentável para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Informações disponíveis em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx> e <http://www.pnud.org.br/ODS.aspx>>.

¹⁴⁹ Conforme o *Executive summary: advertising expenditure forecasts*. Londres: ZenithOptimedia, 2015. 11 p. Disponível em: <<http://www.zenithoptimedia.com/wp-content/uploads/2015/06/Adspend-forecasts-June-2015-executive-summary.pdf>>.

Unidos da América (EUA)¹⁵⁰; e o ínfimo percentual de menos de 0,5 % do Produto Interno Bruto (PIB) de todo o mundo, em 2014, de US\$ 77,84 Tri¹⁵¹. Para esse autor, há uma evidente necessidade de reconsiderar o que é chamado por ‘riqueza’ e por ‘valor’, bem como “parar de considerar ‘peso desmedido à moeda’, que é somente uma representação simbólica dessa riqueza e não da riqueza real, a fim de evitar vê-la se transformar de ‘útil servidora à mestre tirana’” (VIVERET, 2004, p. 21).

A propósito, segundo Viveret (2004, p. 162), as disfunções da moeda na economia mundial é atualmente a causa de uma dupla consequência perversa tanto pela insuficiência de dinheiro circulando em certos ambientes, por um lado, como pelo excesso de moeda **circulando**, em outro polo. Na compreensão dele, no primeiro caso, trata-se da afirmação da pobreza e da miséria e seus efeitos destruidores que as instituições internacionais prometem erradicar - sem sucesso, a cada 15 anos - como visto com os ODM e agora com os ODS promovidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) - muito por falta de se combater as causas mais que os sintomas. Já na segunda situação, aludi-se a expansão totalmente desproporcional da ‘bolha financeira’ e do ‘capital volátil’ que faz **circular**¹⁵² uma quantidade de moeda sem relação com os bens e serviços reais intercambiados no mercado. É sabido que uma das funções da moeda é ser meio de pagamento e instrumento de troca.

Por sua vez, sistema financeiro bancário é o espaço usual, no modelo econômico atual, para circularem os fluxos financeiros gerados pelos pagamentos e trocas. Todavia, para uma parte significativa da população mundial a moeda não pode cumprir a sua função primária, pois mais de 2,0 Bi de pessoas adultas no planeta estão fora do sistema bancário, conforme Demircuc-Kunt *et al.* (2015, p. 2-4). É de fato alarmante, como indica Viveret (2010, p. 163), o PIB ser a principal ferramenta de medida da economia monetária em um mundo no qual 38,0% da população adulta¹⁵³ não tem acesso à conta bancária (ver **Figura 18**).

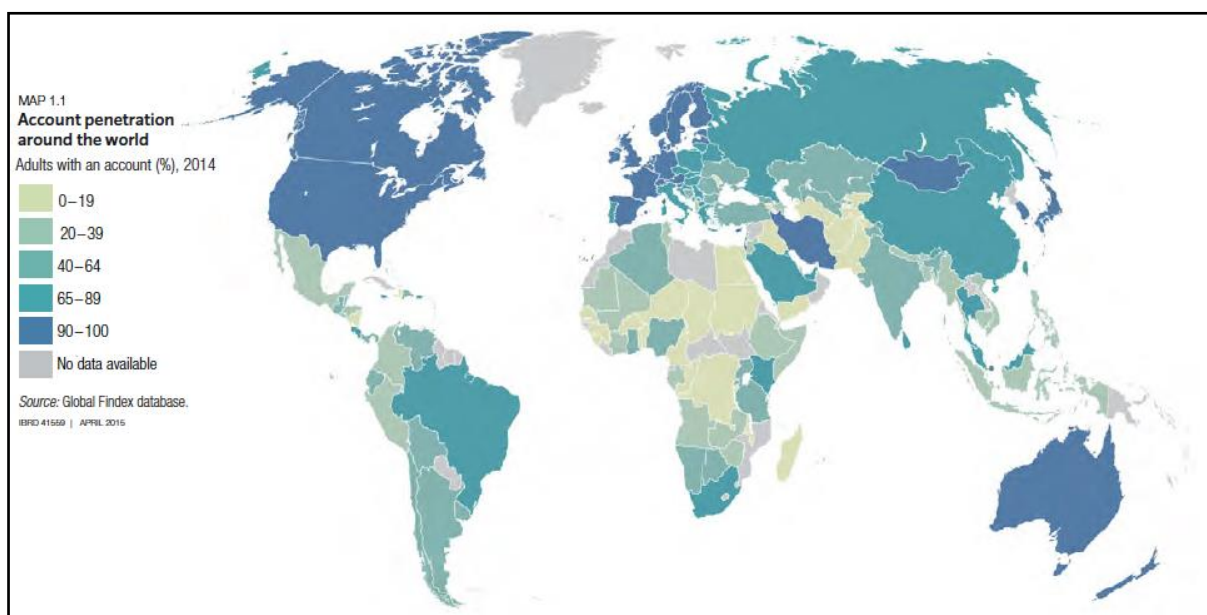
¹⁵⁰ Informação disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/12/congresso-dos-eua-aprova-us-577-bilhoes-em-gastos-de-defesa.html>>.

¹⁵¹ Valor do PIB Global 2014 em preços correntes de mercado, de acordo com o *2015 World Development Indicators*. Washington DC: World Bank, 2015. p. 4. Disponível em: <<http://wdi.worldbank.org/table/4.2#>>.

¹⁵² Este termo (circular) está demarcado tanto aqui quanto no princípio do parágrafo (circulando) para evidenciar que a circulação de dinheiro nesta segunda situação acontece sobretudo através de transações virtuais on-line ou exercidas nas mesas de negociação das corretoras das bolsas de valores e de mercado futuro mundiais, não na real circulação de moeda pela troca e pagamento de bens e serviços nos ambientes físicos.

¹⁵³ Segundo o banco de dados *The Global Findex*, do Banco Mundial, que é a base de dados mais abrangente no mundo sobre a inclusão financeira e mede consistentemente uso de serviços financeiros (por exemplo, como os indivíduos depositam, emprestam, fazem pagamentos e gerenciam riscos). O "*2014 Global Findex*" composto por mais de 100 indicadores e baseado em entrevistas com cerca de 150 mil pessoas,

Figura 18 - Mapa-múndi da penetração bancária



Fonte: Retirada de Demirguc-Kunt *et al.* (2015, p. 12)

Assim, torna-se incongruente contabilizar ou considerar que o tamanho da economia global e o seu crescimento sejam representados por menos de 2/3 de seus habitantes¹⁵⁴. No Brasil, os percentuais da população que está fora do sistema bancário convencional são próximos aos da realidade global. Dados de 2015 da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) com instituições do sistema financeiro (ISF) apontam que 40,0% da população economicamente ativa (PEA) do país¹⁵⁵ não possui conta bancária. Outro levantamento - também de 2015, desta feita com consumidores, realizado pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ), mostrou que 36,0% da população brasileira não possui conta em

nacionalmente representativas e selecionados aleatoriamente em mais de 140 países, expôs que cerca de 38,0% da população mundial, acima de 15 anos, não possuíam conta bancária. Informação disponível em: <http://data.worldbank.org/data-catalog/financial_inclusion>.

¹⁵⁴ A população mundial em 2014, segundo o Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED), da França, era 7,25 Bi de habitantes. Deste total, 74,0% (5,4 Bi de pessoas) representam a população acima de 15 anos do planeta que é a faixa investigada na pesquisa pelo "2014 Global Findex" do Banco Mundial. Informações disponíveis em: <http://www.ined.fr/fr/tout-savoir-population/graphiques-cartes/population_graphiques/> e <<https://www.ined.fr/fr/publications/population-et-societes/tous-les-pays-du-monde-2015/>>.

¹⁵⁵ Este dado foi obtido na "Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária" que é realizada, de modo contínuo, há 24 anos com o propósito de mostrar aos diferentes públicos a evolução da indústria bancária nacional. A FEBRABAN em parceria com a Strategy& (empresa de consultoria global do grupo PwC) realizaram esta pesquisa com 95% do universo do setor bancário brasileiro em relação ao número total de agências, representando 20 instituições financeiras que operavam no país, no início de 2015. Informações disponíveis em: <http://www.febraban.org.br/febraban.asp?id_pagina=67> e <<http://www.valor.com.br/financas/4006542/bancarizacao-avanca-no-brasil-e-atinge-60-da-populacao-que-trabalha>>.

banco¹⁵⁶. Na média, as duas fontes de dados brasileiras se aproximam do dado mundial de 38,0% apresentado pelo *The Global Findex*, do Banco Mundial, e em Demirguc-Kunt *et al.* (2015).

Diante desse contexto, Viveret (2004, p. 162) considera que a raridade artificial de dinheiro em circulação provoca, para os detentores da moeda, uma posição de dominação e obriga os dominados a utilizarem somente uma parte do potencial de troca e atingirem um baixo percentual de inclusão no sistema monetário que é alcançado pela contabilização do PIB. Importa desvelar, neste instante, um aspecto dos bancos comunitários de desenvolvimento que se impõe no sentido contrario ao que esta conjuntura terrificante aponta. Os BCD são soluções tanto para a ampliação da possibilidade de inclusão financeira-bancária para as populações que estão à margem do sistema financeiro tradicional no Brasil, como podem, através das suas moedas sociais circulantes locais, ampliar o acesso aos meios de circulação pagamento e troca nos territórios. Como isso, a economia local pode ser dinamizada e a produção e o consumo na comunidade podem ampliar a geração e a circulação de riquezas locais. Riqueza esta que não está limitada a economia mercantil, mas está fortemente vinculada a fatores econômicos não mercantis e não monetários, os quais não são percebidos pela mensuração do PIB.

Então, se não está direcionado a se ocupar de medir a efetiva evolução dos diversos fatores de riqueza do mundo e, também, não alcança a real aferição do desenvolvimento do planeta em uma perspectiva multidimensional, precisa-se compreender a que serve ou a quem serve o PIB. Com efeito, Dowbor (2007, p. 22) precisa que esse indicador mais reconhecido pelo sistema econômico de mercado para aferir o crescimento da riqueza mercantil do globo, o apelado Produto Interno Bruto (PIB), é um sistema de contas nacionais, elaborado nos fim dos anos 1940, que fornece a soma dos valores e custos de produção de bens e serviços, restrita aos setores de atividades mercantis. Como observado por Gadrey (2000, p. 43-44) foi nesse momento que o conceito de **crescimento econômico**, que é a taxa de evolução - de um período para o outro - do fluxo de bens produzidos e/ou consumidos em um determinado espaço institucional/territorial (negócio, setor, regional, país etc.) e, deste modo mede a variação positiva do PIB, passa a ser central e identificado à noção de progresso.

¹⁵⁶ Esta pesquisa da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ) em parceria com o Instituto Ipsos foi feita entre 12 e 26 de abril de 2015, com 1.200 consumidores, em 72 municípios de todo o Brasil. Informação disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/economia/2015/07/populacao-brasileira-com-conta-bancaria-atinge-863-milhoes-de-pessoas>>.

Em outros termos, constituído inicialmente para medir a produção industrial do esforço de recuperação da Segunda Guerra Mundial, o PIB nas décadas seguintes suplantou o simples o paradigma guerra/indústria e tomou lugar definitivo no modelo de medição da riqueza das nações em um sistema de contabilidade que valorizou a produção **material-industrial-mercantil**, como sintetiza Viveret (2004, p. 18). Esses três fatores, então, se tornaram mais relevantes para referenciar a riqueza gerada em detrimento de outros elementos, considerados como secundários pelo sistema de contas nacionais. De acordo com Méda (1999, p. 53), o sistema atual de contas nacionais é um misto de raciocínio macroeconômico centrado sobre a produção e o conjunto da visão clássica de utilidade, construída sob o ponto de vista do indivíduo (conforme exposto na seção anterior desta tese). Em outros termos, haverá riqueza unicamente se houver produção e, por definição, se o produto aportado no mercado for consumido por alguém, mesmo que ele não pague pelo seu efetivo preço. É isto o que constitui a riqueza contabilizada pelo PIB, nesta visão.

Para o caso de considerar-se o PIB como indicador puramente técnico, não há o que contestar da sua importância como indicador societal. Afinal, pode-se afirmar que não é certamente inútil conhecer a quantidade monetária de bens e de serviços trocados ao curso de um ano por um país, de ter certo número de informações sobre a natureza da produção realizada pelas empresas ou sobre as despesas sociais ao interior do Estado. Todavia, é preciso questionar que o PIB, no interior de seu cálculo, integra fluxos monetários sem interrogar a natureza das atividades nas quais esses fluxos se originam ou mesmo contabilizam – positivamente - os efeitos de destruições e tragédias sociais e ambientais geradas pelas movimentações financeiras de reparação, de indenização, de seguro, etc. Inversamente, a quantidade de atividades úteis e vitais resultados destas mesmas calamidades sociais ou ambientais são invisíveis na mensuração, uma vez que elas não provocam uma movimentação financeira.

Outrossim, dois dos principais polos de desenvolvimento da economia mundial repousam sobre setores como educação e saúde, que requerem uma forte intervenção humana no tempo gasto como a qualidade relacional. Aqui, o conceito de produtividade torna-se absolutamente contraproducente. A abordagem em termos de produtividade implica a medição dos fluxos de tratamento médicos e cirúrgico dos pacientes. Isso é uma incoerência, uma vez que o aspecto importante para saúde pública não é o número de vezes que você vai ao médico, mas o fato das pessoas estarem curadas. Com a contabilidade atual, as políticas de prevenção possuem o efeito paradoxal de reduzir o crescimento. Em outros termos, a prevenção em saúde não contribui para elevar o crescimento da riqueza, segundo esta perspectiva atual de mensuração.

É, portanto, o tempo de buscar o modelo e os parâmetros de mensuração, como defende Viveret (2004, p. 58).

Em reforço, Viveret (2004, p. 97) recorda que dispusemos de bons argumentos e números para avaliar, de outra forma, a qualidade de vida e as riquezas econômicas e não econômicas que dispõem os países. “Assim, a ditadura do PIB, como em todas as ditaduras, não é legítima sob todos os planos: moral, ético, democrático, político e econômico”. A relação altamente discutível entre PIB e riqueza traz vários exemplos de catástrofes que contribuem para uma criação contábil de riqueza, como atividades úteis, talvez vitais, tornam-se invisíveis ou contribuem - de maneira incoerente, pela forma da aferição - para produzir baixa do PIB. É o caso do **Paradoxo de Érika**, destacado por Viveret (2004, p. 98-99), quando faz referência ao desastre provocado pelo naufrágio do petroleiro Érika¹⁵⁷, em dezembro de 1999. O paradoxo aludido se manifesta em função de se contabilizar uma produção positiva de riqueza na medida em que a catástrofe ambiental se desenrolava, a partir dos eventos que rendiam um fluxo de atividades monetárias (bombeamento do óleo combustível, tratamentos de despoluição do mar, seguros, resgate do navio do fundo mar, etc.) contabilizadas no PIB. Por outro lado, a operação realizada pelos voluntários que participavam da limpeza das praias e da fauna da costa da Bretanha, na França - onde se deu o naufrágio, foi considerada sem valor ou improdutivo para efeito de contabilização da riqueza. Esse episódio evidenciou que, em geral, qualquer acidente que propicie fluxos monetários tende a ser contabilizada como positivo pelos indicadores convencionais de riqueza, principalmente o PIB.

Já toda a atividade de fluxo não monetário em decorrência do mesmo evento, ao contrário, é invisível para a contabilidade, mesmo sendo essenciais ou fundantes para as relações sociais. Servem também para ilustrar esse paradoxo, o atentado às torres do World Trade Center de 11 de setembro de 2001, em Nova York, nos Estados Unidos da América (EUA) e a explosão da

¹⁵⁷ O navio petroleiro 'Erika', de bandeira maltesa, naufragou em 12 de Dezembro de 1999, acerca de 75 km da costa noroeste da França, lançando ao mar mais de 11,0 Mil Ton de óleo combustível que se espalhou e poluiu com a maré negra (formada pelo óleo derramando) 400 quilómetros da costa das regiões francesas da Bretanha, Pays de Loire, Poitou-Charente, Finistério, Loire Atlantique e Vendée. Além da poluição do mar e das praias, foram mortos toneladas de peixes e mais de 150.000 aves. Em janeiro de 2008, o Tribunal Correccional de Paris, condenou a empresa petrolífera francesa Total, que era a proprietária do combustível transportado no 'Erika', a pagar € 192,0 Mi de **euros** às vítimas do desastre. Dentre os que receberam a indenização estão o Governo da Republica Francesa, os governos das regiões afetadas e as entidades de proteção ambiental LPO, WWF e Greenpeace. Este foi o primeiro grande processo judicial relacionado a uma catástrofe ecológica na França e, também, a primeira vez que um tribunal superior francês admitiu um prejuízo ecológico “resultante de um atentado ambiental” e, também, deu o direito as organizações de pedir a recuperação de espaços naturais, mesmo que não tenham sido lesados interesses econômicos. Informação

fabrica de fertilizantes AZF, também no mês de setembro de 2001, em Toulouse, na França. No primeiro caso, não são contabilizados o conjunto de atividades que se baseiam nos valores humanos, como o afago da população da cidade ao corpo de bombeiros e o corrida para doações de sangue feitas pelos nova-iorquinos às vítimas. Aqui se tem claro exemplar dos fundamentos antropológicos do ser humano que geram valor. Todavia, o PIB só levou em conta naquela catástrofe os fluxos monetários das despesas com funerais, com seguros, com aumento da vigilância privada e da venda de armas e a obscenidade da venda de sangue pelo diversos bancos de sangue privados dos EUA. No segundo caso, foram mensurados positivamente, na atual metodologia, os fluxos relativos às reparações e aos seguros da explosão da indústria química AZF, que compõe o grupo empresarial francês Total. Já as intervenções voluntárias ou ações públicas sem as quais seria mais dolorosa a recuperação emocional das pessoas e relacional da cidade de Toulouse durante e após o choque foram ignorados de qualquer mensuração.

Ainda sobre a repercussão do caso dos atentados às torres do World Trade Center no viés único contabilizado de geração de riqueza, Viveret (2004) relata que a situação de desastre estrutural e a fragilidade psicológica da sociedade americana foram, pelo viés da economia de mercado, transformado em uma tentativa de recuperação econômica e glorificação social. Nos meses seguintes, “mesmo abalada pelo ato terrorista pela primeira vez em seu solo, a sociedade americana foi convidada a voltar à vida cotidiana e, sobretudo, para recuperar a economia através do ‘consumo patriótico’, promovido pelo presidente George W. Bush” (VIVERET, 2004, p. 101). O Governo dos EUA convocou os americanos para irem às compras, inclusive, atuando com políticas de manutenção de baixas taxas de juros básicos e de baixa ou completa isenção de impostos. Ao mesmo tempo, havia uma tentativa de sublimar os efeitos emocionais dos atentados com a felicidade provocada pelo consumo e medida pelos bens que se possuía. A tentativa de **nova era do ‘consumo patriótico’** como indicador de resistência ao terrorismo, incentivada pelo presidente George W. Bush, apenas promoveu a recuperação das perdas das crises - da segunda metade dos anos 1990¹⁵⁸ - para o setor

disponível em: <<https://www.publico.pt/ciencia/noticia/grupo-frances-total-dado-como-culpado-pelo-naufraio-do-petroleiro-erika-1316833>>.

¹⁵⁸ Em cinco anos (1996 a 2000) uma sequência de crises econômico-financeiras abalou a economia mundial. A sucessão das diversas crises foram: dos “tigres asiáticos” (Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Coreia do Sul), da Rússia, da Turquia, do México, da Argentina, do Brasil e, sobretudo da queda da Nasdaq (Bolsa de valores das empresas de internet) nos EUA. Esta última ficou conhecida como a crise da 'bolha das ponto com'. Informação disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Os-Estados-Unidos-e-sua-crise-economica-%0D%0A/6/14010>>.

financeiro, o setor imobiliário e as grandes corporações e não deixou os americanos mais felizes, mais empregados ou com mais qualidade de vida. Aliás, esse quadro complexo de levar a sociedade americana ao consumo quase irresponsável durante a primeira metade dos anos 2000, terá uma forte repercussão em uma crise econômico-financeira ainda mais forte que se manifestará em 2008, a conhecida crise da 'bolha do setor imobiliário' ou 'crise do 'sub-prime' (as carteiras de crédito hipotecário de alto risco dos EUA)¹⁵⁹.

Retomando as considerações sobre a forma desequilibrada do cálculo de riqueza pelo PIB, Bellen (2005, p. 60) enfatiza que este indicador é essencialmente uma medida de quão rápido os recursos, sobretudo os naturais, são transformados em fluxos monetários sem considerar seus efeitos específicos sobre a sociedade. Por se tratar de um indicador agregado de outros indicadores que soma tudo que se refere à produção e consumo de bens e serviços, o PIB acaba por incluir tanto gastos com a educação, alimentação, moradia quanto os custos positivos da violência, da poluição, das catástrofes e dos acidentes. Isto posto, transformado em cálculo econômico, na linha da metodologia tradicional de mensuração exercida por esse indicador, a medicina preventiva é um problema, uma vez que evitar doenças - principalmente de uma maneira que não empregue muito dinheiro - não aumenta o PIB. Já do contrário, se existem muitos doentes, intervenções cirúrgicas, compra de muitos medicamentos, isto eleva o PIB, pois o mesmo é calculado sobre o valor de mercado dos produtos vendidos. Essa é em uma perspectiva esquizofrênica de contabilizar riqueza. O cálculo se dá sobre valor comercial de bens e serviços, e não em resultados - nos termos de qualidade de vida gerada. Liquidar a

¹⁵⁹ Essa crise se efetiva em setembro de 2008, mas começou a ser 'gestada' em 2004 quando o *Federal Reserve System* (FED) - (equivalente ao Sistema de Banco Central nos EUA) começa a elevar a taxa de juros, contida em 1,0% a.a. durante meia-década para alicerçar a política do 'consumo patriótico'. Com os juros básicos em patamares mínimos, houve a injeção de dinheiro a um custo baixo no sistema financeiro que alimentou a expansão de crédito ao consumo. A economia americana se reaqueceu neste período de juros baixos. Com outros fundamentos da economia do país enfrentando problemas, o dólar desvalorizando-se externamente e uma previsão de elevação da inflação nos primeiros meses de 2004, o FED tomou a decisão de elevar os juros básicos, em 1º de julho de 2004, para 1,25% a.a.. Novas elevações se sucederam e a taxa quadruplicou em apenas três anos, saltando para 5,35% em meados de 2007. De 2001 até 2004, a expansão de crédito com juros baixos fez que o consumo se ampliasse e a especulação financeira adquirisse fôlego, mas também criou uma modalidade "engenhosa" de financiamento para o mercado de hipotecas imobiliárias. A partir de 2004, com os juros aumentando, o efeito foi o contrário: o consumo cai, a população começou a ter dificuldade para pagar suas contas e o mercado imobiliário, principalmente, começou a sofrer com preços dos imóveis caindo e aumento na inadimplência de devedores. A inadimplência em empréstimos com base em hipotecas de alto risco para pessoas já com histórico ruim de crédito - do tipo "subprime" - atingiu níveis recordes. Em setembro de 2008, já com desemprego em alta e população com baixo poder de compra, o sistema ruiu. Ações cotadas na bolsa de Nova York 'despencaram', bancos fecharam, empresas 'quebraram' e o mundo inteiro ainda sofre as consequências deste desastre econômico, edificado como resposta do sistema econômico ao 11 de setembro de 2001 que talvez tenha tanto ou mais impactos aterradores para a população mundial que os causados nas torres do World Trade Center. Informação disponível em:

vida nos mares, praticando a sobrepesca, aparece como aumento do PIB, ainda que neste caso só se contabilize o que se extrai e não se contabilize a descapitalização de espécies planetárias que resulta dessa sobrepesca (DOWBOR, 2009, p 120-121).

Nessa mesma concepção crítica, Viveret (2004, p. 12) remarca que “devemos nos colocar a questão de que estes indicadores ou termômetros, os quais nos deixam doentes, não somente porque nós não sabemos se eles indicam a boa temperatura, mas por que eles têm a tendência a nos fazer adotar comportamentos destrutivos”. Em um argumento destacando os equívocos desse modelo de validação do crescimento da riqueza pelo PIB, Dowbor (2007, p. 111) adverte que está sendo envenenado o solo e contaminada a água, destruindo parte da vida marinha, desmatando a cobertura vegetal, consumindo reservas de petróleo, reduzindo a camada de ozônio, alterando o clima, mas o que está se contabilizado são apenas as riquezas econômicas maximizadas por este contexto e a taxa de crescimento resultante dele. E finalmente, o autor reforça que “o crescimento do PIB tem se produzido, portanto, com um custo elevado de desperdício de recursos ambientais, de desigualdade econômica e de desarticulação sociopolítica e isto não tem sido negativamente contabilizado” (DOWBOR, 2007, p 112).

Também Viveret (2004, p. 42) reforça essa discussão observando mais uma vez o erro por trás da medição convencional, ao lembrar que a doença da vaca louca, as consultas médicas para tratar as vítimas de catástrofes naturais, da poluição do ar e da água, os empregados das empresas funerárias utilizados para enterrar os mortos, em todos estes casos haverá valor adicionado ao que é registrado e, depois, agrupado em indicadores do sistema das contas nacionais e contabilizado positivamente para o PIB. Isto posto, o autor em tela indaga se

Devemos regozijar-se de uma forte taxa de crescimento do PIB? Sim, se é para criar riqueza e empregos que melhorem o nível e a qualidade de vida de uma comunidade. Não, se esse crescimento se deve ao aumento de acidentes, à progressão de doenças nascidas da insegurança alimentar, ao aumento da poluição ou à destruição do meio ambiente. Isso seria um prêmio à incivilidade e à amoralidade, uma vez que a amoralidade metodológica da economia como disciplina é transmitido, desde que esta se tornou uma norma social e cultural para a sociedade de mercado em todas as atividades humanas (VIVERET, 2004, p. 43).

Em outra situação que confirma o uso do PIB para apontar o crescimento econômico e só alicerçam os argumentos que mostram um desvio de análise e compreensão do que seja

riqueza, Dowbor (2007, p. 24-25) coloca um caso que cabe refletir também sobre os BCD. Segundo a proposta deste autor, se um banco desvia parte dos recursos da carteira de poupança para aplicações financeiras especulativas, e apresenta lucros elevados, isto aumenta o PIB. Todavia, o recurso enviado a esse banco para operação financeira reduz a produtividade sistêmica de um território ao descapitalizar as comunidades e ao reduzir o uso produtivo da poupança. Já um BCD, do contrário, gera riqueza para o local e nutre com recursos os circuitos de produção e consumo no território, e não descapitaliza a comunidade. Porém, isso ainda não está sendo medido e o sistema de contas nacionais não está habilitado e/ou interessado para aferir uma ação desse tipo. Sumariando, o lucro e a riqueza contabilizada no PIB têm de se referir – fortemente - à dimensão social, e a produtividade tem de ser sistêmica. Portanto, na contramão do modelo de aferição e comparação sustentado pela perspectiva do PIB, deve-se refletir que ao se avaliar de maneira sistêmica os resultados das riquezas econômicas e não econômicas pela sociedade no seu conjunto, se pode ter uma visão inteligente do progresso real obtido. De toda forma, o que está se apontando é que a mudança do enfoque do PIB e do sistema das contas nacionais atual é essencial.

Ainda nas críticas ao PIB, atenta Méda (2008, p. 10-11) estão aquelas que propõem que esse indicador está enviesado ao preço como último signo de valor das coisas e o centro deste valor está somente nos fluxos mercantis de riqueza da sociedade. Ademais existem aquelas críticas que defendem que o PIB não permite refletir a redução das desigualdades e a da pressão ecológica exercida pelas atividades produtivas humanas. Alinhando-se as considerações de Méda (2008), Gadrey e Jany-Catrice (2012, p. 15-16) também apresentam suas críticas e resumem os **cinco aspectos mais questionáveis da mensuração de riqueza pelo PIB**: i) Tudo que é vendido e tem valor monetário aumenta o PIB, independente se isto acrescenta bem-estar individual ou coletivo; ii) As atividades domésticas e o voluntariado, como as demais atividades que não são mercantis e contribuem para o bem-estar não são contabilizadas; iii) As desigualdades econômicas e sociais e a pobreza são indiferentes para a contabilização pelo PIB; iv) O PIB mede apenas as quantidades produzidas (outputs) e não outcomes, a satisfação gerada e a qualidade de vida produzida que são relevantes indicadores do progresso societal; e v) Não são capturados os estoques e o patrimônio pela mediação da riqueza do PIB. Ele é um indicador de fluxo de produção.

Desse modo, o PIB não mede o bem-estar e sim o valor dos bens e serviços comerciais produzidos durante um ano. O problema não consiste necessariamente em refutar os conceitos adotados nos cálculos do PIB (existe imensa bibliografia a respeito) e sim, uma vez

constatado o grupo limitado de atividades que esta metodologia contabiliza, buscar metodologias mais adequadas e completas, é o que manifesta Dowbor (2009, p 121). Em outros termos, se focar em outros fatores e indicadores capaz de mostrar a riqueza mundial produzida, seja pela grande corporação - em termos econômicos mercantis, seja pelos grupos associativos de produção para subsistência, pelas organizações que se preocupam com a proteção dos animais, ou pelas associações de moradores que se interessam apenas em melhorar as condições de urbanização de um lugar. Todos estes empreendimentos produtivos comerciais ou não geram riquezas para uma comunidade, uma país e para o mundo. Todavia, apenas aquelas que geram transações comerciais mercantis - construtivas ou compensatórias - estão apontadas e contabilizadas no PIB. Contudo, estudos sobre os novos fatores de riqueza e como contabilizá-los estão em crescimento e a história da reação ao PIB como principal fonte de mensuração do desenvolvimento mundial está sendo questionada já desde algumas décadas.

Encontra-se em Méda (2008, p. 11) que as primeiras tentativas de construir indicadores alternativos ou complementares ao PIB foram realizadas nos anos 1970, visando à contestação da capacidade desse indicador de ser um indicador de bem-estar em função dele não contabilizar os tempos do trabalho doméstico, do voluntariado e do lazer e, também, não levar em conta os efeitos colaterais negativos do crescimento. Nos anos 1990 essa marcha retoma sua empreitada e novas tentativas de edificar novos indicadores de riqueza surgem, por vezes, focando em dimensões mais sociais e - outras vezes - mais ambientais em complementaridade ao PIB. É desta década o mais propagado indicador complementar ao PIB para mensurar a riqueza e o desenvolvimento. Trata-se do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD/ONU, desenhado a partir dos **trabalhos de Amartya Sen, e divulgado regularmente - desde 1990** - através do Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano (VEIGA, 2010, p. 21). Além do conhecido IDH, surgiram outros destacados indicadores que mensuram de novos fatores ou avaliam de outro modo fatores que são já avaliados pelos indicadores convencionais.

Gadrey e Jany-Catrice (2010) constituem um trabalho que faz um balanço do que foi construído internacionalmente em termos de índices inovadores de riqueza, revisando diferentes metodologias e os seus indicadores em uma análise que consagra espaço para levantar os limites do PIB na mensuração sobre se estamos vivendo melhor. Esses autores abordam o PIB e sua medida do crescimento econômico o qual vem se desestabilizando em função da forma e do que é mensurado enquanto passam em revista uma quantidade significa

de índices que se propõe a mensurar de outra forma ou agregar outros indicadores, outros critérios e outro fatores para apontar qual a situação do desenvolvimento planetário. Dentre os índices levantado em Gadrey e Jany-Catrice (2010, p. 4), estão o *Baromètre des Inégalités et la Pauvreté* (BIP 40) - Barômetro de Desigualdade e de Pobreza, em livre tradução; o IEWB - *Index of Economic Well-Being* (IEWB) - Índice de Bem-Estar Econômico, em tradução livre, o *Happy Planet Index* (HPI) - Índice de Felicidade do Planeta, em livre tradução; o *Index of Sustainable Economic Welfare* (ISWB) - Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável, em livre tradução; o GPI - *Genuine Progress Indicator* (GPI) - Indicador de Progresso Real, em tradução livre; o *Personal Security Index* (PSI) - Índice de Segurança Pessoal, em tradução livre; o *Index of Social Health* (ISH) - Índice de Saúde Social, em livre tradução; e o IDH, entre outros.

Todas essas abordagens estão longe de serem convergentes, mas “elas têm em comum o reconhecimento que não podemos continuar a utilizar as bússolas que, a semelhança do PIB, terminam por nos levar para recifes perigosos”, é o que prega Viveret (2010, p. 15-16). Já para Gadrey e Jany-Catrice (2012, p. 5), estes **indicadores de performance social** alternativos e complementares ao PIB não estão dedicados apenas a análise da riqueza econômica mercantil, mas destacam outros componentes como desenvolvimento, sustentabilidade, qualidade de vida, saúde social, felicidade humana, progresso social, bem-estar e bem-viver. Todos estes termos estão plenos de **riqueza** e o que deve ser feito é despoluir, reciclar e resignificar o que é riqueza atribuindo a ela uma multiplicidade de sentidos, todos associados ao desenvolvimento humano e ambiental sustentável. Diante disso, o que corresponderia a riqueza ou representaria uma sociedade rica? Méda (1999) oferece uma resposta tomando por base suas análises aprofundadas acerca destas questões.

De acordo com a autora, uma sociedade rica é aquela que tem um PIB elevado e que produz em quantidade suficiente os bens e serviços para colocá-los à disposição dos indivíduos, mas é - também - uma sociedade que reparte os lucros obtidos com a produção e que permite ao conjunto da população ativa participar desse processo de produção. Assim, é - também - uma sociedade educada e articulada socialmente, onde a igualdade entre os sexos é desenvolvida; os indivíduos tem igual acesso ao serviço de saúde; o ar é respirável, onde as pessoas tem tempo para se dedicarem a sua família; a violência não se estabelece e as liberdades individuais e policias são totais; a xenofobia e a falta de civilidade são combatidas; e, em resumo, onde os indivíduos aprendem a ser sujeito. Isto posto, para Méda (1999, p. 302-303)

a contabilidade nacional, que serve de base para o PIB, não atende de forma alguma a capacidade de medir esta riqueza exposta acima.

É por isso que Gadrey e Jany-Catrice (2012, p. 07-08) entendem que os novos índices abordados, para além do PIB, apontam um novo sistema de valor e uma nova hierarquia de critérios e matriz de indicadores prioritários que passam a contar, literalmente, e ganham espaço. Contudo, é necessário um reconhecimento melhor de suas relevâncias para o tempo presente, ampliar o discurso da importância da adoção destes índices e incorporá-los as decisões políticas de governos, empresas e empreendimentos da sociedade civil. Em complemento Méda (1999, p. 352) afirma que é justamente esse caráter plural de valores e de objetivos perseguidos pela diversidade dos novos indicadores que se busca para a real exaltação do desenvolvimento sustentável. E neste campo, as décadas seguintes deverão ser de debates intensos para alterar as bases do sistema de contas financeiro-contábil nacionais atual visando permitir uma composição com o sistema de contas do desenvolvimento humano e da sustentabilidade ambiental. Em acontecendo a conjunção desses dois sistemas, se colocará no mesmo plano os interesses dos pesquisadores, dos governos, das organizações de mercado e, principalmente, da sociedade e do planeta. Portanto, esses indicadores alternativos não escapam de uma circunscrição em um sistema de valor e de representação de um boa sociedade, o que leva a admitir que tais indicadores não pretendem ser neutros (GADREY e JANY-CATRICE, 2012, p. 10-11). Viveret (2004) defende a mesma ideia de que não há neutralidade nestes novos indicadores, da mesma maneira que já não há com o PIB. Todo indicador é uma escolha, todo agregado privilegiado é uma escolha da sociedade e o PIB também é produto de escolhas. Do lado das empresas, a tomada em conta de indicadores sociais, ambientais e éticos só se tornaram atuais e relevantes a partir do momento o qual certo número de investidores exigiram um mínimo de garantias quanto a natureza das organizações que se beneficiam dos seus investimentos.

Contudo, é adequado evidenciar que o processo de mudança para inclusão de novos indicadores e a constituição de novos instrumento de avaliação da riqueza envolve riscos. Viveret (2004, p. 127-130) reúne e expõe três desses riscos: i) Ser apenas a reunião de critérios dispersos de um quebra-cabeças de indicadores não pré-definidos ii) A diferença entre os indicadores monetários que dificultem a compreensão e incorporação pelas empresas. Nada será pior que se instalar a crença de que as preocupações ambientais e éticas não poderão se impor à empresa a partir do exterior; e 3) A baixa ambição pública para promover tal transformação da mensuração das riquezas, à altura dos desafios previstos. Além disso, há

também outras dificuldades para simplesmente se superar o PIB como indicador de aferição de riqueza. Uma das dificuldades é que o PIB foi construído para permitir uma comparação entre a riqueza monetária industrial dos países. Ademais, o mesmo ocorre com o sistema de contas nacionais dos países. Será um trabalho de convencimento mundial para que ocorra a adoção geral de outros fatores de riqueza, em escala, pelos países. Do contrário, haveria certa dificuldade de implementação pela necessidade dos países de compararem seus desempenhos. Ou a grande maioria muda e adota um novo modelo de mensuração e contabilização das riquezas ou vai ser muito difícil ver este modelo ser implementado (VIVERET, 2004, p. 118). Por outro lado, ressalta-se que os novos fatores de riqueza se apresentam sob um triplo signo contextual: i) a sociedade pós-industrial; ii) as mudanças nas tecnologias de informação e comunicação; e iii) a revolução genética e biológica. Estes três aspectos farão a assunção de novos critérios de riqueza que irão de encontro aos critérios construídos na época da revolução agrícola e depois industrial. Atualmente, se constata que se vive em uma sociedade pós-industrial vivendo sob medidas de riquezas de um modelo industrial.

Observado o que foi descrito nesta seção e considerando a revisão de literatura desta temática para esta tese, verifica-se que as tentativas de resignificação da riqueza estão ainda no meio do caminho de construir um novo paradigma e uma nova estratégia mais ambiciosa, segundo indica Viveret (2004, p. 183). A propósito, os indicadores alternativos ao PIB ainda são subutilizados, pois ainda estão dispersos em diversas propostas diferentes (não há uma tentativa de unificação e criação de um só conjunto de indicadores anti-PIB) e há um forte peso determinante dos indicadores monetários. Portanto, antes de criar novas propostas é necessário reunir as peças destes diversos indicadores ‘alternativos’, sintetizá-los, inscrevê-los em uma estratégia que reavalie o papel da economia monetária na sociedade de mercado. A direção deve ser de construir uma só ferramenta para mensuração, como é o caso do PIB, com indicadores de avaliação multicritérios e multidimensional em função dos desafios das economias não monetárias, da sociedade do conhecimento e da revolução das tecnologias da informação. Nessa linha, portanto, está baseada uma discussão internacional acerca de (re)fundamentar os indicadores que medem a riqueza econômica, de tal modo que se introduza novos indicadores que permitam melhor avaliar a utilidade econômica, o progresso social e o desenvolvimento sustentável. Assim, se colocam dentre dimensões renovadas para avaliar a riqueza econômica: valores humanitários (bem-estar e sustentabilidade), valores de equidade (acesso aos serviços de saúde e educação) e valores de solidariedade (exercício da responsabilidade ética de cada ser humano em relação e que é vital para toda a sociedade).

Alinhando com essa proposta de revisão do PIB e de inclusão de novos fatores de mensuração das riquezas com uma proposta que abrange a inclusão dessa multidimensionalidade de valores, é significativo perceber que isto contribui decisivamente - também - para verificar a mobilização e mensuração das riquezas no âmbito da economia solidária. Acerca de percepção, ao se começar a olhar com outra visão e utilizar outras ferramentas, é possível mensurar a riqueza do mundo mais perto dos empreendimentos da economia solidária, conforme atesta Viveret (2010, p. 24). Aliás, tem-se que ponderar que pra abrir espaço na mensuração da riqueza, em base de novos fatores para a economia solidária, além de ser necessário repensar o sistema de contas nacionais e o modelo de funcionamento e financiamento do mercado financeiro, será necessário incentivar e estimular a constituição de novos negócios e organizações em uma proposta mais cooperativa e solidária, conforme encaminha Bachet (2016, p. 1-2). Para este autor, é fundamental reconstruir completamente as instituições financeiras (bancos e empresas), atribuindo-lhes outras finalidades que não apenas a rentabilidade financeira. O lucro não é apenas um saldo ou um resultado. A finalidade deve ser, antes de tudo, produzir bens e serviços e a compensação da riqueza criada é o “valor adicionado” que é o rendimento real. Veja-se que se essas mudanças que se anunciam - em relação ao reconhecimento das riquezas produzidas mundialmente por diferentes fatores - para o futuro vierem a se efetivar, elas carecem de ser rápidas, pois é preciso mudar de rumo e, então,

[...] nos conduzir necessariamente a repensar nossa representação, nossas formas de circulação, produção e avaliação da riqueza. Afinal, a nossa casa está queimando e nós estamos alheio a isso, olhando para outro lugar. E ao dizer isso nós podemos - de certa maneira - está usando até um nível elevado de eufemismo, na medida em que não só estamos sem dar a devida atenção, mas de forma ainda mais desastrosa - dado o nosso atual modelo de desenvolvimento - nós estamos jogando lenha na fogueira da casa em chamas (VIVERET, 2004, p. 11).

Esse alerta transmitido por Viveret - na forma de metáfora - foi publicado em 2004 e, nos últimos 12 anos, certamente, a sociedade percebeu que a ‘casa (o planeta Terra) estava queimando’ e (i) algumas ações já começaram a ganhar espaço para a incorporação de novos fatores de riqueza em políticas públicas governamentais. Assim como, (ii) ampliou-se a assimilação - tanto pela sociedade quanto pelos governos - do discurso da redução, do compartilhamento, do reuso e da reciclagem como reação a preocupação ambiental, e que os recursos naturais ao redor do globo estão em esgotamento ou com sub-saturação, em alguns casos. Em relação a essa segunda consideração, já existem estudos que se firmam no sentido de compreender qual o conteúdo real que aporta a chamada Economia do

Compartilhamento¹⁶⁰ e quais os impactos para o planeta se esta proposta de novas práticas emergentes de regulação das organizações, da economia e da sociedade se consolidar nos próximos anos. Ainda neste segundo ponto, parece que os governos nacionais estão menos alheios e mais dispostos a cumprir uma agenda positiva em prol do desenvolvimento sustentável do planeta. Em dezembro de 2015, foi assinado por 195 nações ao final da 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (*Conference of the Parties - COP 21*), em Paris, um acordo histórico¹⁶¹ para conter a elevação da temperatura média do planeta abaixo de 2,0 °C e mobilizar US\$ 100,0 Bi ao ano, até 2020, por parte de países do mais desenvolvidos do Hemisfério Norte para ajudar os países mais pobres do Hemisfério Sul a enfrentarem os efeitos da mudança climática.

Acerca do primeiro aspecto, relativo às ações destacadas, consubstanciam-se para a incorporação de novos fatores de riqueza e, também sua avaliação sob novos paradigmas, destaca-se a promulgação da Lei nº 2015-411, de 13 de abril de 2015, do Governo da Republica Francesa visando a inserção e a prestação de contas dos novos indicadores de riqueza nas políticas pública nacionais. O Governo Francês compromete-se pela lei a fornecer anualmente ao Parlamento um relatório¹⁶² comparativo de evolução dos novos indicadores de riqueza integrados às políticas públicas do país relacionadas aos vetores que afirmam a redução da desigualdade, a melhora da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável. E finalmente, é justo sobrelevar o esforço do Governo Federal do Brasil, iniciadas em 2003 em torno das políticas públicas para a agricultura familiar e, principalmente, para a economia solidária. Diversas ações e programas nacionais, no Brasil, foram desenvolvidos no âmbito

¹⁶⁰ Em Silva Júnior, Rigo e Ramalho (2016, p. 4) a Economia do Compartilhamento é definida como um modelo de negócio que utiliza-se de ativos totalmente ociosos ou pouco utilizados, disponibilizados na forma de bens ou serviços, que de maneira compartilhada - através de conexões de redes físicas ou virtuais (como plataformas de internet ou aplicativo de celular) - permitem transações entre vendedores, consumidores, usuários, prestadores de serviços e/ou proprietários de bens, para uma melhor utilização desses ativos, gerando ganhos econômicos e não-econômicos para as partes envolvidas, além de promover impactos positivos para o meio ambiente.

¹⁶¹ Em vinte anos de negociações climáticas multilaterais - iniciadas na 1ª Conferencia das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, conhecida como *1st Conference of the Parties* (COP 1), realizada em Berlim/Alemanha, no ano de 1995 - foram raras as ocasiões para se comemorar um verdadeiro engajamento das governos, sobretudo dos EUA, frente à ameaça bem verdadeira do aquecimento global. O nomeado **Acordo de Paris** é primeiro texto universal com este propósito, aprovado por consenso, e deverá entrar em vigor em 2020. Informações disponíveis em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/lemonde/2015/12/29/cop21-um-sucesso-ainda-a-ser-confirmado.htm>>, <<http://unfccc.int/bodies/body/6383.php>> e <<http://www.cop21paris.org/about/cop21>>.

¹⁶² O relatório deverá seguir acompanhado de uma avaliação qualitativa ou quantitativa do impacto das principais políticas, incluídas dentro desse contexto de novos indicadores de riqueza, seguindo o contexto das

dessas políticas que concorreram para o estabelecimento de projetos e empreendimentos em comunidades rurais e urbanas cujos propósitos se alinhavam - decididamente - com a reconsideração da noção de desenvolvimento, com o avivamento de outros fatores para gerarem riqueza - além dos econômicos mercantis - e com inclusão socioeconômica de milhões de brasileiros que viviam na miséria. Os bancos comunitários de desenvolvimento representam exatamente uma dessas políticas executadas no país depois de 2003, vinculada à economia solidária e coordenada pela SENAES/MTE, que reforça essa proposta de resignificar a riqueza e a pobreza, fortalecendo o desenvolvimento do território através de ações e intervenções baseadas em princípios econômicos híbridos e plurais de geração de trabalho e renda. Isto posto, o capítulo seguinte será sobremaneira destinado analisar os elementos teóricos discutidos neste capítulo 5 com os aspectos da prática dos BCDs apresentadas no capítulo 4 desta tese para sugerir uma abordagem mais construtivista de avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros.

Antes disso, para sintetizar e concluir esse capítulo 5, será feita uma referência à metáfora da ‘Casa Incendiada e as Pessoas Indiferentes’, apontada em Viveret (2004, p. 11). Parafrazeado o autor pode-se afirmar que ‘a casa continua queimando’, mas não parece que muitos estejam se eximindo de encarar o problema e nem todos estão mais alheios ao fato. É certo que alguns perceberam o desastre é só rezam, os outros já pensam em soluções para diminuir o fogo e outros tantos mais - pró-ativos - já trazem água nas mais diversos recipientes para arremessarem nas chamas. Conquanto, resta descobrir se ao final só restarão cinzas ou ainda haverá um bom espaço para que se permita às pessoas uma boa habitação.

leis de finanças públicas da França e a evolução do PIB. Informação disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000030478182&categorieLien=id>>.

6 POR UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DE BCD CENTRADA NA UTILIDADE SOCIAL

Ainda que tenha ocorrido um crescimento considerável dos bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil ao longo de 15 anos (um BCD em dezembro 1998 - para mais de 100 BCD em dezembro de 2013), se registra pouco mais de uma dezena de estudos de avaliação da viabilidade dos BCD brasileiros. Contudo, o problema ainda maior refere-se a constatação de os instrumentos e procedimentos avaliativos do gerenciamento e da viabilidade dos BCD serem edificados em torno de pressupostos e marcos de análises que não consideram alguns aspectos essenciais da especificidade do banco comunitário. Após tudo que fora exposto na seção acerca do modelo singular de funcionamento dos BCD - em relação as demais experiências de microfinanças - fica evidente que não é sensato promover a avaliação dos processos e do êxito de um BCD, se o planejamento, o conjunto da grade referencial, as dimensões investigadas e as análises da avaliação são fundamentados em marcos, modelos de análises e paradigmas mais adequados a uma empresa de negócios convencionais ou a um empreendimento de microfinanças tradicional, ou ainda, a um grande banco comercial.

Mais objetivamente, pode-se asseverar que uma avaliação da viabilidade de um BCD é distorcida se os resultados obtidos são provenientes de uma base conceitual e de indicadores que se concentram nas dimensões técnica, contábil, financeira e econômica. De fato, o que deve ser perseguido em uma avaliação da viabilidade dos BCD são seus resultados econômicos em subordinação aos impactos políticos, social e ambiental na comunidade ou território. Os BCD, desse modo, também carecem de indicadores próprios para contabilizar a riqueza gerada por eles - centrados na sustentabilidade multidimensional e na sua utilidade social - e identificar seu importante papel de indutor do desenvolvimento multidimensional em um território. Neste capítulo, o penúltimo deste documento, o propósito é precisamente satisfazer essa necessidade de indicadores de desempenho que possam refletir a natureza da

utilidade social dos BCD. Para realizar essa tarefa, dividiu-se o capítulo em duas seções, cuja primeira é enfatizar a aproximação entre a ação dos **bancos comunitários de desenvolvimento e a utilidade social que esses empreendimentos carregam embebido em seu 'genótipo'**¹⁶³ com destaque para o valor do **desenvolvimento** e da **sustentabilidade** social, cultural, econômica, política e ambiental em superação à noção de viabilidade financeira. Essa seção primeira terá uma carga teórica exposta nas análises do referencial sobre desenvolvimento e sustentabilidade, o qual de certa forma se relaciona estreitamente com o debate dos novos fatores de riqueza apresentado no capítulo anterior.

Por sua vez, a segunda seção será centrada na sugestão de uma **matriz com dimensões e indicadores** que permitam desvelar, em um processo avaliativo, a utilidade social dos BCD. Nessa seção, além de elencados as dimensões e os indicadores que expõem essa utilidade social, será abordado como se revelam os BCD à luz desses novos indicadores de avaliação. Neste caso, os processos de avaliação com uma matriz de indicadores funcionarão para **inserir a utilidade social no 'fenótipo'**¹⁶⁴ **do banco comunitário de desenvolvimento**. Em outros termos, a correta avaliação com a matriz de indicadores apropriados é definitivo para expor a utilidade social do BCD. A segunda seção também trará contribuições para os aspectos peculiares da delimitação, construção ou identificação de indicadores de avaliação específicos para empreendimentos e projetos como os bancos comunitários de desenvolvimento e, ainda mais centrados em utilidade social.

A propósito de uma primeira particularidade que será abordada é quanto à finalidade ou função desses indicadores de avaliação aplicados a projetos com atuação social. Boullosa e Araújo (2010) mencionam que estes indicadores servem ao mesmo tempo para medir, compreender e interpretar de modo quantificado, qualificado e delimitado as transformações alcançadas nesses projetos em um determinado período. Os autores ainda afirmam que a interpretação especial tomada por estes indicadores acontece em função do objetivo último de

¹⁶³ Esse termo é utilizado na biologia que refere-se à constituição genética do indivíduo, ou seja, representa o conjunto de genes que ele possui. É formado a partir da associação das palavras gregas *genos* e *typos* que significa 'características de origem/originais'. Por entender-se que a utilidade social é uma das características própria/genuína e que dá sentido a constituição de um BCD, fez-se esta aproximação conotativa com esse termo.

¹⁶⁴ Assim como 'genótipo', esse também é um vocábulo técnico das ciências biológicas. Fenótipo é formado pela junção das palavras gregas *pheno* e *typos* que significa 'características evidenciadas/evidentes' do indivíduo. De certo modo simplista para explicar, o fenótipo é a manifestação do genótipo na interação deste com o ambiente. Dai, por acreditar-se que a utilidade social é uma das características própria/genuína de um BCD que se tornar mais visualizada, assimilada e incorporada a ação do BCD, a partir de um adequada avaliação pelo ambiente destas experiências, efetuou-se essa aproximação conotativa com esse termo.

um projeto social não ser a entrega de bens e serviços, mas o resultado ou impacto produzido na eliminação, minimização de um problema ou maximização de uma oportunidade (BOULLOSA; ARAÚJO, 2010, p. 133). Assim, os indicadores de avaliação em empreendimentos e projetos sociais, como os bancos comunitários de desenvolvimento, têm que se orientarem para verificar os impactos e os resultados atingidos de modo amplo (o desenvolvimento socioeconômico do território, as melhorias nas condições gerais de vida dos moradores do local, os benefícios coletivos produzidos) e não somente se os produtos e serviços estão sendo realizados de modo satisfatório (empréstimos estão sendo realizados, a inadimplência está baixa, o retorno sobre o investimento aplicado está elevado, etc.).

Outra particularidade que será discutida na segunda seção se relaciona ao enfoque de construção compartilhada e construtivista dos processos de avaliação de projetos sociais e comunitários. Conforme Bouldosa e Araújo (2010, p. 93), há uma perspectiva de abordagem para processos avaliativos que compreendem a realidade como algo construído e produzido por quem a vive. Nessa linha de visão, alertam esses autores, se estabelece a abordagem construtivista da avaliação, que afirma que a principal função dos procedimentos avaliativos é compreender o objeto em suas múltiplas dimensões e não somente explicá-lo, como pressupõe a abordagem positivista de avaliação (BOULLOSA; ARAÚJO, 2010, p. 94). Enquanto esta abordagem busca, metodologicamente, descobrir, mensurar e estabelecer um resultado objetivo válido para o objeto avaliado, aquela explora a construção de um sistema metodológico que permite a interação com os avaliados e que estes possam dialogar com o juízo de valor e construir os argumentos do resultado da avaliação, de modo que objeto e sujeitos da avaliação estão substantivamente vinculados. Esta é a abordagem que se mostra mais adequada às avaliações das experiências de bancos comunitários de desenvolvimento, sobretudo naquelas centradas em uma matriz de indicadores que sobressaltem a utilidade social destes empreendimentos.

Assim sendo, ao se abordar a incorporação de uma matriz de indicadores para a avaliação da utilidade social dos BCD se traz para a contabilização do seu desempenho o valor das atividades não mercantis e não monetárias executadas por estes, além do valor que produzem externalidades mercantis sobre a comunidade e o território, provenientes de sua atuação. Para tanto, como se revelou nesta tese, se visualiza duas frentes de atuação que são convidadas a se integrarem e se interagirem. Por um lado, a mudança na matriz de indicadores de avaliação da utilidade social dos BCD, que capture a qualidade e os efeitos das ações deste empreendimento sobre a coletividade. Ao mesmo tempo, perpetrar a mudança da mensuração

dos fatores da riqueza plural gerada no território e contribuir para os estudos que tratam de incorporar esta mesma natureza de avaliação em uma escala de indicadores globais. Ademais, existe um argumento igualmente bom para não terminar apenas com a análise de renda como fator de riqueza preponderante. Trata-se da análise sobre os bens primários para aferir a pobreza ou a riqueza de um território. Esta temática é conduzida por Sen (2010) - uma das principais referências da revisão do marco teórico para este capítulo - em alinhamento com a discussão apresentada por Rawls (1997), cuja análise sobre os bens primários expõe um quadro mais amplo dos recursos de que as pessoas necessitam independentemente de quais sejam seus respectivos objetivos.

Para Rawls (1997, p. XV), “os bens primários são caracterizados como aquilo que as pessoas necessitam na sua condição de cidadãos livres e iguais, e de membros normais e totalmente cooperativos da sociedade durante toda uma vida”. Esse autor ainda aponta que os bens sociais primários, em uma visão amplificada, se referem aos direitos, às liberdades, às oportunidades, à renda e à riqueza. Em outros termos, são bens sociais em razão da sua ligação a estrutura básica de sobrevivência humana, sendo as liberdades e oportunidades definidas pelas regras institucionais do Estado, do mercado ou da Sociedade Civil e a renda e riqueza reguladas pelas ações destas instituições (RAWLS, 1997, p. 98). Sen (2010, p. 101) ratifica que nos bens primários estão a renda e outros meios de uso geral que ajudam qualquer pessoa a promover seus próprios fins, como direitos, liberdades e oportunidades, renda e riqueza e as bases sociais do respeito próprio. Engajado nessa concepção, Dowbor (2007) exprime uma ideia, que reforça a proximidade dessa análise da importância da renda como bem primário em um território com uma fraca **democracia econômica**, e que ao ser constituir um BCD no local - mesmo que passe a ter um volume pequeno de recursos financeiros circulando na comunidade - exterioriza sua evidente utilidade social. Segundo o autor, “em uma visão estritamente econômica, para quem não tem quase nada, um pouco de dinheiro faz uma imensa diferença em termos de melhores condições de alimentação, saúde - principalmente das crianças e mesmo de investimento em produção” (DOWBOR, 2007, p. 35). Destarte, o BCD pode funcionar como uma permissão do acesso aos bens primários e às liberdades, dentre elas a econômica, mesmo em um caráter incipiente. Isso é, precisamente, o que se pode inferir acerca do que vem sendo conduzindo em uma atuação socialmente útil dos bancos comunitários de desenvolvimento e que se opõe - de modo crível - ao modelo de especulação financeira com a renda e a riqueza das pessoas, normalmente engendrada pelos bancos tradicionais e mesmo algumas instituições de microfinanças (IMF). Desse modo, a

atuação das IMF pode torná-las viáveis financeiramente, porém aquele modelo exercício dos BCD os condicionam a serem qualificados como sustentáveis socioeconômica, cultural e politicamente.

Deste modo, não é razoável admitir a avaliação de BCD e de empreendimentos de finanças solidárias sem reconsiderar a noção do que é sustentável e sem desconstruir a estreita vinculação que existe nos trabalhos avaliativos atuais entre sustentabilidade e a viabilidade econômica. Ademais, no BCD, é necessário considerar outra matriz de dimensões, indicadores e critérios mais aplicáveis para uma avaliação mais caracterizada com os aspectos da viabilidade dessas práticas. Neste momento, abre-se caminho para a inserção do que pode ser o diferencial dos BCD brasileiros que está associado ao fato destes serem portadores de uma utilidade social e geradores de externalidades positivas com um forte valor social para as comunidades nas quais estão inseridos. A propósito, em função dos casos visitados e que serviram de análise para reflexões que tratamos nesta tese, não seria um absurdo aventar que esta utilidade social de um BCD ultrapassaria a fronteira do seu território. Destarte, Tenório *et al.* (2003, p. 45) já afirmava que na avaliação de projetos de caráter comunitário, todas as externalidades positivas devem ser mencionadas ajudando, assim, a compreender o projeto e transmitir dados para os apoiadores. A utilidade social de uma política pública ou de um projeto, como os bancos comunitários de desenvolvimento, apoia-se justamente nas externalidades positivas - ou até confunde-se com elas - que são geradas a partir da sua atuação. Nesse sentido, a avaliação dos BCD, na perspectiva da sua utilidade social, contempla plenamente a recomendação apontada por este autor. Segue-se, agora, como a sustentabilidade e a utilidade social estão evidenciadas nos bancos comunitários de desenvolvimento.

6.1 INCORPORANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DE UTILIDADE SOCIAL DOS BCD

Segundo Sen (2010, p. 23), o desenvolvimento é um processo multidimensional, sendo - portanto - antropológico, econômico, político, ambiental, social e cultural. Desse modo, a economia é apenas uma dimensão do desenvolvimento e não deve ser entendida como um fim em si próprio, mas como um meio para gerar e ampliar o bem-estar social. Assim sendo, um PIB elevado e desigualdades de renda não possibilitam um quadro favorável para o crescimento econômico equilibrado, para a coesão social, para a proteção ao meio-ambiente e para a estabilidade política. Conforme este autor, existe uma relação entre desenvolvimento e

a expansão de liberdades. Daí, o desenvolvimento para ser concreto requer que se removam as fontes de privação de liberdades: pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social, negligência de serviços públicos e intolerância de estados repressivos (SEN, 2010, p. 16). Em complemento ao entendimento da dependência entre desenvolvimento e liberdades, Sen (2010, p. 11) revela que, dentre as liberdades cruciais para o empoderamento do homem e o desenvolvimento da sociedade, estão as liberdades de acesso e escolhas de oportunidades econômicas, as liberdades políticas, as garantias de transparência e as facilidades de acesso aos serviços público. Por outro lado, a industrialização e o progresso tecnológico podem contribuir para a expansão destas liberdades, mas ela depende fortemente de outras influências. Por exemplo, as liberdades humanas dependem de outros determinantes sociais e econômicos (como os serviços de saúde e educação) e dos direitos civis, como a liberdade para participar de discussões e manifestações públicas.

Compartilhando da mesma concepção de Sen (2010) acerca do destacado papel que a liberdade tem para os sistemas sociais, Rawls (1997, p. 65) verifica uma lista hierarquizada das liberdades que este autor entende como liberdades básicas: “a liberdade política; a liberdade de expressão e reunião; a liberdade de consciência e de pensamento; as liberdades contra a opressão psicológica e a agressão física; o direito a propriedade privada e a proteção contra a detenção arbitrária”. Conforme sugere Vita (1999, p. 483), a teoria rawlsiana aponta como bens primários: as liberdades e direitos fundamentais; a escolha de ocupação com relação um amplo rol de oportunidades; a renda; e as bases sociais do autorrespeito na convivência coletiva. De acordo com este autor, “o valor das liberdades fundamentais para os menos favorecidos é garantido mediante uma distribuição equitativa de ‘bens primários’, tais como a renda, a riqueza e as oportunidades de acesso às posições ocupacionais e de autoridade mais valorizadas na sociedade” (VITA, 1999, p. 478). É exatamente o que apresenta Rawls (1997) em relação aos dois princípios da justiça os quais ele formulou:

1. Cada pessoa tem direito igual ao mais abrangente sistema total de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para todos; 2. As desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que ao mesmo tempo: (a) tragam o maior benefício possível para os menos favorecidos; e b) sejam vinculadas a cargos e posições abertos a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades (RAWLS, 1997, p. 333).

O que Rawls (1997) oferece, então, são argumentos acerca de que a estrutura institucional do Estado e da Sociedade Civil deveriam regular e distribuir, de acordo com estes dois princípios de justiça os bens primários sociais. Apesar de o autor afirmar que suas formulações teóricas estão relacionadas à justiça e não à economia, ele faz uso da teoria econômica para confirmar

o conteúdo dos seus princípios da justiça e, finalmente, os conteúdos de economia política são utilizadas para se desvendar a sustentação prática da justiça com equidade (RAWLS, 1997, p. 293). Aproximando mais ainda a sua visão de bens primários sociais - e os seus dois princípios da teoria da justiça - da dimensão econômica e, portanto, do debate acerca de distribuição, riqueza e desenvolvimento, Rawls (1997, p. 294) fecha sua concepção da relação entre teoria econômica e teoria da justiça defendendo que aqueles aspectos do sistema econômico deveriam ser regidos de modo que atendessem aos dois princípios da justiça. Portanto, esta visão rawlsiana indica fortemente que os bens primários e os seus princípios de justiça podem ser usados como base para uma análise ampliada de desenvolvimento e apontar caminhos para se interpretar de outra maneira a sustentabilidade e os fatores de riqueza.

Por outro lado, e sentido inverso ao revelado em Rawls (1997) e Sen (2010), a ausência de liberdades relaciona-se diretamente com pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, oportunidade de morar de modo apropriado, ter acesso a água tratada e a saneamento básico. Em outros casos, vincula-se à carência de serviços públicos como assistência médica e educação e segurança pública para manutenção da ordem e da paz. Assim sendo, Sen (2010, p. 36) aponta que existem boas razões para se acreditar que a pobreza está relacionada com uma privação de acesso aos serviços públicos básicos e não apenas como baixa renda. Dito isso, e inserindo estes argumentos no contexto dos BCD, observa-se que um banco comunitário de desenvolvimento pode agir em um processo reverso para mitigar as desigualdades e melhorar o acesso aos serviços públicos quando ele atua territorialmente no combate ao desemprego, apoiando a geração de novas oportunidades de trabalho e renda, mas - também - focando em projetos que elevam a autoestima e a autoconfiança dos moradores da comunidade.

Como afirma Sen (2010, p. 16), “o enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do PIB, aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social”. Todavia, o papel da economia de mercados como parte do processo de desenvolvimento ainda é amplo e, para Sen (2010, p. 20), acertada na literatura econômica sobre desenvolvimento. Porém, é um erro vê-la como único responsável, assim como o é ser genericamente contra o mercado. Este autor entende que é necessário o reconhecimento da importância direta da liberdade de trocas de palavras e de afetos, mas também de bens e de serviços. Ele ainda esclarece que não parece ser justo negar a importância do crescimento do

PIB, do progresso técnico, da industrialização para o desenvolvimento, assim como não se dever negar a inevitabilidade de se agregar uma perspectiva política na discussão do desenvolvimento para se ter uma apreensão mais preciso deste fenômeno (SEN, 2010, p. 17). Ao ressaltar a relevância da dimensão política do desenvolvimento, Sen (2010) se coloca em concordância e alinhamento com a visão de Baran (1984) acerca da Economia Política do Desenvolvimento.

Em Baran (1984) a Economia Política do Desenvolvimento é abordada como uma perspectiva de análise do desenvolvimento que procura compreendê-lo fora das abordagens neoclássicas da ciência econômica. Nesse caso, busca compreender os fenômenos e a dinâmica do desenvolvimento econômico numa perspectiva crítica e comparada, principalmente em termos de produção, distribuição e consumo, apoiando-se em conceitos da economia, mas também de outras disciplinas científicas como a sociologia, o direito e a ciência política para entender como as instituições e os contornos políticos influenciam a conduta dos mercados para a consecução do desenvolvimento. Assim sendo, para Baran (1984, p. 40), o desenvolvimento econômico deve ser compreendido como uma significativa transformação na estrutura socioeconômica e, sobretudo política, de um território, no tocante à os aspectos da produção, distribuição e consumo em um dado período temporal.

Diante disso, para a manifestação efetiva dessa dimensão política do desenvolvimento é requerido que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos. É por isso que Sen (2010, p. 17) firma que a liberdade é central para o processo de desenvolvimento, e - como justificava - aponta duas razões para tal concepção. Primeiro, há uma motivação de caráter avaliatório-gestionária, para a qual a avaliação do progresso tem de ser feita para se verificar se o desenvolvimento ocorre com aumento de liberdades das pessoas. Segundo, o empoderamento político dos indivíduos no processo de desenvolvimento que deve ocorrer na dependência da condição livre de agente das pessoas - que são, justamente, as promotoras do desenvolvimento. A associação destes dois aspectos oferece a base da ideia de '**desenvolvimento como liberdade**', segundo o autor. Ao se procurar pontos de interseção entre essa visão do desenvolvimento como liberdade e o que propõe a atuação de um BCD, vê-se que estes empreendimentos se encontram amplamente em sintonia com a teoria defendida por Sen (2010).

Por exemplo, um dos desafios do desenvolvimento, expresso em Sen (2010, p. 17), é que o alcance deste deve se manifestar com a libertação dos trabalhadores 'do cativo explícito e

implícito' que nega aos mesmos o acesso à produção e ao consumo. Sendo esta, com frequência, uma das maiores privações enfrentadas pelos indivíduos. Um banco comunitário de desenvolvimento, como já declarado algumas vezes nesta tese, funciona fundado no princípio que a liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social. Na sua forma de atuação, o BCD já se coloca como um instrumento de remoção das restrições de liberdade para produtores, consumidores e trabalhadores no território. No caso de um BCD, o seu sucesso não deve ser reconhecido somente pelo bom desempenho nas condições sociais sem melhora no desempenho econômico da comunidade. Conquanto, o equívoco - que é a questão essencial deste documento - está em só tentar explicar o seu sucesso (ou fracasso) do banco comunitário de desenvolvimento pelo resultado e performance financeira. Assim, como reforça Sen (2010, p. 24) “é importante não só dar valor aos mercados, mas também apreciar o papel de outras liberdades econômicas, sociais e políticas que melhoram e enriquecem a vida que as pessoas podem levar”.

Uma vez expostas as primeiras considerações sobre desenvolvimento, alicerçado no ideário de desenvolvimento como liberdade de Sen (2010), é oportuno, a partir deste ponto, o diálogo com outros autores acerca do que estes revelam sobre a noção de desenvolvimento que servirá o para nutrir a perspectiva de utilidade social dos BCD e, principalmente, a matriz de indicadores que será apresentada na seção seguinte. Dito isso, um teórico importante que expõe a sua visão conceitual e contextual sobre desenvolvimento é o economista polonês/naturalizado francês, Ignacy Sachs¹⁶⁵. No prefácio de Veiga (2010, p. 9), Sachs precisa que o **desenvolvimento** vem sendo tratado “um avatar do progresso defendido e perpetuado pelos princípios Iluministas”, principalmente no tocante ao individualismo e ao racionalismo. Na contramão da ‘proposta iluminista de desenvolvimento’, Sachs (2002, p. 54) defende que só haverá verdadeiro desenvolvimento, não devendo se confundir com crescimento econômico, onde existir um projeto social subjacente. Retrata que o desenvolvimento deve ocorrer conciliando a proteção dos recursos naturais e do meio-ambiente, a luta contra as alterações climáticas e o progresso socioeconômico em uma economia a serviço da Humanidade.

¹⁶⁵ O professor Ignacy Sachs é um destacado pesquisador reconhecido mundialmente como um dos pioneiros na formulação de teses sobre o desenvolvimento sustentável. Seu envolvimento com o tema o tornou consultor especial do Secretário Geral da ONU para a organização das históricas Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1972 - em Estocolmo/Suécia - e de 1992 - no Rio de Janeiro/Brasil. Informação disponível em: <<http://www.unhistory.org/CD/Sachs.html>>.

Com base nisso, Veiga (2010, p. 17) advoga que, nas teorias elementares que se pronunciam como resposta ao que é desenvolvimento, se materializam em três idealizações: Uma corrente que realiza o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. deste modo, o amalgama das duas ideias simplifica bastante a necessidade de se encontrar uma maneira de medir desenvolvimento. Outra resposta que pode se anunciar que o desenvolvimento não tem condições factíveis de ocorrer em qualquer época, sendo - como tal - uma ilusão, um mito e uma manipulação ideológica. Finalmente, a terceira resposta apresentada por esse autor, é a que opta pelo 'caminho do meio' entre as duas outras, ou seja, o desenvolvimento não é quimérico nem somente restrito a somente crescimento econômico. A essa corrente, se filia Veiga e muitos dos pesquisadores do tema, com a mudança de foco na composição do desenvolvimento assumida a partir dos anos 1970, que se aproxima - fortemente - dessa terceira modelação de resposta acerca do desenvolvimento, relatada em Veiga (2010, p. 18).

Para parte dos estudiosos da promoção do crescimento e desenvolvimento econômico mundial, até meados anos 1970, o entendimento comum era que o progresso material levaria espontaneamente a melhoria dos padrões sociais, permitindo que o crescimento econômico tivesse efeitos na estrutura social. Assim, o desenvolvimento era compreendido como sinônimo de crescimento econômico. Um marco relevante para a mudança ou ampliação da percepção sobre desenvolvimento assimilando conceitos que visavam melhorar as relações do homem com o meio ambiente equilibrando o avanço do crescimento econômico e a redução da degradação ambiental, foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano¹⁶⁶, proclamada **Conferência de Estocolmo** que aconteceu em junho de 1972, nessa cidade sueca. Foi um evento pioneiro para os debates mundiais do que anos depois seria conflagrado no conceito de desenvolvimento sustentável. Nos anos 1980 o principal marco na linha do tempo da mudança de concepção do desenvolvimento foi a criação pela ONU da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1983, presidida pela célebre diplomata norueguesa Gro Harlem Brundtland. A comissão foi constituída para aprofundar debates de temáticas críticas relativas ao meio ambiente iniciadas 10 anos antes na Conferência de Estocolmo e aproximar o tema do desenvolvimento sustentável da sociedade e das organizações empresariais. Assim, ao final dos trabalhos em 1987, a comissão publicou o

¹⁶⁶ *United Nations Conference on the Human Environment* (UNCHE) é o nome oficial, em língua inglesa, dessa conferência que se tornou reconhecida como primeira grande conferência da ONU para tratar de modo unificado dos temas de desenvolvimento e meio ambiente. O relatório da 'Conferência de Estocolmo 1972' com mais informações encontra-se disponível em: <<http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>>.

seu relatório final, nomeado ‘**Nosso Futuro Comum**’¹⁶⁷, no qual apontou um conjunto de normas orientadoras e caracterizou o desenvolvimento sustentável como um conceito político e amplo para o progresso econômico e social, de acordo com Veiga (2010, p. 113). Aliás, isso é algo que também se pode considerar em relação a utilidade social, uma vez que há uma clara possibilidade de inferi-la como um construto político, antes de tudo.

Das recomendações do relatório de 1987, chegou-se à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento¹⁶⁸, no Rio de Janeiro/Brasil, em junho de 1992. Essa conferência também é conhecida por outros três títulos Eco’92, Cúpula da Terra e RIO 92. Foi programada para fazer uma avaliação dos resultados, avanços e recuos na relação dos agentes governamentais, sociais e econômicos com o meio ambiente nos 20 anos seguintes a ‘Conferência de Estocolmo 1972’. Além disso, a RIO 92 tentou refletir sobre a complexidade dos problemas enfrentados no planeta: a pobreza e o consumo excessivo prejudicial ao meio ambiente. E finalmente, seu principal propósito era fazer os governos nacionais reconhecerem a necessidade de reorientar os seus planos e políticas nacionais e internacionais para assegurar que as decisões econômicas consideraria qualquer impacto ambiental, para consolidar um discurso universal de desenvolvimento sustentável. Outro fato marcou definitivamente os anos 1990 na escala temporal da evolução da atenção mundial para o desenvolvimento sustentável como princípio para a sobrevivência da fauna, da flora e dos seres humanos no planeta, por um lado, e para refletir o crescimento em um processo mais amplo, que incorpora a preocupação com o desenvolvimento social ao mesmo tempo de se dialoga com os resultados da dinâmica econômica, por outro.

Precisamente vinculado a esse segundo princípio, como descrito por Veiga (2010, p. 18), foi o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), do PNUD/ONU, publicado em 1990. O relatório vem sendo editado anualmente com a finalidade introduzir análises, apresentar novos índices e destacar abordagens que atuem sobre o desenvolvimento humano e sobre a expansão

¹⁶⁷ *Our Common Future* é o título oficial, em língua inglesa, deste relatório que pela importância história do documento e homenageando a presidente da comissão pela sua atuação dos cinco anos de atividades, é conhecido também como **Relatório Brundtland**. Informações disponíveis em: <http://www.unep.org/women_env/w_details.asp?w_id=43> e <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>.

¹⁶⁸ *United Nations Conference on Environment and Development* (UNCED) é o nome oficial, em inglês dessa conferência. Dentre os principais documentos produzidos com grande esforço para orientar as bases do desenvolvimento sustentável nos anos seguintes estão as conhecidas 'Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento' e, principalmente a 'Agenda 21'. Informações disponíveis em: <<http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html>> e <<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-4.htm>>.

da riqueza em vias que não sejam simplesmente a riqueza da econômica¹⁶⁹. O RDH se firmou nesses 25 anos como um caminho para se apresentar outros termômetros para mensurar a riqueza e o desenvolvimento, cujo primeiro índice publicado - ainda em 1993 - foi o conhecido **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**, a partir dos trabalhos desenvolvidos de Amartya Sen. A partir deste ano, o IDH foi progressivamente se impondo no debate público e internacional (VEIGA, 2010, p. 21). A propósito, Viveret (2004, p. 71) considera que o IDH buscou reestabelecer o laço entre economia e ética, mas deixou certo rastro crítico ainda a ser analisado. Primeiro, o IDH apenas evidencia que desenvolvimento humano é um fim cujo crescimento econômico é o meio; Segundo, as últimas décadas de avaliação com este índice já mostram com mais clareza que não existe uma relação automática e entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano; e, terceiro, é importante dedicar mais atenção à qualidade do crescimento para que possa garantir que ele acompanha os critérios estabelecidos pelo índice para o desenvolvimento humano: a redução da pobreza, a proteção do ambiente e da viabilidade em longo prazo do desenvolvimento.

Contudo, Viveret (2004, p. 72-73) também enxerga elementos positivos na constituição do IDH. Para o autor, o índice fornece uma visão geral do desenvolvimento de cada país em áreas essenciais para contabilizar o desenvolvimento, como saúde, habitação, educação, renda, empoderamento das mulheres, mortalidade infantil, bem como, a ‘segurança humana’. A ‘segurança humana’ entendida como a subtração de ameaças crônicas, tais como a fome, as doenças, a repressão e, também, proteção contra mudanças repentinas e traumáticas da vida cotidiana, profissional ou coletiva (crimes, acidentes e violência). Compactuando com esse autor, Méda (1999, p 338) observa que o IDH modifica a perspectiva de mensuração do desenvolvimento ao inserir um postulado multidimensional elegendo um número de dimensões que parecem componentes essenciais do presente, expondo indicadores simples e mostrando tudo isso em um agregado que oferece outra imagem e outra representação da sociedade.

Por exemplo, essa autora adverte para uma situação peculiar que sobre a medida do IDH em comparação com a mensuração do PIB: O IDH permite constatar que os países com elevados níveis de proteção social, como o Canadá, a Suécia e a Noruega obtêm resultados significativamente melhores do que aqueles de países, apregoados regularmente como modelos de crescimento, por parte do pensamento dominante, sobretudo por serem os

¹⁶⁹ Informação disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/humandev>>.

primeiros no PIB: os EUA, China, Alemanha e a Grã-Bretanha (MÉDA, 1999, p. 339). Em outros termos, o IDH ajuda a mostrar países com que tem outras riquezas a serem valoradas, mas direcionados para os aspectos do desenvolvimento humano, à frente de países cuja riqueza econômica é mais elevada.

Diante de casos como o desse exemplo resgatado por Méda (1999), o IDH começou a despertar mais atenção da parte de governos e pesquisadores por apresentar “uma oportunidade de abrir uma brecha no mundo monopolizado pela representação exclusiva do PIB. Naquele momento, com certo número de outros estudos qualitativos sobre o IDH, começou-se a modificar os termos do debate acerca do crescimento”. (VEIGA, 2010, p. 21). Desde então, reitera Veiga (2010, p. 18), com a constituição do IDH para evitar o uso exclusivo da opulência econômica como critério de aferição, “ficou esquisito continuar a insistir na simples identificação do desenvolvimento com crescimento econômico”. Apesar da apologia ao IDH expressa por esse autor, o mesmo também mostra sua crítica ao índice, quando ele denota que o principal defeito do IDH é que ele resulta da média aritmética de outros três indicadores: a renda *per capita*, longevidade/expectativa de vida e o nível de escolaridade. Mesmo que se considere quase inevitável a ausência de outras dimensões do desenvolvimento (ambiental, cívica e cultural), é duvidoso que seja a média aritmética daqueles três indicadores, somente, que melhor revela o grau de desenvolvimento de uma determinada coletividade, é o que aponta Veiga (2010, p. 88).

Tendo esses vácuos de mensuração ainda não cobertos e ampliando-se outras críticas ao IDH, Gadrey e Jany-Catrice (2012, p. 28) retratam que o PNUD empreendeu, em 2010, na ocasião do vigésimo aniversário do IDH, uma reforma ampla neste indicador. Tal reestruturação teve como objetivo agregar uma visão mais abrangente do desenvolvimento humano a qual incluiu a ideia das liberdades conquistadas e o alargamento das oportunidades de escolha dos indivíduos e coletividades. Sabidamente, essa mudança rumo a medição envolvendo as liberdades conquistadas foi em função da notoriedade obtida pela proposta de ‘**Desenvolvimento como Liberdade**’, difundida por Sen (2010). Nela residem os fundamentos do ‘caminho do meio’ acerca da compreensão sobre o desenvolvimento, sem a miopia que o reduz a tão somente o crescimento econômico nem o derrotismo que o entende como inexequível (VEIGA, 2010, p. 33-34). Igualmente, nas teses que alicerçam o ‘Desenvolvimento como Liberdade’, o espaço ocupado pela sustentabilidade é o que pode possibilitar a disseminação continuada dessa perspectiva de refletir e apontar caminhos a

serem seguidos pelas ações, projetos e governos que procuram firmar suas políticas e a avaliação das riquezas pela via do desenvolvimento multidimensional sustentável.

Em concórdia, Sachs (1999, p. 20) enfatiza o significado da **sustentabilidade** associada ao viés do desenvolvimento, propalando que este construto (o desenvolvimento) tem uma dependência daquele (a sustentabilidade) para que se possa atingir os seu real propósito no espaço territorial o qual venha a ser buscado. Segundo ele, vai depender da capacidade da civilização humana de se submeter aos preceitos da prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza para se proclamar algum tipo de desenvolvimento humano. Sachs (1999, p. 21) finaliza, assegurando que a **adjetivação sustentável** ao termo **desenvolvimento** deveria ser desdobrada em socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentada no tempo. Nessa mesma orientação, Veiga (2010, p. 14) exalta a concepção de **desenvolvimento sustentável** advogando que “se trata de um dos mais generosos ideais do séc. XX, só comparável à ideia de ‘justiça social’. Ambos são valores fundamentais de nossa época por exprimirem desejos coletivos enunciados pela humanidade ao lado da paz, da democracia, da liberdade e da igualdade”.

O desenvolvimento sustentável, como utopia para o século XXI, postula a necessidade de buscar um novo paradigma científico, capaz de substituir o industrialismo. Para Viveret (2004, p. 13), a única possibilidade de haver desenvolvimento sustentável será com uma profunda (re)interrogação do pilar econômico por questões não somente de caráter social, mas muito fortemente por questões humanas e ecológicas vindo a transformar a visão e a prática da economia para que esta possa responder às exigências etimológicas do termo¹⁷⁰. Ao seu modo, não discorrendo com o significado dos componentes etimológicos do termo, Bellen (2005, p. 68) apresenta um reposta contextual ao discorrer que uma das visões mais tradicionais, acerca da sustentabilidade na esfera social-humana, está relacionada a noção de privação.

A reflexão padrão, neste sentido, aponta que a geração atual deve deixar para as gerações futuras, no mínimo, uma riqueza (em uma perspectiva mais ampla considerando as riquezas

¹⁷⁰ Viveret (2004, p. 13) explica a etimologia dos termos economia e ecologia e as vinculações entre eles. A economia - verbete oriundo das palavras gregas *oikos* e *nomos* - significa a lei, a ordem de casa. A função da economia é, portanto, se ocupar de nossa pequena casa. Ela não pode existir sem uma teoria da grande casa, do planeta, da biosfera para arbitrar a atuação da economia. Existe, portanto, uma legítima teoria da grande casa (o planeta): a Ecologia - termo originado dos vocábulos gregos *oikos* e *logos* que expressa o estudo, o sentido da casa. Dito de outra forma, a ecologia é a teoria primeira na qual a economia atua como um dos pontos de aplicação. Toda inversão que faça da ecologia um suplemento marginal da economia é propriamente um suicídio para a humanidade (VIVERET, 2004, p. 14).

econômicas, humanas, físicas, naturais, culturais e sociais) igual à existente nos dias atuais, é o que interpreta esse autor. Dito isso, fica o entendimento que a sustentabilidade exige, pelo seu conceito normativo, para cada geração um nível desejado e aceitável de desenvolvimento humano. Outrossim, é nesse instante, destaca Veiga (2010, p. 171) que se instala a vinculação entre sustentabilidade e solidariedade, uma vez que a sustentabilidade ambiental é baseada no duplo imperativo ético de **solidariedade sincrônica** com as gerações atuais e de **solidariedade diacrônica** em realçar o compromisso com as gerações futuras.

Em uma perspectiva menos elaborada, porém com mais precisão no enunciado, Sen (2010, p. 168) traz essa mesma concepção argumentativa de Bellen (2005) e Veiga (2010) pronunciando que na sua definição de desenvolvimento sustentável há uma necessidade de preservar e expandir as liberdades substantivas que as pessoas hoje desfrutam sem comprometer a capacidade das futuras gerações desfrutarem de liberdade semelhante ou maior. Com proposição semelhante, Brundtland (2007, p. 15) apontava essa mesma orientação no seu *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future* (Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Nosso Futuro Comum, em tradução livre) que é o documento final da comissão constituída no âmbito da ONU para estudar do desenvolvimento sustentável, já tratado nesta tese. Contudo, a autora agrega uma consideração de relevância nesse relatório, no sentido dos limites do desenvolvimento sustentável, com a referência que o

[...] desenvolvimento sustentável não implica limites ao progresso da humanidade, mas registram-se as limitações impostas pelo estado atual da tecnologia e da organização social sobre os recursos ambientais e pela capacidade da biosfera para absorver os efeitos de atividades humanas (BRUNTLAND, 2007, p. 15).

E esse pensamento, igualmente, vai ao encontro do que Dowbor (2007, p. 118) apregoa sobre o limite de o desenvolvimento sustentável ser o respeito à escala que o planeta possa sustentar em longo prazo, respeitando a visão de suficiência para não aumentar indefinidamente o consumo destruindo as bases de reprodução.

A sustentabilidade exige, pelo seu conceito normativo para cada geração, um nível desejado e aceitável de desenvolvimento humano a cada contexto e período histórico. E no século XXI, a sustentabilidade, para Veiga (2010, p. 168-169), consiste em realizar um conjunto de sete desafios que representam transições interligadas para uma situação mais sustentável agora e para o futuro. Esses desafios que a sustentabilidade deve enfrentar são: i) A estabilização dos níveis populacionais, globalmente; ii) O estabelecimento de **práticas econômicas que**

promovam crescimento qualitativo; iii) O desenvolvimento de **tecnologias que tenham, comparativamente, baixo impacto ambiental;** iv) A **distribuição mais equitativa da riqueza;** v) A constituição de instituições transnacionais para tratar dos problemas globais; vi) A **ampliação dos níveis de comunicação sobre os múltiplos problemas globais** para as populações; e vii) O **incentivo para atitudes que favoreçam a unidade na diversidade.**

Observar esses sete desafios para um mundo mais sustentável no século XXI é significativo para os BCD, uma vez que se verifica que estes atuam diretamente, e de forma sistemática, em pelo menos em cinco desses desafios. Ao se recorda dos BCD visitados e ações que estas experiências executavam em seus territórios somando ao que se conhece da literatura dos bancos comunitários de desenvolvimento, torna evidente o alinhamento dos BCD com desafios, ou melhor, com a busca por agirem em função da superação dos mesmos. É uma espécie de perseguição tácita pela sustentabilidade da comunidade, do bairro, do território no qual o BCD está instalado e a soma da ação conjunta dos BCD brasileiros pode contribuir também para o desenvolvimento sustentável do próprio país.

Isto posto, deve-se enfatizar que o processo de desenvolvimento sustentável extrapola e atinge instituições de diferentes tipos: governos e autoridades locais, partidos políticos e outras instituições cívicas, sistema educacional e oportunidades de diálogo e debates abertos (incluindo o papel da mídia e outros meios de comunicação). Isto torna a ideia de desenvolvimento mais ampla, integradora e sustentável. E se o desenvolvimento representa a expansão das liberdades e da substantividade nas relações, como imaginar a possibilidade de captar tal fenômeno mediante um indicador financeiro somente? Um só índice com foco nos aspectos financeiros não podem não pode sintetizar a realidade complexa do processo de desenvolvimento e a sustentabilidade dos BCD.

Ademais, quando Sen (2010, p. 33) prescreve que o êxito de uma sociedade deve ser avaliado, primordialmente, segundo as liberdades que os membros dessa sociedade desfrutam, não é nenhum disparate defender que isto se aplicar integralmente as práticas dos bancos comunitários de desenvolvimento. O BCD incorpora com agilidade e naturalidade a doutrina de Sen acerca do desenvolvimento como liberdade. Se Sen (2010, p. 51) expressa que ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo. O BCD tem os meios de auxiliar as pessoas na conquista de algumas dessas liberdades e, nisso - também - reside sua utilidade social. Aliás, nos BCD, a utilidade social deve não apenas ser a base da avaliação de êxito e fracasso, mas também determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social.

Enfim, ver o desenvolvimento sustentável a partir das liberdades substantivas dos indivíduos tem implicações abrangentes para a compreensão do processo de avaliação da utilidade social dos BCD e também para os modos e meios de construí-lo e aplicá-lo. Na perspectiva avaliatória que se afirmará na seção seguinte, isso envolve a necessidade de aquilatar os requisitos de desenvolvimento multidimensional da sustentabilidade com base na remoção das privações de liberdade que podem afligir os membros da sociedade. Busca-se, portanto uma visão adequadamente ampla de utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento com o intuito de focar o exame avaliatório de aspectos que de fato importam e, em particular, de evitar que sejam negligenciados outros decisivamente importantes.

6.2 INSERIDO UMA MATRIZ DE INDICADORES DE UTILIDADE SOCIAL NA AVALIAÇÃO DOS BCD

Conforme Hammond *et al.* (1995, p. 1), indicador é um termo que tem sua origem relacionada latim *indicare*, o qual significa descobrir, apontar, estima e anunciar. Em uma definição construída por Bellen (2005, p. 41), o indicador é uma medida que resume informações relevantes de um fenômeno particular. O indicador, portanto, é evocado para deixar mais perceptível uma tendência ou um fenômeno que não seja imediatamente detectável. Com base nestas considerações iniciais e antes de apresentar a matriz de indicadores de utilidade social que pode se agregar a avaliação dos BCD, convém destacar a premissa importante assumida aqui de que um indicador sempre apresenta um valor exposto qualitativamente ou quantitativamente e que, por trás desse valor, tem a representação de uma dada realidade contextual. Assim, um valor do indicador pode tanto mostrar uma realidade passada, expor o quadro presente e projetar um cenário futuro. Deste modo, um conjunto de indicadores devem ser analisados de modo interdependentes e encarados como um instrumento que vai dar subsídio para o gestor tomar decisões que podem afetar ações ‘presentes e apontar caminhos para o ‘futuro’. O resultado dos indicadores sem a compreensão do contexto pode deformar as decisões e oferecer solução falaciosas acerca das estratégias de gestão da organização investigada.

Destarte, um dos desafios consideráveis na mensuração da sustentabilidade das organizações em interface com o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento de novos indicadores de riqueza é superar o argumento da ênfase nas metodologias predominantemente quantitativas, afirma Bellen (2005, p. 193). No caso das experiências de BCD, muitas das dimensões de análise não são necessariamente associadas às grandezas físicas. Cumpre

destacar que dimensões sociais, ecológicas, antropológicas são bons exemplos desta situação e mesmo que se utilize indicadores quantitativos, essa associação sofrerá limitações em função da natureza do fenômeno avaliado.

No fundo existe um ‘fetichismo das cifras’ na definição e na medição da performance. Entretanto, como atesta Jany-Catrice (2012, p. 121), as cifras não têm o monopólio dos fatos e dos resultados. As cifras possuem uma ilusória neutralidade axiológica e uma ilusória validação social, uma vez que ninguém interroga a maneira a qual as cifras são ‘fabricadas’. E isto acaba desprovendo e despersonalizando-a das relações sociais. Em relação a uma possível contenda no estabelecimento e designação dos indicadores de utilidade social para avaliar a sustentabilidade dos bancos comunitários existem alguns argumentos que levam a preferência pelo uso daqueles com características de medição.

Para Bellen (2005, p. 42-43), por exemplo, os indicadores podem ser qualitativos ou quantitativos, mas experiências associadas ao desenvolvimento sustentável, tendem a ser avaliadas mais pela viés qualitativo. Existem razões que legitima esta opção em função das limitações implícitas ou mesmo explícitas que a perspectiva do resultado quantitativo assume. E naturalmente, uma avaliação qualitativa pode bem ser transformada no processo de análise em uma notação quantitativa. Em reforço a isso, Gallopin (1996, p. 105) demonstra que os indicadores qualitativos se impõem sobre os quantitativos em ao menos três casos: i) quando informações de caráter quantitativo não estão disponíveis; ii) quando o fenômeno avaliado tem características inerentemente não quantificáveis (como é o caso de muitas características culturais ou políticas, em alguns fenômenos, observa este autor); e iii) quando os aspectos do custo do processo avaliativo se tornam determinantes. Ao se recordar das características dos BCD, já apresentadas neste documento de tese, parece que esses empreendimentos preencherem bem estas três aspectos apontado por Gallopin (1996).

Há a necessidade de lembrar que a atuação dos BCD, no tocante às atividades de produtos e serviços financeiros, tende a se valer de indicadores mais quantitativos para que o desempenho dessa dimensão seja avaliado. Só se reitera que isto já está dado. Os indicadores para medir essa dimensão já estão, em sua maioria, desenhados e forma aplicados juntos aos BCD algumas vezes pelas avaliações que já tiveram esses empreendimentos como alvos. O que se pretende nesse trabalho é, rigorosamente, encontrar e apresentar o complemento a estes indicadores já estabelecidos e vinculados a matriz de desempenho financeiro dos bancos comunitários de desenvolvimento para que possa dispor em um só instrumento contendo as duas matrizes de indicadores tanto quantitativa quanto qualitativa agregadas. Assim,

aproxima-se do que aconselha Tenório *et al.* (2003, p. 60), ao expor que a avaliação de projetos de natureza comunitária não deve se valer somente da matriz de indicadores mais quantitativistas ou mais qualitativistas.

Afinal, uma matriz não é incompatível com a outra e cada uma tem uma perspectiva própria e oportuna, para que os indicadores sejam empregados, devendo ser considerados complementares e não como antagônicos. Por fim, Neiva *et al.* (2013) exhibe uma advertência a qual se deve ter atenção, pois ela define bem o que se quer para a matriz de indicadores a ser revelada na próxima subseção. Para esse autor, “um indicador numérico não necessariamente expressa um valor quantitativo; pode representar um valor qualitativo na medida em que se refere a uma questão de percepção” (NEIVA *et al.*, 2013, p. 117). De fato, o que é verdadeiramente relevante é que os indicadores descrevem diretamente um aspecto da realidade, permitindo mais rigorosamente uma análise do desempenho dos BCD acerca da sua utilidade social.

Acerca dessa alteração da característica do indicador mais qualitativo ou mais quantitativo para avaliar os bancos comunitários de desenvolvimento, traz-se aqui um comentário efetuado pelo Sr. Joaquim Melo, coordenador do Banco Palmas - o BCD do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, Ceará. Segundo ele, “*Quanti ou quali? Para o banco comunitário, o quantificar conta menos. Parece o que eu só posso provar é aquilo que tem números. Nesse sentido, o PRONATEC capacitou 20, 30, 50, 200 mil pessoas em 2011, e é muito mais importante do que Academia de Moda que tem lá no Banco Palmas que capacitou 300 pessoas. No entanto, a questão é o modelo de desenvolvimento que você aponta! O papel do banco, ou dos bancos, ao capacitar 200 ou 20 mulheres que moram na comunidade é saber se gerou outros tantos valores, que é participação dessas mulheres, o envolvimento delas, os filhos delas não foram mais pro tráfico. Isso que jamais entram nas contabilidades porque o seu modelo de desenvolvimento é outro. Então, entender o banco comunitário ou analisar ou buscar indicadores é apontar pra outro modelo de desenvolvimento que se acredita ser sustentável a longa prazo. Aí entendo ir para além do número, no sentido de provar, esse tipo de banco ele gera, impacta outras tantas ações que também geram trabalho e renda, mas são indiretas. E aí que tá a sutileza do indicador, porque ele é muito difícil, mas eu acho inteiramente possível provar isso nos bancos comunitários (grifos nossos)*”¹⁷¹.

¹⁷¹ Informação obtida em entrevista com o Sr. Joaquim Melo, em 18 de janeiro de 2013.

Essa mensagem do Sr. Melo é clara e deve ser escutada, pois é alguém que conhece profundamente o conceito e o sentido dos BCD. Enfim, o desafio da subseção seguinte é, precisamente, tentar apresentar um conjunto de indicadores que possam transmitir, em um processo avaliativo, as particularidades desses BCD - e de modo mais específico, as características de sua utilidades social e os benefícios coletivos gerados para sua sustentabilidade.

6.2.1 As dimensões e os indicadores que expõem a utilidade social dos BCD

Em qualquer processo de avaliação uma tarefa fundante é o estabelecimento de um conjunto de indicadores que permita determinar e clarificar o fenômeno avaliado e apontar o que espera que seja medido. Acredita-se que, nas atuais avaliações de banco comunitário de desenvolvimento, não se está visualizando corretamente o fenômeno em virtude do sistema de indicadores ser inapropriado para permitir expor os traços reais mais fiéis acerca do empreendimento investigado. Bellen (2005 p. 42) discorre sobre um aspecto essencial a essa discussão ao explicar que um indicador é um parâmetro ou valor derivado que aponta e fornece informações sobre o estado de um fenômeno, e sua mais importante característica é a relevância para o processo de tomada de decisão.

Já Gallopin (1996, p. 103) acrescenta algo mais profundo e pertinente a proposta desta tese ao expor que, para ser representativo, um indicador tem que ser importante tanto para os tomadores de decisão quanto para o público participante da construção das informações para o indicador ou avaliado por este. Em outros termos, os indicadores mais destacados são aqueles que sintetizam as informações mais relevantes e tornam o fenômeno avaliado com a configuração mais próxima ao que ele representa de modo real, afirma Gallopin (1996, p. 104).

Portanto, o propósito dos indicadores é agregar e quantificar informações de modo que sua significância se torne mais aparente e simplifiquem características importantes acerca do fenômeno avaliado. Os indicadores de projetos de natureza comunitária e social, como é o caso dos bancos comunitários de desenvolvimento, necessitam estar envolvidos em perspectiva subjetiva, intuitiva e até informal da avaliação. Conforme recomendam Boulosa e Araújo (2010, p. 12), isso é importante para se obter resultados críveis em relação às ações realizadas pela organização e que estejam sob avaliação. Estão, a seguir, assim evidenciados uma matriz de dimensões e indicadores que podem funcionar como demarcadores para as avaliações das experiências de bancos comunitários de desenvolvimento, servindo como base

para se reconhecer de modo mais qualitativo-substantivo a eficiência, a eficácia e a efetividade aferida pelos BCD acerca da sua utilidade social.

Não obstante, para se chegar à matriz de indicadores que será exposta no **Quadro 3**, se utilizou da observação a partir das visitas de campos aos três BCD que são elencados no capítulo 4 deste trabalho. Além disso, foram fundamentais as entrevistas com coordenadores destes três bancos comunitários de desenvolvimento e, sobremaneira, o grupo focal com moradores e representantes de organizações comunitárias e projetos socioculturais do Conjunto Palmeiras. Não deve ser diminuído o papel das entrevistas realizadas com autoridades da SENAES/MTE, órgão gestor das políticas públicas de economia solidária do Brasil - ao qual está incorporado as políticas de finanças solidárias no país, como as dos BCD. Também trouxeram aportes relevantes que foram ajuntados ao processo de estabelecimento dos indicadores de utilidade social, da matriz construída nesta tese, as entrevistas - e consultas informais - com estudiosos da avaliação de utilidade social, sobretudo de empreendimentos de economia solidária, como os pesquisadores franceses Laurent Fraisse, Hélène Duclos e Florence Jany-Catrice.

De modo particular, a entrevista com Patrick Viveret - em função do seu domínio de conteúdo acerca de diversas temáticas em torno dos novos fatores de riqueza - foi uma fonte de subsídio singular. Finalmente, a literatura revisada para esta pesquisa apresentou informações na forma de exemplos, comentários e análises que se tornaram decisivas na edificação da matriz de iniciadores para avaliação da utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento, com destaque para os trabalhos de Bellen (2005), Boullosa e Araújo (2010), Cairó i Céspedes e Gómez Gonzalez (2015), Dowbor (2007), Duclos (2007, 2008, 2009 e 2010), Garayalde Niño, González e Mascarenãs Pérez-Inigo (2014), Gadrey (2000 e 2005), Jany-Catrice (2014), Jany-Catrice *et al.* (2014), Offredi e Ravoux (2010), Perret (2010), Sachs (1999 e 2002), Sen (2010), Veiga (2010) e Viveret (2004).

Isto posto, o **Quadro 3** trará a exposição da matriz de indicadores para avaliação da utilidade social dos BCD. A matriz proposta é composta de cinco colunas, obrigatoriamente, uma vinculada a outra. Nelas se distribuem as **Dimensões** da matriz, em que cada dimensão tem um **Enfoque** ou termos-chave atribuídos que sintetizam o conjunto dos indicadores daquela dimensão. Cada enfoque vem acompanhado de um texto descritivo na coluna seguinte acerca do qual é a **Contribuição** que a dimensão e sua ênfase aporta para exposição dos resultados particulares da ação da utilidade social dos BCD. A coluna que se segue chama-se **Indicador** e corresponde ao espaço destinado a elencar os indicadores próprios de uma utilidade social dos

BCD que poderão exibir e atingir a contribuição exigida pela contribuição informada na coluna anterior. Finalmente, mas não mesmo importante aparece a coluna **Destino** que se mostra para serem externados os propósito para o qual se destina o indicador da coluna anterior, ou o que se pretende medir com este indicador.

Já as linhas da matriz são limitadas a cinco nas três primeiras colunas, pois são cinco as dimensões que se estabeleceu para comporem esta matriz de indicadores para avaliação da utilidade social dos BCD. Consequentemente, como cada **Dimensão** vem acompanhada um **Enfoque** e um texto descritivo de **Contribuição** da dimensão, as colunas dois e três também estão limitadas em cinco linhas. Por seu turno, não há limite de linhas para a coluna **Indicador**, uma vez que podem ser constituídos quantos indicadores julgarem-se necessários para dar o retorno espera como contribuição da dimensão. Na matriz a seguir, cumprindo o objetivo desta tese estão elencados **60 indicadores**, mas não há rigidez para que sejam estes os únicos e ideais para avaliar a utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros. De certo, as linhas possíveis que se referem ao **Destino** do indicador são condicionadas pela quantidade de indicadores, com uma variação, se mais de um indicador forem associados para cumprir um mesmo fim avaliativo.

Essa é a descrição, portanto, da matriz de indicadores para avaliação da utilidade social dos BCD, a que se está atribuindo uma nomenclatura especial, a partir da reunião da letra inicial do componente da primeira linha da matriz (**Dimensão - Enfoque - Contribuição - Indicador - Destino**) que representam os termos das cinco colunas e que dão forma a **Matriz DECID** de Indicadores para Avaliação da Utilidade Social do BCD, conforme exposto no **Quadro 3**, a seguir. Aqui cabe expor que se manifestou uma coincidência no momento de desenho da matriz, que após definir-se a ordem dos quatro primeiros termos para as quatro colunas iniciais - ao surgir a expressão DECI da reunião das letras iniciais destes quatro termos - levou à opção por um nome para o quinto termo de permitisse montar uma expressão próxima do verbo **decidir**, foi uma tarefa não tão fácil. Afinal, pareceu ser interessante que uma matriz de indicadores para avaliação da utilidade social dos BCD fosse nomeada de DECID, já que a gestão participação e as rédeas da decisão acerca dos processos avaliativos que vierem a utilizar essa matriz estarão sempre com os indivíduos envolvidos diretamente na gestão e nos benefícios coletivos proporcionados pelo BCD avaliado.

Quadro 3 - Matriz DECID (Dimensão - Enfoque - Contribuição - Indicador - Destino) de Indicadores para Avaliação da Utilidade Social do BCD

Dimensão	Enfoque	Competência	Indicador	Destino
<i>Socioambiental</i>	Valores de solidariedade (Laço Social)	Revelar as condições socioambientais para o bem-estar e sustentabilidade.	Percentual de ações que reforçam a autonomia e o empoderamento humano da comunidade sobre o total de ações desenvolvidas pelo BCD	Identificar o número de ações que o BCD realiza diretamente para ampliar a autonomia e o empoderamento da população (Ex: assistência psicológica, capacitação em direitos humanos, cooperação com o CRAS local para melhorar a autoestima).
			Percentual de ações que reforçam a autonomia e o empoderamento humano das mulheres em relação ao total de ações realizadas para o empoderamento humano da comunidade	Identificar o número de ações que o BCD realiza diretamente para ampliar a autonomia e o empoderamento humano das mulheres (Ex: assistência psicológica, rodas de conversas com os esposos, cooperação com o CRAS local para elevar a autoestima, linha de crédito com formação em educação financeira).
			Ações relacionadas a restauração e ampliação das relações sociais na comunidade	Identificar e expor as ações do BCD destinadas a redução do isolamento social e ampliação da afetividade (Ex: Projetos que busquem o aporte participativo e envolvimento das pessoas na comunidade para ampliação dos laços sociais).
			Ações relacionadas ao empoderamento das mulheres	Identificar e expor as ações do BCD destinadas ao empoderamento das mulheres (Ex: Projetos não econômicos que busquem elevar a participação, o exercício da liderança, a redução dos conflitos nas famílias e a redução da violência doméstica com as mulheres).
			Percentual de ações que reforçam a preocupação com o uso da energia e da água, a qualidade do ar e destino dos resíduos sobre o total de ações desenvolvidas pelo BCD	Identificar o número de ações que o BCD realiza diretamente para promover a redução do consumo de água e energia elétrica; cuidados com o solo, lençóis freáticos e destino do lixo na comunidade (Ex: Parcerias com concessionários desses serviços para projetos de educação ambiental, seminários de sensibilização para redução do consumo e para reciclagem de resíduos, etc.).

Dimensão	Enfoque	Competência	Indicador	Destino
			Ações relacionadas ao Ecodesenvolvimento	Identificar e expor as ações do BCD destinadas à mobilização socioambiental (Ex: Projetos que busquem promover o reuso de água, a limpeza urbana, a troca e a reutilização de bens usados, a eliminação completa das 'queimadas' do lixo, o incentivo a uso de meios de transportes não poluentes).
			Total de negócios que foram financiados pelo BCD amparados em circuitos econômicos curtos de produção	Identificar se o BCD tem se preocupado em financiar negócios que cujos fornecedores dos insumos estejam próximos dos produtores, com isso há um fortalecimento geração e circulação da riqueza em circuitos curtos locais ou territoriais e, também, a redução da emissão de CO ₂ pelos veículos não mais que teriam de se deslocar por longos trechos em busca do insumo.
			Percentual de negócios que foram financiados pelo BCD amparados em circuitos econômicos curtos de produção em relação ao total de negócios financiados	Identificar o número de negócios que têm sido financiados pelo BCD com a preocupação acerca da cadeia de circuitos curtos.
			Ações relacionadas as alterações nos hábitos de consumo sobre a biodiversidade	Identificar e expor as ações do BCD destinadas a promover mudanças nos hábitos de consumo da população da comunidade (Ex: Projetos que busquem promover a nutrição saudável com minimização de desperdícios de alimentos, a redução de consumo de produtos que tragam malefícios à saúde, a ampliação do consumo na comunidade para evitar deslocamentos, entre outros).
			Alinhamento dos produtos e serviços financeiros do BCD com princípios de direitos humanos e sustentabilidade ambiental	Identificar se o BCD tem se preocupado com princípios universais e locais de valorização do desenvolvimento humano sustentável para uma melhor qualidade de vida na comunidade, quando realizar empréstimos, venda de seguros e outras ações financeiras de seu portfólio.

Dimensão	Enfoque	Competência	Indicador	Destino
<i>Sociopolítica</i>	Valores de equidade (Cidadania)	Revelar os aspectos da melhoria no acesso aos serviços públicos e o olhar sobre a coletividade.	Percentual de ações do BCD que reforçam a preocupação com o acesso a serviços públicos de saúde, de educação e de cultura as quais deveria ser obrigatoriamente executadas pelo poder público sobre o total de ações desenvolvidas pelo BCD	Identificar o número de ações o BCD realiza em serviços de promoção da saúde, educação e cultura que representa uma despesa evitada do poder público no território (Ex: cursos preparatórios para o Enem, promoção de atendimento médico, odontológico e psicológico, organização de festivais de cultura, fomento a grupos culturais, melhorias em equipamentos públicos, como escolas, praças e jardins públicos).
			Ações relacionadas aos impactos da saúde e da educação na comunidade	Identificar e expor as ações do BCD destinadas à melhoria da assistência à saúde e educação provocando redução de casos críticos de deficiência (Ex: Projetos que busquem impactar na redução da desnutrição e mortalidade infantil e de pessoas com dependência química ou que combatam o analfabetismo e promova uma educação para a cidadania).
			Ações relacionadas ao acesso à informação e a cultura	Identificar e expor as ações do BCD destinadas à ampliação da oferta de serviços de cultura e de acesso a informação (Ex: Projetos que busquem promover as manifestações culturais do território, bem como os que promovem o acesso a informação sejam por meios digitais ou físicos, como laboratórios de informática, bibliotecas e cybercafés públicos).
			Percentual de ações do BCD que reforçam a preocupação com o acesso a serviços públicos de infraestrutura, de mobilidade e de acesso a telefonia e internet as quais deveria ser obrigatoriamente executadas pelo poder público sobre o total de ações desenvolvidas pelo BCD	Identificar o número de ações que o BCD realiza em serviços de infraestrutura, de mobilidade e de acesso a telefonia e internet que representa uma despesa evitada do poder público no território, (Ex: recuperação de espaços públicos coletivos, mutirões para construção de casas, ações voltadas ao saneamento do território, incentivo ao uso de bicicletas e transporte coletivos, aliança com empresas de telefonia e internet para criação de produtos específicos para a população do local).

Dimensão	Enfoque	Competência	Indicador	Destino
			Ações relacionadas a intervenção em serviços urbanos de infraestrutura, de transporte, de telefonia e internet	Identificar e expor as ações do BCD destinadas a revelar serviços e intervenções em infraestrutura, transporte, telefonia e internet (Ex: Projetos que melhorem a mobilidade urbana no território, que amplie a comunicação e que transformem os espaços comuns e públicos na comunidade).
			Percentual de tomadores de crédito do BCD no limiar da pobreza em relação ao total dos clientes	Identificar o número dos tomadores de empréstimos do BCD que vivem abaixo da linha da pobreza e aponta qual a atenção que o BCD dá a este público mais vulnerável.
			Percentual de mulheres tomadoras de crédito no BCD em relação ao total dos clientes	Identificar o número dos tomadores de empréstimos do BCD que são mulheres, e aponta qual a atenção que o BCD dá a este gênero tratado, usualmente de forma desigual.
			Percentual de mulheres x homens tomadores de crédito no BCD em função do total da população de cada gênero no território	Identificar o número dos tomadores de empréstimos do BCD que são mulheres, levando em conta a participação delas no total da população do local visando perceber qual a representatividade do público feminino.
			Alinhamento dos produtos e serviços financeiros do BCD relacionados com princípios da democratização da informática, do acesso à informação, à saúde e à educação públicas	Identificar se o BCD tem se preocupado com princípios universais e locais da inclusão digital e dos direitos a educação e saúde públicas para um melhor engajamento cidadão na comunidade, quando incentiva projetos de acesso à internet e à informação -que assegura possibilidade de liberdade para escolhas, de atendimento à saúde e de financiamento para ações em educação.
<i>Sociocultural</i>	Valores de identidade (Coesão Territorial)	Revelar a equidade territorial e o exercício da co-responsabilidade e da ética dos indivíduos para a Sociedade e o território.	Percentual de ações do BCD que reforçam a preocupação com promoção da igualdade de oportunidades sobre o total de ações desenvolvidas pelo BCD	Identificar o número de ações do BCD destinadas a promover valorização da diversidade racial, de gênero e intercultural (Ex: Projetos que valorizem o comprometimento do BCD em não discriminar e tratar qualquer cliente de modo diferenciado, bem como ações as quais determinem a justiça social e a equidade).

Dimensão	Enfoque	Competência	Indicador	Destino
			Ações relacionadas ao desenvolvimento da equidade territorial	Identificar e expor as ações do BCD destinadas a revelar o tratamento comum e igualitário a todos que habitem no território (Ex: Projetos que melhorem a relações sociais, busquem o equilíbrio territorial e funcionem para promover a noção de pertencimento ao território).
			Percentual de ações do BCD que reforçam a preocupação a participação dos moradores sobre o total de ações desenvolvidas pelo BCD	Identificar o número de ações do BCD destinadas a promover a participação da população do território em ações coletivas (Ex: Projetos que se direcionam à luta pelo fortalecimento de direitos comuns e manifestações coletivas que reivindiquem a realização de ações pelos poderes públicos através de processos participativos).
			Ações relacionadas a edificação dos espaços comuns que podem ter sido constituídos na comunidade pelo BCD	Identificar e expor as ações do BCD destinadas a revelar a edificação dos espaços públicos de proximidade, com foco a maximizar a participação da vida compartilhada em comunidade (Ex: Projetos que revelem a participação dos moradores de modo coletivo e o compartilhamento de espaços comuns).
			Ações relacionadas à recuperação de registros da história e da memória local	Identificar e expor as ações do BCD destinadas a valorizar os momentos convocados para a população do território se envolverem no resgate e reconhecimento dos registros de proximidade (Ex: Projetos que revelem o resgate da história do local para fortalecer ou deenvolver a noção de pertencimento).
			Ações relacionadas à diminuição da violência de gênero e opção sexual	Identificar e expor as ações, financeiras ou não, contidas nos projetos desenvolvidos pelos BCD para minimizar ações de violência contra a mulher e a homofobia.
			Alinhamento dos produtos e serviços financeiros do BCD relacionados com princípios do associativismo, da satisfação com o território e com a diversidade de racial, de gênero e intercultural	Identificar se o BCD tem se preocupado com princípios os quais visam à ampliação do poder de ação da comunidade frente a temas controversos (Ex: Ações que revelem aumento da autoconfiança, ampliação do engajamento comunitário, aumento da participação nas instancias territoriais de ação e decisão).

Dimensão	Enfoque	Competência	Indicador	Destino
<i>Socioeconômica</i>	Valores de sustentabilidade (Economia Plural)	Revelar as contribuições econômicas plurais para o bem-estar econômico da comunidade.	Percentual de postos de trabalho e emprego gerados e preenchidos pelos empreendimentos financiados pelo BCD em relação à quantidade total de postos de trabalho e emprego gerados e preenchidos no território durante um período determinado (anual, mensal, trimestral, etc)	Identificar o número de empregos diretos e indiretos gerados pelo BCD a partir dos empréstimos concedido aos empreendimentos do território impactando na obtenção de renda e combatendo o desemprego.
			Percentual de ações do BCD que reforçam a preocupação com a manutenção ou a procura por empregos as quais deveria ser obrigatoriamente executadas pelo poder público sobre o total de ações desenvolvidas pelo BCD	Identificar o número de ações que o BCD realiza em serviços de promoção de capacitação e reinserção profissional que representa custo do desemprego evitado do poder público no território quando esta ação permite q criar emprego ou postos de trabalho (Ex: Cursos profissionalizantes, projetos de formação profissional com inserção no mercado de trabalho local, incubação de grupos produtivos pelo BCD).
			Percentual de empreendimentos e de empregos já existentes no território que são conservados com o financiamento pelo BCD em relação ao total de empregos e empreendimentos existentes no local.	Identificar o número de negócios e postos de trabalhos que são mantidos em função do empréstimo obtido junto ao BCD corroborando para a redução do desemprego e a manutenção ou elevação da renda no território.
			Percentual de novos empreendimentos que são criados no território com o financiamento pelo BCD em relação ao total de empregos e empreendimentos existentes no local	Identificar o número de novos negócios do território que são criados em função do empréstimo obtido junto ao BCD corroborando para ampliar o investimento e a rede de comércios e prestadores de serviços no território.
			Percentual de novos empregos que são criados no território com o financiamento pelo BCD em relação ao total de empregos existentes no local	Identificar o número de novos postos de trabalhos do território que são criados em função do empréstimo obtido junto ao BCD corroborando para evitar o custo do desemprego no território.
			Percentual de confiança reconquistada por empreendedores que montaram ou recuperaram um negócio no território com o financiamento pelo BCD	Identificar o índice de confiança no presente e no futuro em relação a capacidade do empreendedor manter seu negócio ativo em função do empréstimo obtido. Destina-se também a demonstrar como o BCD ajuda a elevar a autoestima local, também no ambiente de negócios.

Dimensão	Enfoque	Competência	Indicador	Destino
			Ações relacionadas a contribuição do BCD no apoio a fontes econômicas diversas de produção de riquezas no território	Identificar e expor as ações desenvolvidas pelo BCD para promover por meio econômicos diversos de produção e consumo uma melhor repartição das riquezas (financeiras ou não) no território.
			Ações do BCD relacionadas a promover a circulação de moeda social ou ativação de e-moeda no território	Identificar e expor as ações promovidas pelo BCD para fomentar o uso de moeda social ou e-moeda social como ferramenta ampliar a circulação da riqueza no território.
			Percentual de mulheres tomadoras de crédito no BCD que são chefes de família ou donas de negócios em relação ao total dos clientes	Identificar o número dos tomadores de empréstimos do BCD que são mulheres e ao mesmo tempo ocupam posição expandida do seu campo de ação e de tomada decisão e que podem ter esse perfil reforçado em razão do acesso ao crédito para o desenvolvimento de suas atividades econômicas.
			Percentual de mulheres x homens tomadores de crédito no BCD que efetuaram o pagamento total do empréstimo dentro do prazo reconhecido de adimplência	Identificar o número de mulheres tomadoras de empréstimos do BCD que o liquidaram na condição de adimplentes para considerar se as mulheres são melhores pagadores que os homens e permita auxiliar as ações promovidas pelo BCD voltadas para o público feminino.
			Ações relacionadas a solidariedade econômica entre produtores e consumidores no território que tem a intervenção do BCD	Identificar e expor as ações de aproximação entre produtores e consumidores executadas pelo BCD destinadas a favorecer a redução dos custos coletivos diretos de certos serviços associativos entre os 'prossumidores' (Ex: Feira de produtores locais, centro de compras coletivas, loja solidária, mercadão solidário, bazar, clubes de trocas solidárias, etc).
			Ações relacionadas ao engajamento dos consumidores pelo BCD em relação à ampliação do consumo no território	Identificar e expor as ações de divulgação, educação e estímulo ao consumo no território fomentadas pelo BCD destinadas a revelar o aumento da circulação de renda no local (Ex: Capacitações sobre mudanças de hábitos de consumo, cartilhas nas escolas e no comércio que incentivam o consumo local, peças de teatro, etc).

Dimensão	Enfoque	Competência	Indicador	Destino
			Práticas de inovação tecnológica relacionadas a oferta de serviços financeiros e não-financeiros pelo BCD para ampliar o benefício à população do território	Identificar e expor as práticas de de inovação pelo BCD destinadas a revelar novos produtos e serviços - financeiros ou não - desenvolvidos em base tecnológica para ampliar a oferta e os e os usuários do território (Ex: Projetos de moeda social eletrônica, de aplicativo para geo-referenciar os empreendedores do bairro que tomaram empréstimos, de aplicativo para informar as promoções dos estabelecimentos que uso moeda social, aplicativo para informar as condições de oferta dos serviços públicos do local, etc).
			Percentual de tomadores de crédito do BCD em relação a população total do território	Identificar o número de tomadoras de empréstimos do BCD em relação ao total da população destinando a revelar a taxa de cobertura dos BCD no território.
			Valor do custo por tomador de crédito ativo do BCD para perceber a eficiência da operação de crédito	Identificar e expor os custos do BCD destinados a revelar se há eficiência no custo médio de manutenção de um tomador de crédito ativo para que se possa efetuar ações complementares de apoio e parcerias com o poder público visando adequar os custos operacionais aos tomadores e não o seu contrário.
			Valor das despesas operacionais em relação os ativos do BCD para perceber a efetividade da operação de crédito	Identificar e expor as despesas operacionais do BCD destinadas a revelar o custo operacional para gerir d os seus ativos.
			Valor das despesas financeiras em relação os ativos do BCD para perceber a capacidade de financiamento com recursos captados junto a terceiros.	Identificar e expor as despesas financeiras do BCD destinadas a revelar o custo financeiro que este empreendimento de finanças solidárias tem ao se financiar com recursos de terceiros para a oferta dos seus serviços financeiros.
			Valor das receitas financeiras em relação os ativos do BCD para perceber a margem de lucro da operação de crédito	Identificar e expor as receitas financeiras do BCD destinadas a revelar as margem de lucro da instituição, e sua capacidade de se refinarciar e reinvestir no próprio BCD.

Dimensão	Enfoque	Competência	Indicador	Destino
			Valor do montante de empréstimos concedido em relação o total de tomadores de crédito do BCD para perceber qual faixa de renda e público esta dirigida a operação de crédito deste empreendimento de finanças solidárias.	Identificar e expor o volume médio de recursos emprestados por tomador de crédito, destinando a revelar o alcance e a faixa de renda que vem, efetivamente, utilizado as linhas de crédito, de modo que possam ser desenvolvidas ações precisas para atender esse público.
			Alinhamento dos produtos e serviços financeiros do BCD relacionados com a pluralidade de princípios econômicos e os novos fatores de riqueza	Identificar se o BCD tem se preocupado com princípios que remontam as formas econômicas diversas (mercantis, não mercantis e não monetárias) de geração de riquezas no território quando direciona seus esforços de ação para ampliar a empregabilidade, elevar a distribuição de renda equilibrada e melhorar a qualidade de vida da população.
<i>Sócio-institucional</i>	Valores de governança (Gestão Social)	Revelar o processo de construção e participação na gestão e a inovação social das ações, projetos e metodologias executadas.	Modelo de gestão relacionado à governança participativa e democrática na condução BCD e na instituição comunitária gestora do BCD	Identificar e expor as práticas de gestão social no BCD e na sua gestora destinadas a revelar a aprendizagem democrática (participação, voto e decisão), os diálogo construtivos entre os atores locais e os processos de decisão pluralistas (Ex: Ações e situações que denotam a gestão participativa com regras democráticas nas decisões do BCD e da instituição comunitária; que não assuma distinção entre os membros da diretoria, associados e usuários do BCD; e, que demonstre a apropriação da gestão coletiva do BCD pelo território, como a participação dos comerciantes no FECOL ou nas decisões do comitê de aprovação dos empréstimos).
			Práticas de gestão relacionadas ao envolvimento dos voluntários do território em ações do BCD	Identificar e expor as práticas de gestão social do BCD destinadas a revelar a capacidade de mobilizar a generosidade humana (voluntariado) ou não financeira – (horas de trabalho voluntário) seja na estrutura interna ao BCD ou em projetos fomentados por este (Ex: Participação dos voluntários em instâncias administrativas do BCD, como diretoria, gerências e conselhos, assim como, envolvimento dos voluntários em projetos eventuais ou ações permanentes do BCD).

Dimensão	Enfoque	Competência	Indicador	Destino
			Percentual de mulheres trabalhando (remuneradas e voluntárias) no BCD e na instituição gestora do BCD em relação ao total dos trabalhadores (remunerados e voluntários)	Identificar o número de mulheres atuando no BCD e na sua gestora para revelar a preocupação e atenção com o público feminino, uma vez que este é geralmente a maioria da população dos territórios e o principal público usuários dos BCD (principalmente em função do pagamento do Bolsa Família), além de ao trabalharem no BCD poderão ficar mais próxima de casa para conseguirem dar mais atenção aos filhos.
			Valor médio da remuneração total recebida pelas de mulheres as quais trabalham no BCD e na instituição gestora do BCD em relação valor médio da remuneração total recebida pelos homens que desempenham as mesmas funções	Identificar e expor as políticas de remuneração dos BCD destinadas a revelar se há equidade entre os valores pagos para mulheres e homens no exercício de atividades semelhantes e promover/reconhecer o papel das mulheres no território que, normalmente, realiza uma dupla ou tripla jornada de trabalho (com os cuidados dos filhos e do lar).
			Percentual de mulheres trabalhando (remuneradas e voluntárias) nas instancia de decisão do BCD e da sua gestora em relação ao total dos trabalhadores (remunerados e voluntários) nas mesmas instâncias decisórias	Identificar o número de mulheres atuando nas instancia de decisão BCD e na sua gestora para revelar a preocupação e atenção com empoderamento feminino na tomada de decisão e seus reflexos sobre o papel das mulheres no território.
			Percentual de tomadores totais ativos de crédito por membros da equipe do BCD para perceber a carga de trabalho e pressão exercida sobre os funcionários	Identificar o número de membros da equipe do BCD em relação à quantidade de tomadores totais ativos, intencionando revelar a existência de sobrecarga de trabalho da equipe que possa afetar sua capacidade, desempenho, bem como, alterar -negativamente - o clima organizacional.
			Práticas de inovação social relacionadas as necessidade de outros modelos organizacionais e outras práticas de gestão do território em ações do BCD	Identificar e expor as práticas de inovação social do BCD destinadas a revelar modificação no comportamento e nas praticas comunitárias participativas de gestão, como adesão a atuação em redes de colaboração, <i>clusters</i> de negócios solidários e outras tecnologias sociais voltadas a solução de problemas do território.

Dimensão	Enfoque	Competência	Indicador	Destino
			Práticas de transparência relacionadas à comunicação das ações e prestação de contas da gestão do BCD	Identificar e expor as práticas de <i>accountability</i> do BCD destinadas a revelar os procedimentos que permitem uma gestão ética, transparente e em diálogo com a comunidade (Ex: Ações de divulgação dos balanços de desempenho financeiro e relatórios de 'prestação de contas' das atividades. Publicização dos projetos, dos recursos empregados e dos impactos que facilitem o acesso aos que desejem e se interessem em conhecer o desempenho do BCD. Seminários e encontros para discutir com os resultados e os impactos das ações, etc).
			Práticas relacionadas ao acompanhamento da implementação das novas organizações que constituíram BCD	Identificar e expor as práticas de monitoramento empregadas pelo BCD destinadas a revelar o acompanhamento dos novos BCD implantados com a replicação da metodologia visando garantir que as boas práticas de um BCD possa ser testada e aplicada - com a devida adaptação - em novos e se ganhe com a curva de aprendizado já existente (Ex: Ações de capacitação e troca de conhecimento com o novo BCD, bem como a participação nos eventos realizados pelo Banco Nacional das Comunidades e a construção de canais on-line para divulgação e troca de experiências entre os BCD).
			Práticas de inovação e aprendizagem relacionadas ao reforço das competências da gestão e do próprio BCD	Identificar e expor as práticas de transmissão e compartilhamento do conhecimento utilizadas pelo BCD destinadas a revelar formas mais colaborativas com uma pedagogia mais dialógica para a aprendizagem das particularidades da sua gestão e da própria singularidade de um BCD (Ex: Seminários para reforçar os princípios, os propósitos e a forma de gestão do BCD. Uso de tecnologias da informação e comunicação para reforçar suas práticas através de linguagem simples e atrativa em curso modulares on-line ou presenciais objetivando formar jovens para a continuidade da gestão do BCD).

Dimensão	Enfoque	Competência	Indicador	Destino
			Ações de produção de conhecimento relacionadas a estudos realizados pelo BCD sobre o contexto socioeconômico, do território	Identificar e expor as práticas de produção de conhecimento pelo BCD destinadas a revelar a geração de informações sobre o território que contribuam para entendê-lo e a melhorar o impacto das ações do BCD a partir da participação da população no planejamento, na captura e avaliação dos dados (Ex: Mapeamento da produção e consumo, da fome e da pobreza, da circulação das moedas e dos fatores de riqueza inerentes ao território, do acesso aos serviços públicos, etc).
			Práticas de inovação relacionadas a produção em ciência e tecnologia pelo BCD para beneficiar a população do território	Identificar e expor as práticas de inovação em pesquisa e desenvolvimento tecnológico pelo BCD destinadas a revelar uma expertise cidadã coletiva na comunidade com olhar cruzado para uma diversidade de competências que podem ser fortalecidas na dinâmica local (Ex: Projetos de parceria com instituições de pesquisa e ensino superior para colaboração em estudos e desenvolvimento de tecnologias. Constituição de laboratório pelo BCD para projeção e criação de produtos e serviços adequados as necessidades da população, etc).
			Produção de conhecimento sobre o estado socioeconômico do território e a participação	Gerar informações sobre o território a partir da participação da população na construção dos estudos e na captura dos dados, que ajudam o território a se entender, a focar e a melhorar o impacto das suas ações.
			Alinhamento dos produtos e serviços financeiros do BCD relacionados com princípios da democracia participativa, cidadania deliberativa inovação e gestão social	Identificar se o BCD tem se preocupado com princípios da autogestão, da inovação social que visam o desenvolvimento humano e ambiental sustentável e da cidadania deliberativa nos projetos e empreendimentos financiados pelo BCD, uma vez que estas experiências ao optarem por outro modelo de desenvolvimento devem incentivar que os empreendimentos e projetos financiados possuam um compromisso com uma gestão mais social.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Ademais, a Matriz DECID de Indicadores para Avaliação da Utilidade Social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento é uma proposta com indicadores de avaliação em uma concepção multidimensional. Nessa Matriz DECID, ainda que se proponham cinco dimensões, a premissa é que estas se inter-relacionem e se integrem dentro de uma só abordagem avaliativa que elevem os benefícios sociais e a utilidade social dos BCD. Tais dimensões estabelecidas para a Matriz DECID foram definidas a partir de dimensões da sustentabilidade elaboradas por Sachs (1993, p. 25-27): social, econômica, ecológica, espacial-territorial ou geográfica e cultural. Posteriormente, o autor reviu o próprio quadro dimensional, acrescentando a dimensão política - nacional e internacional, conforme visto em Sachs (2002). Contudo, para essa Matriz DECID, as dimensões propostas por Sachs (1993 e 2002) foram reagrupadas para que se pudesse obter o melhor resultado da avaliação, não tornando amplo o elenco de dimensões nem espalhando os indicadores nestas dimensões.

Assim, as cinco dimensões da Matriz DECID de indicadores para avaliação da utilidade social dos BCD são: Socioambiental; Sociopolítica; Sociocultural; Socioeconômica e Sócio-institucional. Acredita-se que o social é domínio macro no qual se aportam os propósitos e realizam as ações de um BCD. Ademais, é o social em um sentido amplo que adjetiva e caracteriza a utilidade dos bancos comunitários de desenvolvimento. Deste modo, os outros elementos estão subordinados ao social provocando que todas as cinco dimensões da Matriz DECID sejam, antes de tudo sociais. Cada uma das cinco dimensões - i) Socioambiental; ii) Sociopolítica; iii) Sociocultural; iv) Socioeconômica; e v) Sócio-institucional - vem acompanhada de um exibir um impacto da atuação dos BCD e, assim, busca com a avaliação da utilidade social - através da Matriz DECID - promover ou revelar, respectivamente: i) a coesão social, ii) o empoderamento político, iii) o pertencimento territorial, iv) a pluralidade econômica, e v) a democracia na gestão.

Detalhando melhor cada dimensão para se compreender a relação entre a ênfase e a contribuição, assim como a quantidade de indicadores de cada dimensão sugeridas na Matriz DECID, tem-se que a **dimensão socioambiental** se inscreve em um enfoque que valoriza a solidariedade e o laço social, como termo-chave, e objetiva - como contribuição pretendida - revelar condições socioambientais para o bem-estar e sustentabilidade. Contando com 10 indicadores para se direcionado a cumprir esta pretensão, a dimensão socioambiental busca o desenvolvimento humano, sob a forma de valorização dos direitos humanos, a preservação dos bens comuns e da democracia em favor do desenvolvimento e contra a instrumentalização do BCD pelo mercado ou mesmo pelo Estado. Já a **dimensão sociopolítica** centra-se na luta

contra a exclusão e o desenvolvimento do empoderamento das pessoas nas comunidades. A ênfase desse indicador está nos valores de equidade, cuja expressão central é a cidadania. Estes valores que se colocam contra as desigualdades e a pobreza, bem como, a favor do desenvolvimento do empoderamento político dos indivíduos e coletividades. Essa dimensão sociopolítica possui nove indicadores da utilidade social atrelados a ela com a pretensão de apresentar os aspectos da melhoria no acesso aos serviços públicos do local.

Por sua vez, na Matriz DECID de indicadores para avaliação da utilidade social dos BCD, a **dimensão sociocultural** se conecta à dinâmica do território, a defesa da identidade local e o desenvolvimento socioeconômico territorial, tendo como enfoque os valores de identidade, que estão sustentados sobre a palavra-chave coesão territorial. Os sete indicadores dessa dimensão concorrem para apresentar a equidade territorial e o exercício da responsabilidade ética dos indivíduos para sociedade. Por seu turno, enfatizando valores de sustentabilidade presentes na economia plural, tem-se a **dimensão socioeconômica** da Matriz DECID, cuja contribuição é desvelar as conquistas econômicas plurais para o bem-estar econômico da comunidade. A riqueza econômica criada ou economizada em termos de benefícios coletivos e da criação de coletivos de trocas locais (de mercadorias, serviços e saberes) é o que dá forma a esta dimensão com os seus 20 indicadores de utilidade social.

Finalmente, orientando-se pelos valores de gestão social quanto o seu enfoque e pela gestão social quanto palavra-chave, tem-se a **dimensão sócio-institucional**. São 14 indicadores para medir a utilidade social dos BCD coligados a essa dimensão, com a contribuição planejada de revelar o processo de construção e participação na gestão e a inovação social das ações, projetos e metodologias executadas. A governança associativa interna à organização e à inovação social e solidária, com efeitos possíveis de contágio externo, para responder as necessidades socioeconômicas não providas pelo Estado ou inacessíveis pelo setor produtivo é a base conceitual na qual se fundamenta a dimensão sócio-institucional da Matriz DECID de indicadores para avaliação da utilidade social dos BCD.

Com relação aos indicadores apontados na Matriz DECID, naturalmente, existem aqueles que mesmo estando relacionados há uma dimensão específica não se vinculam apenas a esta. A propósito, todos os indicadores são intercambiáveis e interagem entre eles dentro de sua dimensão e, de certa forma, com os demais indicadores das demais dimensões. Em outras palavras, os indicadores da Matriz DECID se configuram em um desenho de dependência inter e intra-dimensional. Ademais, em cada processo de avaliação da utilidade social, aplicado por cada BCD, as instituições relacionadas com a gestão deste e a população

poderão, se desejarem, **decidir** quais indicadores e dimensões da matriz irão utilizar. A Matriz DECID está concebida para ser uma proposta modular e flexível que outorga ao planejador e à população avaliada o papel de tomada de decisão. O mais próximo de uma medida rígida contida nessa matriz é a recomendação que se faz de vincular o indicador (informado a que se Destina ou qual o propósito dele) em uma das competências, por conseguinte esta ao seu enfoque e dimensão para manter o sentido original de concepção da Matriz DECID.

Dito isso, algo mais deve ainda ser comentado sobre os indicadores registrados nessa matriz. Entende-se que não cabe uma justificativa para a presença de cada indicador lá anunciado. Todavia, em função da notória **relação entre microcrédito e gênero**, convém o reforço argumentativo para a necessidade de um elenco de indicadores sobrelevando as discussões dirigidas às mulheres nas dimensões da Matriz DECID. Observa-se que o ganho de poder e liberdade das mulheres é um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento em muitos países do mundo atual. Entre os fatores envolvidos incluem-se a educação das mulheres, seu padrão de propriedade, suas oportunidades de emprego e o funcionamento do mercado de trabalho. Neste sentido, a condição de agente das mulheres é um dos principais mediadores da mudança econômica e social, e sua determinação e suas consequências relacionam-se estreitamente a muitas das características centrais do processo de desenvolvimento. Por outro lado, uma desigualdade amplificada entre homens e mulheres restringe em altíssimo grau as liberdades substantivas para o sexo feminino. Infelizmente, os dados globais apresentam esta manifesta desigualdade de gêneros, com as mulheres sempre em condições mais fragilizadas.

Retratando esse quadro, Programa... (2015, p. 68), por exemplo, denota que as mulheres eram 57% dos 2,8 Bi de pessoas que viviam em condições pobreza no planeta, 2014 - cerca de 33,0% da população mundial (sobre o tamanho estimado da população da terra, em 2014, ver a nota **154**). Além disso, Programa... (2015, p. 65) cita que “o trabalho remunerado das mulheres em todo o mundo está longe de estar otimizado, existindo discrepâncias com base no gênero nos salários, das oportunidades de emprego e da progressão na carreira”. Nesse mesma fonte é relatado que, no ano de 2014, 47,0% das mulheres em idade economicamente ativa - 15 anos ou mais - estavam empregadas, em comparação com 72,0% dos homens. Sendo que cerca de 50,0% das mulheres que estavam empregadas neste mesmo ano estão situações de trabalhos vulneráveis, em comparação com 44,0% dos homens (PROGRAMA..., 2015, p. 65). O dado mais grave das desigualdades entre os gêneros no trabalho, revelado que dos 21 milhões de pessoas identificados no mundo todo, em 2012, realizando algum tipo de

trabalho forçado (vítimas de tráfico para exploração laboral, sexual ou detidas em condições semelhantes à escravidão) era 54,0% do sexo feminino (PROGRAMA..., 2015, p. 45).

Buscando ajustar essas distorções entre os gêneros que fragilizam as mulheres para uma promoção integral do desenvolvimento sustentável do planeta, Sen (2010, p. 262-263) defende que “nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política e social das mulheres”. Para o autor, esse é ajuste na igualdade de gêneros é, de fato, um aspecto crucial para a concretude do ‘desenvolvimento como liberdade’. Parece que as mulheres não estão conformadas com essas condições de tratamento diferenciado destinando a elas as condições piores de trabalho e na vida, em relação aos homens. O empoderamento promovido pelo acesso ao microcrédito tem aumentado o poder de decisão das mulheres, o acesso da mulher ao microcrédito permite o desenvolvimento de atividades econômicas que envolvem uma expansão do seu campo de ação e de tomada decisão tanto no âmbito pessoal como familiar, podendo significar - alguns casos - também a independência financeira. Elas vêm sendo valorizadas com reconhecimento, principalmente, quando destinam as receitas para melhorar a qualidade de vida em suas casas e deixam para segundo lugar outros usos para os rendimentos, como o consumo e o cuidado pessoal (SEN, 2010, p. 246).

O aspecto do bem-estar e o aspecto da condição de agente dos movimentos feministas inevitavelmente apresenta uma intersecção substancial nessa proposta de transformação e reconhecimento do gênero. As privações relativas de bem-estar para as mulheres decerto estavam - e estão - presentes no mundo em que vivemos e claramente têm importância para a justiça social, incluindo a justiça para mulheres. A mulher vem, sobretudo nas sociedades ocidentais, assumido papel de agente econômico ativo, com mais independência, liberdade e ganho de poder. Conforme Sen (2010, p. 249), “a liberdade para procurar e obter emprego fora de casa contribui para reduzir a privação relativa e absoluta das mulheres. A ampliação desta liberdade parece contribuir para aumentar a liberdade em outras (liberdade para não sofrer com a fome, doenças e privação)”.

Em outros termos, trabalhar fora de casa e auferir uma renda individual tende a produzir um impacto claro sobre a melhora da posição social da mulher em sua casa e na sociedade. A instrução da mulher reforça sua condição de agente e tende a torná-la mais bem informada e qualificada. A propriedade de bens também pode tornar a mulher mais poderosa nas decisões familiares. Esse papel ativo das mulheres tem impacto na vida dos filhos. Em complemento a essa análise, Sen (2010, p. 251) assinala que “há provas consideráveis de que o ganho de

poder das mulheres na família pode reduzir significativamente a mortalidade infantil e ter impactos também sobre a taxa de fecundidade”.

As mulheres já não são mais receptoras passivas de auxílio pra melhorar seu bem-estar, e são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança e promotoras dinâmicas de transformação sociais que podem alterar suas vidas, das mulheres e dos homens. Na relação com o microcrédito e, sobretudo nas experiências de bancos comunitários brasileiros, as mulheres tem ocupado um papel de protagonismo. Elas são o público principal desses empreendimentos de finanças solidárias, são suas principais tomadoras de crédito e as mais assíduas pagadoras, além de serem as mais participativas nos projetos desenvolvidos pelos BCD. Contudo, não é este o ponto de inflexão que leva a essa reflexão privilegia acerca da constituição dos indicadores sobre aspectos envolvendo as mulheres, na Matriz DECID. O ponto que se sobressai é a função de liderança que muitas das mulheres vêm ocupando nos territórios os quais são assistidos por BCD, e principalmente a própria coordenação das experiências. Portanto, esses indicadores que avaliam e tendem a destacar o papel das mulheres para a elevação da utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento é fundamental e trata-se de um profundo recolhimento a isso.

Além dos indicadores com a ênfase sobre as mulheres, a Matriz DECID colocou em evidencia um serie de indicadores inseridos nas cinco dimensões procurando explorar a utilidade social em uma perspectiva de sustentabilidade dos BCD. Em consequência, ao se relacionar as cinco dimensões da Matriz DECID e o que essas expressam em termos da utilidade social é possível perceber uma sintonia entre cada dimensão dessa matriz com os vetores componentes da utilidade social nomeados em Duclos (2010), Gadrey (2005) e Jany-Catrice *et al.* (2014). A utilidade social possui um componente econômico apreendido em termos de riqueza econômica criada e ‘riqueza economizada’ - podendo ser também chamados de ‘custos evitados’. A dimensão socioeconômica da Matriz DECID ao buscar exibir as contribuições econômicas plurais para o bem-estar econômico da comunidade a qual o BCD está implantado coloca-se em plena vinculação essa componente econômica da utilidade social. A utilidade social reivindica, em função de sua orientação para promoção de benefícios coletivos para a sociedade, uma componente social e ambiental, em termos de igualdade social, coesão social e proteção dos recursos ecológicos. Essas duas componentes da utilidade social se aliam a dimensão socioambiental da Matriz DECID por esta se propor em revelar as condições socioambientais para o bem-estar e sustentabilidade promovidas pelos bancos comunitários de desenvolvimento.

Outrossim, a dimensão sociopolítica da Matriz DECID se interessa em expor aspectos da melhoria no acesso aos serviços públicos que são facilitadas pela atuação do BCD. Essa dimensão representa, fielmente, o componente política da utilidade social qual está intrinsecamente enlaçado a formas da organização de empreendimentos da economia solidária em mobilizar e participar da definição das políticas públicas. Já o nomeado componente societal da utilidade social manifesta-se pelo desenvolvimento de redes de cooperação local, ou ainda, na contribuição para o desenvolvimento territorial e para a democracia local. Neste caso, se identifica a dimensão sociocultural da Matriz DECID cuja contribuição pronunciada é demonstrar a participação do BCD na equidade territorial e o exercício da responsabilidade ética dos indivíduos para sociedade.

Por fim, há claramente exposto na literatura revisada sobre o tema da utilidade social, um componente que se dirige a dimensão sócio-institucional da Matriz DECID. Trata-se do componente da governança associativa interna à organização que diz respeito à gestão desinteressada, à governança mais participativa e democrática, bem como, à inovação em uma oferta de serviços pelo empreendimento. Conquanto, como essa dimensão tem o propósito de revelar o processo de construção e participação na gestão e a inovação social das ações, projetos e metodologias executadas pelo banco comunitário de desenvolvimento, encontra-se nesta consideração a essência de uma proposta de gestão que valoriza a utilidade social como fim da ação organizacional.

Além disso, a Matriz DECID possui as dimensões e os indicadores transpassados por eixos transversais que a amparam e a direcionam em três fundamentos: ecológicos, antropológicos e econômicos. Os **fundamentos antropológicos** assinalam as condições sociais, culturais e históricas que orientam a vida humana em coletividade, mas - também - se referem à capacidade de constituir espaços de autogestão territorial. Já os **fundamentos ecológicos** se referem às diretrizes para a preservação da qualidade dos ecossistemas e dos bens ecológicos vitais para a sobrevivência como ar, água e terra, privilegiando o ganho com a reparação e a prevenção, antes de pensar no aumento da riqueza provocado com a destruição. Por fim, os **fundamentos econômicos** se aliam as bases dos fundamentos da ecologia e da humanidade em relação à forma de produção e consumo baseada em uma ética não-liberal que transforma o fato econômico em ato político e cria oportunidades de assegurar a democracia econômica no território.

Por conseguinte, essa matriz de indicadores procura acentuar a necessidade de ressaltar o bem comum e inseri-lo no núcleo da discussão sobre economia e finanças, para que o crescimento

leve efetivamente ao progresso social e ao desenvolvimento sustentável com organizações socialmente, politicamente, economicamente e ecologicamente comprometidas com a sociedade. Não se trata de uma dinâmica socialmente caridosa e economicamente marginal, assevera Dowbor (2007, p. 39). O que está em estruturação para abarcar este modelo, possivelmente é uma nova teoria econômica em construção que abriga uma convergência de novos setores de atividade, novos modelos de financiamento, novas vocações e propósitos mais substantivos. De acordo com este autor, essa nova teoria econômica talvez não seja ainda plenamente percebida em função do tempo ainda dedicado somente a crítica em refutar os pilares do modelo econômico convencional e não apontar as bases de uma teoria econômica da sustentabilidade (DOWBOR, 2007, p. 41).

Finalizando esta subseção de apresentação da matriz de indicadores para avaliar a utilidade social dos BCD, alerta-se para a atenção em relação à articulação entre avaliação e ação política. A Matriz DECID, da forma que foi construída ainda precisa ser testada, porém se há uma preocupação acerca da pertinência das dimensões e indicadores apontados nessa matriz, o olhar sobre isso deveria ser redirecionado a realizar a ação política de elevação da utilidade social dos BCD, o qual está na essência dessa matriz. Sobre isso, Bellen (2005, p. 61) expressa que “umas dificuldades no processo de avaliação não está tanto na medição, mas sobretudo na interpretação para julgar a significação do resultado obtido e vinculá-los a ação política efetiva”. Desse modo, convém se esclarecer que interpretação dos dados é afetada pela matriz de indicadores tanto quanto pela metodologia utilizada, pois o processo de medição tem elevado fator de impacto sobre os resultados e, por consequência no processo de tomada de decisão. Isto posto, um pouco sobre as questões de metodologia para avaliação dos BCD, será visto na subseção seguinte.

6.2.2 Considerações para a avaliação dos BCD à luz da matriz de indicadores de utilidade social

Consoante ao que já foi apontado em parágrafos anteriores nesta tese, essa matriz - Matriz DECID de indicadores para avaliação da utilidade social dos BCD - não pretende ser o modelo definitivo para relevar os benefícios sociais dessas experiências de finanças solidárias. A intenção com a Matriz DECID é apenas apresentar e introduzir uma solução para que possa sublinhar esses benefícios que - de modo singular evidenciam a utilidade social dos BCD, mas que podem - ou até devem - ser associadas a outras matrizes de indicadores de avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento com vieses mais instrumentais e financeiras para se chegar a um resultado mais global do que representam essas práticas para o

desenvolvimento sustentável de territórios mais fragilizados. Quando se iniciou esta tese, a problema era a contestação acerca das matrizes de indicadores já existentes para avaliar um BCD serem inconsistentes com as particularidades e trajetória desses empreendimentos. Elas apontam, principalmente, os aspectos técnico-financeiros, se firmam sobre a estrutura, medem apenas os resultados quantitativos do serviço financeiro prestado pelo BCD e ofertam como resposta final se essa experiência de finanças solidária é ou não viável financeiramente.

Em contraste, a Matriz DECID conduz para uma análise dos aspectos sociopolíticos, se ancoram no contexto e na ação, vai ao encontro de aferir os impactos qualitativos dos serviços realizados pelo BCD e compreendem, como resposta para as análises avaliativas, se o banco comunitário de desenvolvimento é ou não sustentável e socialmente útil. Uma síntese das diferenças mais marcantes entre esses dois modelos podem ser vistas no **Quadro 4**, acima. Nestes termos, o que se sugere é aproveitar o melhor das matrizes, adapta-las e usá-las para se chegar a um termo ótimo que possa apontar tanto a viabilidade financeira, com menor peso é claro, quanto à utilidade social para a sustentabilidade dos BCD.

Quadro 4 - Comparativo entre as avaliação dos BCD com e sem os indicadores de utilidade social

Aspectos Comparados	Matriz de Indicadores Convencional de Avaliação	Matriz DECID de Indicadores de Avaliação da Utilidade Social
<i>Ênfase</i>	Desempenho Técnico-financeiro	Alcance Sociopolítico
<i>Objetivo</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer garantias ao financiador. • Verificar se os propósitos da organização são atendidos. 	Demonstrar a pluralidade dos anseios dos públicos de interesse e das ações atendidas
<i>Estabelecimento dos indicadores</i>	Prefixados em uma súmula padrão	Submetidos à análise do contexto
<i>O que é auferido</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de recursos financeiros. • Atuação da gestão da organização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valor da riqueza plural gerada. • Ação coletiva pública sobre a comunidade.
<i>Foco principal da avaliação</i>	Estrutura	Ação
<i>Resultado obtido</i>	Mensuração da quantidade do serviço prestado	Compreensão da qualidade do serviço prestado

Fonte: Elaborado pelo autor. (2016)

Uma vez discutidas esses aspectos de comparação e do uso da Matriz DECID de indicadores para avaliação da utilidade social dos BCD com outras matrizes de avaliação, é importante que se conheçam os aspectos inerentes à metodologia para a avaliação dos BCD à luz da matriz de indicadores de utilidade social. Além da experiência já apontar que uma avaliação, em um viés convencional dos bancos comunitários de desenvolvimento, gera distorções nos

resultados, parte da literatura revista mostra que existem singularidades no método quando se trata de avaliar a utilidade social de empreendimentos como esses. Desse modo, a própria Matriz DECID estruturada nesta tese foi concebida com um ideário que propõe sua execução mediante uma metodologia características próprias e afinadas com o designado com alguns referenciais do marco teórico. Assim sendo, estas são as principais características da metodologia de avaliação da utilidade social com base na Matriz DECID: i) ser **adaptável na concepção e na aplicação** ao território do BCD; ii) favorecer o **aprendizado coletivo contínuo** com o envolvimento dos diversos públicos de interesse (*stakeholders*) na avaliação; e iii) exigir a **apropriação dos indicadores através da deliberação cidadã**, na escolha dos indicadores e no processo de avaliação. A reunião dessas três características aplicadas no momento de uma avaliação da utilidade social com uso na Matriz DECID é o que permitirá a sua efetiva legitimação.

Em relação à primeira característica, Jany-Catrice (2012, p. 26) realça que o método de avaliação da utilidade social deve sempre ser adaptativo, na sua construção, discussão e aplicação. Portanto, as dimensões, indicadores e critérios devem servir apenas como uma base comum, mais ou menos aprofundada, que poderá ser avançada e melhorada nos momentos seguintes ou ajustada a cada BCD avaliado. Cada projeto é único de uma realidade social, lembra Jany-Catrice *et al.* (2014, p.115), e assim, nos casos dos projetos sociais (como os bancos comunitários de desenvolvimento), a realização da avaliação deve ser adaptada a sujeitos sociais, interesses, representações e contextos avaliados.

Essa compreensão coloca em ênfase os sujeitos da avaliação no centro da construção e do debate dos resultados, incorporando influências das ciências humana, social e política ao processo de avaliativo. Em outro nicho estão agrupadas as abordagens mais tradicionais de avaliação dos projetos sociais que estabelecem a maneira única de avaliar o projeto como forma de parametrizar e padronizar os resultados. Normalmente, este viés de avaliação é mais quantitativista sendo influenciado pelas ciências econômicas, estatísticas e matemáticas. O ideal continua sendo o ‘caminho do meio’ com avaliações equilibradas e pluralistas, com uso das duas perspectivas, uma vez que é necessário - com a avaliação - ter bases para comparação entre projetos, mas também perceber as particularidades de cada projeto avaliado.

Com referencia à adaptabilidade da avaliação da utilidade social em cada BCDs, deve-se atentar para a dinâmica da aplicação da avaliação do BCD, qual dever deve ser compreendida dentro da conjuntura de construção coletiva de cada banco comunitário de desenvolvimento.

Em cada território será necessário que os atores interpretem seus objetivos, desejos e a significação da prática profissional do seu BCD para que possa emergir esta reconstrução dinâmica dos registros da utilidade social. Conforme Duclos (2010, p. 71) mostra, os indicadores e critérios devem ser discutidos e adaptados a cada realidade, uma vez que o que é útil e será avaliado dependerá do contexto. O que é socialmente útil em um lugar poderá não ser em outro e o que é útil neste momento poderá não ser amanhã. Por exemplo, ter um cinema pode ser socialmente útil em uma cidade ou bairro, mas ser apenas um serviço econômico de consumo em outro. Em nível macro, a noção de utilidade social faz referência ao que é 'positivo' para uma sociedade. Porém, atores diversos podem perceber este aspecto positivo por diversas perspectivas: a geração de oportunidades de trabalho, o reforço à autonomia da comunidade, o empoderamento cidadão, acesso a serviços públicos e privados, etc.

Além de ser adaptativa, a metodologia de avaliação da utilidade social deve provocar **aprendizado contínuo**. Sobre essa segunda característica metodologia de avaliação, Bellen (2005, p. 45) exprime que os indicadores são instrumentos de mudança, de aprendizado e de propaganda. A sociedade mede o que ela valoriza e aprende a valorizar o que ela mensura afetando diretamente o comportamento das pessoas. Os indicadores devem ser legitimamente construídos e mensurados dentro de uma metodologia que contribua para construir conhecimentos conjuntos e a despertar a consciência sobre a realidade do fenômeno avaliado. Os problemas complexos da realidade de fenômenos associados ao desenvolvimento sustentável requerem metodologias e matrizes de indicadores que estejam inter-relacionados e isso promove o aprendizado coletivo.

Conforme Jany-Catrice *et al.* (2014, p. 34), a legitimidade do método provem, exatamente, por se avaliar a utilidade social dos empreendimentos quanto às ferramentas desenvolvidas de modo interno pelos atores, com estes **atores igualmente em si preparados para avaliar sua própria atividade**. Aqui se encontra a legitimidade que os usuários dão ao método e a avaliação. No método, a esta avaliação se soma a aplicação da coleta dos dados e a análise dos resultados pelos especialistas, uma vez que a experiência avaliada demanda uma expertise técnica forte. Já nesse momento se efetiva a legitimidade que os expertos trazem ao processo de avaliação.

O caráter coletivo do processo de elaboração dos indicadores de desempenho, como nesse caso, pode - perfeitamente - suspender a parte de se apoiar sobre os interesses individuais expandindo o lugar a ser ocupado pelos cidadãos coletivamente. Neste caso, se espera que o

cidadão especifiquem os bens comuns, que eles os qualifiquem e que se engajem pela sua avaliação e preservação. A propósito, Jany-Catrice (2012, p. 145) lembra que abordagem dos novos indicadores de riqueza, o denominador comum entre os autores que os defendem, é - exatamente - o desenvolvimento de ideal de bem-estar coletivo não reduzido à uma soma de bem-estar individual, e sobre o reconhecimento que existe um patrimônio comum (natural e social) de interesse geral que cabe a cada geração fazer seu inventário e acompanhar sua evolução.

Isto posto, nesses espaços de definição negociada do que é bem e patrimônio comuns, como os bancos comunitários de desenvolvimento, a tomada de decisão é coletiva em momentos de debates abertos e de processos de deliberação cidadã. Assim, manifesta-se a terceira característica da metodologia de avaliação da utilidade social com base na Matriz DECID. Em outras palavras, os atores tomam, em conjunto, decisões para estabelecer o que são as riquezas do território e o bem-estar para todos. Estabelecem o que deve ser retratado nos indicadores de performance de produção de riquezas e de qualidade de vida. Neste tipo de negociação, variando conforme o setor e território o qual ela ocorra, acontece sobre uma base sólida, fruto de compromisso e não de constrangimento.

Desta maneira, **a apropriação dos indicadores através da discussão coletiva, favorece que as partes envolvidas sejam legitimadas e legitimem os indicadores e o processo de avaliação, como se imagina que acontecerá nos BCD.** Em se tratando da ação e apropriação coletiva do processo de avaliação, Bellen (2005, p. 50) aproveita para destacar a importância da participação. Para ratificar essa percepção, Gallopin (1996, p. 115) expõe que a participação é basilar para um resultado eficiente do sistema de indicadores, uma vez ajuda a legitimar o sistema e a metodologia utilizada, a construir conhecimentos conjuntos e a despertar a consciência sobre a realidade do fenômeno avaliado. No caso, dos BCD que enlaçam duas perspectivas (projeto da sociedade civil e política pública) amplia-se mais ainda que o processo de confirmação da matriz dos indicadores de avaliação e a análise dos resultados sejam de forma mais participativa e compartilhada. Isso levaria, portanto, para um processo de legitimação da metodologia.

Finalmente, a propósito da legitimação da metodologia, trata-se de um elemento fundamental na construção de sistemas de indicadores para que sejam efetivos na mensuração, atribuição de valor pelos interessados e contribuição auxiliar no processo de tomada de decisão. Em resumo, a legitimidade do método provém da capacidade dos atores em dialogar e fazer emergir uma posição comum sobre o que faz a utilidade social dos objetos sob avaliação.

Neste tipo de avaliação da utilidade social, os atores implicados são partes integrantes e para responder a tradução literal de *stakeholders*, e portadores de interesse na atividade posta em avaliação e debate. Isto posto, a seguir no capítulo conclusivo desta tese se complementarão essas observações e análises, além de se apontar os direcionamentos acerca dos limites e passos a serem dados no futuro que possam permitir a utilização dessa Matriz DECID de indicadores para avaliação da utilidade social dos BCD.

7 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo conclusivo desta tese de doutoramento nomeada “*Utilidade Social e Finanças Solidárias: uma Proposta de Avaliação dos Bancos Comunitários Brasileiros*” procurará abordar o trabalho de pesquisa realizado com considerações finais acerca da discussão fundamental em torno da temática da avaliação da utilidade social dos BCD distribuídos em três momentos. Inicialmente, uma primeira parte na qual serão tratadas questões gerais e informações obtidas no desenvolvimento do trabalho quem permitiram atender o objetivo geral proposto na seção 1.2 deste documento. Ainda nesse momento serão expostos elementos que comprovam os pressupostos estabelecidos - na seção 2.1 - para esta tese, acompanhando de algumas considerações adicionais que levam a segunda parte deste capítulo, a seção na qual será apontada a relação da tese e o debate que ela pretende incitar acerca dos novos fatores de riqueza em relação aos bancos comunitários de desenvolvimento. Por fim, a última seção desse trabalho que trata as considerações sobre as limitações que se compreende existirem na tese e as recomendações acerca de estudos e pesquisa futuras que possam vir a ser desenvolvidas a partir das proposições constituídas e divulgadas nesse documento de tese.

O **objetivo geral** deste trabalho foi fixado como analisar o conceito de ‘utilidade social’ a fim de compreendê-lo e incorporar os seus referenciais como aspecto central para a avaliação da sustentabilidade dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento brasileiros. Este objetivo geral se distribui em **três objetivos específicos** os quais se complementam, sendo eles: 1) Analisar os significados do conceito de utilidade social na avaliação das práticas de economia solidária; 2) Investigar o funcionamento de três Bancos Comunitários brasileiros a fim de entender o que permite sua sustentabilidade e a utilidade social de um banco comunitário de desenvolvimento; e 3) Apresentar uma matriz de dimensões e indicadores com base na utilidade social que possa ser inserido aos modelos atuais de avaliação da sustentabilidade dos BCD brasileiros. No tocante ao primeiro objetivo específico - **Analisar os significados do conceito de utilidade social na avaliação das práticas de economia solidária**, as análises

expostas no capítulo 5 (O alcance da utilidade social em busca de uma agenda renovada da visão de sustentabilidade dos BCD) e no capítulo 6 (Por uma proposta de avaliação de BCD centrada na utilidade social) ocupam 1/3 desse trabalho e trazem uma revisão sobre utilidade social e novos fatores de riqueza, evidencia a relação teórico-contextual entre utilidade social e economia solidária, além de apresentar aspectos das avaliações de utilidade social em empreendimentos de economia solidária. Assim, acredita-se tem cumprido com esse objetivo específico.

Com referencia ao segundo objetivo específico - **Investigar o funcionamento de três Bancos Comunitários brasileiros a fim de entender o que permite sua sustentabilidade e a utilidade social de um banco comunitário de desenvolvimento**, também se crê que foi atingido. As visitas de campo foram efetuadas e o Capítulo 4 (As finanças solidárias e os bancos comunitários de desenvolvimento) apresenta o detalhamento dos resultados das visitas ao Banco Tupinambá, em Belém-Pará, ao Banco das Timbaúbas, em Juazeiro do Norte-Ceará e ao Banco Palmas, em Fortaleza-Ceará. E assim são discutidos o funcionamento, elementos de sucesso e insucesso desses BCD e uma série de outras considerações que permitem perceber as singularidades dos BCD em sua atuação que o faz desvelar a sua utilidade social. Por sua vez, o terceiro objetivo específico - **Apresentar uma matriz de dimensões e indicadores com base na utilidade social que possa ser inserido aos modelos atuais de avaliação da sustentabilidade dos BCD brasileiros**, é alcançando com expressão da Matriz DECID de indicadores de avaliação da utilidade social dos BCD, na seção 6.2 (Inserindo a matriz de utilidade social na avaliação dos BCD). Nela são exibidas e detalhadas as dimensões, apresentados os indicadores, expostos os princípios e fundamentos metodológicos que estão inseridos de modo implícito ou explícito na estrutura dessa matriz de indicadores. Convém ressaltar que para chegar a Matriz DECID, foram também analisados oito procedimentos de avaliação, na 3.2 do capítulo 3. (As avaliações de iniciativas de microcrédito: da viabilidade financeira ao retorno social), que contrastam - de certo modo, mas contribuíram bastante para um desenho mais apropriado à Matriz DECID. Diante disso, entende-se que o objetivo geral proposto para a tese está cumprido com este documento final.

Já sobre os quatro pressupostos idealizados e mostrados no capítulo 2 desta tese, também se acredita que todos os quatro foram comprovados. Senão, observe-se que o Pressuposto 1 - P1 afirma que **os BCD têm se constituídos efetivos promotores de uma coesão territorial em função da “utilidade social” destas experiências na execução da política pública nacional de finanças solidária** no Brasil. Comentários e análises que atestam isso são extensamente

apresentados na introdução do trabalho adicionado ao capítulo 4, principalmente na seção 4.3 (A riqueza gerada ou os impactos sociais de um BCD) resultado das visitas aos BCD, entrevistas com atores vinculados a eles e as observações de campo. Por seu turno, esta tese assume um segundo pressuposto, Pressuposto 2 - P2, o qual defende que **os instrumentos de avaliação vigentes da sustentabilidade dos BCD apenas privilegiam a perspectiva da viabilidade dos resultados e impactos econômicos do empreendimento**. Outra vez, a introdução, capítulo 1 desse trabalho retrata uma série de considerações, fatos e observações que justificam e comprovam esse pressuposto, o qual é reforçado com as argumentações constantes no capítulo 3, contendo as análises das oito ferramentas de avaliações já realizadas - e que são comentadas, na seção 3.2 (Os modelos mais conservadores e os mais abertos à mensuração dos impactos sociais) e 3.3 (Por que tais modelos revelam-se inadequados na avaliação de práticas de finanças solidárias?).

Já relacionado ao Pressuposto 3 - P3, (**quando estas avaliações não inserem a utilidade social do BCD na centralidade do resultado da avaliação, elas não conseguem perceber que em um BCD pode ser sustentável por atender as demandas ou necessidades da comunidade/território, mesmo sem ser capaz de se autofinanciar economicamente**), esta tese também confirma ao seu final o que foi ao estabelecido no seu enunciado. Essa confirmação está referendada, sobretudo, nas discussões presentes no capítulo 5, mais precisamente na seção 5.3 (Novos conceitos, novas interpretações e a emergência de outras formas para avaliar as riquezas), e no capítulo 6, mais especificamente na seção 6.1 (Incorporando a utilidade social para uma perspectiva de sustentabilidade dos BCD). Por exemplo, a seção 6.1 anuncia que a utilidade social de uma política pública ou de um projeto, como os bancos comunitários de desenvolvimento, apoia-se justamente nas externalidades positivas - ou até confunde-se com elas - que são geradas a partir da sua atuação. É como a sustentabilidade e a utilidade social estão evidenciadas nos bancos comunitários de desenvolvimento.

Finalmente, o Pressuposto 4 - P4 assevera que **a utilidade social está bem presente na realidade dos BCD, mas ainda é um desafio compreendê-la e inseri-la como elemento central nas avaliações de resultados e impactos destas práticas de finanças solidárias para determinar o seu sucesso, sua sustentabilidade e sua viabilidade**. As análises expostas no capítulo 5, de modo mais preciso na seção 5.1 (Contextos e significados da utilidade social), e no capítulo 6, particularmente nas subseções 6.2.1 (As dimensões e os indicadores que expõem a utilidade social) e 6.2.2 (Os BCD à luz dos novos indicadores de

avaliação) refletem sobre os significados da utilidade social e a relação com avaliação dos BCD, além de apontar as dimensões e os indicadores que podem anunciar a utilidade social nos bancos comunitários de desenvolvimento. Diante disso, afirma-se que se baseando nas considerações constantes nestes capítulos se comprova o que foi defendido por esse pressuposto P4, no capítulo 2 desta tese.

Uma vez confrontados, nesta conclusão, o alcance dos objetivos e a comprovação dos pressupostos desta tese, é apropriado expressar um conjunto de argumentos e considerações que se rendem em torno do propósito maior desta pesquisa que foi apresentar uma alternativa para uma avaliação que permitisse alcançar a perspectiva da utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento. Para tal, a princípio será exibido o entendimento do que seja a utilidade social em um BCD, a partir da perspectiva de quem conhece e vivencia a experiência de um BCD. A partir dessa exposição e que se encaminharão as análises conclusivas deste documento de tese. Diante dessa orientação, tem-se o que o Sr. Joaquim Melo deu em resposta quando questionado sobre o que era um BCD, na entrevista realizada durante uma das visitas de campo desta pesquisa ao Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, Ceará, procurando conhecer mais sobre o Banco Palmas.

Para o Sr. Melo, *“o banco comunitário é um projeto comunitário que reorganiza economias locais atuando na produção e consumo. Ele não atua só com um serviço financeiro. Ele atua desenvolvendo ou remontando cadeias locais de produção e consumo. A sua utilidade social vem do produto de um conjunto integrado de serviços: crédito na produção, crédito para consumo, comercialização e vai também todos os serviços de apoio as questões de desenvolvimento da comunidade para melhorar a qualidade vida no bairro, município... Enfim, onde ele tiver implantado”*¹⁷². Sem imaginar, com apenas esta resposta, o Sr. Melo estava auxiliando profundamente os estudos para esta tese. A caracterização dele assumia uma idealização daquilo que para o qual essa pesquisa havia sido proposta. Aqui, todo o conhecimento de um idealizador dos bancos comunitários de desenvolvimento, pioneiro na constituição dos mesmos e não somente coordenador de uma experiência desse BCD mostrava que este tipo de empreendimento não é só uma experiência de microcrédito comunitário, cuja busca é reduzir a pobreza e, sendo possível, obter retorno financeiro com isso.

¹⁷² Informação obtida em entrevista com o Sr. Joaquim Melo, em 18 de janeiro de 2013.

As palavras do Sr. Melo apontavam em outra direção. Naquela a qual os BCD são organizadores de cadeias produtivas de consumo e produção local e atuam, antes de tudo, em prol do desenvolvimento da comunidade. E isso, permite-se inferir mais: os BCD estão em busca de benefícios coletivos com a sua atuação e não voltados prioritariamente para o resultado financeiro das suas operações de crédito, aflorando uma caracterização da sua utilidade social. Assim, outros vetores do desenvolvimento do território - relacionados aos bens comuns - podem fazer parte do conjunto de atividades executadas com a participação do BCD, como estímulo as ações de valorização da cultura, do meio-ambiente, da sociabilidade entre os moradores do local, da governança no bairro e de urbanização do local.

Um BCD procura promover essas ações considerando que seus projetos estão buscando prover um bem de primeira necessidade para a comunidade, mesmo que as teorias ortodoxas da economia não atestem assim. Portanto, está postura do BCD se aproxima do que é discutido por Veiga (2010), quando afirma que o papel da renda e da riqueza, ainda que seja importantíssimo - tem que ser integrado a um quadro mais amplo e completo de análise da atuação de organizações que buscam o desenvolvimento sustentável. Para esse autor, “a pobreza nunca deve ser vista como uma privação de liberdade, mas que apenas um indicador de baixa renda. Os bens de primeira necessidade não são apenas aqueles indispensáveis ao sustento, mas todos aqueles que se considera indigno que alguém não o possua” (VEIGA, 2010, p. 46). Com esse modelo de execução das suas atividades, os BCD não podem depender, exclusivamente, das preocupações dos investidores privados atraídos por resultados financeiros. Antes de tudo, os critérios do projeto associativo é o que conta e “as coletividades são conduzidas a prestar atenção ao impacto no território da utilidade social e do processo de participação” (JANY-CATRICE *et al.*, 2014, p. 8).

Para tal, era necessário o desenvolvimento de um instrumento de avaliação que pudesse exibir como essa utilidade social se efetiva nas ações do banco comunitário de desenvolvimento. Assim, a Matriz DECID foi construída e espera-se que ela possa ser aplicada por bancos comunitários de desenvolvimento, pesquisadores e órgãos de governo como uma ferramenta auxiliar e complementar que permite melhorar o acompanhamento e avaliação dos empreendimentos assistidos pelas políticas públicas para as finanças solidárias. O desafio foi construir essa matriz de indicadores para avaliação da utilidade social nos BCD que permitisse **qualificar o conjuntos dos resultados** das atividades em relação aos aportes de recursos públicos e privados; **transformar a ideia a qual o investimento público no BCD,** não são de custos públicos e promovem o desenvolvimento social; **colocar em evidência a**

variedade de recursos (hibridação de recursos) e, notadamente, as contribuições não monetárias, geralmente relativizadas, dos BCD; e **efetuar o diálogo entre a utilidade social e os novos fatores de riqueza, também nas práticas dos BCD.** Essa aproximação entre redesenho dos fatores de riqueza e a utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento, a propósito, é o tema central da próxima seção deste capítulo.

7.1 POR UMA DISCUSSÃO SOBRE OS NOVOS (OUTROS) FATORES DE RIQUEZA

Nesta seção estarão às considerações finais sobre o fato de esta tese representar a possibilidade de se avaliar a produção de riqueza, de outro modo, nos bancos comunitários de desenvolvimento com a Matriz DECID indicadores de avaliação da utilidade social dos BCD. Todavia, também se procurou apresentar um conjunto de teorias e análises que redefinem a riqueza no ambiente global. Em alguns casos, conforme visto neste documento, já há a incorporação de novos indicadores de riqueza em políticas públicas, como na França que a partir deste 2016 utilizará novos indicadores na elaboração e avaliação de suas políticas. Os indicadores de riqueza atuais representam sistemas próprios de dominação que terminam por adotar como uma lei natural à ideia de que são as empresas que produzem riqueza, enquanto os serviços públicos e social somente arrecadam. As atividades que claramente são destrutivas têm direito a ganhar dinheiro enquanto outros, vitais para a comunidade humana, como dar a vida, educar e preservar o meio ambiente, não permitir gerar receita. Alguns podem dispor de uma quantidade considerável de dinheiro não relacionados com o seu esforço ou mérito, vivendo em plena abundância, enquanto outros são encontrados em situação de pobreza ou pobreza extrema.

Dito isso, existem inúmeras atividades criadoras e inovadoras que por serem não monetárias, não contabilizada pelos indicadores convencionais de medição do crescimento, como o PIB. Por exemplo, a medicina preventiva é quase não mensurada em relação à absoluta contabilização da medicina curativa pelo PIB. Contudo, “não se trata apenas de questionar os fatores atuais, é preciso ter uma ideia mais nítida da natureza das atividades que substituirão as atividades consideradas como destruidoras a fim de reparar aquelas que têm tradução monetária e aquelas que não a tem”, conforme rememora Viveret, (2010, p. 141). Em sintonia com esta aceção, Méda (2008, p. 251) expõe que para medir a riqueza e o bem-estar criados, em um ângulo plural, “será obrigatório definir os domínios e objetivos que parecem essenciais, determinar os indicadores pertinentes suscetíveis a mensurar o progresso, focando em um instrumento de construção, gestão e monitoramento democráticos”.

Nesse sentido, a revolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), no tempo presente, provoca uma situação contextual importante para se reivindicar mudanças no modelo de mensuração da riqueza. Nessa nova era do fator de produção central é a inteligência humana que buscar entregar resultados relacionados à criatividade e a inovação. Os produtos não são necessariamente materiais, uma vez que este modelo de produção se passa principalmente entre máquinas e objetos. O essencial da intervenção humana neste processo é intelectual e reside na concepção do processo, do produto ou do serviço e na organização da venda e distribuição. Neste caso, a informação não é só um componente do processo ou um recurso a mais da produção, como no modelo industrial, mas insumo fundamental provido pelo ser humano que conduz as chamadas ‘Economia Pós-industrial’ e ‘Sociedade da Informação’.

Alguns BCD, com essa compreensão, não estão tão defasados, até mesmo nesta perspectiva de geração de riqueza em um padrão pós-industrial. No Banco Palmas - BCD do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/Ceará, por exemplo, há o laboratório de inovação em TIC - PalmasLab, a PalmasNet que é o provedor de internet para o bairro e a moeda eletrônica - e-Dinheiro, que colocam esse BCD e sua comunidade em outro patamar de qualidade de vida urbana. Mas isso não é contabilizado ou não era pelos instrumentos convencionais fora da perspectiva da utilidade social. Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros.

A procura por novos indicadores de riqueza, de mensuração do bem-estar ou do desenvolvimento sustentável está em curso, como visto em Gadrey e Jany-Catrice (2012), e convidam a romper o determinismo do PIB como medida, a renovar a reflexão democrática a partir da questão da identificação e da preservação dos direitos humanos fundamentais, dos bens comuns e do interesse geral. Estes espaços de resistência alternativa se organizam e exigem a consulta dos indivíduos e dos cidadãos no processo de construção dos indicadores, assim como reivindicam sair da quantificação, considerando que ela não é somente um redutor, mas geralmente são destruidores do alcance dos resultados apresentados pelos indicadores. Os diversos indicadores alternativos e complementares de riqueza quando analisados seus resultados e sintetizados permitem obter, de acordo com Méda (2008, p. 31), a seguinte orientação para melhorar as condições de bem-estar humano no planeta: i) é preciso operar uma redistribuição de renda; ii) é necessário abandonar os produtos e processos de produção poluentes; iii) é urgente favorecer o acesso dos produtores mais pobres aos mercados, sobretudo o local; iv) é fundamental frear o consumo ostentatório dando lugar à

satisfação das necessidades essenciais; e v) é vital valorizar e contabilizar atividades de tempo essencial para a vida em sociedade, como o tempo com a família, o tempo para as atividades de cidadania e o tempo do trabalho doméstico.

Segundo Jany-Catrice (2012, p. 158), para além do debate da constituição do indicador que reflita os fatores de riqueza, é essencial observar o método como acontece esse processo. De acordo com essa autora, as riquezas ou os bens comuns das organizações, dos territórios e mesmo das nações devem ocorrer somente fruto de convenções compartilhadas, as quais devem analisar as formas de participação dos atores e das forças sociais nesta construção. Ratificando esse enunciado, Dowbor (2007, p. 171) exprime que, quando existem formas participativas de tomada de decisão envolvendo diferentes interessados, o resultado tende sempre a ser mais equilibrado. Nesses processos, a democracia é central e sem ela tudo fica pela metade, proclama este autor.

Para Jany-Catrice *et al.* (2014, p. 37), a avaliação da utilidade social de uma política pública, de uma organização da economia solidária ou de um projeto associativo, efetuado em uma metodologia adequada, já pode ser considerada uma forma diferenciada de reconsideração das riquezas sobre outra perspectiva, na qual um coletivo territorial monta ou reordena seus fatores de riqueza. “A avaliação da utilidade social é uma nova forma de avaliação em uma nova forma de relações socioeconômicas, em uma sociedade em profunda mutação, onde os esquemas de ontem baseados em recursos inesgotáveis não podem perdurar” (JANY-CATRICE *et al.*, 2014, p. 38). Em tempo, a essência da utilidade social de um empreendimento associativo ou de economia solidária como os BCD acontece quando os benefícios coletivos obtidos através do resultado de suas ações são logrados em função do propósito principal destas organizações ser produzir retornos societais e gerar valor para uma coletividade e não para si. Antes de tudo, a utilidade social tem um caráter substantivo e teleologicamente orientado para a satisfação coletiva em função do exercício de práticas socialmente igualitárias, ambientalmente sustentáveis e economicamente justas.

Portanto, a utilidade social em banco comunitário de desenvolvimento não está somente em fomentar e apoiar oportunidades econômicas plurais no território. De fato, os BCD ao promoverem o desenvolvimento de oportunidades econômicas estão fortalecendo a emancipação social e o empoderamento político. São estas - na concepção sugerida em Sen (2010) - duas liberdades significativas, as quais podem fortalecendo-se, mutuamente, reformular o conceito, redefinir os fatores e reposicionar a representação da riqueza pelos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros. E assim, chega-se a última seção desse

capítulo conclusivo, a qual abordará as limitações desta tese, as recomendações para pesquisas futuras e algumas observações, análises e considerações finais.

7.2 AS LIMITAÇÕES DESTA TESE E SUAS LACUNAS PARA DESDOBRAMENTOS FUTUROS

Em relação às limitações circunscrita a esta tese, estas foram classificadas em três tipos. Primeiramente, listam-se aquelas relativas ao trabalho de pesquisa e as dificuldades que foram encontradas para obtenção de dados ou confecção de informações. No caso, existiram três aspectos que se enquadram aqui. Na pesquisa teórica, há uma concentração de fontes sobre BCD em torno de alguns autores e isso aumentou o trabalho de buscar por outros referenciais. Por outro lado, havia uma escassez de obras no país sobre utilidade social. Isso também ampliou a dificuldade inicial e foi eliminada com a realização do estágio doutorado na França, no qual foi possível não só obter textos de referência sobre o tema, como entrevistar alguns autores dessas obras. Ainda, neste primeiro aspecto, há a questão da redução da amostra para a pesquisa de campo.

Em outros termos, em função da distribuição dos mais de 100 bancos comunitários de desenvolvimento pelo extenso território brasileiro, ficou economicamente inviável visitar todos aqueles que têm um reconhecimento já construído. Assim, optou-se por reduzir a amostra para três BCD, mas procurar com eles ter uma representatividade da variedade dos BCD. Este processo de escolha levou em conta as reflexões do Sr. Joaquim Melo quando solicitado para indicar quais BCD ele considera representativos para se obter dados tendo em vista o propósito desta pesquisa. As indicações tiveram a concordância do orientador desta tese e assim, minimizado o problema, partiu-se para o campo.

O segundo grupo de limitações é o que se relaciona a elaboração do documento e construção da matriz de indicadores de utilidade social. As referências para construir essa matriz não existiam. Foi efetuado um trabalho crítico de análise de avaliações dirigidas às finanças solidárias, microfinanças e inclusão financeira as quais estão evidenciadas no capítulo 3 desse documento e com base nas observações, entrevistas e, sobretudo na revisão de literatura apresentar uma matriz. Pode se afirmar ainda em relação às limitações desse segundo grupo que não houve um pré-teste da matriz, mas não foi proposto qualquer piloto com esse propósito nesta tese, assim como, não se tratava da construção de um instrumento de avaliação e sim da matriz que pode ser utilizada em um processo de avaliação. Já o terceiro tipo de limitação seria aquela produzida pela tese após sua conclusão e publicização. No

momento que se comece a utilizar a Matriz DECID de indicadores de avaliação da utilidade social dos BCD existe uma série de elementos apontados no capítulo 6 da tese que devem ser observados e se não forem atendidos podem provocar uma limitação nos resultados obtidos com a aplicação da avaliação que faça uso da Matriz DECID.

Uma vez expostas as limitações, convém expressar quais são as contribuições que se projetou para este trabalho. Neste tópico foram definidas três contribuições distintas, uma do ponto de vista teórica, outra dirigida à avaliação da sustentabilidade dos BCD e a última relacionada ao uso da Matriz DECID para o fomento ou avaliação de políticas públicas de economia solidária, de finanças solidárias ou, especificamente, de bancos comunitários de desenvolvimento. Segue a argumentação para as três frentes de contribuição:

- Do **ponto de vista teórico**, a contribuição se daria com a compreensão, formatação e difusão do conceito de utilidade social em contexto brasileiro, assim como da revisão em torno da temática complexa dos novos fatores/indicadores de riqueza, permitindo uma melhor interpretação dos pesquisadores brasileiros acerca deste conceito para uso em novas pesquisas que fizerem uso deste construtor no futuro. Em termos práticos, precisamente sobre os novos fatores de riqueza, esta tese já contribuirá em um projeto de cooperação, em fase de planejamento, envolvendo pesquisadores de Canadá, França e Brasil tratado de estudos de viabilidade dos projetos selecionados de moedas sociais e complementares implantados nos três países, enfocando os papéis que cumprem e como inserem diante dos novos fatores de riqueza para além do PIB.
- Do **ponto de vista da avaliação da sustentabilidade dos BCD**, a contribuição é oferecer uma matriz de dimensões, enfoque e indicadores com base na utilidade social que possa ser incorporado aos instrumentos de avaliação para orientar de forma mais adequada à tomada de decisão destas instituições. Acredita-se que a Matriz DECID quando usada de modo indicado e adequando em as avaliações produzam análises e relatórios para que se possam julgar se eles são evidentemente exequíveis e possamos monitorar a sua aplicação ano a ano no futuro. Em uma perspectiva de aplicação, já se tem em fase avançada de planejamento o uso da Matriz DECID em um projeto de pesquisa envolvendo pesquisadores de quatro instituições brasileiras para avaliar a longevidade dos BCD. Seriam 10 a 12 BCD investigados com maior e com menor nível de sucesso e reconhecimento para verificar o que leva a longevidade de umas experiências e o fechamento de outra;

- **Do ponto de vista dos resultados que possam advir das avaliações dos BCD,** centrados na sua utilidade, as considerações desenvolvidas na tese poderão ser utilizadas pelo poder público, como a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), o Banco Central do Brasil (BCB), secretarias estaduais e municipais para subsidiar os investimentos no apoio à replicação das experiências de Bancos Comunitários no país, através de políticas públicas para a inclusão socioeconômica em territórios vulneráveis, considerando a sua utilidade social. Entende-se, que o papel do Estado em modelo que perpetua desigualdades é estabelecer mecanismos de regulação, de reparação e de redistribuição de riquezas que permitam a erradicação da pobreza e acesso ao conforto e a moradia de um numero crescente de pessoas. O Estado pode proporcionar assim a consecução do potencial de trocas, de consumo e produção para a grande parte da população marginalizada, se promover uma política pública para orientada as finanças solidárias, principalmente os BCD, se melhor compreender o que caracteriza a utilidade social destas experiências.

Estas são as contribuições que se concebem com esta tese. E sobre esta última contribuição caberia alguns comentários adicionais. A dispersão dos investimentos públicos em diversas frentes e por diversos agentes fragiliza o êxito de políticas de desenvolvimento. A opção por aportar e concentrar investimentos públicos em projetos e ações as quais apresentem resultados relevantes comprovados poderia contribuir de modo mais decisivo para o sucesso das políticas públicas. Neste caso, os governos devem fazer escolhas necessárias para prosseguirem com suas políticas, evitando desperdício e ampliando a chance de triunfo dos investimentos e políticas públicas. No caso da política de acesso às microfinanças, investir nos bancos comunitários de desenvolvimento seria uma clara opção pelo êxito e pelo alcance dos resultados junto às populações mais fragilizadas socioeconomicamente ao invés de dispersar o investimento da política em diversos tipos organizacionais ligados a microcrédito, somente com o propósito de ampliar o acesso ao crédito e oportunizar abertura de conta bancaria para os mais pobres, sem a mínima consideração crítica sobre o tipo de IMF que está sendo beneficiado com a política.

Conforme Viveret (2004, p. 189), o liberalismo tem razão quando estima que a liberdade dos indivíduos e o sistema de troca são as duas condições essenciais para a multiplicação da riqueza. Todavia, o liberalismo fica cego quando esquece que este sistema de troca e a liberdade somente podem ser consideradas legítimas fontes de riqueza se a troca é igualitária e a liberdade é compartilhada. Se isto não ocorre, o Estado deve se responsabilizar por efetuar

a redistribuição e buscar tornar o sistema de troca mais equilibrado. Há uma responsabilidade do poder público no estabelecimento do que deve ser medido como riqueza, reporta esse autor. “O poder público enquanto gerador de riquezas públicas para a coletividade e de facilitador de riquezas privadas deve exercer seu papel de regulador e manter-se do lado serviço ao público e não da dominação privada” (VIVERET, 2004, p. 190). Assim, o Estado será mais legítimo ainda em suas funções quando organizar as regras, praticar as regulações e demandar que o mercado as siga e as respeite em função de um desenvolvimento sustentável.

Já sob o ângulo da Sociedade e das coletividades, estas não podem depender, exclusivamente, das preocupações dos investidores privados atraídos por empresas sociais e ao cálculo de seu retorno sobre o investimento para poder ter seus problemas de dificuldade do acesso ao crédito, à conta bancária e outros serviços públicos. A sociedade e a comunidade, assim, são convidadas a também prestar atenção ao impacto da utilidade social dos BCD ou de outras experiências e projetos associativos nos seus territórios. Destarte, refletir sobre a avaliação da utilidade social leva a assegurar a ampliação dos laços sociais entre os atores sociais e processo participativo de avaliação da utilidade social ou da contribuição social das associações reforçam o poder de agir das pessoas e consolidam a ação da inteligência coletiva e a contribuição para a qualificação dos cidadãos envolvidos na avaliação, como realça Jany-Catrice (2012, p. 155). O resultado dessas avaliações, por exemplo, podem servir de defesa para a sobrevivência do BCD e para a mantê-lo em atividade. Estes podem, efetivamente, utilizar o resultado das avaliações para mostrar o valor social adicionado aportado pelo BCD em comparação com o desempenho de outras IMF ou de finanças solidárias com atuação similar.

Igualmente, o processo de avaliação da utilidade social de um BCD pode se provar também importante não só pelos resultados multidimensionais que eles proporcionam, mas também pelas dinâmicas que este processo pode engendrar, pelas apropriações que eles asseguram e pela legitimidade que os mesmos adquirem. Para medir o desempenho, normalmente, é feita a comparação de um resultado obtido a partir de um objetivo e sua meta, em uma perspectiva de avaliação ‘burocrática’ que prima por medir o resultado técnico-financeiro. A utilidade social, do contrário, revela um questionamento mais amplo e aberto tomando em conta a diversidade e o caráter sistêmico dos efeitos produzidos por uma atividade no seu contexto social. Avaliar a utilidade social trata-se de revelar o desempenho técnico-financeiro, mas - sobretudo - a performance política da organização. Esta performance concerne a mostrar potencialmente os resultados da intervenção da organização na vida social - com destaque

para definição pelos próprios atores quais os bens comuns prioritários para aquela comunidade.

Como Perret (2010, 48) adverte, este tipo de avaliação da utilidade social permite demonstrar dois papéis relevantes, legítimos e necessários, mas não evidenciados pelas avaliações convencionalmente, das organizações: i) **que são de eficientes co-prestatárias de serviços do poder público**; e ii) **que são referenciais co-produtoras de ação coletiva**. Evidenciar que através da avaliação de sua utilidade social se sobressairá à importância destes dois papéis os quais exercem os BCD é o que se propôs, absolutamente, com esta tese. Para tanto, como visto ao longo das análises elaboradas e dos comentários tratados neste documento, a aplicação de um modelo de avaliação que incorpore a centralidade da utilidade social deve ter em conta a adaptabilidade dos indicadores da Matriz DECID, a construção participativa dos instrumentos e a análise prévia do ambiente.

Afinal, perceber o contexto em que se dá avaliação, conhecer o público e ter o envolvimento da coletividade permite melhor interpretar as hierarquias locais e observar o que espera o BCD e o território com a avaliação. Portanto, é isso o que se espera de uma avaliação pluralista: os atores e as demais partes interessadas devem estar ativamente implicados no processo de avaliação. Este processo de concertação pode ser um apoio à consulta para o estabelecimento de outras políticas públicas, de políticas mais respeitosas aos cidadãos e a natureza. Como expõe Veiga (2010, p. 81) o desenvolvimento sustentável tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e oportunidades para fazerem estas escolhas.

Enfim, vê-se, dessa maneira e - por mais uma vez - a ação ampliada de um BCD para além do propósito, imaginado minimizar a pobreza através da concessão de microcréditos a juros justos. A pobreza não é resultado apenas de falta de renda. Efetivamente, existe a necessidade da democratização financeira junto a este público, mas também da democratização digital, da democratização do acesso aos serviços públicos ou da democratização do acesso e da posse da terra e dos imóveis, em zonas rurais e urbanas, por exemplo. Essa percepção permite concluir que a utilidade social dos BCD mais se efetiva na medida em que, para mitigar a pobreza, é fundamental se amplificar os elementos da cidadania nos indivíduos, nas coletividades, nas comunidades e nos territórios sócio, econômica, cultural e politicamente fragilizados. Concluindo, com esta tese pretende-se obter um trabalho que possua uma massiva carga teórica e analítica, mas - também - que possua um sólido caráter de conhecimento científico aplicado, podendo ser utilizado tanto pela academia quanto pela sociedade em pesquisas,

políticas públicas e ações práticas futuras relacionadas às avaliações quer seja da sustentabilidade, da longevidade ou da utilidade social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo; JUNQUEIRA, Rodrigo G. P. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.40, n.1, p. 19-33, jan.-mar. 2005.
- ALARY, Pierre. La subsistance de l'homme: l'économie selon Karl Polanyi. **Revue de la régulation (Online)**, Paris, v.6, n.12, ago.-dez. 2012. Disponível em: <<http://regulation.revues.org/10008>>.
- ANDRADE, Marcelo M. T.; DINIZ, Eduardo H. Articulação política da avaliação da inclusão financeira promovida pelo Banco Central do Brasil. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.23, n.76, p. 150-171, jan.-mar. 2016.
- ARKEL, Henk V. *et al.* **Onde está o dinheiro?**: pistas para a construção do movimento monetário mosaico. Porto Alegre: Dacasa, 2002.
- ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS. **O canal de drenagem**: a história de um povo que se organiza, busca parcerias e urbaniza seu bairro. Fortaleza: ASMOCONP, 1998. v. 2. Coleção "Memórias de Nossas Lutas".
- AYROSA, Eduardo A. T.; SAUERBRONN, João F. R. Uma introdução ao uso de métodos qualitativos de pesquisa em comportamento do consumidor. In: VIEIRA, Marcelo M. F.; ZOUAIN, Deborah M. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 185-199.
- AZNAR, Guy. **Trabalhar menos para trabalharem todos**. São Paulo: Scritta, 1993.
- BACHET, Daniel. Financement solidaire, une finance alternative. In: **The Conversation**. 05 fev. 2016. Disponível em: <<https://theconversation.com/financement-solidaire-une-finance-alternative-54128>>.
- BAHÍA ALMANSA, Belén. El microcrédito como instrumento de financiación al servicio de las entidades de economía social. **Revista de Estudios Cooperativos**, Madri, n.106, p. 33-54, set.-dez./2011.
- BARAN, Paul A. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Nova Cultural, 1984.
- BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARONE, Francisco M.; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectiva. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, 2008.

BAUDOWIN, Thierry; COLLIN, Michèle. O território do comum na mobilização produtiva dos atores da cidade. In: SILVA, Geraldo; COCCO, Giuseppe. (Orgs.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: SEBRAE, 2006. p. 198-211.

BELLEN, Hans M. van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

BERTUCCI, Ademar; SILVA, Roberto M. A. **Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PAC à EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BORGES, Adriano. Banco Palmas como uma plataforma de desenvolvimento comunitário. In: BORGES, Adriano; MORAIS, Leandro. A. **Novos paradigmas de produção e consumo**. São Paulo: Instituto Polis, 2010a. p. 249-292.

_____. Banco dos Cocais: uma experiência inovadora de bancos comunitários. In: _____; MORAIS, Leandro. A. **Novos paradigmas de produção e consumo**. São Paulo: Instituto Polis, 2010b. p. 295-341.

BOULLOSA, Rosana de F. Algumas notas de problematização para a construção de avaliação e monitoramento de experiências de economia solidária. In: KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia (Orgs.). **Economia popular e solidária: indicadores para a sustentabilidade**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. p. 85-91.

_____; ARAÚJO, Edgilson T. **Avaliação e monitoramento de projetos sociais**. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2010.

BRUNDTLAND, Gro H. (Org.) **Report of the World Commission on Environment and Development: our common future**. Oslo: WCED/ONU, 2007. 300 p.

BÚRIGO, Fábio L. **Moeda social e circulação de riquezas na economia solidária**. 2000. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na Disciplina Análise Sócio-Política do Sistema Financeiro no Capitalismo Contemporâneo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. 18 p. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/doc-137_pt.pdf>.

CAIRÓ I CÉSPEDES, Gemma; GÓMEZ GONZÁLEZ, Luz K. El enfoque financiero vs. el enfoque social del microcrédito: un análisis comparativo mundial. **Revista de Estudios Cooperativos**. Madri, n.118, p. 31-59, mai.-ago./2015.

CANÇADO, Airton C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. 246 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

_____; PEREIRA, José R.; TENÓRIO, Fernando G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. 2. ed. Curitiba, CRV, 2015. 218 p.

CANO, Ignacio. **Introdução à avaliação de programas sociais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 120 p.

CARE Brasil. **A experiência da CARE Brasil com desenvolvimento local e sustentabilidade: programa de microfinanças e educação financeira empreendedora**. São Paulo: CARE Brasil, 2011. 51 p. Relatório dos resultados e impactos.

CARVALHO, Daniela M. *et al.* Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza? In: XLVII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, julho de 2009, Porto Alegre, **Anais...**, Porto Alegre, 2009. p. 1-21. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/196.pdf>>.

CASTEL, Robert. **Les métamorphoses de la question sociale**: une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995. 494 p.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**: a era da informação, economia, sociedade e cultura. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2007. v.1. 698 p.

CAUQUIL, Guy. Avant-propos: apprécier l'utilité sociale, un enjeu sensible pour leSFE. In: OFFREDI, Claudine; RAVOUX, Françoise (Orgs.) **La notion d'utilité sociale au défi de son identité dans l'évaluation des politiques publiques**. Paris: L'Harmattan, 2010. p. 11-12.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson-Prentice Hall Brasil, 2006. 176 p.

CHAGAS, Danielle Q. L. **A emancipação dos associados do banco comunitário de desenvolvimento das Timbaúbas (BCDT) face à um processo de incubação em economia solidária**. 2014. 91 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável), Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2014.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CEBDS. **Microfinanças**: microcrédito e microsseguros no Brasil: o papel das instituições. Rio de Janeiro: CEBDS, 2013. 54 p.

COSTA, Fernando Nogueira da. Microcrédito no Brasil. **Instituto de Economia da UNICAMP**, 2010. 29 p. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1805&tp=a>>.

DACHEUX, Eric; GOUJON, Daniel. La monnaie: l'impensé des recherches en économie sociale et solidaire. In: **The Conversation**. 2p. 09 fev. 2016. Disponível em: <<https://theconversation.com/la-monnaie-limpense-des-recherches-en-economie-sociale-et-solidaire-54186>>.

DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: IG/UNICAMP, 2009. 183 p.

DEMIRGUC-KUNT, Asli *et al.* **The global finindex database 2014**: measuring financial inclusion around the world. Policy Research Working Paper 7255. Washington DC: World Bank, 2015. 88 p. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/187761468179367706/pdf/WPS7255.pdf>>.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS. **Nota técnica 132**. São Paulo: DIEESE. dez. 2013. 11 p. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec132SalarioMinimo2014.pdf>>.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica**: um passeio pelas teorias. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. 196 p.

_____. Inovação social e sustentabilidade. **Urbe**: revista brasileira de gestão urbana, Curitiba, v.1, n.1, p. 109-125, jan./jun. 2009.

DUCLOS, Hélène. **Évaluer l'utilité sociale de son activité**: conduire une démarche d'auto-évaluation. Paris: Édition Baton Rouge/Polyprint Édition, 2007. 124 p. Collection Les Cahiers de l'Avise, n.5.

_____. Quels enseignements tirer de l'évaluation de l'utilité sociale dans le secteur de l'économie sociale et solidaire? In: OFFREDI, Claudine; RAVOUX, Françoise (orgs.). **La notion d'utilité sociale au défi de son identité dans l'évaluation des politiques publiques**. Paris: L'Harmattan, 2010. p. 57-77.

_____; GRÉSY, Jean-Édouard. **Évaluation de l'utilité sociale de cinq structures de médiation sociale**: rapport à Christine Boutin - Ministre du Logement et de la Ville. Paris: Culture et Promotion, mars 2008. 115 p.

_____; _____. **Guide d'évaluation de l'utilité sociale de la médiation sociale**. Paris: Les Éditions du CIV, 2009. 170 p. Cahiers pratiques - Hors-série.

ERBER, Fabio S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 18, n.1, p. 11-31, jan./abr. 2008.

ESSER, Klaus *et al.* Competitividad sistémica: Nuevo desafío a las empresas y a la política. **Revista de la CEPAL**, Santiago, n.59, p. 39-52, ago. 1996.

_____. Utilité sociale et associations: les enjeux de l'évaluation. In: BOUQUET, Brigitte; JAEGER, Marcel; SAINSAULIEU, Ivan. **Les défis de l'évaluation en action sociale et médico-sociale**. Paris: Éditions Dunod, 2007. p. 42-57.

_____. Utilité sociale et économie solidaire: un rapport ambivalent au coeur de la reconfiguration des régulations publiques. In: ENGELS, Xavier *et al.* (org.). **De l'intérêt général à l'utilité sociale**: la reconfiguration de l'action publique entre État, associations et participation citoyenne. Paris: L'Harmattan Paris, 2008. p. 101-113. Collection Logiques sociales.

_____; GARDIN, Laurent; LAVILLE, Jean-Louis. Les externalités positives dans l'aide à domicile: une approche européenne. In: LAVILLE, Jean-Louis; NYSSSENS, Marthe. **Les services sociaux entre associations, État et marche**: l'aide aux personnes âgées. Paris: La Découverte/M.A.U.S.S., 2001. p. 223-237.

FRANÇA FILHO, Genauto C. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. In: SILVA JÚNIOR, Jeová T. *et al.* (Orgs.). **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008a. p. 117-128.

_____. Definindo gestão social. In: _____. **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008b. p. 27-37.

_____. **Papel dos bancos comunitários de desenvolvimento na visão da sua rede**. Salvador: Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, 2010. (Documento de trabalho).

_____. Indicadores para a sustentabilidade em economia solidária: uma questão de utilidade social. In: KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia (org.). Economia popular e solidária: indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. p. 27-34.

_____; DURAN PASSOS, Ósia A.V. Microfinanças, microcrédito e comércio justo. In: **Gestão do desenvolvimento e cultura**. Material didático, Universidade Corporativa Banco do Brasil, 2008. p. 1-30.

_____; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 198 p.

_____; RIGO, Ariadne S.; SILVA JÚNIOR, Jeová T. Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.47, n.3, p. 500-515, jul.-set. 2012.

_____; _____. Microcredit policies in Brazil: an analysis of Community Development Banks. In: LAPEYRE, Frederic; LEMAÎTRE, Andreia; HILLENKAMP, Isabelle. **Securing livelihoods: informal economy practices and institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 115-131.

_____; SILVA JÚNIOR, Jeová T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: CATTANI, Antonio *et al.* (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, v.1, p. 31-36.

FRIEDMAN, Milton. A Friedman doctrine: the social responsibility of business is to increase its profits. **The New York Times Magazine**, New York. p. 17. 13 set. 1970. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1970/09/13/archives/a-friedman-doctrine-the-social-responsibility-of-business-is-to.html>>.

GADREY, Jean. **Nouvelle économie, nouveau mythe?** Flammarion: Paris, 2000. 235 p. Collection "Essais".

_____. **L'utilité sociale des organisations de l'économie sociale et solidaire: une mise en perspective sur la base de travaux récents: rapport de synthèse pour la DIES et la MIRE**. Lille: CLERSE-IFRESI/Université de Lille 1, 2004. 136p.

_____. Utilité sociale. In: CATTANI, Antonio; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). **Dictionnaire de l'autre économie**. Paris: Desclée de Brouwer, 2005. p. 517-524.

_____. L'utilité sociale en question: à la recherche de conventions, de critères et de méthodes d'évaluation. In: CHOPART, Jean-Noël; NEVRET, Guy; RAULT, Daniel. **Les dynamiques de l'économie sociale et solidaire**. Paris: La Découverte, 2006. p. 237-279. Collection Recherches.

_____; JANY-CATRICE, Florence. Les nouveaux indicateurs de richesse. 3ed. Paris: Editions La Découverte, 2012. 128 p. Collection Repères.

GALLOPIN, Gilberto C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators: a systems approach. **Environmental Modeling & Assessment**, Berlim, v.1, n.3, p. 101-117. set. 1996.

GARAYALDE NIÑO, Maria. L.; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Sara; MASCAREÑAS PÉREZ-IÑIGO, Juan. Microfinanzas: evolución histórica de sus instituciones y de su impacto en el desarrollo. **Revista de Estudios Cooperativos**, Madri, n.116, p. 130-159, set.-dez./2014.

GONÇALVES, Alicia F.; SANTOS FILHO, Clarício. Finanças solidárias no Estado da Paraíba: a experiência contemporânea dos fundos rotativos solidários. In: VII ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - EIES/NESOL, 24-26 de novembro de 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011. p. 1-14. Disponível em: <<http://cirandas.net/nesol-usp/noticias/vii-eies/fs02.pdf>>.

GONÇALVES, Kátia D. **IFC: valorizando o investimento privado em países emergentes**. IFC: Luanda, 2014. 13 p. (Documento de trabalho). Disponível em: <<http://docplayer.com.br/3785729-Ifc-valorizando-o-investimento-privado-em-paises-emergentes.html>>.

GONDIM, Sônia M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paideia**, Ribeirão Preto, v.12, n.24, p. 149-161, 2003.

GONZALEZ, Adrian. **Resilience of microfinance institutions to national macroeconomic events: an econometric analysis of MFI asset quality**. Social Science Research Network.

MIX discussion paper n.1, p. 1-25. jul-ago./2007. Disponível em:
<<http://ssrn.com/abstract=1004568>>.

GORZ, André. **Métamorphoses du travail, quête de sens**: critique de la raison économique. Paris: Galilée, 1988. 304 p.

_____. **Misères du présent, richesse du possible**: dépasser la société salariale. Paris: Galilée, 1997. 240 p.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989. 210 p.

HAMMOND, Allen *et al.* **Environmental indicators**: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development. Washington DC: World Resources Institute, 1995. 43 p. Disponível em:
<http://pdf.wri.org/environmentalindicators_bw.pdf>.

HÉLY, Matthieu. De l'intérêt général à l'utilité sociale: transformations de l'Etat social et genèse du travailleur associatif. In: ASTIER, Isabelle; DUVOUX, Nicolas (Orgs.). **La société biographique**: une injonction à vivre dignement. Paris: L'Harmattan. 2006. p. 173-194.

_____. Servir l'intérêt général ou produire de l'utilité sociale? **Les mondes du travail**, Amiens. n. 5, p. 23-37, jan. 2008. Dossier "Splendeurs et misères du travail associatif".

_____. Travail d'utilité sociale et utilité sociale du travail: le salariat dans les services sociaux et de santé d'intérêt général. In: L'IES. **Les notes de l'Institut Européen du Salariat**. n.3, abr. 2009. 4 p.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Conhecimento e cidadania 1**: tecnologia social. Guarulhos: Publisher, 2007. 44 p.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION. **Relatório anual**: podemos erradicar a pobreza em uma geração e incentivar a prosperidade compartilhada. Washington DC: IFC, 2013. 114 p. Disponível em:
<http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/92defb0041ec90e090dcb413bbf0fc5c/AR2013_Portuguese.pdf?MOD=AJPERES>.

JANY-CATRICE, Florence. **La performance totale**: nouvel sprint du capitalisme? Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaire du Septentrion, 2012. 175 p.

_____. *et al.* **Evaluer l'utilité sociale de l'Economie Sociale et Solidaire**. Lille: APES, 2014. 43 p.

JAYO, Martin; DINIZ, Eduardo H.; POZZEBON, Marlei. Microcredit and innovative local development in Fortaleza, Brazil: the case of Banco Palmas. **Canadian Journal of Regional Science**. Montreal. v. 32, p. 115-128, jan-abr. 2009.

JOIA, Luiz A. Geração de modelos teóricos a partir de estudos de casos múltiplos: da teoria à prática. In: VIEIRA, Marcelo M. F.; ZOUAIN, Deborah M. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 123-149.

KEYNES, John M. **A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. 328 p.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia popular e solidária: indicadores para qual sustentabilidade? In: KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia (Org.). **Economia popular e solidária**: indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. p. 15-25.

LAVILLE, Jean-Louis. **L'économie solidaire: une perspective internationale**. Paris: Pluriel, 2013. 384 p.

_____. La crise de la condition salariale: emploi, activité et nouvelle question sociale. In: BOISARD, Pierre *et al.* (Orgs.). **Le travail, quel avenir?** Paris: Gallimard, 1997. p. 35-81.

LIEGS. **Relatório de avaliação do projeto de apoio aos bancos comunitários**. Fortaleza: LIEGS/UFC, 2006. 29 p.

MACHADO, Nuno M. C. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: notas sobre o conceito de (dis)embeddedness. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, v.37, n. 90, p. 71-94, set./2010. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/1771>>.

MÉDA, Dominique. **Qu'est-ce que la richesse?** Paris: Aubier, 1999. 423 p.

_____. **Au-delà du PIB: pour une autre mesure de la richesse**. Paris: Flammarion, 2008. 277 p. Coleção Champs Actuel.

MELO NETO, João J. Indicadores para a sustentabilidade a partir da favela. In: KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia (Org.). **Economia popular e solidária: indicadores para a sustentabilidade**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. p. 81-84.

_____; MAGALHÃES, Sandra. Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003. 118 p.

_____; _____. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob o controle da comunidade**. Fortaleza, Arte visual, 2007. 55p.

MENEZES, Melissa S.; CROCCO, Marco A. Sistemas de moedas locais: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do banco bem em Vitória/ES. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.18, n.2 (36), p. 371-398, ago./2009.

MICROCREDIT SUMMIT. **The microcredit summit declaration and plan of action**. Washington DC: Results Educational Fund, 1997, 76p. Disponível em: <<http://www.microcreditsummit.org/resource/58/the-microcredit-summit-declaration-plan.html>>.

MIX. **FY 2015 annual report: july 2014 - june 2015**. Washington DC: Microfinance Information Exchange, 2015, 7 p. Disponível em: <<https://www.themix.org/annual-reports>>

_____. **FY 2009 social performance standards report**. Washington DC: Microfinance Information Exchange, 2010, 6 p. Disponível em: <<https://www.themix.org/publications/mix-microfinance-world/2010/07/social-performance-report>>

MONZONI, Mario. **Impacto em renda do microcrédito**. São Paulo: Peirópolis, 2008. 240 p.

MÜLLER, Lúcia. Negotiating debts and gifts: financialization policies and the economic experiences of low-income social groups in Brazil. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília. v. 11, n. 1, p. 191-221, Jan-Jun 2014.

MULLIGAN, Thomas. A critique of Milton Friedman's essay "the social responsibility of business is to increase its profits". **Journal of Business Ethics**. v. 5, n. 4, p. 265-269, ago 1986. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25071587>>.

NEIVA, Augusto C. *et al.* Banco Palmas: resultados para o desenvolvimento comunitário e a inclusão financeira e bancária. In: NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO; Instituto Palmas (Orgs.). **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9 Editora, 2013. v.1, p. 105-178.

NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Org.). **Bancos comunitários de desenvolvimento: sistemas econômicos territoriais e gestão comunitária.** São Paulo: PRCEU-NESOL/USP, 2013a. 8 p. Cartilha.

_____. **Bancos comunitários de desenvolvimento.** São Paulo: NESOL/USP, 2013b. 56 p.

OFFREDI, Claudine. Itinéraire d'un questionnement de la notion d'utilité sociale en matière d'évaluation des politiques publiques. In: _____; RAVOUX, Françoise (Orgs.). **La notion d'utilité sociale au défi de son identité dans l'évaluation des politiques publiques.** Paris: L'Harmattan, 2010. p. 31-43.

_____; DAUZIE, Christine; RAVOUX, Françoise. L'histoire du groupe national de la SFE "Évaluation et Utilité Sociale": ou la constitution d'une posture évaluative. In: _____; RAVOUX, Françoise (Orgs.) **La notion d'utilité sociale au défi de son identité dans l'évaluation des politiques publiques.** Paris: L'Harmattan, 2010. p. 17-29.

OLIVEIRA, Mirian; FREITAS, Henrique. M. R. Focus group: pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.33, n.3, p. 83-91, jul.-set. 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2016. 42 p. Disponível em: <<http://pnud.org.br/Docs/TransformandoNossoMundo.pdf>>.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo.** Brasília: AED, 2002. 192 p.

PERRET, Bernad. Utilité sociale, évaluation et nouvelle conception de gouvernance. In: OFFREDI, Claudine; RAVOUX, Françoise (Orgs.) **La notion d'utilité sociale au défi de son identité dans l'évaluation des politiques publiques.** Paris: L'Harmattan, 2010. p. 45-50.

PISTELLI, Micol. **Social performance (SP) reporting to MIX.** MIX: Washington DC, 2012. 14 p. (Documento de trabalho). Disponível em: <<https://www.themix.org/publications/microbanking-bulletin/2012/12/social-performance-indicators>>.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época.** 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 349 p.

_____. **La subsistance de l'homme: la place de l'économie dans l'histoire et la société.** Flammarion: Paris, 2011. 420 p. Collection "La bibliothèque des savoirs".

_____. **A subsistência do homem e ensaios correlatos.** Contraponto: Rio de Janeiro, 2012. 384 p.

PRESTES MOTTA, Fernando C. **Teoria das organizações: evolução e crítica.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. 113 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015: o trabalho como motor do desenvolvimento humano.** New York: PNUD/ONU, 2015. 295 p. Disponível em: <www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/hdr2015_ptBR.pdf>.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça.** São Paulo: Martins Fontes, 1997. 708 p.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO. **Banco comunitário: serviços solidários em rede.** Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006.

REPUBLIQUE FRANÇAISE. Loi n° 2014-856 du 31 juillet 2014 relative à l'économie sociale et solidaire. Paris, jul. 2014. 21p. Disponível em: <<http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000029313296&categorieLien=id>>

RIGO, Ariádne S. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil**: aplicações e implicações, teóricas e práticas. 2014. 339 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RUEDIGER, Marco A.; RICCIO, Vicente. Grupo focal: método e análise simbólica da organização e da sociedade. In: VIEIRA, Marcelo M. F.; ZOUAIN, Deborah M. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 151-172.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993. 103 p.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, 96 p. Coleção Ideias Sustentáveis.

SANTIAGO, Eduardo G. Os fundos rotativos solidários: novas utopias socialistas para o mundo do trabalho em transformação? . In: V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - JOINPP, 23-26 de agosto de 2011, São Luiz. **Anais...** São Luiz, 2011. p. 1-10. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/TRANSFORMACOES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO/OS_FUNDOS_ROTATIVOS_SOLIDARIOS.pdf>.

SANTOS, Hélio T. M. dos. O método qualitativo na investigação de sentidos: uma proposta multipolar para estudos organizacionais. In: VIEIRA, Marcelo M. F.; ZOUAIN, Deborah M. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 175-197.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

SANTOS FILHO, Clarício. Fundos rotativos solidários: dilemas na gestão social de recursos públicos por comunidades rurais no Nordeste do Brasil. In: PEREIRA, José R. *et al.* (Orgs.). **Gestão social e gestão pública**: interface e delimitações. Lavras: Editora UFLA, 2011. p. 51-68.

SAS, Eva. De nouveaux indicateurs pour un nouveau modèle de développement : la proposition de loi adoptée! **Alternatives Economiques**. mar. 2015. Blog Un Écolo à la Commission des Finances. Disponível em: <<http://alternatives-economiques.fr/blogs/sas/2015/03/02/de-nouveaux-indicateurs-pour-un-nouveau-modele-de-developpement/>>.

SCHMITZ, Hubert. Collective efficiency: growth path for small-scale industry. **Journal of Development Studies**, v. 31, n.4, p. 529-566, 1995.

SCHUMACHER, Ernest F. **O negócio é ser pequeno (small is beautiful)**: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 318 p.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

SERVA, Maurício. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo. v. 37, n.2, p. 18-30, 1997.

SILVA, Anielson B. da; GODOI, Chistiane K.; BANDEIRA-DE-MELO, Rodrigo (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Silvia Roberta de O. **Economia solidária e sustentabilidade: o caso do Centro de Desenvolvimento Comunitário das Timbaúbas - CDCT**. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – Campus Cariri, Universidade Federal do Ceará, Juazeiro do Norte, 2013.

SILVA JÚNIOR, Jeová T. Independent assessment of the fomento program in Fortaleza/Brazil. In: STROHALM FOUNDATION. **Project “Fomento Fortaleza” final report**. Utrecht: Stichting Aktie Strohalm, 2003. Anexo 2. p. 1-10.

_____. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas**. 2004. 104f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

_____. As experiências de bancos comunitários como ação de finanças solidárias para o desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10, 11-13 de dezembro de 2006, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador, 2006. p. 1-16.

_____. Bancos comunitários e desenvolvimento territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v.1, n.1, p. 34-51, set.-dez. 2007. Ed. Especial.

_____. **Avaliação de impacto e imagem: Banco Palmas: 10 anos**. Fortaleza: Arte Visual, 2008. 97 p. Série Banco Palmas 10 Anos. Caderno 1.

_____; FRANÇA FILHO, Genauto C.; RIGO, Ariádne S. Coesão territorial através da aliança comunidade e poder público na execução de políticas públicas de economia solidária no Brasil: a utilidade social dos bancos comunitários. In: VI CONGRESO INTERNACIONAL EN GOBIERNO, ADMINISTRACIÓN Y POLITICAS PÚBLICAS - GIGAPP, 29 de setembro - 02 de outubro de 2015, Madri, Espanha. **Anais...** Madri, 2015. p. 1-23. Disponível em: <http://www.gigapp.org/administrator/components/com_jresearch/files/publications/2015-P10-TORRESSILVAJR.pdf>.

_____; RIGO, Ariádne S.; RAMALHO, Francisco R. X. Approaching plural economy concepts and sharing economy experiences. In: II EMES-POLANYI INTERNATIONAL SEMINAR, 19 - 20 de maio de 2016, Paris, França. **Anais...** 2016. p. 1-19.

SILVEIRA, Caio M. Desenvolvimento local: uma hipótese política. In: SILVA, Geraldo; COCCO, Giuseppe. (Orgs.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: SEBRAE, 2006. p. 212-228.

SOARES, Cláudia L. B. **Moeda social: uma análise interdisciplinar das suas potencialidades no Brasil contemporâneo**. 2006. 251f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

_____. Moeda Social. In: CATTANI, Antonio *et al.* (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, v.1, p. 255-259.

SOCIAL PERFORMANCE TASK FORCE. **Reporting social performance to MIX Market: benefits for microfinance institutions**. Washington DC: CGAP/Microfinance Gateway, 2010. 2 p. Disponível em: <<http://www.microfinancegateway.org/sites/default/files/mfg-en-paper-reporting-social-performance-to-mix-market-benefits-for-microfinance-institutions-feb-2010.pdf>>.

TENÓRIO, Fernando G. *et al.* **Avaliação de projetos comunitários**: uma abordagem prática. 4ed. São Paulo: Ed. Loyola/CEDAC, 2003. 87 p.

_____. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JÚNIOR, Jeová T. *et al.* (orgs.). **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 39-59.

_____. Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. In: CANÇADO, Airton C.; TENÓRIO, Fernando G.; SILVA JÚNIOR, Jeová T. (Orgs.). **Gestão Social**: aspectos teóricos e aplicações. Ijuí: UNIJUÍ, 2012. p. 23-36.

VECCHIATTI, Karin. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo. v. 18, n. 3, p. 90-95, 2004.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 220 p.

VIEIRA, Marcelo M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, Marcelo M. F.; ZOUAIN, Deborah M. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 13-28.

_____; PEREIRA, Bill N. Estudos etnográficos em administração. In: VIEIRA, Marcelo M. F.; ZOUAIN, Deborah M. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 223-237.

VITA, Álvaro de. Justiça distributiva: a crítica de Sen a Rawls. **Dados**, Rio de Janeiro. v. 42, n. 3, p. 471-496, 1999. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300004&lng=en&nrm=iso>.

VIVERET, Patrick. **Reconsidérer la richesse**. Paris: Éditions de L'aube, 2004. 238 p.

_____. **Reconsidérer la richesse**. Paris: Éditions de L'aube, 2010. 255 p.

WOLLER, Gary M.; WOODWORTH, Warner. Microcredit as a grass-roots policy for international development. **Policy Studies Journal**, Washington-DC, v. 29, n. 2, p. 267-282, 2001.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. **O Banqueiro dos pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2006. 344 p.

ZOUAIN, Déborah M.; BARONE, Francisco M. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 369-80, mar.-abr./2007.